

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Maria Teresa Santos Correia Lacerda**

***PHILOMENA BORGES: casamento e comportamento feminino nos  
rodapés da *Gazeta de Notícias* (1883-1884)***

**Uberlândia**

**2025**

MARIA TERESA SANTOS CORREIA LACERDA

***PHILOMENA BORGES: casamento e comportamento feminino nos  
rodapés da Gazeta de Notícias (1883-1884)***

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em História  
da Universidade Federal de Uberlândia,  
como requisito para a obtenção do título  
de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Flávia  
Cernic Ramos

**Uberlândia**

**2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

L131p  
2025      Lacerda, Maria Teresa Santos Correia, 1997-  
             *PHILOMENA BORGES* [recurso eletrônico] : casamento e  
             comportamento feminino nos rodapés da Gazeta de Notícias (1883-1884)  
             / Maria Teresa Santos Correia Lacerda. - 2025.

Orientadora: Ana Flávia Cernic Ramos.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-graduação em História.  
Modo de acesso: Internet.  
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.5098>  
Inclui bibliografia.  
Inclui ilustrações.

1. História. I. Ramos, Ana Flávia Cernic, 1978-, (Orient.). II.  
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em  
História. III. Título.

---

CDU: 930

André Carlos Francisco  
Bibliotecário-Documentalista - CRB-6/3408



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 29, PPGHI				
Data:	Vinte e quatro de março de dois mil e vinte e cinco	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	17:00
Matrícula do Discente:	12212HIS014				
Nome do Discente:	Maria Teresa Santos Correia Lacerda				
Título do Trabalho:	"Philomena Borges: casamento e comportamento feminino nos rodapés da Gazeta de Notícias (1883-1884)"				
Área de concentração:	História, Cultura e Poder				
Linha de pesquisa:	Práticas culturais e relações de poder				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Barricadas em rodapés de jornais: raça, cidadania e política nos romances-folhetins da imprensa carioca (1875-1895)"				

Reuniu-se de forma remota através da plataforma de webconferências Mconf RNP, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professoras doutoras: [Lerice de Castro Garzoni / IFSULDEMINAS](#); [Daniela Magalhães da Silveira INHIS/UFU](#); [Ana Flávia Cernic Ramos](#) orientadora da candidata.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dr. Ana Flávia Cernic Ramos, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

**Aprovada.**

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de **Mestre**.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Flavia Cernic Ramos, Professor(a) do Magistério Superior**, em 24/03/2025, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Magalhães da Silveira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 24/03/2025, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LERICE DE CASTRO GARZONI, Usuário Externo**, em 24/03/2025, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **6116763** e o código CRC **C1A675D1**.

**Referência:** Processo nº 23117.010985/2025-36

SEI nº 6116763

Para Maria de Lourdes e Maria José,  
que em minha criação  
tanto me ensinaram sobre o amor e a bravura

## AGRADECIMENTOS

Conceber esta dissertação não foi uma tarefa fácil diante da realidade enfrentada por mim e por tantos outros educadores: conciliar a extensa carga de trabalho com a pesquisa acadêmica. Ao mesmo tempo, essa caminhada revelou-se enriquecedora e, sem o apoio de tantas pessoas que torceram pela concretização deste projeto, ela não teria sido possível.

Agradeço, primeiramente, àquela que me presenteou com a fonte que deu origem a esta pesquisa: minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Flávia C. Ramos. Desde a graduação, suas aulas envolventes e meticulosamente elaboradas despertaram em mim o gosto pela História. Sei que a orientação desta dissertação não foi uma tarefa fácil, e por isso expresso minha profunda gratidão pelas leituras atentas e cuidadosas do meu texto.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lericé Garzoni, agradeço imensamente pela participação na defesa deste trabalho, assim como pela leitura destas páginas. À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Daniela Silveira Magalhães, minha gratidão, sobretudo, pela atenção dedicada à jovem Maria Teresa, ainda em seus tempos de graduação.

À minha família, especialmente à minha mãe, Maria de Lourdes, sou grata pela escuta paciente, pelo amor incondicional, pela compreensão e pelo apoio em cada etapa desta trajetória. Sem você, nada disso faria sentido.

Ao meu amigo e colega de pesquisa, Romecarlos Costa, agradeço por partilhar comigo suas experiências na pós-graduação, pelas trocas de conhecimento e pelo apoio mútuo nos momentos de desafio. Sua empatia e seu olhar sempre acolhedor foram cruciais para o andamento dessa jornada.

Às minhas amigas, Clara e Júlia, e à minha irmã, Jéssica, sou imensamente grata por tornarem meus dias mais felizes. Não foram raras as vezes em que me socorreram da angústia com a habilidade ímpar de perceber a necessidade de tornar o tom das conversas mais leve, por meio das fofocas açucaradas.

Ao meu amigo e namorado, Henrique, obrigada por partilhar a vida comigo e tornar meus dias mais felizes. Seu incentivo atento e seu consolo sempre certo me fortaleceram nos momentos em que, com o coração apertado, temi não conseguir seguir adiante.

Por fim, sou grata a Deus e à minha doce Amora. Nas madrugadas longas e frias em que me sentia só na trajetória acadêmica, era você quem me acompanhava, nutrindo

um olhar zeloso e perspicaz, que, sempre que necessário, era acompanhado de uns e outros "lambeijos" de ternura.



## RESUMO

Este trabalho analisa o folhetim *Philomena Borges*, de Aluísio Azevedo, publicado nos rodapés da *Gazeta de Notícias* entre 18 de dezembro de 1883 e 13 de janeiro de 1884. A obra narra os conflitos enfrentados pelo casal Philomena e Borges durante a vida conjugal, destacando a habilidade da protagonista em alcançar seus interesses pessoais por meio da barganha com o marido. Tomando por base que a escolha das literaturas publicadas nos rodapés dos jornais se pautava pelo potencial de discutir temas relevantes, este estudo propõe uma análise do folhetim em diálogo com as pautas jornalísticas da época, especialmente aquelas que contribuía para a reflexão sobre comportamentos femininos e o casamento. Além de compreender o espaço jornalístico como um campo de reivindicação de direitos, a pesquisa investiga como *Philomena Borges* emprega a comicidade e elementos fantasiosos para criticar a sociedade burguesa, sobretudo no que se refere aos impactos provocados pela conduta feminina na sociedade da época.

**Palavras-chave:** História; imprensa; literatura; casamento; mulheres.

## ABSTRACT

This paper analyzes the pamphlet *Philomena Borges*, by Aluísio Azevedo, published in the *Gazeta de Notícias* between December 18, 1883 and January 13, 1884. The work recounts the conflicts faced by the couple Philomena and Borges during their married life, highlighting the protagonist's ability to achieve her personal interests by bargaining with her husband. Based on the fact that the choice of literature published in the footnotes of newspapers was based on its potential to discuss relevant themes, this study proposes an analysis of the pamphlet in dialogue with the journalistic agendas of the time, especially those that contributed to reflection on female behavior and marriage. In addition to understanding the journalistic space as a field for claiming rights, the research investigates how Philomena Borges uses comic and fanciful elements to criticize bourgeois society, especially with regard to the impact of female conduct on society at the time.

**Keywords:** History; press; literature; marriage; women.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO I - <i>Philomena Borges</i> e a antecipação da polêmica .....</b>	<b>29</b>
<b>1.1. Quando e como <i>Philomena</i> apareceu nos jornais .....</b>	<b>29</b>
<b>1.2. O século XIX e suas polêmicas literárias.....</b>	<b>45</b>
1.2.1. Polêmicas literárias oitocentistas: o comportamento feminino em debate...	<b>48</b>
<b>1.3. Por que antecipar a polêmica? .....</b>	<b>68</b>
<b>1.4. Dos rodapés da <i>Gazeta</i> para o escritório do jornal.....</b>	<b>75</b>
<b>CAPÍTULO II - <i>Philomena Borges</i> desvelando o mistério .....</b>	<b>83</b>
<b>2.1. <i>Philomena Borges</i> em cena .....</b>	<b>83</b>
<b>2.2. Conflitos Conjugais à Mostra: Tensões Matrimoniais na Década de 1880</b>	<b>102</b>
<b>2.3. Resistência feminina e literatura .....</b>	<b>111</b>
<b>2.4. 1878 e a derrocada do império philomenico .....</b>	<b>120</b>
<b>CAPÍTULO III - Outros nãos (im)possíveis às mulheres .....</b>	<b>133</b>
<b>3.1. O acesso ao corpo feminino e a violência conjugal de Sabina .....</b>	<b>133</b>
<b>3.2. A liberdade de Chiquinha Perdigão.....</b>	<b>144</b>
<b>3.3. A concessão de Cecília .....</b>	<b>151</b>
<b>3.4. Mulheres no Século XIX: Novas Possibilidades de Negação e Resistência</b>	<b>159</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>177</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>180</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>181</b>



## INTRODUÇÃO

Em outubro de 1883, a *Gazeta de Notícias*, jornal fluminense fundado por Ferreira de Araújo, Henrique Chaves, Manoel Carneiro e Elísio Mendes<sup>1</sup>, informava seus leitores sobre os acontecimentos mais recentes, como as novidades da vacina contra a "febre amarela" por meio da "inoculação do micróbio"<sup>2</sup> e a crise no mercado cafeeiro devido à "especulação" dos Estados Unidos e da Europa<sup>3</sup>. Entre essas notícias, destacava-se também a chegada à corte imperial de uma enigmática mulher chamada Philomena Borges. Por cerca de dois meses, o jornal divulgou notícias sobre essa figura, criando a impressão de que Philomena era uma mulher real, cuja história misteriosa cativava os leitores da *Gazeta*. Então, em dezembro do mesmo ano, a folha lançou o romance-folhetim, intitulado *Philomena Borges*, escrito por Aluísio Azevedo.

Por meio de uma ampla propaganda, o periódico apostou na divulgação do folhetim ao criar uma dinâmica que mesclava as fronteiras entre ficção e realidade. Para isso, estabeleceu conexões entre a protagonista criada por Aluísio Azevedo para o romance e as notícias publicadas pelo jornal. Dessa maneira, a *Gazeta de Notícias* entrelaçava a narrativa folhetinesca, que saía em seu rodapé, com as informações editoriais, confundindo os leitores ao construir a identidade de Philomena Borges como uma figura simultaneamente fictícia e presente no cotidiano do impresso. O mistério em torno da história se espalhou pelas páginas do impresso e muitos de seus colaboradores aderiram à brincadeira criada pelos próprios editores da *Gazeta*, escrevendo artigos e crônicas sobre a enigmática mulher que enviava cartões de visita aos homens da cidade. Philomena tornou-se, assim, personagem recorrente em diferentes colunas do jornal, entre elas a seção de crônicas humorísticas “Balas de Estalo”<sup>4</sup>. Em poucos dias, seu nome já aparecia em propagandas, nos “A pedidos” e em outras seções, permeando todo o jornal. A estratégia visava instigar a curiosidade do público sobre a existência — real ou fictícia

---

<sup>1</sup> BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000, p. 44.

<sup>2</sup> “Crônica da Semana”, *Gazeta de Notícias*, 07/10/1883, p.1.

<sup>3</sup> “Mercado de Café”, *Gazeta de Notícias*, 08/10/1883, p. 2.

<sup>4</sup> Os reclames feitos pela *Gazeta de Notícias* sobre o romance *Philomena Borges* contaram com a colaboração de: Lulu Sênior, narrador-personagem criado por Ferreira de Araújo, Décio, pseudônimo do médico e jornalista Dermeval da Fonseca, Zig-Zag, pseudônimo usado por Henrique Chaves e Lélío, personagem-narrador criado por Machado de Assis. Cf. RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: política e humor nas crônicas de Machado de Assis*. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2016.

— daquela personagem chamada Philomena, criando um suspense que se sustentaria até a publicação do folhetim de Aluísio Azevedo.

Ao longo da publicação dos capítulos do romance-folhetim de Azevedo, os leitores puderam acompanhar a trajetória de Philomena, uma jovem mulher, ávida leitora de romances de cavalaria e de aventura, que se casou com o empreiteiro João Touro para preservar o estilo de vida confortável em que fora criada. No entanto, tomada por um anseio indefinido por vastos horizontes e um desejo intenso por experiências grandiosas e inesperadas (“que sua louca imaginação mal podia delinear”<sup>5</sup>), resistiu obstinadamente às investidas do marido para consumir o casamento, adiando-as até que conseguisse sentir por ele o mínimo de afeição. Foi por meio desse introito, desenvolvido no primeiro capítulo do folhetim, que Aluísio Azevedo deu início à narrativa, revelando para seu leitor como as ações de sua protagonista mudaram tanto a feição de seu casamento e de seu marido, quando rearranjaram os acordos internos do casal. Borges, submetido a diversas provações na tentativa de conquistar o amor de sua esposa, alterou seu estilo de vestir, mudou seu círculo social, passou a fumar charutos e desperdiçou sua fortuna em viagens para se aventurar junto à jovem esposa pelo velho continente. O aspecto do comerciante pacato logo deu lugar ao de um burguês que viajava pelo mundo e usufruía de novos lugares, círculos sociais e experiências com a esposa.

Enquanto os leitores acompanhavam as aventuras do casal, temas como casamento, violência conjugal, política imperial, conduta feminina e o impacto dos romances no matrimônio burguês eram explorados pela narrativa folhetinesca. Alocado no rodapé da folha, o romance dividia as páginas do jornal com notícias reais sobre conflitos conjugais, divórcios, violências e disputas matrimoniais, temas que muito animaram os debates entre os colaboradores da *Gazeta*. Enquanto isso, no romance, Philomena, a protagonista da narrativa, estava determinada a conquistar seu espaço no casamento, demonstrava às leitoras sua habilidade em influenciar o marido para que ele adotasse novos comportamentos e hábitos que lhe fossem mais favoráveis. A cada novo capítulo, expandia suas possibilidades de sair de uma rotina matrimonial caseira e monótona. Além dessas questões, o folhetim de Aluísio Azevedo incorporava temas candentes da época, tais como a crise política que se consolidou na década de 1880, que concentrava críticas às principais instituições do império, entre elas a escravidão e a monarquia.

---

<sup>5</sup> AZEVEDO, Aluísio. “Philomena Borges: I Flores de Laranjeira”, *Gazeta de Notícias*, 18/12/1883, p.1.

Obra não tão conhecida (e reconhecida) de Aluísio Azevedo, *Philomena Borges* foi considerada pelo crítico literário Antonio Candido como um texto “subliterário”, cujo único propósito seria proporcionar um “divertimento sem refolhos” para aqueles que buscavam apenas passar o tempo<sup>6</sup>. Tal abordagem, contudo, vem sendo desconstruída por pesquisas que há tempos enxergam esse romance-folhetim, se não pelo seu valor literário, mas como um objeto de estudo valioso sobre o autor e sua trajetória literária e, por que não, como fonte histórica. Segundo a pesquisadora Angela Maria Rubel Fanini, por exemplo, responsável pela análise da produção folhetinesca de Aluísio Azevedo, o autor de *Philomena Borges* teria considerável consciência acerca das “condições de produção de sua época”, incluindo uma “visão bem nítida de seu público leitor”. Em prefácio a obra *Girândola de Amores*, publicada inicialmente no jornal *Folha Nova* em 1882, o autor explicitou o caráter híbrido de suas produções folhetinescas, definindo-as como uma variante das estéticas do romance e do real-naturalismo. A estratégia de Azevedo parecia ser a de atender às exigências do público, que esperava por “romances românticos”, enquanto os críticos exigiam “romances realistas”<sup>7</sup>. Segundo a estudiosa, em *Philomena Borges* o autor teria, por meio do “uso inflacionado dos expedientes folhetinescos”, dialogado com os leitores criticando a “visão romântica e as estruturas sociais, políticas e econômicas que se [valiam] de uma perspectiva passadista para se reforçarem no poder”<sup>8</sup>. Nesse sentido, o romantismo e seus valores acabaram se tornando objeto de depreciação do discurso romanescos, em que a própria linguagem do romantismo exacerbado foi problematizada, revelando os limites desse universo. De acordo com Fanini, por meio das aventuras consideradas rocambolescas da personagem principal, o romantismo foi sendo satirizado e considerado ultrapassado pelo literato, criando uma protagonista que se constituía como uma personagem “inflacionada”, “quase que totalmente literária” devido ao seu grau de “irrealidade e comicidade”<sup>9</sup>.

Lucas de Castro Lamonica, ao analisar *Philomena Borges*, voltou-se para a temática do casamento, estabelecendo paralelos entre o folhetim brasileiro e obras publicadas na imprensa francesa. Segundo o pesquisador, o repertório literário que teria influenciado Aluísio Azevedo inclui romances como *Mlle. Giraud* (1869) e *M. Dupont*

---

<sup>6</sup> CANDIDO, Antônio. “Prefácio”. In: AZEVEDO, A. *Filomena Borges*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1973, p.4.

<sup>7</sup> FANINI, A. M. R. *Os romances-folhetins de Aluísio Azevedo: Aventuras periféricas*. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003, p.4.

<sup>8</sup> *Ibidem*, pp 121

<sup>9</sup> *Ibidem*, pp.121-123

(1826), cujas representações do leito conjugal antecipam, em muitos aspectos, cenas desenvolvidas posteriormente por Azevedo. Além disso, a formação sentimental da protagonista (marcada por sonhos românticos e idealizações) é comparada à de personagens como Emma Bovary, de *Madame Bovary* (1857), e Luísa, de *O Primo Basílio* (1878). Philomena, no entanto, se distingue dessas figuras clássicas por agir a favor da instituição matrimonial. Para Lamônica, esse posicionamento revela a “função da discussão matrimonial” no romance: a tentativa de moralizar o casamento no contexto do Brasil imperial. Ainda assim, como esta pesquisa busca demonstrar, o debate em torno do casamento no folhetim de Azevedo não se restringe a uma perspectiva moralizante. Pelo contrário, insere-se em meio a discussões candentes do período, como a separação entre o casamento civil e o religioso, um tema que mobilizava tanto o discurso jurídico quanto o político da época. Nesse sentido, o romance dialoga com múltiplas experiências e representações do casamento em circulação no Brasil oitocentista.

Embora Lamônica tenha explorado o tema do casamento e os elementos de aventura que aproximam *Philomena Borges* das narrativas de sensação, seu foco principal recai sobre o caráter político da obra. Para ele, o folhetim atua como uma forma de intervenção no debate público do período, abordando questões como a monarquia e as transformações sociais que marcaram o final do século XIX. A recorrente presença do imperador D. Pedro II nos capítulos finais do romance contribuiu, na visão de Lamônica, para torná-lo uma peça de combate antimonarquista. Numa espécie de articulação com o conteúdo que circulava pela *Gazeta de Notícias*, o folhetim, como argumenta o estudioso, criticava o governo imperial por meio da literatura, desmoralizando a figura do imperador. Isso porque, na história criada por Aluísio Azevedo, há a insinuação de que o monarca teria interesse em uma relação extraconjugal com sua própria afilhada, Philomena Borges. Ademais sua aparência física e idade foram constantemente referidas no folhetim em tom de depreciação e relacionadas a crise do governo. Se assim fosse, a estratégia não chegava a ser novidade, já que pouco tempo antes da publicação de *Philomena Borges*, a *Gazeta de Notícias* havia levado para as suas páginas o romance-folhetim *As joias da Coroa*, de Raul Pompeia, onde o imperador era caracterizado como um abusador de jovens meninas<sup>10</sup>. Sob a perspectiva da análise política do romance, Lamônica aponta que Philomena, esperta e nada inocente, identifica a fraqueza do

---

<sup>10</sup> BENTO, Elias Ferreira. *O imperador em folhetins: a monarquia brasileira e D. Pedro II nos rodapés da Gazeta de Notícias (1879-1882)*. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Uberlândia, MG, 2021.



monarca e utiliza-se dela para a sua ascensão na carreira política. Desse modo o folhetim teria por meio do “recurso irônico”, contribuído para “desconstruir a imagem do monarca”, o caracterizando como “uma pessoa de carne e osso, tão suscetível ao desejo quanto qualquer outros mortal”<sup>11</sup>.

Quanto à recepção do romance, a pesquisa de Lamonica sugere que *Philomena Borges* não obteve sucesso como folhetim. O reduzido número de capítulos (apenas 27 edições) foi interpretado por ele como um indício de sua reprovação crítica. Além disso, a estratégia publicitária da *Gazeta de Notícias*, segundo o pesquisador, teria “[saído] de controle” ao ser apropriada por outros periódicos para fins “ligados ao comércio”, o que gerou uma “atenção razoável dos leitores” da época. A propaganda teria, paradoxalmente, conspirado contra o romance, pois o “reclame” elevou as expectativas do público, que Aluísio Azevedo “não soube atender”, resultando no fracasso crítico e comercial da obra<sup>12</sup>.

Neste trabalho trilharemos caminhos diferentes. Se Fanini observou em *Philomena Borges* o posicionamento de Azevedo num debate literário sobre romantismo e realismo, e Lamonica, por sua vez, analisou como a obra se constituiu num comentário sobre a política imperial, na presente dissertação daremos enfoque a outra temática: o estudo de diferentes experiências femininas presentes no folhetim e do trato, conferido pelo autor, às relações matrimoniais do século XIX e seus conflitos. Importa-nos, para esta pesquisa, interpretar *Philomena Borges* buscando compreender suas “condições de produção”, de modo a desvendar, por meio dos movimentos de suas personagens, o “testemunho histórico”<sup>13</sup> evocado pelo texto. Assim, investigamos as possíveis interpretações ou leituras possíveis, sugeridas por Aluísio Azevedo ao retratar, em seu romance, diferentes experiências femininas e as dinâmicas conjugais, explorando a relação do autor com a sua análise de sociedade da época.

Na análise proposta aqui, começamos pelo processo de divulgação da obra, buscando compreender como os reclames criados pela *Gazeta* promoveram o romance. Sem ter a intenção explícita, o periódico de Ferreira de Araújo colocava o comportamento feminino em debate público, pois percebia que esta compunha um caminho ideal para

---

<sup>11</sup> LAMONICA, Lucas de Castro. *Filomena Borges: romance, imprensa e política*. Dissertação (Mestrado Em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas. Campinas- SP, 2015, p.152.

<sup>12</sup> *Ibidem*, pp.157-159.

<sup>13</sup> CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso Miranda. “Apresentação”. IN: *A História contada: capítulos de história social da literatura do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998, p.10.

produzir polêmicas acaloradas, incitando a curiosidade do leitor. Sob essa perspectiva, os caminhos trilhados pela divulgação do romance na *Gazeta* revelavam como a mulher, seu corpo e sua conduta eram sempre um campo fértil para despertar a curiosidade dos leitores e a discussão social dos intelectuais de sua época. Também essa situação não chegava a ser uma novidade, bastava lembrar de tantos outros romances oitocentistas que versavam sobre mulheres adúlteras e que se tornaram polêmicas nos meios literários e jornalísticos<sup>14</sup>. Junto a isso, buscou-se compreender, por meio do cruzamento entre o conteúdo que circulava pelas outras colunas do jornal e o romance, como estavam sendo criadas ou forjadas tanto as figuras femininas quanto as relações conjugais. A estratégia foi observar como debates que então circulavam sobre matrimônio e divórcio podem ter inspirado a imaginação literária de Aluísio Azevedo ao inventar sua *Philomena Borges*.

Segundo Ana Flávia Cernic Ramos, a “escolha da literatura que preenchia os rodapés do jornal não se restringia a critérios comerciais”, mas também se orientava pelo potencial da seção para o debate de “questões sociais candentes”<sup>15</sup>. Essa escolha permitia a articulação entre os folhetins, o conteúdo noticiado nas demais colunas do periódico e o contexto histórico em que eram produzidos<sup>16</sup>. Sendo a *Gazeta de Notícias*, um jornal que concedeu destaque significativo à literatura, em especial aos folhetins, compreender o modo como tais seleções operavam, é crucial para o desenvolvimento desta pesquisa. Uma das propostas desta dissertação é refletir sobre como o romance *Philomena Borges* pode ter sido uma das escolhas da *Gazeta* para abordar temas de interesse no debate público no Brasil dos anos 1880, especialmente as mudanças no contrato conjugal, em meio aos crescentes debates da época sobre a separação do matrimônio da esfera religiosa e a adoção do direito ao divórcio no país.

Quando *Philomena Borges* fez sua estreia na *Gazeta de Notícias*, em dezembro de 1883, o jornal de Ferreira de Araújo já acumulava quase uma década de existência. Reconhecida por seu caráter acessível e popular, a *Gazeta de Notícias* inovou o cenário editorial do Rio de Janeiro, oferecendo exemplares baratos, vendidos a 40 réis e atingindo

---

<sup>14</sup> Dentre as obras literárias que provocaram importantes repercussões no meio impresso ao longo do século XIX, no contexto da temática do adultério, destacam-se, no cenário internacional, *Madame Bovary* (1856), de Gustave Flaubert, e *O Primo Basílio* (1878), de Eça de Queirós. No contexto brasileiro, merece atenção o conto *Confissões de uma Viúva Moça* (1865), de Machado de Assis, cuja protagonista, por meio de suas cartas, estabelece um diálogo sugestivo com o público leitor ao flertar com o desejo de cometer adultério.

<sup>15</sup> RAMOS, A. F. C.. Rebelião escrava e a Hidra revolucionária em páginas de jornais: o Reino Encantado, de Araripe Júnior (1878). In.: *ALMANACK*, v. 37, p. 1-40, 2024, p.1.

<sup>16</sup> Sobre as pesquisas que articulam o conteúdo dos folhetins aos temas noticiados pelos jornais conferir também: RAMOS, A. F. C.. Barricadas em rodapés de jornais. In.: *REVISTA DE HISTÓRIA*, v. 1, p. 01-33, 2020.

uma tiragem de 24 mil cópias ao longo da década de 1880<sup>17</sup>. Seu maior destaque eram as seções dedicadas à literatura. Desde sua fundação, em 2 de agosto de 1875, mais de trinta folhetins já haviam sido publicados em fascículos no rodapé do periódico<sup>18</sup>. Pelas suas páginas, temas como a pena de morte, a seca no Ceará, o roubo das joias da Coroa e a monarquia foram debatidos por meio da publicação de romances-folhetins.

O romance-folhetim, tradicionalmente destinado aos rodapés dos jornais, consolidou-se como um gênero marcadamente popular, tratando de romances burgueses que fascinavam os leitores das camadas menos favorecidas por meio da ostentação da alta sociedade. A partir de 1839, o *Jornal do Commercio* passou a investir na publicação de folhetins traduzidos do francês<sup>19</sup>. Essa estratégia, além de servir como recurso publicitário, aumentava a atração dos leitores que, imersos em narrativas repletas de angústia e suspense, recorriam à edições avulsas e assinaturas para acompanhar o desfecho das histórias. Sabendo do sucesso dessas publicações, a *Gazeta de Notícias* também ocupou seu rodapé com muitos romances que saíam em “fatias” a cada nova edição. E, não só folhetins, o jornal criado por Ferreira de Araújo abriu espaço para a literatura de uma maneira geral, dando visibilidade para muitos escritores. Entre seus colaboradores estavam nomes de peso como Raul Pompeia, Ramalho Ortigão, Eça de Queirós, Machado de Assis, Capistrano de Abreu, José do Patrocínio, Arthur Azevedo, Aluísio Azevedo e Olavo Bilac que, ao longo do tempo, publicaram contos, crônicas e folhetins naquele jornal<sup>20</sup>.

Entre as notícias publicadas pela *Gazeta de Notícias*, era possível por vezes notar interlocuções entre os fatos abordados nos folhetins e aqueles tratados em suas demais colunas. Os folhetins, fundamentais para a prosperidade dos jornais desde seus primórdios, passaram a ser vistos, entre outros aspectos, como um espaço dedicado “à reflexão política e à conscientização das classes populares”<sup>21</sup>. Segundo A. F. C. Ramos, foi com a publicação do seu segundo romance-folhetim, *Os lazarettos*, escrito pelo português Antônio Fontes, que a folha alcançou “maior visibilidade”, em razão da

---

<sup>17</sup> BARBOSA, 2000, *Op. cit.*, p. 43. Sobre os trabalhos que analisaram a imprensa como locus de divulgação de ideias cf.: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999; RIBEIRO, Lavina Madeira. *Imprensa e Espaço Público: a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808 – 1964)*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004; LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

<sup>18</sup> NADAF, Yasmin Jamin. *Rodapé das Miscelâneas: o folhetim nos jornais de Mato Grosso (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Letras, 2002, pp. 396-402.

<sup>19</sup> MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.32.

<sup>20</sup> BARBOSA, 2000, *Op. Cit.*, pp. 43-44.

<sup>21</sup> RAMOS, A. F. C.. Barricadas em rodapés de jornais, *Revista de História, Op. Cit.*, p.12.

temática “anticlerical explosiva” da peça teatral. Para Ramos, essa repercussão comprova, além do “poder do folhetim para atrair novos leitores”, o interesse do público em acompanhar, por meio dos textos ficcionais, os debates públicos da época. Nos folhetins nacionais publicados pelo jornal, essa estratégia se tornava explícita por conectar os romances aos temas mais polêmicos do momento<sup>22</sup>.

Entre os temas abordados pela *Gazeta de Notícias* que foram transformados em romances-folhetins destacou-se, por exemplo, um crime real ocorrido entre 1852 e 1855. O caso envolvia o assassinato de uma família de colonos, composta por oito membros, na região de Campos. Um fazendeiro influente, Motta Coqueiro, foi acusado de ser o mandante e, em 1855, condenado à pena de morte. Quase 23 anos após sua execução, seu nome voltou a ocupar as páginas dos jornais, quando um suposto moribundo confessou a um padre ser o verdadeiro autor do crime. Entre os dias 22 de dezembro de 1877 e 3 de março de 1878, José do Patrocínio, redator e colaborador da *Gazeta de Notícias* publicou o romance *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*, uma obra que, entre outras coisas, denunciava a pena capital<sup>23</sup>. Durante a publicação do folhetim, outras colunas do jornal abriam espaço para tal discussão, evidenciando uma posição contrária à pena de morte por parte de seus principais redatores<sup>24</sup>. Para reforçar seu compromisso profissional com o assunto, a *Gazeta* informava seus leitores sobre a pesquisa detalhada conduzida por José do Patrocínio para escrever o romance. Antes de redigir o folhetim, dizia a *Gazeta*, o jornalista realizou um estudo minucioso do processo-crime, garantindo uma abordagem documental e fundamentada sobre o caso<sup>25</sup>.

Outro tema que gerou intensos debates na *Gazeta de Notícias* foi o roubo das joias da Coroa, em março de 1882, e os desdobramentos da investigação para identificar, prender e punir os responsáveis pelo crime. No entanto, após a soltura dos envolvidos, o jornal passou a publicar reportagens que sugeriam uma proximidade entre o imperador e os autores do roubo. O episódio deu lugar a uma “série de discussões na imprensa” brasileira, onde “cada jornal procurava construir um sentido para aquele evento”. Segundo Elias Bento, por meio de textos e charges, a *Revista Ilustrada* “sugeriu que a ordem para a soltura dos presos havia partido da Casa Imperial”, enquanto o *Mequetrefe*,

---

<sup>22</sup> *Ibidem*, p.13.

<sup>23</sup> SANTOS, Lucinéia Alves dos. *Motta Coqueiro, a fera de Macabu: literatura e imprensa na obra de José do Patrocínio*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos e Linguagens, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, 2011.

<sup>24</sup> “A pena de morte”, *Gazeta de Notícias*, 10/12/1877, p.1; “Assassinatos Jurídicos”, *Gazeta de Notícias*, 17/12/1877, p. 2.

<sup>25</sup> “A pena de morte”, *Gazeta de Notícias*, 21/12/1877, p.1

valendo-se dos mesmos recursos, “ironizava o trabalho da polícia”, ao sugerir que a soltura de Manuel de Paiva, principal autor do crime, se dera porque “este era o encarregado de arranjar amantes para o imperador”. A *Gazeta de Notícias*, que inicialmente se preocupou em reportar o andamento do caso e as diligências policiais, poucos dias após a localização das joias, publicou o romance-folhetim *As joias da Coroa*, que “parodiava o caso e, por meio da ficção, representava o Imperador como um homem corrupto, adúltero e que abusava de meninas inocentes”<sup>26</sup>.

Ferreira de Araújo, editor-chefe da *Gazeta*, congregou um time de escritores que muitas vezes se aproveitaram de fatos cotidianos para inspirar a feitura de seus romances-folhetins publicados nos jornais, mantendo de alguma forma uma interlocução entre aquilo que aparecia no rodapé, com o que circulava pelas outras colunas do periódico. Embaralhando as fronteiras entre jornalismo e ficção, partia-se de notícias e assuntos encontrados nas páginas de jornais para servir de matéria-prima para os romances. O livro *Casa de Pensão* (1884), por exemplo, originalmente publicado como um folhetim do jornal *Folha Nova*, surgiu após a cobertura da imprensa sobre um crime de defloração que havia sido amplamente divulgado pelos jornais cariocas. O crime verídico, que já havia vendido muitas edições de jornal através de reportagens, se tornou uma fonte explícita de inspiração para Aluísio Azevedo<sup>27</sup>. Para Ana Porto, o livro *Casa de Pensão* se apresentava como um “romance baseado em uma história de crime com características bastante similares a outras que circulavam no mesmo contexto de produção”. Ao retomar o crime para escrever a obra, Aluísio Azevedo “não apenas se aproveitava de um episódio ocorrido anos antes, mas opinava sobre um assunto que foi foco de discussões ferrenhas”. Portanto, o escritor valeu-se de questões latentes na imprensa (“honra, sedução, prostituição feminina”) para pensar o “ambiente da casa de pensão, onde havia uma

---

<sup>26</sup> BENTO, Elias Ferreira. *O imperador em folhetins: a monarquia brasileira e D. Pedro II nos rodapés da Gazeta de Notícias (1879-1882)*, Op. Cit., p.11.

<sup>27</sup> Ana Porto Gomes relaciona o crime divulgado em 1876 no Rio de Janeiro, no qual era julgado João Capistrano da Cunha, acusado de ter violentado Júlia Pereira, ao folhetim de Azevedo, *Casa de pensão*. Neste crime, após a absolvição do réu, ele é assassinado pelo irmão da vítima, Antônio Alexandre Pereira com três tiros. Já no livro *Casa de Pensão*, a personagem Amélia, que teria sido inspirada na vítima Júlia Pereira, teria seduzido Amâncio, inspirado em Capistrano, enquanto este estivera doente e ele acaba respondendo pelo crime de defloração. Amâncio conquista o público no julgamento, mas, acaba assassinado por Coqueiro, irmão de Amélia ao fim do livro. Ver.: PORTO, A. G. “*Pedaços de carne crua e ensanguentada*”: uma análise de *Casa de Pensão* e *Mistério da Tijuca de Aluísio Azevedo*. Remate de Males, Campinas, SP, v. 29, n. 2, p. 217–229, 2010; PORTO, A. G. *Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil (1870-1920)*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 2009.

degradação das personagens não apenas pelo meio em que conviviam, mas por uma criação inadequada”<sup>28</sup>.

O mesmo movimento híbrido ocorreu em 1885, quando o autor publicou o folhetim *Mattos, Malta ou Matta?* na revista *A Semana*. O romance, mais uma vez, se inspirava nas notícias que então haviam tomado conta da imprensa. João Alves de Castro Malta foi preso pela guarda urbana do Rio de Janeiro, em 16 de novembro de 1884, “sob a justificativa de ser vagabundo e perturbador da ordem pública”. Poucos dias depois, em 19 de novembro, a morte do rapaz foi noticiada pela polícia, porém com o nome de João Alves de Castro Mattos, “vítima de uma congestão hepática na casa de detenção”<sup>29</sup>. Após justificar o erro no certificado de óbito e confirmar que o falecido se tratava de fato de Castro Malta, mobilizou-se grande discussão na imprensa pela elucidação do caso, a ponto de provocar a exigência de exumação do cadáver enterrado e seus desdobramentos, provocaram grande controversa entre os que acompanhavam o caso<sup>30</sup>. O caso levou ao pedido de demissão de Tito de Mattos, chefe de polícia e de 3 subdelegados para evitar responsabilidades. Os jornais travaram uma luta contra a polícia, sustentando a tese de que ali se escondia propositalmente um crime hediondo, em que os oficiais não tinham a intenção de deslindar. Desmoralizada, pairou sobre a polícia suspeitas de assassinato, ocultação de cadáver, negligência técnica, corrupção etc. Sem solução, o mistério proporcionou a Aluísio Azevedo a oportunidade de escrever seu folhetim, cujo objetivo foi denunciar o crime, propondo uma resolução para a investigação<sup>31</sup>. Ou seja, um caso amplamente noticiado nos jornais, que gerou grande polêmica sobre a atuação da polícia da Corte e que não teve um desfecho concreto, acabou migrando para as páginas da ficção, mostrando que os folhetins eram entendidos como um espaço possível de debates sobre questões sociais candentes.

Valentim Magalhães certa vez afirmou: “Aluísio Azevedo é, no Brasil, talvez o único escritor que ganha o pão exclusivamente à custa da pena, mas nota-se que apenas ganha o pão: as letras no Brasil ainda não dão para pagar a manteiga”<sup>32</sup>. Essa observação evidencia a realidade enfrentada pelo autor, cujo ofício o levou a produzir obras de caráter

---

<sup>28</sup> *Ibidem*, pp. 295-296.

<sup>29</sup> CAMPOS, Heitor Moreira. Cidadania por um fio: o caso Castro Malta (1884-1885) das páginas de jornais para a sala de aula. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024, pp. 35-36.

<sup>30</sup> *Ibidem*.

<sup>31</sup> FANINI, A. M. R. *Os romances-folhetins de Aluísio Azevedo: Aventuras periféricas*. Op.cit., p.144-145.

<sup>32</sup> MAGALHÃES, Valentim. *A literatura brasileira (1870-1895)*. Lisboa: Livraria de Antônio Maria Pereira, 1896. p. 24.

comercial, muitas vezes encomendadas pelos proprietários de periódicos. Esses textos buscavam agradar ao público burguês com narrativas leves, ao mesmo tempo em que diluíam posicionamentos jornalísticos sob a forma literária. Ao longo de sua trajetória, o autor de *Philomena Borges* publicou inúmeros folhetins, a maioria deles fruto de colaborações e encomendas de grandes diretores de jornais. No total, foram cerca de sete romances publicados em rodapés<sup>33</sup>, frequentemente considerados pela crítica como obras de menor prestígio devido ao seu caráter mercadológico, que refletia uma necessidade financeira do escritor. No entanto, essa visão é contestada por estudiosos de Aluísio Azevedo, que reconhecem nessas obras um valioso objeto de pesquisa para a compreensão de seus propósitos sociais e literários.

O próprio Aluísio Azevedo refletiu sobre a comercialização de seus folhetins no prefácio de *A Mortalha de Alzira*, esclarecendo aos leitores que a obra não nasceu de uma inspiração pessoal, mas de uma encomenda da *Gazeta de Notícias*, cujos responsáveis haviam determinado seu “caráter literário”<sup>34</sup>. Apesar de ser um romance direcionado e moldado por exigências editoriais, o autor enfatizou que o folhetim “não foi produzido com menos amor ou desejo” do que suas outras “filhas literárias”. Embora o chamasse de “filho bastardo”<sup>35</sup>, ele ainda assim fazia parte de sua bibliografia, pensada e elaborada por ele, mesmo dentro de certas limitações. Embora a obra tenha sido concebida sob demanda, não se pode afirmar que os textos de Azevedo eram inteiramente ditados pelos donos dos jornais. Pelo contrário, é possível identificar no folhetim estratégias do autor que, ao mesclar os temas encomendados com sua própria visão crítica, explorava os costumes políticos e a sociedade burguesa, conferindo à narrativa um olhar analítico sobre a realidade de sua época.

É fundamental destacar que a primeira edição do livro *Philomena Borges* foi dedicada ao dono da *Gazeta de Notícias* e, ao contrário da *Mortalha de Alzira*, não possuía um prefácio evidenciando uma possível encomenda dos editores para esta nova obra. Contudo, o diálogo entrosado entre o escritor e o fundador do periódico levanta indícios

---

<sup>33</sup> Em ordem cronológica, os folhetins de Aluísio Azevedo são: *Condessa Vesper* (1882), *Girândola de amores* (1882), *Philomena Borges* (1884), *Malta, Mattos ou Mata?* (1885), *O coruja* (1890), *A mortalha de Alzira* (1894) e *Livro de uma sogra* (1895).

<sup>34</sup> A *Mortalha de Alzira* é um romance de Aluísio Azevedo encomendado para compor o folhetim do periódico *Gazeta de Notícias*, e publicado entre 13 de fevereiro a 24 de março de 1891. Ver: OLIVEIRA, Sabrina Baltor de. O espaço do folhetim na imprensa e na literatura: maldição ou um lugar aos solos casos exemplares de Théophile Gautier e Aluísio Azevedo. Ver: *Nogueira, Luciana Persice*. (Org.). *Literaturas Francófonas II: debates interdisciplinares e comparatistas*. 1ed. Rio de Janeiro: *Dialogarts*, 2018, v. 1, p. 230-245.

<sup>35</sup> AZEVEDO, Aluísio. *A Mortalha de Alzira*. Rio de Janeiro: Fauchon & Cie, 1893. pp. 9-15.

de que a produção do romance seria fruto de mais uma encomenda. Difícil saber no que consistia tais encomendas, se eram temáticas, políticas, entre outros. O que se sabe é que, em meio à narrativa que versava sobre o casamento da jovem e sonhadora Philomena, estavam críticas ao regime imperial, retratos de um imperador caricatural, além de ácidos comentários sobre uma lógica clientelista no funcionamento do governo imperial. Em *Philomena Borges* há passagens, por exemplo, em que o narrador faz referência ao emprego de conhecidos e amigos nos cargos do governo, tema que naquele mesmo momento circulava por outras colunas do jornal, como podemos ver nas “Cousas Políticas”, publicada em 30 de abril de 1883, meses antes do romance:

Da atual geração de homens políticos, que ocupam altas posições, não há muitos em que o povo confie. As concessões aos amigos políticos e pessoais, o filhotismo, o patronato desbragado, a advocacia administrativa, têm criado uma atmosfera de suspeição que envolve quase todos. Há uma classe, porém particularmente perigosa, porque se compõe de homens políticos que sem estarem isentos dos defeitos dos outros, têm mais um, o de serem amigos pessoais do Imperador... O monarca tem coração como os outros homens. A sua posição leva-o a suspeitar que nem sempre é sincera a dedicação de que lhe encham os ouvidos; mas quando por simpatia ou por qualquer outra coisa, chega a crer na sinceridade de um amigo, o coração imperial é chamado a ter votos nos Conselhos de Estado.<sup>36</sup>

Aluísio Azevedo e o redator-chefe da *Gazeta* certamente partilhavam opiniões semelhantes quanto ao cenário político do Brasil, provavelmente se reconhecendo na crítica a várias instituições, tais como a escravidão e, quiçá, a monarquia. Ambos eram defensores do movimento abolicionista e, com algumas nuances de diferenças no estilo da escrita, criticavam vigorosamente o sistema monárquico.

Outro tema que certamente era caro aos dois naquele momento, e que está no centro da análise desta dissertação, trata das relações conjugais e da instituição do casamento naquele final de século. Em plena disputa sobre projetos imigrantistas, pautas como a laicização do Estado estavam na ordem do dia. Defensores de uma separação entre Igreja e Estado, pensando na vinda de imigrantes europeus protestantes para o Brasil, muitos jornalistas e intelectuais brasileiros discutiam naquele momento o batismo, a morte e o casamento como questões de ordem civil e não religiosa. Em meio a essas

---

<sup>36</sup> Ferreira de Araújo, “Coisas Políticas”, *Gazeta de Notícias*, 30/04/1883, p.1.



questões, é importante lembrar que, desde a sua fundação, em agosto de 1875, a *Gazeta* demonstrou interesse por temas que versavam sobre família, casamento e, muitas vezes, sobre o desarranjo dessas instituições. Tal interesse permeava muitas colunas que pautavam as deficiências presentes nos casamentos, responsáveis por fomentar notícias de violência, adultério e homicídio, evidenciando a preocupação dos intelectuais da época em institucionalizar as famílias, permitir que a dissolução dos contratos fosse admitida. Sendo Aluísio Azevedo um literato e caricaturista preocupado em criticar temas relativos ao clero, à escravidão, à educação, ao teatro e à família real, tornou-se possível enxergar em sua produção folhetinesca a presença do “tom de deboche típico do ambiente irreverente dos periódicos”<sup>37</sup>. Sob essa perspectiva, *Philomena Borges* talvez tenha sido pensada, entre outras, a partir de alguns dos debates sobre tais temas, evidenciando sua interlocução, assim como fizeram outros folhetins, com notícias e conteúdos que extravasavam o rodapé do jornal. Pensar sobre a necessidade de reger os acordos conjugais e tratá-los sobre o âmbito da lei, separando-o da esfera religiosa, se impunha como uma pauta do momento e Aluísio Azevedo parece não ter poupado esforços em pensar as dinâmicas conjugais em seu *Philomena Borges*. A crítica ao velho modelo matrimonial talvez se juntasse às outras tantas feitas a um regime que parecia decadente ao olhar de jornalistas e escritores ligados à *Gazeta*. Se a monarquia constantemente era alvo do jornal, não podemos esquecer que ela sintetizava outras instituições, entre elas a Igreja e a escravidão. Um passado que talvez fosse visto como necessário superar para alcançar os novos projetos de nação defendidos por esses escritores. .

Portanto, ao reconhecer a importância social dos romances-folhetins e sua capacidade de provocar reflexões sobre o cotidiano, estabelecendo um diálogo direto com o texto jornalístico, o estudo de *Philomena Borges* revelou-se promissor, sobretudo no que diz respeito à discussão do matrimônio. Assim como o jornal, o romance tornou-se um “dilatador do cotidiano”, criando um “empréstimo intertextual” em que as fronteiras entre a ficção e o relato jornalístico se tornaram fluidas. Dessa forma, o folhetim incorporou às suas tramas as questões abordadas nas páginas superiores do periódico, integrando-as à sua narrativa romanesca<sup>38</sup>.

<sup>37</sup> LEVIN, Orna Messer. “Prefácio”. In: AZEVEDO, Aluísio. *Aluísio Azevedo: ficção completa em dois volumes*. (Org. Orna Messer Levin). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005. v. 1, p. 21.

<sup>38</sup> THÉRENTY, Marie-Ève; CATHARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira. O Longo e o Cotidiano Sobre a Dilatação Midiática dos Romances nos Séculos XIX e XX. In.: *Revista Interfaces*, v. 22, n. 1, p. 117-136, 2015, p. 123.

No caso do folhetim analisado nesta pesquisa, é essencial refletir sobre as razões que levaram a *Gazeta de Notícias* a construir uma protagonista que recusa seu marido e impõe um novo ritmo ao casamento. O espaço conquistado pelos folhetins no rodapé das páginas dos jornais, muitas vezes funcionando como uma extensão dos temas do dia, nos leva a questionar: quais conexões podem ser estabelecidas entre o romance *Philomena Borges* e o periódico que o publicou? Seria possível considerar apenas uma coincidência o fato de um folhetim, como o de Aluísio Azevedo, seguir os clichês tradicionais que garantiam o sucesso de vendas, intercalando entre seus capítulos os cômicos impasses amorosos de um casal burguês, para atrair leitores por meio da identificação com o cotidiano. No entanto, a narrativa revela temas que, embora sutis, dialogam com outras seções do jornal que naquele momento estão tratando, entre outros assuntos, das experiências diversas de mulheres casadas no folhetim popular e a crescente preocupação social em regulamentar a conduta feminina, em meio ao questionamento e à desestruturação dos contratos nupciais.

Em um breve panfleto conjugal publicado em 1830, intitulado *Fisiologia do Casamento*, Balzac refletiu sobre o contrato matrimonial após constatar que “a soma dos maus casamentos [era] superior à dos casamentos felizes”. Com sarcasmo, o autor questionava uma sociedade burguesa cujas leis, crenças e valores estavam fundamentados no arranjo conjugal. Dirigindo suas reflexões aos homens, Balzac discorreu sobre temas como o lar, a lua de mel, a leitura feminina e o leito matrimonial, que ele definia como a essência do casamento. Em relação ao papel da mulher na união, ele a descrevia como “uma propriedade que se adquire por contrato”, pois, ao longo da história “das nações ditas civilizadas”, o homem teria “[escrito] as leis que regulam o destino das mulheres”, reduzindo-as a meros “anexos do homem”<sup>39</sup>. Mesmo diante de uma diferença temporal considerável entre o panfleto e a publicação de *Philomena Borges*, o escritor francês por certo ainda era considerado uma referência literária e intelectual. Portanto, essas considerações nos permitem refletir por que um romance em que a protagonista se recusa a cumprir os deveres matrimoniais e se empenha em transformar os hábitos arraigados de seu marido, com a clara intenção de moldá-lo, foi escolhido para ocupar as primeiras páginas de um dos maiores jornais do país por aproximadamente um mês?

O que se propõe nas próximas páginas deste trabalho é compreender os meios pelos quais Aluísio Azevedo pensou e interpretou o mundo do qual fazia parte e como,

---

<sup>39</sup> BALZAC, Honoré de. *Oeuvres complètes*, vol. XI, p. 1030, apud MEYER, 1996, *Op. Cit.*, p. 250.

através da ficção, tentou debater questões que considerou fundamentais em seu momento histórico. Como, a partir de seu *Philomena Borges*, ele decidiu refletir sobre as relações conjugais no Brasil na década de 1880. Com a pesquisa levantada neste trabalho, sabemos que nas outras colunas do jornal circulavam experiências diversas das mulheres no século XIX, por meio de temas que perpassavam por casamentos, divórcios, relações conjugais, educação e bons costumes. Estas pautas integravam o contexto social e histórico do qual Aluísio Azevedo fazia parte e podem ter colaborado para inspirar a narrativa criada por ele. É também relevante perceber como a *Gazeta* escolhia fatos, eventos, artigos e fascículos diversos sobre as mulheres para serem publicados em suas páginas e como estes temas dialogavam, de certa maneira, com o que circulava pelas histórias de *Philomena*. Embora composta por vozes dissonantes, responsáveis por debater as grandes questões da época, a *Gazeta de Notícias* mostrou, por meio da relação entre o casamento (tema central do folhetim) e as notícias que abordavam a adoção do Estado Laico no Brasil, que a escolha pelo folhetim pode não ter sido aleatória. Ao contrário, tratou-se de uma tentativa de estabelecer um diálogo com seus leitores habituais, que questionavam não apenas a condução feminina, mas também a falência dos arranjos conjugais, enquanto a permanência do matrimônio indissolúvel era debatida no Brasil<sup>40</sup>.

No capítulo 1, será analisado o processo de divulgação do folhetim *Philomena Borges* e a estratégia empregada pelos redatores da *Gazeta de Notícias*. Para isso, foram examinadas todas as publicações que mencionaram o nome da protagonista no jornal, desde sua primeira aparição, em 7 de outubro de 1883. O objetivo do capítulo é compreender como tanto o periódico quanto o autor do folhetim trabalharam não apenas para aumentar os lucros da publicação, mas também para refletir sobre o comportamento feminino por meio de suas notícias, crônicas e anúncios, gerando uma polêmica que precedeu a publicação do romance na folha. Além de analisar a estratégia publicitária do jornal, o capítulo também analisa a recepção de obras literárias como *Madame Bovary* (1856), *Confissões de uma viúva moça* (1865) e *O Primo Basílio* (1878), que abordaram temas como o casamento burguês e a conduta feminina, visando entender como os homens de letras da época reagiram a essas questões.

---

<sup>40</sup> Ao longo da década de 1880 a *Gazeta* apresentou artigos e comentários tecendo críticas aos defensores do casamento indissolúvel. Um claro exemplo é o artigo intitulado *A Questão do Divórcio*, no qual o redator elogia e comenta a carta publicada por Alexandre Dumas, em específico, sobre seus apontamentos no que diz respeito a mulher. No artigo o autor concorda com Dumas ao firmar a necessidade de tratar o casamento como uma questão civil, portanto regida por leis civis, criticando os defensores da indissolubilidade por basearem-se na doutrina católica. A defesa do Estado Laico é evidente nesse, e em outros artigos escritos por redatores e colaboradores do jornal. Ver: *Gazeta de Notícias*. 23/05/1880. p.2. ed. 142.

De acordo com a metodologia de análise apresentada, no capítulo 2 serão examinados o romance *Philomena Borges* e a maneira como suas temáticas centrais se conectavam aos textos produzidos pelos editores do jornal em que foi publicado. Nesse sentido, o estudo da *Gazeta de Notícias* buscou identificar pontos de interlocução entre o casamento (tema central do folhetim) e o comportamento feminino. Paralelamente, foram analisadas outras obras literárias, publicadas em períodos próximos a *Philomena Borges*, que também questionaram o potencial de intervenção das mulheres nas relações, como *Helena* (1876) e o conto *Capítulo dos Chapéus* (1884).

Por fim, o capítulo 3 focou no estudo das personagens secundárias do romance, analisando-as a partir das discussões sobre classe, raça e gênero. Essas personagens revelam o potencial da literatura para refletir, por meio das interpretações de seu autor, sobre os conflitos entre homens e mulheres. Assim, o folhetim de Aluísio Azevedo destacou como a luta das mulheres, de diferentes classes, era entendida e forjada nas seções literárias, enquanto no corpo editorial da *Gazeta de Notícias* circulavam relatos de mulheres reais (viúvas ou casadas) que buscavam maior participação no cenário econômico da época, além do direito de limitarem judicialmente o acesso de seus corpos aos maridos.

## CAPÍTULO I - *Philomena Borges* e a antecipação da polêmica

### 1. 1. Quando e como *Philomena* apareceu nos jornais

Em dezembro de 1883, o folhetim *Philomena Borges* estreava no rodapé da *Gazeta de Notícias*. O romance surgia em seção de primeira página, em um periódico acessível e de amplo alcance, com tiragem de 24 mil exemplares<sup>1</sup>. Nele, Aluísio Azevedo publicou seu romance-folhetim em vinte e sete edições<sup>2</sup>, levando ao público a história da jovem Philomena que, após contrair um casamento sem amor, decidiu traçar os próprios rumos de sua vida conjugal ao negociar com seu marido suas ambições em troca do seu afeto.

O surgimento do romance *Philomena Borges* nas páginas da *Gazeta* antecede, entretanto, a publicação do folhetim. Em meio a uma enorme propaganda, iniciada no dia 7 de outubro de 1883, dois meses antes da publicação do romance no rodapé do periódico, a personagem criada por Aluísio Azevedo surgia nas páginas do jornal de Ferreira de Araújo de forma inusitada, com claros fins de propaganda da nova empreitada. A divulgação do novo folhetim apareceria em diferentes seções da *Gazeta*, entre elas a coluna humorística intitulada “Balas de Estalo”, uma série de crônicas redigidas por Ferreira de Araújo, Valentim Magalhães, Demerval da Fonseca, Henrique Chaves, Capistrano de Abreu e Machado de Assis<sup>3</sup>. Desde a inauguração destas crônicas, no dia 3 de abril de 1883 (mesmo ano da publicação do folhetim), as mudanças sofridas pelo Brasil, em especial a cidade do Rio de Janeiro, nas últimas décadas do século XIX, apresentavam-se como a principal discussão dos narradores. Por meio de crônicas curtas e engraçadas, eram produzidas críticas sobre a sociedade e as notícias do jornal e até

<sup>1</sup> BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000, p. 43.

<sup>2</sup> O folhetim foi publicado em 27 edições do jornal de forma seriada e sequencial desde o dia 18 de dezembro de 1883 (terça-feira) até o dia 13 de janeiro de 1884 (domingo). Ao todo somaram-se XXIV capítulos de folhetim, sendo a maioria publicados no rodapé da primeira página do jornal.

<sup>3</sup> Ferreira de Araújo, médico, jornalista e redator da *Gazeta de Notícias*, utilizava o pseudônimo de Lulu Sênior. Valentim Magalhães, advogado, jornalista, escritor, crítico literário e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, utilizava o pseudônimo de José do Egito. Demerval José da Fonseca Rezende foi um importante médico, jornalista e teatrólogo e utilizou os pseudônimos de Décio e Publicola. Henrique Chaves foi jornalista, tradutor e teatrólogo e usou os pseudônimos de Zig-Zag e João Tesourinha. Capistrano de Abreu atuava como historiador e utilizou os pseudônimos de Mercutio e Blick. Machado de Assis, escritor e jornalista, atuou como chefe da seção da Secretaria da Agricultura desde 1876, era conhecido como Lélío durante a publicação das crônicas “Balas de Estalo”. Ver: RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: política e humor nas crônicas de Machado de Assis*. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2016 pp.62-66

mesmo fatos absurdos e pitorescos eram usados para aproximar o leitor do cotidiano político e social do império<sup>4</sup>. E foi nesta seção que a figura de Philomena Borges apareceu pela primeira vez, embalada pelos comentários humorísticos dos cronistas que a produziam.

Uma das estratégias da *Gazeta* para divulgar o novo romance-folhetim foi apresentar, por meio das “Balas de Estalo”, rumores de que Philomena tratava-se de uma mulher misteriosa, em princípio real, da qual a única informação que se tinha conhecimento seria o seu nome. Nas crônicas, ela surge como a mulher que está distribuindo cartões de visita pela cidade, que teriam sido entregues por engano à população da corte carioca. A falta de informações presentes no envelope sobre a mulher descrita no cartão compôs o repertório dos cronistas para divulgar a figura que até então não se sabia ser uma personagem do novo folhetim da *Gazeta*. Em poucos dias, Philomena Borges se tornaria o assunto do momento, não demorando muito até que seu nome ganhasse espaço em outras colunas do periódico<sup>5</sup>. Uma das primeiras aparições de Philomena nas “Balas de Estalo” ocorreu no dia 7 de outubro, com Lulu Sênior, pseudônimo do escritor e fundador do jornal, Ferreira de Araújo. Em sua crônica, ele dizia ter recebido um “envelope” contendo um “cartão de visita” com o nome “*Philomena Borges*”, nome da mulher que acreditava se tratar de uma “admiradora” do seu “talento”:

Estou um pouco intrigado com uma aventura em que me distribuíram papel, e vou dar conta ao público, parte por modéstia, parte porque desejo ver se acho quem me ponha a cousa em pratos limpos. Há dois ou três dias recebi pelo correio, em um envelope cortado no canto um cartão de visita com este nome: *Philomena Borges*. Como na véspera tinha eu deitado *Balas de Estalo*, acreditei modestamente que Philomena Borges era uma admiradora do meu talento, e confesso que não me causou grande abalo essa manifestação, porque tenho recebido outras mais ruidosas. No dia seguinte, outro cartão da mesma senhora. Ora, depois das *Balas*, que me lembre, não tinha eu dado outra prova aos meus leitores da minha elevada inteligência e vasta erudição, e passei, portanto, a crer, ainda mais modestamente, que Philomena não era uma admiradora dos meus talentos, mas sim dos meus encantos físicos<sup>6</sup>.

Em tom de pilhéria, o cronista questionava o motivo do envio de tais cartões, atribuindo a possibilidade de Philomena ter se apaixonado por ele ao encontrá-lo no

---

<sup>4</sup> *Ibidem*.

<sup>5</sup> De acordo com a pesquisa de Lucas de Castro Lamonica, as notícias que usufruíam o nome de Philomena, brincavam com informações que transitavam pelo jornal em edições anteriores. Por exemplo, endereços divulgados nas notas, correspondiam a lojas e pontos comerciais, valendo-se do tema principal, Philomena Borges, para tratar questões secundárias. Ver: LAMONICA, Lucas de Castro. *Filomena Borges: romance, imprensa e política*. Dissertação (Mestrado Em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas. Campinas- SP, 2015.

<sup>6</sup> LULU SÊNIOR, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 7/10/1883, p. 2.

“Teatro Lírico”. Em sua “bala”, Lulu Sênior flertava com a jovem ao afirmar ter espaço para abrigar a suposta afeição da moça em seu coração, que, em alegoria, é descrito como “uma casa de diversos andares” na qual os quartos se “alugam por hora”<sup>7</sup>. Lulu Sênior, com galhofa, satirizava a monogamia masculina, fazendo alusão ao adultério e à prostituição. Se, por um lado, o literato convidava Philomena para um enlace amoroso, por outro, o autor justificava que não se fazia exclusivo a ninguém, visto que nas redondezas de onde cresceu, “nas beirinhas do chafariz da Carioca”, se envolver com mais de uma mulher era prática comum entre os homens<sup>8</sup>. Ou seja, já na primeira vez em que aparece no jornal, a imagem de Philomena Borges se misturava às sugestões de certa promiscuidade, colocando em xeque o seu comportamento, sua honra e personalidade perante os leitores da *Gazeta*. A estratégia do periódico parecia ser a de despertar a curiosidade do leitor em torno da mulher (que se dizia real), a fim de levantar certo ar de suspense até que fosse publicado o folhetim de Aluísio Azevedo.

Em sua segunda aparição no jornal, também nas crônicas “Balas de Estalo”, Décio, pseudônimo do médico e jornalista Dermeval da Fonseca, comentava sobre a “apresentação escandalosa” de Philomena Borges na cidade do Rio de Janeiro. Segundo o cronista, a “ilustre dama” cumprimentara toda a cidade do Rio de Janeiro enviando seus cartões a “literatos, artistas, médicos, advogados, comerciantes, diplomatas, professores, estudantes, membros do parlamento”<sup>9</sup>. Ao opinar sobre a misteriosa moça, Décio dizia que Philomena era uma mulher provocante, “um *D. Juan* de saias, uma mulher perigosa”. Especulando sobre quem seria a mulher dos cartões, Décio apontava que o “Sr. Freire”, médico responsável por elaborar no Brasil uma vacina contra febre amarela<sup>10</sup>, “lobrigava” “ao longe uma estrangeira recém-chegada” que se prestaria “facilmente a deixá-lo inocular nela o seu micróbio”. Também recordava aos leitores que a circulação dos convites coincidia com a “ordem” do Sr. Chefe de polícia de mandar fechar todos os quartos” que se alugavam por hora. Mais uma vez, assim como fizera Lulu Sênior, antes mesmo do aparecimento do romance propriamente dito, o comportamento feminino e a

---

<sup>7</sup> Segundo Lucas de Castro Lamonica a temática da prostituição em torno da mulher, levantada por Lulu Sênior, serviu para conduzir os leitores sobre o perfil da senhora que teria enviado os cartões. Ver: LAMONICA, Lucas de Castro. *Filomena Borges: romance, imprensa e política*. Campinas, SP, 2015, p. 11.

<sup>8</sup> Lulu Sênior, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 7/10/1883, p. 2.

<sup>9</sup> Décio, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 8/10/1883, p. 2.

<sup>10</sup> Sobre o método de tratamento do Dr. Domingos José Freire, contra a febre amarela ver: *Gazeta de Notícias*, 12/03/1880, p.1. Sobre o tema, ver BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora UFRJ, 1999.

temática da mulher como uma ameaça já haviam se tornado pauta nas páginas do periódico. Ao concluir sua crônica, Décio alertava:

As senhoras casadas, essas não devem por modo algum descansar na fidelidade dos seus maridos, por mais conselheiro-henriques que eles sejam: diante da nevrose amorosa de Philomena, deste seu histerismo sem limites, não há feito possível, e todos os que calçam calças, parecem que estão fadados a passar pelas forças caldinhas ou philomenicas.

Aquela mulher deve ser insaciável. Caprichosa e volúvel, afigurasse-nos que ela subirá todos os degraus na carreira da dissolução, e com o fim único de ganhar a maior experiência conhecendo tudo. Ela tenciona a conhecer toda a escala: abraçar um homem tão extraordinariamente magro como eu Décio, e ao mesmo tempo ser abraçada por um homem tão enormemente gordo como Lulu Sênior<sup>11</sup>.

Conhecido por ser o médico da série, suas apresentações costumavam ser pontuadas por meio de seus argumentos de autoridade científica<sup>12</sup>. Sobre Philomena, Décio não escreveria de forma diferente. Para ela, o narrador decide produzir um diagnóstico, sentenciando com muitos adjetivos aquela mulher chamativa que se anunciou aos quatro cantos do Rio de Janeiro por meio de uma “apresentação escandalosa”. Como se o cartão de visitas representasse uma tentativa de diálogo entre a paciente e o médico, Décio concluía sua anamnese e, a partir dela, decretava que a misteriosa mulher seria “insaciável”, “volúvel”, portadora de uma “nevrose amorosa” e de “histeria” incontrolável. O laudo de Philomena era irreversível. Para o cronista, se tratava de uma mulher “fadada a promover o escândalo” na capital e que, com as suas “intenções sinistras”, representava o início do desassossego e de “desgraças no seio de famílias honestas e tranquilas”<sup>13</sup>.

Ao longo do século XIX, por meio de discursos de caráter jurídico e científico, o corpo da mulher foi qualificado e desqualificado com o objetivo de se exercer o poder de disciplina e controle. Saturadas por uma sexualidade intrínseca ao próprio corpo, mulheres foram julgadas como portadoras da patologia do histerismo e, portanto, deveriam ser controladas mediante o estabelecimento de uma comunicação entre o corpo social (que deveria assegurar a fecundidade), o espaço familiar e a função biológico-moral para com a vida e educação das crianças<sup>14</sup>. Desse modo, a análise de uma mulher nervosa e histérica, como fez Décio em sua crônica, compunha o repertório de discursos com

---

<sup>11</sup>*Ibidem*.

<sup>12</sup>RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: política e humor nas crônicas de Machado de Assis*. *Op.cit.* p.64.

<sup>13</sup> Décio, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 8/10/1883, p.2.

<sup>14</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. 16ª. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2023, p.113.



propósitos de impor uma pedagogia sobre o corpo feminino. Na crônica de “Balas de Estalo”, Philomena surgia como portadora de uma doença incontrolável e capaz de contaminar até mesmo os homens casados mais afeitos da Corte. Sem ainda saber que se tratava de um personagem do novo romance de Aluísio Azevedo, o leitor do jornal era incitado a ver na figura da misteriosa mulher um comportamento tido como desregrado, desviante e, por isso, objeto de discussão pública. Reunindo elementos de uma polêmica, a ideia da propaganda promovida pela *Gazeta* parecia ser a de levantar suspeitas sobre o comportamento daquela mulher.

A mulher dos cartões de visita surgirá novamente nas “Balas de Estalo” no dia 9 de outubro de 1883<sup>15</sup>, desta vez pelas mãos de Zig-Zag, pseudônimo usado por Henrique Chaves, crítico teatral e um dos sócios fundadores da *Gazeta de Notícias*. Em sua “bala”, o cronista se aliava ao coro dos que viam em Philomena o estereótipo de mulher de conduta provocante, inconsequente e exibicionista. Assim como Lulu Sênior e Décio, Zig-Zag dedica sua crônica à mulher que, “sob a proteção de um selo barato”, acabou por, nos últimos dias, se introduzir “traíçoeiramente no lar doméstico”, “como um réptil venenoso”, a “despertar com as suas picadas agudas e dolorosas o ciúme entorpecido das *ménages* de cinquenta anos”. Sem a “memória” de ter visto “dois nomes” tão “vulgares” e “insignificantes” como os de Philomena provocarem tamanho alvoroço, o escritor afirma que seu nome, espalhado em convites no seio de lares domésticos, foi o responsável por grande “coro de imprecações e de maldições”<sup>16</sup>.

Zig-Zag afirmava ainda também ter recebido os cartões com o nome de Philomena que, “como a *Morgadinha de Val-Flor*”<sup>17</sup>, podia ser um “diabo”, ou um “anjo”. O cronista fazia referência à peça escrita em 1870 pelo português Manoel Pinheiro Chagas, que naquele momento era aclamada pelo público brasileiro<sup>18</sup>. O cronista, ao comparar

---

<sup>15</sup> Lucas de Castro Lamonica aponta que no dia 9 de outubro de 1883, são produzidas duas referências ao nome de Philomena. A primeira na *Gazeta de Notícias*, dando continuidade a proposta do periódico em estimular o interesse pela mulher antes da divulgação do folhetim e a segunda é feita no jornal *Corsário* na coluna “Seção humorística”, sob o título “É a tal cousa”. Na coluna, o redator do artigo, zomba da suposta barriga de Lulu Sênior, aconselhando Philomena a não aceitar a proposta feita pelo pseudônimo nas “Balas”, pelo fato de a barriga atrapalhar o desenvolvimento sexual. Ver: LAMONICA, Lucas de Castro. *Filomena Borges: romance, imprensa e política*. Dissertação (Mestrado Em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas. Campinas- SP, 2015. p.16-17.

<sup>16</sup> Zig-Zag, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 9/10/1883, p.2.

<sup>17</sup> CHAGAS, Pinheiro. *A Morgadinha de Val-Flor*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria de Cruz Coutinho — Editor, 1870

<sup>18</sup> A peça de Pinheiro Chagas teve largo alcance nos palcos dos teatros entre as décadas de 1870 e 1880, sendo reproduzida inúmeras vezes. No dia 06 de janeiro de 1884, quando o romance *Philomena Borges* já estava sendo publicado, era comunicado aos leitores a exibição do “festejado drama *A Morgadinha de Val Flor*”, no teatro “Novidades”. “Theatros E...”, *Gazeta de Notícias*, 06/01/1884, p.1.

Philomena e *Morgadinha*, antecipava aos leitores não só as pistas sobre o caráter ficcional e polêmico da mulher misteriosa que tomara as páginas dos jornais cariocas, como também aproximava aquelas duas figuras femininas que se tornaram protagonistas de histórias narradas em romances e peças de teatro. Isso porque Leonor, a personagem principal de *a Morgadinha de Val-Flor*, também fora recebida pelo público dos teatros de maneira assaz, uma vez que retratava uma mulher nobre, cujo temperamento e inteligência chegava a superar o dos homens, possibilitando a emancipação feminina em um mundo no qual estava circunscrito às mulheres a quietude do lar e as ocupações domésticas<sup>19</sup>. Na década de 1870, Henrique Chaves escreveu uma crítica ao *Diário do Rio de Janeiro* sobre a peça, na qual afirmava que Leonor se tratava de um “algoz”, “fidalga soberba” que não conseguiu se ‘esquivar de ser uma “mulher fraca”, ora “amável”, “violenta” e “vingativa”<sup>20</sup>. Tais características, permitem compreender a imagem que Zig-Zag ia delineando quanto a personalidade Philomena Borges: uma mulher soberba e perigosa, cujo nome circulava pela corte introduzindo incertezas no ambiente “doméstico”:

Para mim ela pode ser tudo quanto quiser.  
 Não me detenho nem por um segundo a procurar decifrar esta nova Esfinge chamada Philomena Borges. (...)  
 Se eu fosse o único a receber o cartãozinho, pouco me importaria que nele estivessem escritos estes detestáveis nomes de Philomena e de Borges. Creio mesmo que ficaria lisonjeado. Mas a tal mulherzinha não é de miudezas. Quando trata de expedir cartões, fá-lo aos milhares<sup>21</sup>.

Nessa perspectiva, o cronista definia a mulher como uma ameaça<sup>22</sup>, pois as figuras femininas não seriam somente sentimentais, perigosas, volúveis e fracas, mas também representariam a fraqueza masculina ao ameaçar os homens por meio de suas atitudes consideradas “vulgares” e” [perversas]”. Questionando a ausência de informações sobre a “mulherzinha” que ocupava a atenção do Rio, Zig-Zag dirigia a ela “um pedido, em nome da tranquilidade das famílias honestas”: que “D. Philomena-[acrescentasse] ao cartão: Rua tal, números tantos”, congregando a estratégia do

<sup>19</sup> LIMA, Françoise Jocelyne Vanhulle. *A Morgadinha de Valflor: a esperança de um sonho*. Para uma leitura comparativa do drama de Pinheiro Chagas. Dissertação (Mestrado em Literatura). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. 2006.p.84

<sup>20</sup> Henrique Chaves, “Comunicado”, *Diário do Rio de Janeiro*, 10/01/1870, p.1.

<sup>21</sup> Zig-Zag, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 9/10/1883, p.2.

<sup>22</sup> RAMOS, Ana Flávia Cernic. Philomena Borges: uma leitora de folhetins sob o olhar de Aluísio Azevedo. In: *XIX SEMANA DE HISTÓRIA DA UNESP HISTÓRIA, LEITURA E CULTURA MIDIÁTICA*, 2014. Franca. Anais. p. 370-379.

periódico, que envolvia o público por meio do suspense em torno da personagem que havia se tornado alvo das “Balas de Estalos”, nos últimos dias.

No dia 10 de outubro de 1883 seria a vez de Lélío, pseudônimo de Machado de Assis nas “Balas de Estalo”, comentar sobre a misteriosa mulher, Philomena Borges. Diferente dos outros cronistas, Lélío dará voz à mulher que se tornara assunto dos jornais. Na crônica, ele afirma ter sido interrompido em seu trabalho por uma “graciosa dama, vestida de preto, olhos grandes, apaixonados, rendas pretas na cabeça e no colo”, que se apresentava como Philomena Borges. Segundo o cronista, a mulher “estava desesperada” e por isso lhe pedia o favor de publicar a sua história, ciente de que seu nome “[andava] nas folhas, com alusões e ditos que a [desdouravam]”<sup>23</sup>. Philomena assim se apresentava:

-Vou contar-lhe o caso. Mande imprimir uns dois mil cartões de visita em casa de um litógrafo, e ajustei-os por oitenta mil réis. Ficaram prontos no prazo marcado; mas achei-os tão ruins que não aceitei. Trocamos algumas palavras azedas, e ele acabou dizendo que não mandava imprimir mais nada, e, para vingar-se, pegou nos dois mil bilhetes e mandou-os distribuir. Veja o senhor que patifaria! Então o que eu queria era pedir-lhe que interceda com os seus amigos para ver se o meu nome descansa... eu sou mãe de família; não tenho marido, porque sou viúva de um coronel, o coronel Graça Borges, conheceu?  
-Não senhora.

-Faz-me este favor?... Esta esmola?

-Pois não. Vou falar aos meus amigos, e espero que cedam. São todas boas pessoas, excelentes pessoas. Não afianço nada, porque também são cabeçudos; e, principalmente o Lulu Sênior, ninguém lhe tira da cabeça que é uma paixão que inspirou; mas, enfim, farei o que puder.

-A nossa casa é na rua de Santo Antônio n.96.

Fiz o que ela me pediu; mas não sei o que eles farão<sup>24</sup>.

Pela primeira vez nas “Balas de Estalo”, Philomena, a mulher tão comentada nos dias anteriores, ganha voz, aparecendo em diálogos com Lélío. Ou seja, era dada a ela a oportunidade de apresentar a sua versão dos fatos. Tal abordagem nos remete ao método de escrita traçado pelo narrador, caracterizado como um observador atento e disposto a debater com “ideias fixas”, moldadas a partir de convenções sociais e recontadas muitas vezes como um mero recorte do real<sup>25</sup>. Dessa forma, Lélío evitou abordar a mulher seguindo a retórica de seus colegas, cujo mote principal pautavam-na sob os aspectos da vulgaridade, do mistério e da provocação. O cronista se permitiu ouvir um outro lado da história e levou ao público o suposto caso real que jogara o nome da jovem no “escândalo”

<sup>23</sup> Lélío, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 10/10/1883, p.2

<sup>24</sup> *Ibidem*.

<sup>25</sup> RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “Balas de estalo” de Machado de Assis (1883-1886)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. pp.50-51.

e na “pouca vergonha”<sup>26</sup>. Ao fazer isso, o cronista possibilitava que o leitor da *Gazeta* pudesse questionar as impressões já consolidadas em torno de Philomena. Contudo, para não fugir da brincadeira estabelecida na série e para dar continuidade ao mote de “mistério” em torno do caso e da figura de Philomena, objetivos da propaganda feita pela *Gazeta*, Lélío deixava no ar certo grau de dúvida quanto a justificativa dada por ela sobre sua história.

Outro tópico interessante levantado por Lélío sobre Philomena seria relacionado à sua viuvez. Nenhum dos cronistas anteriores tinha se referido a esta característica da mulher misteriosa. As viúvas à época figuravam personagens interessantes para diversos escritores, entre eles o próprio Machado de Assis. Isso porque as viúvas representavam mulheres que gozavam de maior liberdade social em comparação às moças solteiras e casadas, uma vez que podiam usufruir das vantagens advindas da autonomia adquirida após a morte de seus maridos. Dentre as diferenças enfatizadas entre as viúvas e as donzelas, o próprio Machado de Assis escreveu vários contos para o *Jornal das Famílias*, destacando os privilégios das mulheres que ocupavam tal status, partindo de atributos como: experientes, espertas, resistentes, calculistas, frequentadoras de festas e salões, responsáveis por gerir as próprias finanças e até mesmo o direito de escolher um novo casamento, o qual, ao contrário do primeiro, não seria por conveniência exterior, mas por própria vontade<sup>27</sup>. Ou seja, as mulheres viúvas formavam personagens intrigantes e simbolizavam um ponto de encontro entre o autor e suas leitoras, considerando o número relevante formado pelas viúvas no século XIX<sup>28</sup>.

Ao propor uma história na qual aquela mulher misteriosa era viúva de um coronel, Lélío dava a entender que ela usufruía de uma autonomia que não poderia ser experimentada por outras mulheres e, desse modo, promovia (ou reforçava) certas desconfianças em torno da jovem e bela Philomena. Afinal, mulheres sozinhas e sem

---

<sup>26</sup> Lélío, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 10/10/1883, p.2

<sup>27</sup> Sobre a ambivalência da situação das viúvas ver: SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Contos de Machado de Assis: leituras e leitores do “Jornal das Famílias”*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas-SP, 2005. pp.24-34; SILVA, J. P. “*Desta para a melhor*”: a presença das viúvas machadianas no *Jornal das Famílias*. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

<sup>28</sup> Daniela Magalhães aponta em sua dissertação de mestrado que, devido ao grandioso número de epidemias, e ao histórico de homens com idade já avançadas se casarem com meninas muito mais jovens, os índices de viuvez das mulheres era considerável. A historiadora também analisa a necessidade de nivelar a idade dos cônjuges, como um projeto científico do *Jornal das Famílias*, partindo da teoria de que casais jovens seriam capazes de gerar filhos saudáveis, contribuindo para o futuro da nação. Ver: SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Contos de Machado de Assis: leituras e leitores do “Jornal das Famílias”*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas-SP, 2005. pp.24-34

marido pareciam representar incertezas e possibilidades sociais que geravam desconforto, uma vez que às viúvas era permitido ocupar espaços que outras mulheres não alcançavam. Nessa perspectiva, o cronista destacava que, apesar de se comprometer a intervir junto aos colegas das “Balas” no trato da reparação da reputação da viúva, sabia que também fazia parte da “natura” feminina o “desejo de desfalar alguém ou alguma instituição”<sup>29</sup>, reforçando as inseguranças do literato não só quanto ao caráter de Philomena, mas também com o comportamento feminino, que poderia representar perigos para o mundo dos homens.

A estratégia de publicidade da *Gazeta de Notícias* acabou por construir uma espécie de quebra-cabeças sobre Philomena Borges e sua real identidade, que só iria se encaixar, ou resolver, quando Aluísio Azevedo, autor do folhetim que em breve estrearia, decidisse se pronunciar sobre a polêmica. Afinal, os relatos produzidos pelos cronistas das “Balas de Estalo” ainda careciam de mais informações que contribuíssem para que o público leitor decifrasse as reais intenções que faziam o nome da viúva ecoar pelas páginas.

O suspense levantado em torno da mulher manteve-se até o dia 11 de outubro de 1883, quando o jornal, enfim, publicou uma carta do autor, na qual Aluísio Azevedo afirmava que a moça tão comentada nos dias anteriores seria o tema de seu próximo folhetim para a *Gazeta*. Importante dizer que, mesmo com a divulgação desta manifestação do autor, o periódico continuou a embaralhar as fronteiras entre a ficção e a realidade, reforçando para os estimados leitores que a narrativa se tratava de um romance que faria justiça a uma mulher que se pretendia real e que nos últimos tempos havia sido “vítima” da “perseguição” de “homens poderosos” e “mulheres felizes” que, “esfomeados” por “vingança”, escreviam “cartas”, “artigos” e “cartões postais” com o intuito de maldizer aquela que “chora” e implora que “não a condenem sem a ter ouvido”<sup>30</sup>.

Para introduzir a carta de Azevedo, os redatores do jornal informavam saber que era “geral a ansiedade por descobrir o mistério em que se envolve” Philomena, tendo em vista a popularidade agregada ao seu nome nos últimos dias<sup>31</sup>. Nessa mesma introdução, os redatores do jornal estabeleciam a continuidade do método de divulgação utilizado até

---

<sup>29</sup> Lélío, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 10/10/1883, p.2

<sup>30</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges”, *Gazeta de Notícias*, 11/10/1883, p.1

<sup>31</sup> *Ibidem*.

então, reforçando que o novo romance de Aluísio Azevedo seria inspirado em uma história real:

De alguns dias conhecíamos parte do romance – se romance podemos chamar a uma história tristemente verdadeira – de que é heroína, protagonista, vítima, e não sabemos que mais, aquela mulher que é hoje celebre por andar o seu nome por toda esta população, repetido de boca em boca. E sabíamos da sua história, porque, nela referira a pessoa que assina a carta que abaixo transcrevemos, e que, tendo dela ligeira notícia, dirigira-se pessoalmente a tomar informações e voltara trazendo-as, e as mais preciosas<sup>32</sup>.

As informações prestadas pelos jornalistas da *Gazeta* aos leitores que a acompanhavam revelam aspectos importantes do que estaria prestes a ser publicado. *Philomena Borges* seria o próximo romance dos rodapés do periódico, escrito por Aluísio Azevedo, e os jornalistas certamente já tinham conhecimento de uma prévia da história da protagonista. Segundo a nota, o autor ouvira em primeira mão o depoimento da mulher vitimada, repassando-a aos redatores do jornal. Apesar de permanecer construindo a ideia de que Philomena era uma mulher real, tornava-se explícito agora que se tratava de um romance-folhetim. Uma das pistas estava na própria data da carta escrita pelo autor, enviada ao jornal no dia 4 de outubro, ou seja, três dias antes da primeira crônica de Lulu Sênior sobre Philomena ser divulgada. Ou seja, a nota dava inúmeros sinais de que tudo não passara de uma brincadeira com a finalidade publicitária de promover o novo folhetim da *Gazeta*. Em uma leitura a contrapelo, contudo, tanto as crônicas quanto a nota da *Gazeta*, bem como a carta de Azevedo, revelavam muito mais. Mais que publicidade, elas lembravam os caminhos e tópicos percorridos pelas polêmicas literárias passadas que envolveram romances e enredos cujos protagonistas fossem as mulheres. Era claro que comportamento feminino também estava no centro do debate.

Vejamos a carta de Aluísio Azevedo publicada na *Gazeta*. O literato escrevia como se estivesse retornando da casa de Philomena. Cruzando as fronteiras da realidade e ficção, segundo ele, ela estaria desolada após ter seu nome difamado pela sociedade burguesa carioca. No texto, para explicar todo o escândalo, o autor culpava o fato de Philomena “não ser nenhum modelo de virtudes domésticas”, dado o meio em que ela havia crescido, sendo a moça um “produto dos vícios e da covardia de seus pais”. Ele afirmava ainda que se a protagonista não tivesse sido criada no “falso luxo” e nem “vendida ao primeiro marido rico que a desejara”, certamente ela teria se tornado um modelo diferente de família:

---

<sup>32</sup> *Ibidem*.

Bem sei que Philomena não é um modelo de virtudes domésticas; bem sei que na febre de suas paixões mais de um futuro se tem estiolado; bem sei que muito coração ainda hoje sangra a ferida de seus ósculos vermelhos.

Mas será ela porventura a maior culpada de tudo isso, será ela a única responsável pelo mal que fez, e pelas fortunas quo destruiu?

Não caberá alguma parte d'essa culpa à nossa sociedade, aos nossos costumes, à nossa educação, e finalmente ao triste meio onde cresceu e palpitou essa desventurada e formosa criatura?!

As mulheres são fatalmente aquilo que os homens decretam que elas sejam.

Philomena Borges é um produto legítimo dos vícios e da covardia de seus pais. Se não a educassem no falso luxo; se não lhe ensinassem todas as misérias de uma pobreza sem coragem e sem dignidade; se não a vendessem ao primeiro noivo rico e brutal que a desejou; Philomena Borges seria talvez neste instante o melhor modelo das mães de família<sup>33</sup>.

A missiva de Azevedo certamente levantava possibilidades sobre a escolha do literato de alguns dos temas debatidos na trama do romance. Nela, o autor colocava-se como o responsável por narrar a história de vida “tristemente verdadeira” de Philomena após “ler o apanhado de todos os fatos” e “o extrato de todos os documentos” que o permitiram descobrir a verdade a seu respeito. O literato também prometia não “inventar, nem esconder coisa alguma”. A “verdade aparecerá nua e limpa”, concluía ele, e caberia, portanto, ao “público [decidir]” “de que lado [estava] a razão”. Dessa maneira, Aluísio Azevedo comprometia-se em fazer justiça ao nome da vítima, que fora julgada antes mesmo de ser ouvida. Ao anunciar a sua técnica de escrita, o autor evidenciava sua metodologia realista embasada, entre outras, na filosofia positivista, aspectos complementares da narrativa azevediana segundo os estudiosos de sua obra<sup>34</sup>. Embora a brincadeira com a suposta verdade sobre Philomena fizesse parte da estratégia de divulgação do jornal, sendo trabalhada pelo autor por meio da carta, a presença do discurso naturalista, do qual Aluísio Azevedo se tornou símbolo no Brasil, é inevitável. O dito compromisso com a análise do real e a crença de que o indivíduo era determinado pelo ambiente em que vivia<sup>35</sup>, caracterizam, assim, o anúncio sobre Philomena, em especial quando é apontado pelo autor que as mazelas sofridas em vida pela jovem, assim como a sua falta de aptidão ao meio doméstico, são de inteira responsabilidade de seus pais, que não a educaram para o meio a que estava destinada, o matrimônio. Por meio dessa ótica, é possível que o autor tenha usado a polêmica de lançamento do seu folhetim

---

<sup>33</sup> *Ibidem*.

<sup>34</sup> MÉRIAN, Jean-Yves. *Aluísio Azevedo vida e obra (1857-1913)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013, pp.123-127.

<sup>35</sup> Sobre a corrente naturalista no Brasil ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *O Naturalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965/ SCHWARZ, Roberto. *A sereia e o desconfiado – ensaios críticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965/ JÚNIOR, Araripe. *O romance no Brasil; invasão do naturalismo*. *Novidades*.1888.

para tratar de experiências de mulheres reais observadas, que acabaram se materializando na personagem Philomena, como produto de sua reflexão no que tange ao comportamento feminino.

Sobre a carta publicada na *Gazeta* é possível ainda observar dois pontos interessantes. Em primeiro lugar, uma crítica aberta ao modelo de casamento ainda vigente, fruto muitas vezes de acordos entre as famílias, e não de um sentimento amoroso. Já nas primeiras linhas ele diz que Philomena fora “vendida ao primeiro marido”. Outro tema surgido na carta, este bastante caro a autor em suas obras, versa sobre a influência da educação nos indivíduos. Segundo Jean-Yves Mérian, os personagens de Aluísio, tanto homens como as mulheres, são moldados a partir da instrução que receberam<sup>36</sup>. No folhetim publicado em dezembro pelo jornal, Philomena foi descrita pelo autor como uma ávida leitora de romances, assim como Ambrosina (*Memórias de um Condenado*, 1882) e Olímpia (*Mistério da Tijuca*, 1882). Todas foram educadas da mesma forma, tiveram acesso aos mesmos livros de romance e sonharam com as mesmas aventuras. Como consequências de tal instrução, se fizeram mulheres muito sonhadoras e muito saturadas de romantismo, incapazes de compreender a necessidade do dever e dos afazeres de uma mulher<sup>37</sup>. Na carta enviada para a *Gazeta* sobre Philomena, o autor aponta os efeitos dessa educação responsável por afastá-la de ser “o melhor modelo das mães de família”. A instrução romantizada não apresenta os mesmos resultados nas três personagens. Philomena Borges tornou-se uma mulher ambiciosa e insatisfeita com a vida que levava ao lado do marido, mas que, em leitura a contrapelo, soube usar de sua inteligência matrimonial para negociar uma vida mais próxima da que havia imaginado, se movimentando dentro do casamento. Olímpia e Ambrosina viviam sob os efeitos da histeria. Enquanto a primeira sofria com crises de histeria provocadas por sua má educação, na qual a jovem sentia o desejo involuntário de aventurar-se “nos domínios do desconhecido” e o seu “espírito finamente educado” “contrariava-se” aos desejos do “corpo”<sup>38</sup>, a segunda sonhava “com todas as transcendências da riqueza e do prazer”<sup>39</sup>,

---

<sup>36</sup> Para Giane Taeko, dentre as personagens femininas de Aluísio Azevedo, Philomena Borges se aproxima de Pombinha, protagonista do livro *O Cortiço*. Ambas as personagens foram criadas para casar-se, visto que este era o passaporte para a manutenção da vida socioeconômica, mas, é Philomena quem conquistará a realização de seus desejos advindos de suas leituras, manipulando o marido a fazer-lhe todas as vontades, das mais absurdas às mais simples. Ver: RODELLA, Giane Taeko Mori. *A representação feminina nas obras de Aluísio Azevedo e Júlia Lopes de Almeida*: O ethos dos autores pelos enunciadores. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2010, p.109

<sup>37</sup> MÉRIAN, Jean-Yves. *Aluísio Azevedo vida e obra (1857-1913)*, op.cit., p.444

<sup>38</sup> AZEVEDO, Aluísio. *Girandola de amores (Mistério da Tijuca)*. Rio de Janeiro: Garnier, 1900. p.137

<sup>39</sup> AZEVEDO, Aluísio. *A Condessa Vésper*. Rio de Janeiro: Garnier, 1902. p.187



entregando-se aos vícios dos sentidos doentes, que a leva a vida libertina de uma cortesã<sup>40</sup>. Nesse sentido, além da educação formadora sobre o caráter das mulheres, constrói-se nas narrativas de Aluísio Azevedo um discurso que se pretende científico, no qual se utiliza da sexualidade para situar propósitos de pedagogia sobre o corpo feminino<sup>41</sup>. A literatura, vai se travestir do saber clínico para construir, por meio de mulheres histéricas<sup>42</sup>, estratégias disciplinadoras e de controle social sobre as mulheres e seus corpos. Os escritos de Aluísio Azevedo, em especial quanto versam sobre as mulheres, são postulados não só com o objetivo de tecer críticas à sociedade real, mas também buscam intervir no mundo ao qual faz referência, ensinando de maneira didática as consequências provocadas pela ação do meio exterior, aliada à ausência de uma educação de caráter moralizador.

Nos dias que se seguiram à carta de Aluísio Azevedo para a *Gazeta*, mais uma vez começaram a se espalhar pelas páginas do jornal notícias variadas que faziam referência à Philomena. Em mais uma rodada de anúncios que simulavam a existência real da personagem, a *Gazeta de Notícias* inundava suas páginas com pequenas notas que se remetiam à protagonista do folhetim que logo estrearia. Seu nome apareceria na seção dos “a pedidos”, na coluna de “avisos”<sup>43</sup> e até mesmo nas páginas comerciais do jornal<sup>44</sup>, muitas vezes atrelada a anúncios de vendas de vestuário feminino. Philomena surgiu no dia 11 de outubro como “uma das mais elegantes compatriotas, cuja beleza e extravagancia tem admirado Paris”, embora seu nome verdadeiro ainda não pudesse ser revelado. Após “frequentar a primeira sociedade parisiense, e de desfrutar tudo quanto decentemente pode ser facultado a uma senhora” decidiu pensar em formas experimentar o “turbilhão de prazeres desconhecidos, que só a moderna Babilônia [poderia] proporcionar”. A solução encontrada pela jovem foi “mudar de sexo no traje”, o que provocou “ruído de suas aventuras”, tornando-se “assunto da moda e do *reclame*”. Sendo

<sup>40</sup> MÉRIAN, Jean-Yves. *Aluísio Azevedo vida e obra (1857-1913)*, op.cit., p.445

<sup>41</sup> FANINI, A. M. R. *Os romances-folhetins de Aluísio Azevedo: Aventuras periféricas*. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003, p.102

<sup>42</sup> Foucault escreve que com o aumento da preocupação com o sexo no século XIX, tornam-se alvos de fixação dos empreendimentos do saber: a mulher histérica, a criança masturbadora, o casamento malthusiano e o adulto perverso. Dessa forma, a mulher se torna objeto de estudos com finalidade disciplinadora, dos médicos e cientistas da época. Ver: FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 16<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2023, p.114

<sup>43</sup> “Philomena Borges: prisão e deportamento”, *Gazeta de Notícias*, 14/10/1883, p.2

<sup>44</sup> A propaganda de venda da “serenata” para “quadrilha” e “polka”, “D. Juanita”, fez uso do nome que a pouco se esparramara pelos jornais, como forma de atrair a atenção dos leitores. Cf. “Philomena Borges”, *Gazeta de Notícias*, 18/10/1883, p.6.

o “interesse extraordinário” nutrido pelo “belo sexo fluminense” em torno da “toilette originada” pela forma de Philomena, estes achacavam-se no Brasil, disponíveis no “grande armazém” de “modas, confecções e armarinho ‘Au Boulevard’”<sup>45</sup>.

Em diálogo com o anúncio anterior, no dia 14 de outubro o jornal, ainda em arroubos publicitários, publica uma nota policial falsa, intitulada “Prisão e Deportamento”<sup>46</sup>, na qual informava que a heroína havia “iludido a polícia da corte”. Desta vez, ela era descrita como “Filippa Beranger”, uma “cafetina” que “há cerca de 4 anos” havia sido “deportada” pela “polícia” por ter esta mulher “importado grande número de desgraçadas húngaras” “a quem prometia casamentos ricos e sonhos dourados, para assim as arrancar ao seio das famílias” e depois “[prostituí-las]” para “saciar a sede de ouro”. Mais uma vez, Philomena era associada à prostituição e à promiscuidade sendo caracterizada como uma ameaça à vida doméstica. Aliada à temática da conduta feminina, o periódico também se aproveitava da atenção que o nome de Philomena atraía e mobilizava o aviso para construir propagandas de lojas e outros estabelecimentos que pagavam por divulgações, informando que “sabendo que a polícia” “lhe andava no encalço, *mudou de sexo*, vestindo-se na grande alfaiataria Estrela do Brasil”<sup>47</sup>. Além de propagandas que iam de alfaiatarias à armarinhos, a referência a Philomena ter se vestido de homem possivelmente foi inspirada no sucesso de obras como *D. Juanita*, peça que, em uma de suas cenas, no teatro mostrava a protagonista se disfarçando de cadete francês, infiltrado no acampamento do exército inglês<sup>48</sup>. É provável que o jornal tenha aproveitado o sucesso da peça que estava em cartaz durante a estratégia de divulgação do folhetim<sup>49</sup>, e a temática em comum, para ampliar a publicidade do romance de Aluísio Azevedo.

A presença de Philomena nos diversos espaços do folhetim contribuiu significativamente para a construção de sua personagem, delineada de forma coletiva pelos redatores da *Gazeta de Notícias*. De acordo com os estudos de Lucas de Castro

<sup>45</sup> “Philomena Borges”, *Gazeta de Notícias*, 11/10/1883, p.2.

<sup>46</sup> “Prisão e Deportamento”. *Gazeta de Notícias*, 14/10/1883, p.2

<sup>47</sup> “Philomena Borges: prisão e deportamento”, *Gazeta de Notícias*, 14/10/1883, p.2

<sup>48</sup> *Dona Juanita* é uma ópera cômica, dividida em 3 atos de Franz von Suppé. A obra foi aclamada pela crítica nacional e muito bem recebida pelo público imperial. Na peça o cadete Renato Dufaure, na verdade se tratava de uma espiã disfarçada no acampamento dos ingleses e apelidada D. Juanita. Após ter seu disfarce revelado, a castelhana atrai os olhares dos soldados e passa a vender “um olhar, um abraço” e “um beijo” em troca de “uma declaração importante”, “um segredo de guerra” e até mesmo “uma revelação sobre projetos dos ingleses”. Cf. “Primeiras Representações”, *Gazeta de Notícias*, 02/06/1883, p.2.; “Crônica da Semana”, *Gazeta de Notícias*, 03/06/1883, p.1

<sup>49</sup> No dia 14 de outubro era a encenação de D. Juanita, no Pedro II, pela companhia Novidades. *A Morgadinha de Val Flor*, foi encenada pela mesma companhia, cerca de dois meses depois e sua protagonista Leonor, também se travestiu de homem em uma de suas cenas. Cf. *Gazeta de Notícias*, 14/10/1883, p.1; “Teatros E...”, *Gazeta de Notícias*, 06/01/1883, p.2.

Lamonica, ela emerge como uma “personagem midiática”<sup>50</sup>, ganhando gradualmente um papel comercial dentro do jornal. Considerando que a *Gazeta* era sustentada por anúncios e publicações “a pedidos”, o uso da protagonista na promoção de roupas e partituras fazia parte de uma estratégia de divulgação dupla: ao mesmo tempo em que se anunciavam os produtos, promovia-se o romance de Aluísio Azevedo<sup>51</sup>. Observa-se, porém, que essa prática ia além da simples propaganda do folhetim, configurando também uma oportunidade para os redatores refletirem sobre o comportamento feminino, por meio da circulação de boatos e debates em torno da polêmica figura de Philomena.

Durante os reclames promovidos pelo jornal em torno da misteriosa Philomena Borges, foram construídas diferentes versões de uma só mulher. Ao dar a vida a personagem cujo nome fora pronunciado em espaços tão diversos da *Gazeta*, tornou-se possível prender a atenção do público, fixando uma determinada imagem de Philomena. Isso porque ela surgira em meio a comunicados e anúncios que tematizavam mulheres casadas, viúvas, oferecidas, ultrajadas, interesseiras e falecidas. Embora algumas temáticas fizessem parte do universo narrativo composto por Aluísio Azevedo no romance, tais como a educação feminina e a viuvez, as outras Philomenas escritas pelos redatores da *Gazeta* não apresentaram características comuns à protagonista do folhetim. Como veremos a seguir, a Philomena Borges do romance-folhetim não era uma mulher adúltera, viúva, estrangeira e nem mesmo traficante. Na história criada por Azevedo ela era uma mulher casada que decidira, para escapar da monotonia e infelicidade conjugal, convencer seu marido João Borges a atender suas exigências matrimoniais, por mais absurdas que elas parecessem a ele.

Desde o dia 11 de outubro de 1883, quando da publicação da carta de Aluísio Azevedo, o jornal divulgou notas, comunicados e reclames que chamavam a atenção para o nome da personagem. Suas aparições permeavam a divulgação de produtos, lojas e até mesmo as páginas do obituário. Após alguns dias sem divulgação, foi lançada uma nota intitulada “Cadáver”<sup>52</sup>, que afirmava ter encontrado um corpo sem vida na “praia em estado de putrefação” e que por estar com a “etiqueta da alfaiataria Estrela do Brasil”, presumia-se que se tratava de Philomena Borges. Em outra nota, pouco tempo depois, o periódico afirmou que a mulher havia sido “acometida” por uma “enfermidade” a qual

---

<sup>50</sup> THÉRENTY, Marie-Ève. *La Littérature au Quotidien: Poétiques journalistiques au XIXe siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 2007.

<sup>51</sup> LAMONICA, Lucas de Castro. *Filomena Borges: romance, imprensa e política*. *Op. Cit.*, p. 22.

<sup>52</sup> “Cadáver”, *Gazeta de Notícias*, 11/11/1883, p.3.

que os editores acreditavam se tratar de um “incomodo passageiro”<sup>53</sup>. Para Lucas de Castro Lamônica, é possível que Aluísio tenha atrasado a escrita da obra e, para dar-lhe um pouco mais de tempo, o jornal comunicou “as leitoras” no dia 30 de novembro o adiamento da publicação do folhetim: “A heroína do romance de Aluísio Azevedo, se romance se pode chamar a verídica história de uma vida cheia de acidentes, obrigou-nos a adiar por algum tempo a publicação do folhetim”. A justificativa dada manteve a pilhéria iniciada pelo jornal. No caso do atraso, a protagonista da história teria “ocultado” ao autor “algumas circunstâncias de sua vida” e as “revelações tardias” de Philomena “obrigavam Aluísio a refundir todo plano da obra”<sup>54</sup>. Para não perder o interesse do público, que nos dias anteriores havia se envolvido na brincadeira, Philomena voltou para as “Balas de Estalo” nos dias 08, 10 e 17 de dezembro, em crônicas narradas e divulgadas por Lulu Sênior.

Dessa forma, as “Balas” escritas sobre a protagonista, juntamente com os anúncios a seu respeito, não apenas faziam parte da promoção do folhetim, mas também acabaram fabricando uma certa polêmica sobre a obra de Azevedo. A *Gazeta*, que utilizara os reclames e as crônicas para criar um mistério em torno da figura de Philomena, acabou gerando uma controvérsia, totalmente artificial, ao levantar dúvidas sobre seu caráter e suas intenções na Corte. Junto a isso, a publicação da carta do autor, simulando que seu folhetim se tratava de uma história real, conferia um tom ainda mais realista ao romance *Philomena Borges*, se assemelhando a outros romances do período como os de Eça de Queiroz e Zola, que se baseavam (ou se pretendiam) realistas, com grande verossimilhança com situações do cotidiano burguês oitocentista. Nos últimos estalos da *Gazeta*, Lulu Sênior realçava que o novo folhetim da folha seria baseado na “verdade”, justificando que “os cartões de Philomena” foram “distribuídos por alguém que queria fazer-lhe mal”. Com o “barulho” que estes provocaram na cidade, os “repórteres” da *Gazeta* decidiram investigar o acontecido, mas quem a encontrou primeiro foi Aluísio Azevedo, propondo a ela a “publicação da verídica história de Philomena”<sup>55</sup>. Dois dias depois, Lulu Sênior publicou uma suposta carta pessoal, remetida por Aluísio Azevedo, que o interpelava para “acabar” com as “brincadeiras a respeito da pobre Philomena”, já que esta se encontrava “sobressaltada” e “perseguida” com as pilhérias da folha<sup>56</sup>. Tal

<sup>53</sup> *Gazeta de Notícias*, 02/12/1883, p.1.

<sup>54</sup> “Philomena Borges”, *Gazeta de Notícias*, 30/10/1883, p.1.

<sup>55</sup> Lulu Sênior, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 08/12/1883, p.2.

<sup>56</sup> Lulu Sênior, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 10/12/1883, p.2.

estratégia utilizada por Ferreira de Araújo visava enfatizar um problema fictício que provocava intenso ruído nas ruas fluminenses. A conduta feminina colocada no centro do debate pela *Gazeta*, por meio da figura de Philomena, confundia o leitor quanto a veracidade do problema instaurado pela folha, em um período no qual recentemente no Brasil, críticos e literatos questionavam a descrição de personagens femininas muito próximas da realidade.

A divulgação do romance *Philomena Borges* apresenta um interessante escopo documental para o estudo do folhetim, já que a partir dele podemos compreender possíveis expectativas de seu periódico e autor. Tendo como principal destaque as seções dedicadas a literatura<sup>57</sup>, a *Gazeta de Notícias* acompanhou de perto os processos de divulgação e recepção de outras obras literárias e as polêmicas suscitadas por seus conteúdos. Foi por meio da *Gazeta*, por exemplo, que se popularizou no Brasil a obra de Eça de Queiroz, *O Primo Basílio*, responsável por incitar um intenso debate entre os escritores da época. Um debate que, tal como a polêmica de *Philomena Borges*, feita de pilhéria, participaram personalidades como Henrique Chaves, Machado de Assis e Ferreira de Araújo. Ou seja, os mesmos personagens da polêmica sobre *O Primo Basílio*, que tomara a imprensa em 1878, agora se lançavam no falso debate sobre *Philomena Borges*. A diferença: a polêmica sobre *O Primo Basílio* nascera depois de sua publicação. No caso de *Philomena*, a celeuma se antecipou ao surgimento da obra. Sendo Ferreira de Araújo um observador atento do fazer literário do século XIX, é possível questionar quais motivos levaram os redatores a inverterem tal ordem. Quais seriam as vantagens de envolver a narrativa em uma polêmica antes mesmo que seus leitores tivessem conhecimento de seu conteúdo? Como a estratégia mobilizada pela *Gazeta de Notícias* contribuiu para a divulgação e a recepção do romance?

## 1.2. O século XIX e suas polêmicas literárias

Os estratagemas de autopromoção de suas obras foram amplamente explorados por Aluísio Azevedo ao longo de sua carreira. Cercado por uma rede de amigos influentes no meio jornalístico, ele sempre soube dar visibilidade aos seus lançamentos literários. Com apoio dos periódicos, plantou matérias na imprensa e distribuiu notas

---

<sup>57</sup> BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000, p. 43.

sobre a publicação dos manuscritos com o objetivo de aguçar a curiosidade do público, criando grandes expectativas sobre as suas personagens. No preparo do lançamento de *O mulato* (1881), por exemplo, o literato redigiu para a *Pacotilha* de São Luís e para *O Pensador* crônicas que noticiavam o desembarque na cidade do “distinto advogado” “Dr. Raimundo José da Silva”<sup>58</sup>, forjando uma personalidade literária a quem, assim como o caso de *Philomena Borges*, creditava a veracidade do romance. Refutando as especulações de que *Philomena* fosse fruto de pura invenção, o autor recorreu mais uma vez à estratégia da confissão para validar a obra, publicando a carta que, como visto anteriormente, foi planejada para ser divulgada após o lançamento das crônicas que visavam atizar a curiosidade dos leitores. Dentre os expedientes forjados para a promoção dos romances estavam os reclames em forma de charge, como no caso de *Casa de Pensão* (1884), veiculado em *O Mequetrefe*, falsos anúncios e até mesmo cartas de leitores forjadas e publicados nos “a pedidos”<sup>59</sup>.

Ou seja, a estratégia utilizada por Aluísio Azevedo e pela *Gazeta de Notícias* no caso de *Philomena Borges* não foi uma exceção. O próprio *Jornal do Comércio* recorreu ao subterfúgio de anúncios de vendas com o intuito de divulgar os seus folhetins<sup>60</sup>. Contudo, nos chama a atenção o método empregado no caso de *Philomena* para alcançar os objetivos de divulgação. Isso porque, no caso desta obra, o periódico recorreu à polêmica para dar visibilidade para a misteriosa mulher que surgira nas colunas e demais seções da *Gazeta de Notícias*. Em outras palavras, antes mesmo de chegar ao público, o romance *Philomena Borges* provocou nos diversos jornais da imprensa uma calorosa discussão sobre as intenções de uma mulher misteriosa e os perigos por ela representados aos homens e às mulheres de família. No jornal *Brazil*, em 14 de outubro de 1883, por exemplo, foi publicado um artigo que dialogava com a propaganda incitada pela *Gazeta* sobre a distribuição dos cartões de visita. Intitulado *Um encontro, um leque, um cartão*, a história descrevia uma esposa ciumenta que teria encontrado na gaveta do marido um cartão com o nome de “Philomena Borges”:

Abriu de novo a gaveta para colocar lá esse despojo da batalha coreográfica, quanto a um canto, deparou com um envelope de lustroso papel inglês, muito pequeno, subscrito cuidadosamente por letra de mulher.

Desta vez ela não fez estrepito. Tinha uma terrível prova contra mim e queria leva-la à evidência. Abriu o envelope, dando-me as costas, fazendo uns

<sup>58</sup> A crônica dizia o seguinte: “Acha-se entre nós o Dr. Raimundo José da Silva, distinto advogado que partilha de nossas ideias e propõe-se a bater os abusos da Igreja – Consta-nos que há certo mistério na vinda deste cavalheiro.” Cf. “Ecos da Rua”, *O Pensador*, 10/03/1881, p.1.

<sup>59</sup> AZEVEDO, Aluísio. *Aluísio Azevedo: ficção completa* em dois volumes. (Org. Orna Messer Levin). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005. v. 1. p. 27.

<sup>60</sup> MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.288.

movimentos convulsos, e de dentro tirou um cartão de fino papel marfim, litografado com esmero com este nome: Philomena Borges. Ao ler esse nome de mulher, que tinha no modo porque estava escrito e no modo porque era encontrado todos os visos de mistério e de confiança, Adda nem teve forças para interrogar-me. Como um autômato, lívida de morte, ela pode ganhar uma cadeira. Uma ligeira vertigem passou-lhe pela vista. (...) Antes que Adda me interrogasse, quando voltou a si desse momentâneo aturdimento mostrei-lhe a *Gazeta de Notícias*. Adda compreendeu então que eu não fora o único marido a quem Philomena Borges se dirigia, embora sem dar o seu *adresse*. Tratava-se de uma mulher misteriosa e ela promete ler com a maior curiosidade o romance que se anuncia do fecundo literato Aluísio Azevedo<sup>61</sup>.

Além de fomentar a discussão inicial levantada pela *Gazeta*, de que Philomena seria uma mulher provocante, sedutora e disposta a desarranjar os lares das famílias tradicionais, o *Brazil* também denunciou o planejamento bem articulado entre o periódico de Ferreira de Araújo e o autor do folhetim para a promoção do romance. Dentre as críticas publicadas após a publicação do último número da obra, o jornal destacou a estratégia de publicidade encabeçada pela *Gazeta*, a de embaralhar as fronteiras da ficção e do real, fazendo com que a protagonista do romance se passasse por uma mulher real entre as notícias do impresso:

Durante longo tempo nossa sociedade teve nos ouvidos o ruído constante de um nome pantagruélico: Philomena Borges. Imprimiu-se milhares de cartões com este nome especial, e mandava-se distribuí-los aos maridos, às sogras e aos amantes. Era um barulho infernal. Ninguém sabia o que aquilo queria dizer. É uma cantora?...Uma feiticeira?...O Diabo?... Choviam as indagações, e nada. Filomena era assunto de conversas, de anedotas e debiques. A *Gazeta de Notícias* tratava dela como de um verdadeiro acontecimento, nos anúncios, no noticiário e nos artigos editoriais. Obrigava-se a atenção pública aquele nome e por fim a montanha paira e um romance do Sr. Aluísio arrebenta do meio deste cortejo de chalaças, de anúncios e de reclames<sup>62</sup>.

O acontecimento referido pelo jornal como “Philomena Borges” remete a diferentes versões de mulher, delimitadas conforme a vontade dos editores da *Gazeta*. A transfiguração da personagem, que embaralhava as fronteiras entre as folhas e a forma física real, consistiu em tentativas de aproximar os leitores de um tema amplamente debatido no século XIX: a mulher. Conquistar o público feminino tornou-se um objetivo dos colaboradores dos jornais da época. O *Le Petit Journal*, por exemplo, tratou do problema em que o gênero feminino não poderia ser somente um tema de jornal, cujo objetivo era angariar um público vasto, mas deveria ser visto como leitoras que consumiam e participavam do universo dos impressos, ao lado dos homens. Para que isso

<sup>61</sup> J.A., “Um encontro, um leque, um cartão”, *Brazil*, 14/10/1883, p.2

<sup>62</sup> “Horácio e Philomena Borges”, *Brazil*, 03/02/1884, p.2.

acontecesse era preciso mudar a retórica de como as mulheres eram tratadas, sendo necessário partir da abordagem tradicional (mulheres narradas como puras, virtuosas, boas esposas e mães) para poder introduzir temas mais modernos, como a moral vulgarizada, a arte e a ciência<sup>63</sup>.

Ao antecipar as possíveis versões de uma mesma mulher, a *Gazeta de Notícias* atraía a atenção do público produzindo uma interação entre críticos, leitores e jornalistas, algo que geralmente acontecia após a publicação dos romances, na fase em que as obras eram acolhidas pelo público leitor, recebidas e debatidas. Nessa estratégia de inversão do debate, que fora aqui antecipado à publicação da obra, é provável que Ferreira de Araújo e Aluísio Azevedo tenham observado o modo como outros romances, antecessores de *Philomena Borges*, tornaram-se alvos de intensa polêmica provocada pela crítica literária e como esses debates ajudaram na repercussão – e por que não no sucesso - dessas obras. Como se sabe, textos como *Madame Bovary* (1856), *Confissões de uma viúva moça* (1865) e *O Primo Basílio* (1878) estiveram envolvidos em discussões acaloradas na imprensa do século XIX e certamente contribuíram para despertar o interesse dos leitores – e principalmente das leitoras – sobre os motivos que levaram tais livros a serem aclamados após serem amplamente discutidos e até mesmo censurados pela crítica. Estaria a *Gazeta de Notícias* motivada por essas experiências anteriores? O que mais a antecipação da polêmica revela sobre o tema das mulheres como alvo das discussões literárias?

### 1.2.1. Polêmicas literárias oitocentistas: o comportamento feminino em debate

Em um período em que os romances de rodapés garantiam o sucesso de vendas dos jornais, investir em bons escritores tornava-se essencial para uma boa tiragem. Mas além do sucesso de público, a qualidade das obras, na França do século XIX a literatura também se viu por diversas vezes envolvida com a Justiça. Escritores, impressores e editores de jornais compareceram aos tribunais, acusados, principalmente, de imoralidade<sup>64</sup>. Um dos mais célebres casos certamente foi o de Gustave Flaubert, processado por seu, hoje canônico, romance de estreia, *Madame Bovary*. Nesse romance,

<sup>63</sup> MEYER, Marlyse. Folhetim: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.231.

<sup>64</sup> MÜLLER, Andréa Correa Paraíso. O romance no tribunal: o caso Madame Bovary. *Non Plus*, São Paulo, Brasil, v. 6, n. 12, p. 54–70, 2017, p.55



Flaubert narra a história da jovem Emma Bovary, suas descobertas e desventuras num casamento burguês.

Publicado entre 1 de outubro a 15 de dezembro de 1856, na revista *Revue de Paris*, o romance, que “já havia sofrido cortes pela própria direção da revista”, foi alvo de uma acusação por parte do Ministério Público francês, na qual o promotor Ernest Pinard argumentava que “o texto era perigoso, sobretudo para as mulheres”<sup>65</sup>. No processo compareceram, no dia 29 de janeiro de 1857, Flaubert ao lado do diretor e impressor da revista na qual a obra foi originalmente publicada. O processo perdurou até o início do mês de fevereiro do mesmo ano e foi justificado mediante a leis que limitavam a liberdade de imprensa na França, como a de 17 de maio de 1819, que determinava punições para o “ultraje à moral pública e religiosa ou aos bons costumes”<sup>66</sup>.

De maneira geral, em processos contra romances acusados de imoralidade, o primeiro alvo era sempre o editor, entendido como o responsável por expor à venda narrativas consideradas nocivas. Em seguida estava o impressor e, por fim, o autor da obra<sup>67</sup>. Contudo, no caso de *Madame Bovary*, o promotor Ernest Pinard considerou Flaubert como o principal culpado, solicitando que a pena mais pesada fosse imputada diretamente a ele. No requisitório, o promotor descreveu que o conteúdo imoral da obra estaria nas cenas “lascivas” e no desrespeito à moral religiosa que residiria na mistura de “imagens voluptuosas a elementos sagrados”<sup>68</sup>. O promotor também incluiu citações do romance que considerou perniciosas, atribuindo a imoralidade muito mais à narração descritiva do autor do que ao seu conteúdo propriamente dito. Emma Bovary, a protagonista do romance, foi descrita como uma jovem órfã de mãe, que se casou com o médico, viúvo, Charles Bovary. Desde muito nova, devorava narrativas românticas e idealizava para o seu futuro uma relação avassaladora, tal como a dos livros que lia. No entanto, após algum tempo de casada, a moça se vê entediada com o cotidiano pacato da vida doméstica e inicia sua busca por aventuras em meio a relações extraconjugais com

---

<sup>65</sup> *Ibidem*.

<sup>66</sup> MULLER, Andréa Correa Paraiso. De romance imoral a obra-prima: trajetórias de Madame Bovary. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2012. pp.25.

<sup>67</sup> *Ibidem*, pp. 83.

<sup>68</sup> PINARD, Ernest. Requisitório do Sr. Advogado Imperial. In: FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary*. Costumes de província. Tradução, apresentação e notas Fúlvia Moretto. São Paulo: Nova Alexandria, 2001, p. 370. Apud: MULLER, Andréa Correa Paraiso. *De romance imoral a obra-prima: trajetórias de Madame Bovary*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2012, p.83

dois amantes: Rodolphe e Léon. Uma das passagens recriminadas por Pinard foi a descrição da beleza de Emma após o início de seu relacionamento com Rodolphe:

Eis um retrato, senhores, como sabe fazê-los o Sr. Flaubert. Como os olhos dessa mulher se alargam! Como algo de encantador se derramou sobre ela após sua queda! Sua beleza terá sido tão deslumbrante quanto após sua queda, quanto nos dias que seguiram sua queda? O que o autor vos mostra é a poesia do adultério e pergunto-vos mais uma vez se estas páginas lascivas não são de uma profunda imoralidade!!!<sup>69</sup>

Segundo Andréa Muller, a descrição minuciosa do autor, incapaz de omitir “detalhes considerados grosseiros”<sup>70</sup>, foi o motivo pelo qual o romance foi considerado pela crítica uma narrativa de caráter realista. Na citação, a “linguagem leviana” de Flaubert para descrever a prática do adultério foi condenada por se assimilar a uma espécie de “pintura realista” que não era moral, ou ainda moralizante, sendo perigosa se caísse em “mãos mais levianas”, “as mãos das moças”, que inclusive podiam ser “casadas”<sup>71</sup>. A acusação acreditava que não havia no romance nenhuma personagem virtuosa o bastante para condenar Emma Bovary, permitindo as jovens leitoras serem facilmente influenciadas pelo mau exemplo da protagonista<sup>72</sup>.

Cercados por uma concepção segundo a qual o texto literário poderia influenciar condutas, a literatura do século XIX foi discutida por médicos, religiosos e magistrados, que, não raro, publicavam textos que discorriam sobre os efeitos positivos e negativos de determinadas obras sobre as pessoas, em especial sobre as mulheres. A visão utilitarista da arte formou, então, o alicerce dos processos judiciais impostos aos escritores durante o século XIX. A acusação de “ofensa à moral pública e religiosa e aos bons costumes” pesou sobre a maior parte das obras processadas por esta causa, assim como aconteceu com *Madame Bovary*<sup>73</sup>. Sendo o romance um gênero sob suspeita, cuja cidadania não havia sido plenamente assegurada no século XIX, as restrições às obras literárias de cunho romanesco eram maiores em comparação a outros gêneros. Com desconfiança, algumas parcelas consumidoras dos romances, tais como mulheres, jovens e membros das camadas populares, foram consideradas mais vulneráveis à influência da leitura, ou que

<sup>69</sup> PINARD, Ernest. Requisitório do Sr. Advogado Imperial. In: FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary*. Costumes de província. Tradução, apresentação e notas Fúlvia Moretto. São Paulo: Nova Alexandria, 2001, p. 375. Apud: MULLER, Andréa Correa Paraiso. *De romance imoral a obra-prima: trajetórias de Madame Bovary*, *Op.Cit.*, p. 84.

<sup>70</sup> MULLER, Andréa Correa Paraiso. *De romance imoral a obra-prima: trajetórias de Madame Bovary*, *Op.cit.*, pp.86.

<sup>71</sup> PINARD, in FLAUBERT, op. cit., p.383.

<sup>72</sup> PINARD, in FLAUBERT, op. cit., pp. 382-383.

<sup>73</sup>MÜLLER, Andréa Correa Paraiso. O romance no tribunal: o caso Madame Bovary. *Op.Cit.*, p.56

talvez acabassem por representar um perigo mais iminente à ordem social estabelecida<sup>74</sup>. Desse modo, durante o processo de condenação a Flaubert, a moral tornou-se argumento tanto para a sua acusação quanto para a sua defesa.

Mesmo contrário à concepção de uma arte que deveria se fazer útil e moralizante, Flaubert contou com a ajuda do advogado Jules Sénard, que partilhava da visão utilitarista da literatura do Ministério Público. Segundo a defesa feita por ele, *Madame Bovary* era uma obra moral e necessária, já que demonstrava os efeitos negativos de uma vida inadequada e, conseqüentemente, promovia o horror ao vício e ao adultério. Quanto às mulheres, o advogado mostrou-se tão conservador quanto a promotoria ao defender que elas não deveriam ser protegidas apenas contra as más leituras, mas também “contra uma educação que lhes descortinasse um mundo acima de sua condição social. Nessa lógica, as moças do campo, como Emma, deveriam resignar-se ao ambiente de origem”<sup>75</sup>. A defesa, buscando assegurar a necessidade da obra, destacava que *Madame Bovary* não era simplesmente um romance sobre “os adultérios de uma mulher de província”<sup>76</sup>, mas representava os resultados de “uma educação equivocada dispensada às moças”. Sobre essa perspectiva, Emma era “vítima” de uma instrução “inadequada”, “acima de seu nível social, que a levava a almejar uma vida diferente do que poderia ter”<sup>77</sup>. O livro, portanto, contribuiria para que as jovens pudessem “refletir” a partir da “lição” dada a Emma<sup>78</sup>. Tal perspectiva acerca de uma educação vulnerável recebida por Emma contribui para a compreensão da dinâmica construída pelos redatores da *Gazeta*, em especial na missiva de Aluísio Azevedo, que atribui a conduta de Philomena Borges diretamente à educação recebida de seus pais, os quais a criaram no “falso luxo”<sup>79</sup>. Desse modo, os repertórios que forneceram suporte à composição dos reclames — e que acabaram por fomentar um debate sobre comportamentos femininos — tornam-se mais evidentes a partir da polêmica suscitada pela obra de Flaubert no tribunal.

Apesar do escândalo causado pela crítica literária sobre a suposta imoralidade de *Madame Bovary*, tanto Flaubert quanto o impressor e o diretor da *Revue de Paris* foram

---

<sup>74</sup> *Ibidem.*, p. 59

<sup>75</sup> MULLER, Andréa Correa Paraiso. *De romance imoral a obra-prima: trajetórias de Madame Bovary*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2012, pp.89-90.

<sup>76</sup> SÉNARD, Jules. Defesa apresentada pelo acusado através do Sr. Sénard. In: FLAUBERT, 2001, op.cit., p.388-389

<sup>77</sup> MULLER, Andréa Correa Paraiso. *De romance imoral a obra-prima: trajetórias de Madame Bovary*, *Op.cit.*, pp.89-90.

<sup>78</sup> SÉNARD, Jules. Defesa apresentada pelo acusado através do Sr. Sénard. In: FLAUBERT, 2001, op.cit., p.388.

<sup>79</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges”, *Gazeta de Notícias*, 11/10/1883, p.1

absolvidos em 7 de fevereiro de 1857. No mesmo ano, o autor assinou um contrato com o editor Michel Lévy e publicou o livro. As vendas não foram modestas e sua primeira edição, de 6.750 exemplares, foi acompanhada de outras duas tiragens no mesmo ano. Além do processo, a polêmica provocada na imprensa sobre o romance levantou ainda mais a curiosidade do público e o fascínio da crítica literária, que não tardou a escrever resenhas sobre o escandaloso romance de Gustave Flaubert. Em meio a todos esses eventos, no ano de 1857 a imprensa acabou se tornando o outro tribunal ao qual a obra foi submetida, fazendo de jornais e revistas os responsáveis por atrair todos os tipos de leitores para aquilo que os magistrados buscavam desviar o foco das atenções. *Madame Bovary*, como era de se esperar, depois de tamanha repercussão, garantiu o seu sucesso. Entre os elementos que agora compunham o romance estava a repercussão do processo judicial, que consagrou a obra como “o barulho e o acontecimento do mundo literário daquele momento”. Já o intenso debate promovido pela imprensa, após o processo encabeçado por Pinard, alavancou ainda mais as vendas do romance<sup>80</sup>. Esta acabou se tornando uma história famosa nos meios literários, expandindo seu alcance muito além das fronteiras francesas.

Segundo Andréa Müller, na maioria das críticas sobre romances publicados em periódicos de meados do século XIX, a temática da moral ocupava espaço privilegiado, pois se acreditava que a literatura era capaz de exercer influência direta sobre a vida de seus leitores, induzindo-lhes comportamentos e pensamentos<sup>81</sup>. Yvan Leclerc considera, por exemplo, que uma das principais explicações para a valorização do teor moral dos romances residiria no fato destes tratarem de um gênero supostamente apreciado pelas mulheres. Ademais, os romances veiculados em edições baratas, tais como periódicos e revistas, seriam ainda mais perseguidos, pois atingiam mais amplamente o povo<sup>82</sup>.

Polêmicas levantadas em torno de romances como *Madame Bovary* (1856) e *Mémoires de deux jeunes mariés* (1842), de Balzac<sup>83</sup>, evidenciaram preocupações latentes de críticos e magistrados quanto ao potencial dos romances de moldarem o

---

<sup>80</sup> CORMENIN, Louis de. *Madame Bovary* par Gustave Flaubert. *Journal du Loiret*, 6 mai 1857. Apud: MULLER, Andréa Correa Paraiso. *De romance imoral a obra-prima: trajetórias de Madame Bovary*, op.cit., p.92.

<sup>81</sup> MULLER, Andréa Correa Paraiso. *De romance imoral a obra-prima: trajetórias de Madame Bovary*, op.cit., pp.29.

<sup>82</sup> LECLERC, Yvan. *Crimes écrits*. La littérature en procès au XIXe siècle. Paris: Plon, 1991.p.23

<sup>83</sup> Em 1842, Gaschon de Molènes publicou na *Revue des deux mondes* uma crítica a diversos romances, entre eles *Mémoires de deux jeunes mariés*, de Balzac, o qual considerava de “imoralidade pedante e erudita”. Cf.: MOLÈNES, Gaschon de. Les romans nouveaux. *Revue des deux mondes*. Paris, t. 29, p. 969-990, 1842, apud MULLER, Andréa Correa Paraiso. *De romance imoral a obra-prima: trajetórias de Madame Bovary*, op.cit., p.28.

comportamento das mulheres por meio dos maus exemplos da literatura, revelando que, muito além de uma recriminação ao gênero romântico propriamente dito, no centro do debate no qual se envolviam as condenações estava a mulher. O trato dado pelos autores às suas narrativas e a forma como estas abordavam o casamento, a burguesia e as personagens femininas nos revela uma preocupação voltada ao “prejuízo das famílias”<sup>84</sup> provocado por mulheres que, assim como Emma Bovary, poderiam recorrer ao adultério como estratégia para burlar a monotonia do lar. O livro de Flaubert, que abordava o casamento burguês por meio do adultério feminino nos serve, portanto, de respaldo para pensar sobre as estratégias utilizadas pelos editores da *Gazeta de Notícias* ao longo da divulgação de *Philomena Borges*. Assim como *Madame Bovary*, o folhetim de Aluísio Azevedo elevou a temática da mulher para o título da narrativa, permitindo que os leitores do periódico levantassem suspeitas sobre o teor da obra. Ao causar uma controvérsia artificial durante a divulgação do romance, a *Gazeta* demonstrava o seu alinhamento com a recepção crítica de romances como o de Flaubert, no mínimo despertando a curiosidade dos leitores, ingrediente poderoso para o sucesso das vendas. Na esteira de tal estratégia de vendas, contudo, também se desenhava uma ótima oportunidade para discutir o comportamento feminino.

Ainda de acordo com as ideias de Müller, no Brasil, apesar de o público letrado não ser tão numeroso como o das nações europeias, havia um contingente considerável de leitores de romance e ficção no país. Até a década de 1860, a avaliação do teor moral das obras serviu de parâmetro para os críticos nacionais, sendo o jornal *Correio Brasiliense* ou *Armazém Literário* o responsável por publicar revisões sobre traduções europeias baseadas no conteúdo moralizante e edificante das obras, logo na primeira década do século XIX<sup>85</sup>. Em 1862, Paulina Philadelphia escreveu uma análise do romance *Emílio*, de João Antonio de Barros Junior, tomando por base a ideia de que a literatura era capaz de influenciar comportamentos. O enredo do romance e os exemplos dos personagens foram elogiados sob a ótica de que contribuíam para moralizar e educar os leitores. A ideia de que a literatura seria um meio de educação para as jovens dialogava com a tradição moralizante pregada na França e foi utilizada como balança pelos críticos e a imprensa do período. No entanto, no limiar do século XIX, a importância do critério

---

<sup>84</sup> MULLER, Andréa Correa Paraiso. De romance imoral a obra-prima: trajetórias de Madame Bovary, *Op.cit.*, pp36.

<sup>85</sup> *Ibidem.*, p. 60

da moral como avaliação literária declinou no Brasil e na França, sem, portanto, desaparecer por completo<sup>86</sup>.

Conhecer a relevância da moral como critério de aceitação de uma obra em meados do século XIX nos permite compreender como funcionava a recepção e adesão de obras literárias também no Brasil, uma vez que o país estava sempre atento ao movimento literário internacional. A estratégia da *Gazeta de Notícias* nos primórdios da divulgação de *Philomena Borges* valeu-se de critérios semelhantes aos responsáveis por elevar *Madame Bovary* a um sucesso de vendas. Ao chamar a atenção do público do jornal para uma mulher que se fazia misteriosa, insinuante e promíscua, o impresso alertava a população letrada para um problema que crescia conforme se aproximava a data de publicação do romance, sendo necessário acompanhá-lo de perto para ver seus possíveis desdobramentos. Cientes de que o escândalo servia como um amplificador de vendas, os editores da *Gazeta* provocaram não só o público, como também os críticos que, envolvidos pela propaganda de uma protagonista exemplar, deveriam recorrer à leitura para averiguar a verdadeira história de *Philomena Borges*.

Todavia, importante dizer que *Madame Bovary* não foi o único romance a se consagrar em meio a uma intensa polêmica literária. Assim como a obra de Flaubert – lançada aos tribunais de Paris, foi alvo de polêmicas – no Brasil, Machado de Assis também chegou a ser questionado sobre o teor de um de seus escritos, cujo público-alvo principal eram as moças de família. Sob a assinatura J., o autor envolveu-se em discussões na Corte carioca, que questionou a moral de seu conto, *Confissões de uma viúva moça*, durante o ano de 1865.

Em tempos nos quais os efeitos da Guerra do Paraguai ainda ecoavam sobre o cenário nacional, as páginas dos jornais angariavam seus lucros ao acobertar o tema e seus eventuais desdobramentos. Jornais como *Diário do Rio de Janeiro*, o *Correio Mercantil* e o *Jornal do Commercio* tomavam a atenção de leitores que buscavam acompanhar de perto as últimas notícias sobre o conflito. Até que, em abril de 1865, começa a circular pelas páginas destes impressos, em especial nas publicações “A pedido”, outro problema que carecia ser solucionado. De acordo com a historiadora Daniela Silveira, a inquietação pairava sobre as mulheres leitoras do *Jornal das Famílias*,

---

<sup>86</sup> *Ibidem.*, p. 78.

revista que apresentava como principais propostas “recrear” e “instruir”<sup>87</sup>. Isso porque, em abril de 1865, começou a ser publicado no periódico o conto *Confissões de uma viúva moça*, história narrada por Eugênia, que na narrativa fazia revelações de sua vida enquanto ainda era casada. No conto, assinado por J., a jovem Eugênia, após uma tediosa noite no Teatro Lírico com seu marido, encanta-se por um admirador persistente e misterioso que a observara durante a peça. Em meio às tentativas de esquecer as investidas do desconhecido, em uma das reuniões promovidas em sua casa, a mulher é apresentada pelo cônjuge a Emílio, homem que logo reconheceu como o admirador do teatro. Com esse enredo, o *Jornal das Famílias* apresentou às suas leitoras uma narrativa inquietante, na qual uma jovem casada se via dividida entre a tentação de viver um romance adúltero e a obrigação de permanecer na pacata rotina de esposa<sup>88</sup>.

De acordo com Daniela Silveira, não demorou muito para que o conto começasse a ser discutido por “leitores” de “plantão a favor da moral e dos bons costumes das leitoras de folhetins e periódicos de moda e literatura”<sup>89</sup>. No *Correio Mercantil*, por exemplo, na seção “A pedidos”, publicava-se uma nota de um leitor que assinava “O Caturra”, termo associado a pessoa presa a hábitos ultrapassados, no qual ele acusava a revista de se afastar do programa original do periódico ao expor as leitoras, responsáveis pela educação dos filhos, a obras consideradas perigosas, que as fariam repelir a nobre “missão da mulher, os deveres, trabalhos, que exigem a criação e educação dos filhos”<sup>90</sup>. A resposta à acusação foi dada pelo próprio autor do conto, que recorreu ao jornal *Diário do Rio de Janeiro* para fazer sua defesa. De modo sagaz, J. escreveu um pequeno introito do romance, convidando as mulheres para que lessem o primeiro capítulo e conferissem, por elas mesmas, o julgamento infundado produzido pelo Caturra nos “A pedidos”. Entre desabonos e afeições, o conto de J. começou a circular em meio a grandes periódicos diários, sendo consumido pelo mais eclético público. A curiosidade sobre a história de Eugênia foi lançada e seus leitores não cessaram de prestar conta de suas impressões a camada de letrados da época.

A pesquisa de Daniela Silveira aponta que, na mesma seção de jornal em que escrevera O Caturra, foi publicada uma nova reclamação sobre o conto, assinada agora

---

<sup>87</sup>SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Contos de Machado de Assis: leituras e leitores do “Jornal das Famílias”*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas-SP, 2005, p.10.

<sup>88</sup>O conto “Confissões de uma viúva moça” foi publicado no *Jornal das Famílias* entre os meses de abril a junho de 1865, entre as edições de números 4, 5 e 6 da revista.

<sup>89</sup>*Ibidem*.

<sup>90</sup>Caturra “O Jornal das Famílias”, *Correio Mercantil*, 01/04/1865, p.2.

por “Um velho”, alegando ser representante do grupo dos “pais escrupulosos”. Favorável à crítica que considerava a leitura perigosa, o pseudônimo solicitava que os outros pais “verificassem as leituras de suas filhas, mesmo que fossem chamados de rabugentos”<sup>91</sup>. Segundo Daniela Silveira, o debate entre O Caturra e J. durou aproximadamente um mês, quando, a fim de se defender das acusações que o definiam como “mestre na especialidade erótica”, J. revelou a sua verdadeira identidade. Para surpresa de alguns, se tratava de Machado de Assis. Após a revelação, as críticas do Caturra não mais se pautavam na imoralidade do conto, mas versavam sobre o espaço inapropriado no qual era publicada a história, justamente por se tratar daquilo que chamavam de um jornal de família. Passado algum tempo, a discussão sobre a narrativa de Machado de Assis ganhou mais um debatedor, dessa vez se tratava de um pseudônimo feminino, “Uma mãe de família”. Esta, ao contrário dos artigos anteriores, se posicionou em defesa da leitura da história de Eugênia. Ainda segundo Daniela Magalhães, o que se colocava em pauta no *Jornal das Famílias*, periódico de “forte caráter moralizador e religioso”<sup>92</sup>, era a ausência de moralidade, em uma história que era publicada nas páginas de um impresso cujo público era feminino. No entendimento de vários contemporâneos, para que fosse publicado naquele periódico, era preciso que o conto trouxesse “alguma lição”. Caso contrário, assim como *Madame Bovary*, a obra perderia seu valor de utilidade.

O responsável por solucionar a discussão foi Machado de Assis, que publicou em junho de 1865 a parte final de sua história. Após se revelar apaixonada por Emílio e começar a trocar correspondências com o sedutor, Eugenia ficou viúva, acreditando que, com a morte do marido, poderia finalmente ser feliz ao lado do homem com quem tanto idealizara uma vida de aventuras. No entanto, a desilusão amorosa serviu como resposta para os críticos que acompanharam as confidências da jovem moça. Demonstrando aversão ao casamento, Emílio se afastou e, abandonada, Eugenia só pôde dar às suas leitoras a dura lição sobre as consequências de se permitir ceder às armadilhas da infidelidade conjugal. Sem resposta do Caturra, após o desfecho da história, surgiu no *Correio Mercantil* “Sigma”, um novo crítico da história que, além de aprovar a narrativa, apesar de afirmar não ser um seguidor da “escola realista”, recomendava a sua leitura, como de “sabida vantagem” para os interessados<sup>93</sup>.

---

<sup>91</sup> SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Contos de Machado de Assis: leituras e leitores do “Jornal das Famílias”*. *Op. cit.*, p. 19

<sup>92</sup> *Ibidem*. p.10.

<sup>93</sup> Sigma, “Jornal das Famílias”, *Correio Mercantil*, 03 de junho de 1865, p.2.



Dentre os desdobramentos dessa polêmica analisada por Daniela Silveira, pode-se afirmar que a discussão foi pautada sobre a questão da ausência da moralidade em uma história publicada num periódico feminino. Durante os três meses de circulação, enquanto não havia sido publicado o desfecho, o conto com as aventuras de Eugenia aborreceu os caturras que então acompanhavam as confissões da jovem moça e que enxergaram nelas o potencial de desvirtuar as condutas das mulheres casadas. Assim como o romance *Madame Bovary*, que nove anos antes havia sido censurado nos tribunais franceses, por ofensa à moral pública, religiosa e aos bons costumes, o conto *Confissões de uma viúva moça* incomodava os defensores de um determinado tratamento e comportamento feminino no casamento. Para Daniela Silveira, é provável que a estrutura do conto, publicado em “cartas semanais”, oferecia a impressão de “maior proximidade” entre as leitoras e as confissões de Eugenia, transformando a viúva em uma amiga que partilhava suas experiências. Tal fato possivelmente inquietou o Caturra e fez com que ele visse “naquelas linhas, algum perigo às filhas que logo se tornariam esposas e mães”. Histórias consideradas boas seriam aquelas que auxiliavam na formação das leitoras, oferecendo “lições sobre casamento e fidelidade”<sup>94</sup>, além de auxiliar na educação dos pais. Tal modo de pensamento pode ser notada no Brasil, por exemplo, em escritos como os do padre português Agostinho José de Macedo. No ano de 1841, passados mais de 20 anos, talvez expectativas semelhantes ainda rondasse o público masculino brasileiro. O vigário recriminou romances cuja única função seria a de “entreter ociosamente as mulheres”, as quais deveriam se “ocupar em varrer as casas, e fazer meias e camisas para os tristes, e coitados dos maridos, que lhes andam bordejando o pão dos filhos”<sup>95</sup>. Assim, a recepção de *Confissões de uma Viúva Moça* lembrava, de certa forma, a polêmica que, anos antes, a obra *Madame Bovary* enfrentara na França, em especial no que diz respeito a preocupação dos homens de letras quanto aos perigos representados por obras literárias direcionadas às mulheres que não produzissem lições quanto as suas funções reservadas à família e aos maridos.

A repercussão acerca do conto *Confissões de uma viúva moça* demonstra o grau de “consciência” de Machado de Assis “daquilo que esperava o seu leitor”<sup>96</sup>. Ao propor

---

<sup>94</sup> SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Contos de Machado de Assis: leituras e leitores do “Jornal das Famílias”*. Op. cit., p.22

<sup>95</sup> MACEDO apud ABREU, Márcia. Da maneira correta de ler: leituras das belas letras no Brasil colonial. In: \_\_\_. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2000, p.282

<sup>96</sup> SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Contos de Machado de Assis: leituras e leitores do “Jornal das Famílias”*. Op. cit., p.23

que O Caturra e os leitores lessem os capítulos e aguardassem o final da história para que tirassem suas conclusões, o autor demonstrava compreender a necessidade de um fundo moralizador de seus escritos para aquele periódico. Enquanto a justificava moral não fosse oferecida aos leitores, a narrativa continuaria suscitando polêmicas e atraindo a atenção de leitores de outros periódicos a partir de revisões que despertavam a curiosidade sobre o imbróglio gerado pelas revelações de Eugênia. Desse modo, as discussões levantadas sobre as confissões da viúva contribuíam para a venda das edições do jornal, até que o seu desfecho fosse revelado.

De acordo com o pesquisador Magalhães Júnior, os desdobramentos da publicação do conto *Confissões de uma viúva moça* em outros periódicos consistiram em estratégias publicitárias, nas quais o autor do conto, Machado de Assis, e o editor do jornal, B. L. Garnier<sup>97</sup>, teriam criado a confusão para aumentar o número de vendas da revista, gerando assim um artifício publicitário. Em sua argumentação, Magalhães Júnior levanta a hipótese de que os pseudônimos Sigma (letra S em grego, que aparece três vezes no nome Assis) e Caturra tenham sido criados e alimentados pelo próprio Machado de Assis. Despertar o interesse sobre o conto em jornais de larga difusão mediante a uma batalha de críticas que flertavam com a censura sobre as mulheres parecia, assim, um meio convincente de aumentar as vendas de edições de jornais e revistas no oitocentos.

A teoria de Magalhães Junior ajuda a pensar que a polêmica gerada pela publicação do conto "Confissões de uma viúva moça", assim como a controvérsia judicial em torno do romance "Madame Bovary", revela não só a percepção dos editores de jornais e dos autores sobre as estratégias de venda de suas obras, quanto as expectativas dos leitores da época. Além disso, ao entender como o burburinho em torno das obras atraía a atenção dos leitores, também chama a atenção a constante preocupação dos escritores com a suposta periculosidade das obras literárias que podiam ser lidas pelas mulheres, evidenciando o cuidado que os intelectuais tinham em relação a comportamentos considerados desviantes das normas. Emma Bovary foi apontada por Pinard como responsável por incitar as mulheres casadas à prática do adultério. A obra, classificada como "realista" pelos advogados do processo, poderia ser danosa àquelas mulheres que poderiam ter a "imaginação" "seduzida" pelas "pinturas lascivas", sem "freios" e sem "medidas" de Flaubert<sup>98</sup>. Enquanto isso, os reclames sobre as cartas de Eugênia,

---

<sup>97</sup> MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo de. *Vida e Obra de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981

<sup>98</sup> PINARD, in FLAUBERT, op. cit., p. 384.

publicados em jornais de larga tiragem como *Diário do Rio de Janeiro*, o *Correio Mercantil* e o *Jornal do Comércio*, levantaram questões não apenas sobre o impacto das confissões da viúva nas jovens que liam o *Jornal das Famílias*, mas também sobre a intenção do periódico que, até então, se dedicava a discutir temas como "economia doméstica", "instrução moral e recreativa" com suas leitoras<sup>99</sup>. De acordo com Daniela Magalhães, a polêmica em torno do conteúdo moral do conto atraiu um número maior de leitores ao *Jornal das Famílias*, seja pela curiosidade gerada ou pelo desejo de ver quem prevaleceria na discussão: o autor ou os Caturras. Ela destaca a importância de reconhecer que o autor do conto estava ciente de seu público, pois as escolhas temáticas de suas histórias sempre partiam do leitor.

Uma década após a publicação do conto de Machado de Assis, alguns poucos anos antes da chegada de *Philomena Borges*, outro romance, aos moldes da de *Madame Bovary* e de *Confissões de uma viúva moça*, levantou novos debates sobre mulheres e literatura. Dessa vez, tratava-se de uma obra portuguesa, que causou tanto impacto, que alguns críticos afirmaram que o romance só poderia ser lido em “casas” de “celibatários”<sup>100</sup>. Tratando-se de uma obra realista, o romance escrito por Eça de Queiroz, em 1878, cinco anos antes do lançamento de *Philomena Borges* na *Gazeta*, amplificava a discussão sobre o comportamento feminino, em especial das mulheres casadas, nas páginas dos impressos brasileiros.

Em fevereiro de 1878 ele foi posto à venda em Portugal. *O Primo Basílio*, o então novo romance do escritor Eça de Queiroz, segundo José Leonardo do Nascimento, esgotou logo em sua primeira edição de três mil exemplares. Rapidamente teve que ser preparada uma segunda remessa de livros para contemplar a demanda pelo livro<sup>101</sup>. No Brasil, o sucesso da obra também foi quase imediato à sua publicação e isso se deveu, em grande parte, “à reação dos meios culturais portugueses e brasileiros, que pela imprensa criticaram, debateram e propagaram a novidade cultural do momento”<sup>102</sup>. Com a chegada da obra de Eça ao Brasil, foi desencadeado um intenso debate, alimentado sobretudo pelo autor do conto *Confissões de uma viúva moça*, Machado de Assis. Segundo Nascimento, a polêmica acerca da obra foi prolongada por anos, o que pode ser notado com a carta que

<sup>99</sup> “Aos nossos leitores”. In: *Jornal das Famílias*. 1863.

<sup>100</sup> “Sem Malícia”, *Jornal do Commercio*, 27/03/1878.

<sup>101</sup> NASCIMENTO, José Leonardo do. *O primo Basílio na imprensa brasileira do século XIX: estética e história*. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p.11.

<sup>102</sup> *Ibidem*.

Machado de Assis escreveu em 24 de agosto de 1900, quando da morte de Eça de Queiroz, missiva na qual voltou, mesmo que sutilmente, a alguns pontos da polêmica<sup>103</sup>.

Como se sabe, o romance de Eça aborda temas como casamento, adultério e suborno nas suas mais de 600 páginas, com destaque para os temas mais polêmicos presentes no capítulo VII, intitulado “Paraíso”. Na história, Jorge e Luísa estavam casados há quatro anos, não possuíam filhos e residiam em Lisboa. Jorge era um “engenheiro de minas”, um homem “robusto, de hábitos viris”, que herdou “a placidez, o gênio manso da mãe”<sup>104</sup>. Já Luísa, foi descrita pelos críticos da época, como uma “burguesa lisboeta, bonita, elegante, um pouco fútil, ociosa e sentimentalista”<sup>105</sup>. Na ausência do marido, que viajara a trabalho, Luísa recebera em sua casa seu primo Basílio, que havia acabado de chegar de Paris. Seduzida pelo primo, após cair na tentação do adultério e dar início a um caso amoroso com ele, a protagonista é surpreendida pela empregada Juliana, que interceptara cartas reveladoras trocadas entre os amantes e passara a chantagear e ameaçar o casal. Fazendo exigências crescentes, em troca de não revelar as cartas ao marido, Juliana se torna personagem central da trama. Por meio desse enredo, *O Primo Basílio* consagrou o nome de Eça de Queiroz no campo da literatura chamada então de realista. Conforme tratou a pesquisa de José Leonardo do Nascimento, a sociedade brasileira considerou a “novidade do momento” por meio de perspectivas e “ângulos diversos”: “ou escandalizou-se moralmente com todas as cenas do “Paraíso”, mas enalteceu a “inovação cultural trazida pelo texto”; ou “escandalizou-se e não cedeu aos argumentos da sua boa qualidade artística”<sup>106</sup>.

No dia 25 de março de 1878, por exemplo, aproximadamente um mês após a publicação da obra de Eça de Queiroz em Portugal, a *Gazeta de Notícias* publicou um artigo do escritor Ramalho Ortigão, correspondente do jornal carioca em Portugal, “amigo particular”<sup>107</sup> e conterrâneo do autor do romance. Nele, Ortigão analisou de maneira profunda o estilo e a construção das personagens da obra, entre elas Luísa, Juliana e o burguês Basílio. Contudo, de acordo com Paulo Franchetti, Ramalho Ortigão trouxe para o centro da discussão a questão da imoralidade do romance, que se tornou a

---

<sup>103</sup> NASCIMENTO, José Leonardo do. O primo Basílio na imprensa brasileira do século XIX: estética e história, *Op.cit.*, p.17

<sup>104</sup> QUEIRÓS, Eça de. O Primo Basílio: orientação pedagógica e notas de leitura Douglas Tufano. 3ª ed. – São Paulo: Moderna, 2015. p.25.

<sup>105</sup> Ramalho Ortigão, “Cartas Portuguesas”, *Gazeta de Notícias*, 25/03/1878, p.1.

<sup>106</sup> NASCIMENTO, José Leonardo do. O primo Basílio na imprensa brasileira do século XIX: estética e história, *Op.cit.*, p.17

<sup>107</sup> Ramalho Ortigão, “Cartas Portuguesas”, *Gazeta de Notícias*, 25/03/1878, p.1.

tônica da maior parte dos textos publicados sobre *O primo Basílio*<sup>108</sup>. De acordo com o escritor do folhetim “Cartas Portuguesas”<sup>109</sup>, a objetividade despudorada de muitas passagens, tais como as “cenas d’alcova”, foram reproduzidas de maneira “impudica” e “asquerosa” e, portanto, compreendiam o mais grave defeito do livro. No entanto, apesar das críticas à “fidelidade sistemática dos pormenores”, Ramalho Ortigão aprovou a obra, considerando seu estilo de “perfeição inexcedível”, cuja narrativa comparou a “um espelho mágico absolutamente passivo e impessoal, de uma realidade implacável e trágica.”<sup>110</sup>

Poucos dias após a publicação do artigo, a fama da obscenidade da obra já parecia estar instalada no Brasil antes mesmo que o livro estivesse acessível no país. Nos dias que se seguiram às críticas de Ramalho Ortigão, repercutiu na imprensa nacional comentários de diversos escritores que decidiram comentar a questão, especialmente no que dizia respeito ao teor moral de *O Primo Basílio*. É provável que o barulho das divergências, geralmente expressas pelos rodapés das primeiras páginas dos jornais, tenha projetado o autor e o romance para o centro da curiosidade dos leitores, popularizando, consequentemente, o romance<sup>111</sup>.

No conservador *Jornal do Commercio*, por exemplo, o assunto do momento apareceria na coluna “Sem Malícia” nos dias 27 de março, 10 e 17 de abril de 1878. Em sua primeira crítica, o autor do folhetim elogiou a descrição do “episódio doméstico”, que foi tratado, segundo ele, com naturalidade maior do que a dos fotógrafos. Contudo, fazia ressalvas quanto ao público leitor. Assegurando que o livro possuía cenas “decotadas” e “livres”, o crítico defendeu a necessidade de uma interdição do texto a certos leitores, com a conveniente exclusão do público feminino, prezando dessa forma pelos “deveres da decência e do decoro literário”<sup>112</sup>.

Após o periódico ilustrado *O Besouro* publicar uma piada sobre as cenas de alcova entre Luísa e Basílio, na qual um “cavalheiro” comentava com uma “dama” no “ponto de bondes” sobre o caráter de “estudo” e “observação” do livro, alegando que um dia tais “cenais” poderiam acontecer entre os dois<sup>113</sup>, foi a vez de o diretor da *Gazeta de Notícias*,

<sup>108</sup> FRANCHETTI, Paulo. O Primo Basílio e a Batalha do Realismo no Brasil. *Convergência Lusíada*, [S. l.], v. 19, n. 21, p. 253–279, 2005, p.253.

<sup>109</sup> No quadro de redatores e colaboradores da *Gazeta* estavam os escritores portugueses Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, que escrevia o folhetim “Cartas Portuguesas” para os rodapés do jornal.

<sup>110</sup> Ramalho Ortigão, “Cartas Portuguesas”, *Gazeta de Notícias*, 25/03/1878, p.1.

<sup>111</sup> NASCIMENTO, José Leonardo do. O primo Basílio na imprensa brasileira do século XIX: estética e história. *Op. cit.*, p.17.

<sup>112</sup> “Sem Malícia”, *Jornal do Commercio*, 27 de março de 1878, p.1.

<sup>113</sup> *O Besouro*, 06/04/1878, p.7.

Ferreira de Araújo, se posicionar a respeito do livro<sup>114</sup>. Assinando o pseudônimo L., ele defendeu a forma artística da obra, finamente pensada e elaborada por Eça de Queiroz. Também discordou de Ramalho Ortigão quando este afirmava que algumas personagens, tal como Basílio, seriam inconsistentes. Contudo, L. destacou que o valor educativo do romance era um problema a ser analisado. Para ele, a exibição do vício e da depravação não compreendiam a melhor maneira para alcançar a reforma dos costumes<sup>115</sup>. Segundo o articulista, para moralizar o público, condenando sua protagonista ao sofrimento em razão das consequências do adultério, não seriam necessárias tantas páginas de escândalos do “Paraíso”. Desse modo, L. afirmava que “as torturas que o adultério faz sofrer à esposa”, descritas na última parte da obra, deveriam ser receitadas “como preservativo” “a todas, que estão a pique de perder-se”, mas ressaltava que tais “remédios” deviam ser aplicados na ocasião própria e não a torto e a direito<sup>116</sup>. Assim, L. argumentava que o livro havia tornado público fatos que até então poucos membros da sociedade teriam legitimamente o direito de conhecer e, por esse motivo, defendia, tal como o colunista do “Sem Malícia”, uma segregação rígida do público leitor da narrativa<sup>117</sup>.

Poucos dias depois foi a vez de Machado de Assis escrever suas impressões sobre o livro<sup>118</sup>. Sob o pseudônimo de Eleazar, escrevendo nas suas crônicas intituladas “Notas Semanais” d’*O Cruzeiro*, o literato criticou a falha do romance de prover alguma “lição social ou moral”. Para ele, “se o autor” “intentou dar no seu romance algum ensinamento ou demonstrar com ele alguma tese”, visto que o “realismo também inculca vocação social e apostólica”, falhou, “a menos que o ensinamento fosse sujeitar as moças, “a boa escolha dos fâmulos”, como “condição de paz no adultério”<sup>119</sup>. Em sua análise, o crítico dividiu a obra em três pontos defeituosos. Em primeiro lugar, ela seria inconsistente quanto a moral da personagem Luísa que, no romance, segundo Eleazar, seria apenas um

<sup>114</sup> Ferreira de Araújo também produziu uma adaptação de *O Primo Basílio* para os palcos do teatro em maio de 1878. A peça fez parte de um projeto nomeado *a-propósito*, que se preocupava em retratar acontecimentos da atualidade.” Ferreira de Araújo transformou o drama em peça cômica, reduzida a quatro personagens (Basílio, Luísa, Juliana e o Conselheiro Acácio) e a um só ato. A comédia foi apresentada no teatro Fênix Dramática, em 27 de maio, em “benefício” do ator Silva Pereira, que representou o primo Basílio”. Cf.: NASCIMENTO, José Leonardo do. O primo Basílio na cena teatral brasileira. *Pro-Posições : Universidade Estadual de Campinas*, Campinas-SP, v.17, n.3, dez.2006, pp.84-85; *Gazeta de Notícias*, 08/05/1878, p.1.

<sup>115</sup> FRANCHETTI, Paulo. O Primo Basílio e a Batalha do Realismo no Brasil. *Convergência Lusíada*. Op. cit., p.254.

<sup>116</sup> L., “*O Primo Basílio*”, *Gazeta de Notícias*, 12/04/1878, p.1.

<sup>117</sup> NASCIMENTO, José Leonardo do. O primo Basílio na imprensa brasileira do século XIX: estética e história. Op. cit., p.26

<sup>118</sup> Machado de Assis escreveu sobre a *O Primo Basílio* em dois textos do jornal *O Cruzeiro* nos dias 16 e 30 de abril.

<sup>119</sup> Eleazar, “O Primo Basílio por Eça de Queirós”, *O Cruzeiro*, 16/04/1878.

títtere, sem vontades próprias. O segundo aspecto retoma a argumentação produzida por L. Ou seja, segundo o cronista, o romance não tinha ensinamento ou tese. Para Eleazar, se existia um ensinamento do qual as mulheres casadas poderiam tirar proveito era o da “boa escolha” dos empregados como “condição de paz no adultério”<sup>120</sup>. Por último, o cronista acreditava que o defeito mais “grave” da obra estaria na imoralidade “extrema”, o que a tornava impudica<sup>121</sup>. As mulheres cunhadas com base em “aspectos e trejeitos da concupiscência” ressaltavam a sensualidade da obra, cujo tom era o “espetáculo dos ardores” e de “perversões físicas”, ancorados sobretudo nas cenas audazes do “Paraíso”. Para Eleazar, Eça de Queiroz teria pecado pelo “excesso” do “obsceno” e do “ridículo” ao construir em sua narrativa passagens que aludiam de maneira detalhada a momentos íntimos trocados entre os amantes, nas quais Basílio ensinara para Luísa “sensações novas”, levando-a a ascender ao “paraíso”. A condenação de Eleazar alertava quanto ao teor da obra. Se pela morte da protagonista buscou-se algum propósito “moral”, punindo a adúltera, não obteve êxito. Pelo contrário, mostrava às mulheres os caminhos para não serem flagradas durante a prática do adultério.

Poucos dias depois da crítica de Eleazar, a imprensa carioca foi tomada por uma nova discussão envolvendo o romance português. Dessa vez, os ataques feitos por Eleazar provocaram reações de sucesso proporcional ao que o romance alcançou no Rio de Janeiro<sup>122</sup>. Dentre os debatedores da crítica de Eleazar estavam S. Saraiva e Amenófis Efendi. Nas colunas da *Gazeta de Notícias*, as condenações feitas por Eleazar ao Realismo se tornaram o novo centro da polêmica. Para S. Saraiva, por exemplo, pseudônimo de Henrique Chaves nos artigos sobre a polêmica<sup>123</sup>, sendo Eleazar um homem “evidentemente adverso” à escola realista, sua obrigação certamente seria a de combater a “causa e o efeito, a escola e o livro”. Contudo, S. Saraiva defendeu que o “adversário não [poderia] ser nunca o melhor juiz”. Apesar de considerar que algumas cenas deveriam ser “arrancadas” do livro, o crítico denunciou que o “excesso” de obscenidades que havia recaído sobre a obra não passava de “defeitos da propaganda”, os quais certamente iriam “em breve desaparecer”, pois era natural que “tão perfeita fotografia de um quadro, que só [pecava] por verdadeiro, [despertasse] os rancores daqueles que entendem que nem

<sup>120</sup> Eleazar, “Literatura Realista”, *O Cruzeiro*, 16/04/1878, p.1.

<sup>121</sup> FRANCHETTI, Paulo. O Primo Basílio e a Batalha do Realismo no Brasil. *Convergência Lusíada*. Op. cit., p.257

<sup>122</sup> MÉRIAN, Jean-Yves. *Aluísio Azevedo vida e obra (1857-1913)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013 p.129

<sup>123</sup> S. Saraiva, “Ainda O Primo Basílio”, *Gazeta de Notícias*, 20/04/1878, p.1. O pseudônimo S. Saraiva foi usado por Henrique Chaves, um dos principais redatores da *Gazeta de Notícias* e importante crítico teatral das folhas.

todas as verdades se dizem”. As condenações de Eleazar, segundo S. Saraiva, foram “pouco convincentes”<sup>124</sup>, já que a obra possuía maior valor artístico por ter sido “estudada com critério” e “observada com cuidado”, do que fora atribuído pelo ele.

Integrando o grupo dos que defendiam o romance *O Primo Basílio*, no dia 24 de abril foi a vez do médico Ataliba Gomensoro, sob o pseudônimo de Amenophis-Effendi, retomar a discussão levantada por Eleazar. Propondo-se como um defensor da escola realista, Amenophis-Effendi construiu seu texto permeado de metáforas bíblicas que aludiam ao personagem Eleazar, do antigo testamento. Seu argumento principal baseou-se em situar o crítico no campo do romântico e conservador, totalmente o oposto do que propunha a escola realista. Ao refutar o prognóstico de seu adversário, Gomensoro construiu a hipótese de que Eleazar estaria sendo hipócrita, ao esquecer que na *Bíblia* também havia descrições intensamente eróticas, a exemplo dos louvores a Sulamita nos “*Cânticos dos Cânticos*”, compostos pelo “célebre rei Salomão”. Ainda de acordo com o médico, o romance queirosiano não teria obrigações de difundir algum ensinamento ético ou moral, mas apenas o propósito de “fotografar cenas comuns da sociedade moderna”<sup>125</sup>.

Nesse contexto, a polêmica protagonizada pelo romance de Eça, acentuada com a crítica de Eleazar e suas refutações, tomou conta dos “andares térreos”<sup>126</sup> das primeiras páginas dos jornais cariocas. Em artigo publicado no dia 30 de abril pela *Revista Illustrada* e assinado por D. Fortes, *O Primo Basílio* foi referido como uma das três graves questões do momento, ao lado da dissolução da câmara e a emissão do papel-moeda. As opiniões dissonantes refletidas na imprensa sobre a obra, que ora era apontada como livro indecente, ora era permitido entrar em casas de família desde que rasgada a página 320 (na primeira edição, a página em que Basílio proporciona “novas sensações” em Luiza), demonstravam a grandiosidade de reflexões provocadas pelo livro no ano de 1878. Segundo D. Fortes, o estardalhaço criado sobre a obra teria contribuído para que as mulheres se atirassem com curiosidade, ao romance, avançando algumas delas diretamente à página 320, denunciando a ineficiência das tentativas de interdições de cunho conservador, impostas à obra<sup>127</sup>.

<sup>124</sup> S. Saraiva, “Ainda *O Primo Basílio*”, *Op. cit.*

<sup>125</sup> Amenófis-Effendi, “Eleazar e Eça de Queirós: um crítico do *Primo Basílio*”, *Gazeta de Notícias*, 24/04/1878, p.1.

<sup>126</sup> NASCIMENTO, José Leonardo do. O primo Basílio na imprensa brasileira do século XIX: estética e história. *Op. cit.*, p.19

<sup>127</sup> *Ibidem.*, p.41.



Para Paulo Franchetti, em seu artigo “O *Primo Basílio* e a Batalha do Realismo no Brasil”, a introdução de Machado de Assis como aliado ao campo romântico e conservador ampliou os ecos da polêmica sobre a obra no Brasil. Ao analisar as charges publicadas no *Besouro*, feitas por Bordalo Pinheiro, o pesquisador ressaltou o modo como os jornais retrataram o apego do literato aos antigos modelos de literatura. O romance *Iaiá Garcia* (1878), foi publicado por Machado de Assis, na mesma época do livro de Eça, foi alvo de comparações recorrentes na imprensa. Enquanto *Iaiá Garcia* era enaltecida pelo “casamento” como um “sacrifício de amor”, o *Primo Basílio* se destacava no cenário brasileiro por versar o “tema do adultério e da sensualidade obscena”<sup>128</sup>. Sob essa perspectiva, Machado de Assis apresentava-se na polêmica como um adversário da escola realista, ainda apegado aos modelos românticos do fazer literário.

Já para José Leonardo do Nascimento, “o calor dos confrontos” e o “número” e a “qualidade das argumentações” levantadas durante a recepção do livro, demonstravam que *O Primo Basílio* “atingia e modificava hábitos artísticos consolidados”. Também havia a possibilidade de o “projeto naturalista de acertar os ponteiros da literatura com as graves questões” do momento, de “denunciá-las” e de contribuir para a sua transformação e para “o progresso”, tenha conduzido Eleazar a uma “radicalização de certas concepções artísticas”. Compunha-se com o livro de Eça, uma “literatura imersa nas preocupações científicas” do século XIX, que considerava mais o “coletivo, a sociedade os grupos, as classes sociais do que as individualidades”, relegando para as margens a literatura voltada para a “narração das reações psíquicas” e da “vida interior dos heróis”. Esse diálogo, levantado pelo *Primo Basílio*, permitiu que o casamento, sob o ponto de vista do adultério praticado pela esposa, fosse colocado no centro do debate como pauta coletiva, que possibilitou reflexões consideráveis sobre a moral e o pudor por boa parte dos intelectuais brasileiros em 1878.

A *Gazeta de Notícias*, no dia 28 de abril de 1878, destinou novamente o espaço de seus rodapés para tratar do tema. Dessa vez, o “basilismo” foi descrito como a nova doença nacional, contemporâneo à febre amarela. Ferreira de Menezes argumentava que folhetins inundavam a cidade debatendo a questão, havendo aqueles que, para atrair leitores, juravam que escreviam sem malícia, e de fato cumpriam a palavra, escrevendo não somente “sem malícia”, mas também “sem sal”<sup>129</sup>. Nessa crítica, a “invectiva rude

<sup>128</sup> FRANCHETTI, Paulo. O Primo Basílio e a Batalha do Realismo no Brasil. *Convergência Lusíada*. Op. cit., p.260.

<sup>129</sup> F. de M., “Folhetim á Semana”, *Gazeta de Notícias*, 28/04/1878, p.1.

do colunista da *Gazeta*” deixava transparecer divergência de ideias e de antipatias que estavam implícitas no limitado círculo de escritores da capital de um país de população majoritariamente analfabeta<sup>130</sup>.

Aluísio Azevedo, o autor de *Philomena Borges*, não ficou de fora desse embate acerca do romance de Eça de Queiroz estimulado pela imprensa. Em sua carreira como caricaturista, o literato produziu um desenho alegórico, publicado na *Comédia Popular*, no dia 5 de maio, intitulado “Romantismo e Realismo: luta aberta”. No desenho é possível ver o combate entre o romantismo e o realismo, representados respectivamente por D. Juan e Basílio. Representado como careta e ultrapassado, o romantismo se ergue monumentalmente na forma de uma aranha, “envolto numa enorme capa espanhola, a guitarra debaixo do braço, com chapéu à tirolesa e suas botas tradicionais”, de frente a Basílio, que se escorava tranquilamente em um pilar, “com riso nos lábios” e a mão no bolso apontando seu revólver de pó de arroz ao D. Juan<sup>131</sup>. Em crítica ao desenho, produzida pelo *Mequetrefe*, é possível perceber que o realismo não se afetava pelas fantasias do romantismo, que se ancorava, segundo os traços de Aluísio Azevedo, como ultrapassado, caricato e apagado:

---

<sup>130</sup> NASCIMENTO, José Leonardo do. *O primo Basílio na imprensa brasileira do século XIX: estética e história*. Op. cit., p.36.

<sup>131</sup> Uma semana após a publicação do desenho, *O Mequetrefe* lançou um artigo no qual aludia a charge de Aluísio Azevedo para abordar a polêmica. Ver: Dom Ribas, “Rabiscos”, *O Mequetrefe*, 11/05/1878, apud MÉRIAN, Jean-Yves. *Aluísio Azevedo vida e obra (1857-1913)*, op.cit., p.132.

**Figura 1-** "Romantismo e Realismo: luta aberta"



Fonte: Aluísio Azevedo, "Romantismo e Realismo: luta aberta", nº 32 *Comédia Popular*, 05/05/1878, p.1. *apud* MÉRIAN, Jean-Yves, 2013, p.132.

Segundo Jean Yves Mérian, a charge de Azevedo e o artigo do *Mequetrefe*, cujo humor destina-se diretamente a Machado de Assis, contribuem para esclarecer os primeiros contatos do autor de *Philomena Borges* com a literatura realista. Ao contrário do que afirmavam alguns biógrafos, como Raimundo de Menezes e Josué Montello, Aluísio Azevedo não conheceu obras realistas somente após a publicação de *Uma Lágrima de Mulher*, em 1879, romance este considerado uma obra romântica, como também "lutou nas fileiras dos defensores do realismo"<sup>132</sup>. Ao lado de críticos como Ferreira de Araújo, Henrique Chaves e Machado de Assis, o escritor participou ativamente da discussão que, por meio da literatura, questionou o casamento, a literatura e a moralidade das mulheres, congregando a polêmica que serviu de alicerce para a divulgação de *O Primo Basílio* no Brasil e posteriormente para a construção da propaganda de *Philomena Borges*.

<sup>132</sup> MÉRIAN, Jean-Yves. *Aluísio Azevedo vida e obra (1857-1913)*, *op.cit.*, p.133.

A polêmica literária, mais uma vez mostrou-se valiosa para a lucratividade do romance. Dentre as críticas que pautaram sobre o teor moral da obra, a estratégia de tentar selecionar o grupo de leitores a partir da divulgação de uma narrativa que se pretendia ilícita e obscena, mostrou-se fracassada, visto que até os escritores que participaram do debate aludiram ao aumento do número de leitoras, em razão da curiosidade sobre as linhas que preenchiam o capítulo do “Paraíso”. As discussões que permearam a recepção de obras como *Madame Bovary*, *Confissões de uma viúva moça* e *O Primo Basílio*, constituem um importante repertório de experiências históricas (e literárias), que nos permitem compreender a relação entre a literatura e os jornais. A arte literária se apropriou de temas que circulavam no alto das páginas dos jornais produzindo um diálogo com os leitores sobre temas que se mostravam muitas vezes candentes ao contexto histórico de seus escritores. O exercício de questionar folhetins e livros através da mídia impressa compunha uma estratégia plausível para que autores e editores ampliassem a lucratividade dos jornais através de temas importantes que compunham seus contextos históricos. As experiências de Gustav Flaubert, Machado de Assis e Eça de Queiroz demonstraram para escritores contemporâneos que a censura enquanto limitação da arte não compunha uma estratégia eficaz, já que a polêmica alavancava a obra e incitava a curiosidade dos leitores. O que nos importa para essa pesquisa é compreender como Aluísio Azevedo e Ferreira de Araújo se apoderaram dessas experiências para construir a divulgação do romance *Philomena Borges*.

### 1.3. Por que antecipar a polêmica?

Logo em seus primeiros anos de vida, a *Gazeta de Notícias* consagrou-se no ramo dos impressos como um jornal, barato, popular e literário. A seleção do escopo de obras que compunham os andares térreos do jornal foi produzida com muita cautela pelos editores e fundadores que, preocupados em construir um diálogo entre as notícias e os folhetins, formavam uma intertextualidade que mesclava fatos do cotidiano com os enredos da ficção. Visto como um chamariz para atrair mais leitores, o romance-folhetim se tornou “uma nova concepção de lançamento de ficção”, publicada em “pedaços” e produzida diretamente para os leitores dos periódicos<sup>133</sup>. Ferreira de Araújo não só esteve envolvido na discussão literária sobre *Primo Basílio* como, provavelmente, teve conhecimento dos debates suscitados pelas obras estudadas acima. As repercussões

---

<sup>133</sup> MEYER, Marlyse. Folhetim: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.31

provocadas durante o processo de circulação e recepção de *Madame Bovary*, *Confissões de uma viúva moça* e *O Primo Basílio* certamente fizeram parte do repertório literário do diretor da *Gazeta*. É possível que os impactos causados por discussões tão acaloradas tenham, inclusive, inspirado a criação de algumas estratégias de divulgação dos romances que seriam publicados nos rodapés do jornal, com o intuito de atrair leitores para as pautas candentes.

Nas obras analisadas páginas atrás, vimos que as críticas desferidas pela imprensa, sobretudo a respeito da moralidade, desencadearam um intenso processo de divulgação dos romances que estiveram envolvidos em polêmicas. Vimos também que a suposta imoralidade dos romances escandalizava os homens de letra daquela época, preocupados com as leitoras, solteiras e casadas. Como pudemos observar, o comportamento feminino esteve muitas vezes no centro do debate e as obras em questão foram vistas como nocivas sempre que abordaram o adultério feminino e as ameaças que ele provocava ao casamento burguês.

Em anúncio divulgado na *Gazeta de Notícias*, no dia 6 de julho de 1881, por exemplo, uma livraria, cujo nome não foi divulgado, ofertava *Madame Bovary* como romance de liquidação. Apresentado como um dos “Livros Baratíssimos” à disposição, a obra figurava na seção de “Leituras somente para homens”, chamando a atenção sobre o fato de o conteúdo da narrativa ser inapropriado para mulheres, ainda que nas entrelinhas, discretamente<sup>134</sup>. Em *Confissões de uma viúva moça*, Machado de Assis mostrou, com maestria, que possuía consciência daquilo que esperava o seu leitor: a necessidade de um “tom moralizador que justificasse tanto a sua escrita, quanto a leitura” da obra<sup>135</sup>. Durante a publicação do conto, o autor segurou seus aflitos interlocutores nas aventuras de Eugênia, provocando debates a respeito de sua deslealdade e decoro, para que no último capítulo da história se redimisse com os que buscavam por uma lição. Nesse processo, a obra foi amplamente debatida, questionada, invalidada e, principalmente, divulgada em diversos impressos fluminenses. O mesmo ocorreu com *O Primo Basílio*, de Eça de Queiroz. Como D. Fortes escreveu para a *Revista Ilustrada* sobre os efeitos contrários da censura: quanto maior fosse o barulho sobre a necessidade de repressão, maior aumentaria a curiosidade das moças sobre as peripécias de Luísa e Basílio. Com a “curiosidade”

---

<sup>134</sup> MULLER, Andréa Correa Paraiso. *De romance imoral a obra-prima: trajetórias de Madame Bovary*. *Op.cit.*, p.207,

<sup>135</sup> SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Contos de Machado de Assis: leituras e leitores do “Jornal das Famílias”*. *Op.cit.*, p.23.

“imensamente” “aguçada”, estas atiravam-se “com fúria a obra e [devoravam-na] – com os olhos – em dois dias”. “Algumas, antes da leitura, [iriam] logo à tal página 320, procurar a coisa que não pode ser vista pelas Sras...”<sup>136</sup>.

Certamente consciente desses exemplos passados, a *Gazeta* forjou, com grande perspicácia, sua estratégia de divulgação do romance *Philomena Borges*: a polêmica. Sabendo que uma das preocupações da crítica contemporânea era evitar que moças despreparadas tivessem acesso a livros inapropriados, a obras que as desvirtuassem dos padrões matrimoniais para mulheres, o jornal antecipou a discussão em torno da protagonista do romance, criando versões alternativas da personagem Philomena. Nessas versões, a figura feminina que dava título ao romance tinha elementos com grande potencial não só para chamar a atenção, como também para suscitar escândalos e polêmicas. Essa preocupação com as leituras consideradas perigosas pode ser vista na *Gazeta* em meio a coluna “Modas-Cartas Parisienses”, na qual Rosedelle, escritora do artigo, reclamava a atenção das famílias para os perigos provocados pela leitura do “romance erótico”. Em texto dirigido “às leitoras”, Rosedelle expõe seus “modestos pontos de vista femininos acerca do que constituía, para ela, a arte de saber vestir, da qual dependia, mais do que muita gente pensava, a inapreciável ciência de se fazer amar”. Quanto à educação, a autora dizia:

A educação, deficiente e absurda, que recebe nos colégios, as máximas idiotas ministradas pela convivência banal das salas, o exemplo de umas amigas, muito estúpidas e muito vaidosas, que absorvem todas as faculdades pensantes das suas cabecinhas ocas no cultivo do namoro e do figurino, o lausperene de interjeições admirativas e finezas açucaradas em que a envolvem os *badauds* ociosos, de risca apartada ao meio e colarinho decotado, a falta de uma elevada orientação moral e de uma inteligente disciplina material no meio da família, a leitura perigosa do romance erótico arrastam-na exatamente para o extremo oposto aquele de que não devia sair nunca e fazem dela o ente mais infeliz, mais ludibriado, e ao mesmo tempo aquele que menos pode entender e realizar as grandes e complexas aspirações de uma alma superior e digna<sup>137</sup>.

Ao fazer circular pelas páginas de jornais de maneira antecipada os vícios de Philomena Borges, mulher viúva, supostamente promíscua e fora da lei, tanto a *Gazeta* quanto Aluísio Azevedo construíram uma espécie de prólogo para a narrativa folhetinesca, na qual o comportamento moral e a falha no projeto educacional tornaram-se evidentes, lançando pautas que dialogavam com os temas discutidos pelo periódico. Essa temática tornou-se nítida na carta enviada por Aluísio Azevedo, em que o autor

<sup>136</sup> D. Fortes, “As três questões”, *Revista Ilustrada*, 27/04/1878, p.6-7.

<sup>137</sup> Rosedelle, “Modas-Cartas Parisienses”, *Gazeta de Notícias*, 30/07/1880, p.5

justificava o caráter da mulher que vinha sendo debatida pela folha desde outubro de 1883 como consequência direta da “educação” de “onde cresceu”, educação que havia moldado a protagonista no “falso luxo” de uma vida que não lhe era plausível, assim como a personagem de Flaubert<sup>138</sup>.

Durante o processo de divulgação do romance *Philomena Borges*, os editores do periódico insistiram na construção do caráter verídico da história. Em primeiro lugar, Philomena foi introduzida como uma mulher real, da Corte carioca, apresentada nas crônicas “Balas de Estalo”. Posteriormente, o nome da protagonista de Aluísio Azevedo começou a se espalhar pelas seções do jornal, dando pistas aos leitores de que Philomena Borges poderia ser uma personagem fictícia. Em seguida, o romance foi anunciado em forma de missiva escrita por Aluísio Azevedo. Contudo, mesmo após a carta, o jornal manteve a aparência de veracidade da obra, aludindo ao processo de escrita do autor que produziu uma intensa investigação sobre a vida de Philomena, de caráter quase documental, situando “um desejo do folhetim de embaralhar notícia e literatura, romance e realidade”<sup>139</sup>. A tática da *Gazeta* de antecipar a polêmica sobre o romance certamente gerou expectativas dos leitores que sondavam qual seria o mote principal do novo folhetim da *Gazeta*. Sendo essas publicações dirigidas “principalmente às leitoras”<sup>140</sup>, a especulação sobre a personalidade misteriosa que havia distribuído cartões de visitas a toda corte carioca contribuiu para aguçar a curiosidade das pessoas que acompanhavam o periódico de Ferreira de Araújo.

Segundo Lamonica, que estudou a política imperial e a estratégia de reclames do romance, o fundador do jornal apostava alto no sucesso do folhetim e, contando com a ajuda de Aluísio Azevedo, ele mobilizou outros periódicos e escritores na discussão a fim de definir, discutir e difundir a mulher misteriosa que se tornaria romance”. Às “Balas” coube a discussão inicial, a Azevedo a definição final; aos outros periódicos, restou a difusão do nome e, consequente e indiretamente, do romance, que contou, portanto com uma grande publicidade”, argumentou o estudioso<sup>141</sup>.

Muito além de atrair a atenção do público, *Philomena Borges* tornou-se assunto dos principais veículos de publicação de sua época. Toda estratégia foi muito bem-

<sup>138</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges”, *Gazeta de Notícias*, 11/10/1883, p.1

<sup>139</sup> RAMOS, Ana Flávia Cernic. Philomena Borges: uma leitora de folhetins sob o olhar de Aluísio Azevedo. In: *XIX SEMANA DE HISTÓRIA DA UNESP HISTÓRIA, LEITURA E CULTURA MÍDIÁTICA*, 2014. Franca. Anais. p.378.

<sup>140</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges”, *Gazeta de Notícias*, *Op.Cit.*, p.1

<sup>141</sup> LAMONICA, Lucas de Castro. *Filomena Borges: romance, imprensa e política*, *op. Cit*, p.39

preparada e orquestrada por Aluísio Azevedo, Ferreira de Araújo e os demais colegas colaboradores dos jornais, com o objetivo de atrair os olhos do público para o acontecimento criado pela *Gazeta*. Durante as publicações das “Balas de Estalo” e dos anúncios que levaram o nome de Philomena, havia uma promessa implícita de que o mistério sobre a mulher só seria revelado com a publicação do romance. Na maioria das aparições criadas pelo periódico a protagonista foi apresentada como uma mulher polêmica, atraindo os olhares curiosos para o romance que seria lançado em dezembro. Nesse meio tempo, expectativas foram criadas sobre os possíveis temas da obra, sendo a mulher, os costumes e o casamento pautas que poderiam ser trazidas após a publicação da carta de Aluísio Azevedo. É necessário, portanto, considerar que a propaganda da *Gazeta* produziu repercussões significativas, porque o solo em que se assentavam tais temáticas, consideradas valiosas para os intelectuais da época, era fértil, ou seja, havia a constante preocupação em disciplinar o comportamento feminino, em definir os papéis no casamento e em pensar sobre o papel da literatura como lugar especial para o debate dessas questões.

A *Folha Nova*, *O Mequetrefe* e o *Jornal do Commercio* foram alguns dos periódicos que participaram da divulgação de *Philomena Borges*. Não é certo afirmar que os periódicos tivessem conhecimento sobre o teor da narrativa e, apesar de o casamento ser um dos motes centrais da história, havia um tema relevante que entrelaçava a vida de Philomena e João Borges no enredo e que, no momento de escrita do livro, era amplamente debatido e criticado pelos jornais acima: a decadência do regime imperial enquanto sistema de governo. Embora a crítica monárquica seja um tema relevante do folhetim de Aluísio Azevedo, ela não compôs o agrupamento de elementos escolhidos para a divulgação do romance. Pode-se dizer que, atraídos pelo que parecia ser um romance que trataria sobre a mulher, o decoro e o casamento, alguns leitores certamente se surpreenderam, conforme a publicação avançava, com as críticas produzidas pelo romance à instituição monárquica e à D. Pedro II. Segundo Lamônica, longe de ser um simples livro de distração para mocinhas ociosas, *Philomena Borges* era uma obra de combate, antimonarquista. Como dito pela *Pacotilha*, Philomena, foi, por um tempo, a mulher que ocupou a “atenção de meio Rio”<sup>142</sup> e, por meio de um esforço mercadológico notório, Aluísio Azevedo e o redator-chefe da *Gazeta* conseguiram alcançar aquilo ao que

---

<sup>142</sup> *Pacotilha*, 30/10/1883/ p.3



se dispunha a estratégia: forjar a polêmica de maneira antecipada a fim de cativar a atenção do público para as críticas sobre os costumes sociais e, em especial, das mulheres.

Além de antecipar a polêmica sobre a obra, no dia 17 de dezembro Aluísio Azevedo publicou um prefácio na *Gazeta de Notícias*, intitulado “*Philomena Borges-antes de principiar*”<sup>143</sup>, no qual o autor adiantava possíveis críticas evocadas após a leitura do folhetim. Em meio a um diálogo representado por dois leitores do romance, um que demonstrava objeções e outro mais satisfeito com a narrativa, o autor abordou as pautas levantadas no folhetim que poderiam desagradar o público. A crítica sobre a obra ter sido forjada com base na “observação e na verdade” é apontada logo nas primeiras linhas, sendo “o excesso de fidelidade” descrito como um dos primeiros defeitos. Azevedo parece brincar com a crítica feita por Eleazar em 1878 à Eça, sobre o excesso de detalhes do *Primo Basílio*, evocando durante a divulgação de *Philomena Borges*, a polêmica anterior. Para o leitor cético, a narrativa parecia falsa, alegando que “nada é tão inverossímil quanto a própria verdade, quando ela se apresenta com toda a brutalidade de seu peso”. Com essa visão, Aluísio Azevedo retoma o diálogo produzido durante a publicação de *Madame Bovary* e *O Primo Basílio*, na qual o excesso de detalhes e de semelhanças com o mundo real tornaram-se alvos da crítica defensora da antiga estética do romantismo. A polêmica feita pela *Gazeta* também é aludida pelo leitor que afirma:

- Não sei se estou metafísico, o que te afianço, é que não gostei da tal *Philomena Borges*, tão apregoada, tão ansiosamente esperada. Confesso, achei-a fraca, desengraçada, inútil. Pode ser, se o romance não fosse tão anunciado, que eu achasse bom, porém puxaram tanto pela minha curiosidade, tanto mexeram comigo, que, palavra d'honra, esperava outra cousa!  
- Ora! Isso não é crítica!<sup>144</sup>

Nesse prefácio, Aluísio Azevedo denunciava a estratégia da *Gazeta* de levantar a curiosidade sobre a sua protagonista. Além de se remeter ao processo de divulgação por meio de anúncios e crônicas, o escritor dizia também que as expectativas sobre a personagem poderiam ser frustradas, tendo em vista as nuances produzidas pelo jornal para abordar diferentes versões de *Philomena*. Sem revelar o mote da obra, o autor argumentava que o escritor no Brasil travava uma luta contra dois elementos: “o público e o crítico”, na qual enquanto o público comprava um livro para aprender, o crítico exigia que o livro sustentasse as suas ideias. Desse modo, *Philomena Borges* seria um romance tanto do público quanto do crítico, pois navegava pela estética romantismo de 1820,

<sup>143</sup> Aluísio Azevedo, “*Philomena Borges-antes de principiar*”, *Gazeta de Notícias*, 17/12/1883, p.1,2.

<sup>144</sup> Aluísio Azevedo, “*Philomena Borges-antes de principiar*”, *Gazeta de Notícias*, 17/12/1883, p.1,2.

enquanto sujeitava-se as regras e convenções de escrita dos anos de 1883. Sendo o prefácio de Aluísio Azevedo a última publicação feita para o público antes da efetiva aparição do romance-folhetim, isto é, sem que este tivesse conhecimento sobre o conteúdo da narrativa, o autor concluía convidando os leitores a tirarem suas próprias conclusões a respeito de personagem. Além disso, antes de iniciar a publicação do romance, Azevedo adiantou a luta pelos direitos autorais sobre o folhetim. Em nota final, o autor produzia o seguinte alerta: “o público que evite as contrafações e desconfie das Philomenas que não trouxerem o seguinte carimbo: Aluísio Azevedo.”

Consoante à pesquisa de Orna Messer Levin, as promoções de *Philomena Borges* e de suas demais obras assinalam uma luta incansável travada por Aluísio Azevedo em apelo ao reconhecimento da literatura enquanto produto de mercado. Em busca de sua identidade autoral e da autonomia financeira, as estratégias de divulgação representaram um esforço de convencimento para ampliar o mercado de leitores com auxílio do efeito publicitário<sup>145</sup>. Tomando por base o sucesso de vendas dos romances que passaram pela dura pena dos críticos, *Philomena Borges* surgiu em meio às colunas da *Gazeta* como interlúdio entre o projeto jornalístico e o enredo do romance. “Vítima de perseguições e intrigas”, a personagem ganhou a atenção do público que, curioso para saber se tratava de uma vilã ou de uma mocinha, corria os olhos aos rodapés da *Gazeta* no dia 18 de dezembro de 1883.

A estratégia de publicidade encabeçada pelo jornal de Ferreira de Araújo serviu não somente como método para aumentar a lucratividade da folha através da antecipação do escândalo, mas também como forma atrair a atenção dos críticos do período, ao levantar temáticas polêmicas, antes que fosse divulgada a narrativa oficial. A especulação sobre quem seria Philomena e como seria narrada sua história tomou conta dos principais impressos do período e, por ter sido o nome da personagem associado a venda de produtos tais como a “Au Boulevard”<sup>146</sup> e a “Alfaiataria Estrella do Brazil”<sup>147</sup>, pode-se dizer que, pelo menos antes do folhetim, *Philomena Borges* foi um verdadeiro sucesso. Quanto a recepção da história e ao seu triunfo, esse é um assunto para os próximos tópicos.

<sup>145</sup> AZEVEDO, Aluísio. *Aluísio Azevedo: ficção completa em dois volumes*. *Op.cit.*, p. 28.

<sup>146</sup> “Philomena Borges”, *Gazeta de Notícias*, 11/10/1883. p. 2

<sup>147</sup> “Philomena Borges”, *Gazeta de Notícias*, 14/10/1883. p. 2

#### 1.4. Dos rodapés da *Gazeta* para o escritório do jornal

Após dois meses de alarde, foi finalmente revelado aos leitores quem seria *Philomena Borges*. No dia 18 de dezembro de 1883 foi publicado o primeiro capítulo do romance, intitulado “Flores de Laranjeira”, na página inicial da *Gazeta de Notícias*. Ao todo, o romance foi publicado em 27 edições da *Gazeta*, até o dia 13 de janeiro de 1884. Durante a fase de circulação do folhetim, prevaleceu o destaque para a obra na primeira página de jornal, salvo seis edições em que o romance foi publicado em terceira página, variando entre os dias de terça-feira, quinta-feira e domingo<sup>148</sup>. No domingo, o romance-folhetim foi frequentemente alojado na terceira e não na primeira página do jornal.

Ao longo dessa publicação seriada, foram utilizadas várias estratégias que acompanhavam os moldes dos jornais parisienses. Todas as edições finalizavam com “mágico chamariz” “continua”, produzindo o suspense necessário para incandescer as memórias do leitor que migrou para os rodapés na tentativa de descobrir a verdade sobre *Philomena*<sup>149</sup>. Além disso, era comum encontrar nos rodapés erratas produzidas após o “continua”, que buscavam corrigir erros de tipografia presentes na edição anterior. A maioria das correções eram sobre erros gramaticais e apontavam o número da coluna e da linha correspondente a palavra ou frase que se pretendia advertir. Também constam nas 2ª e 3ª edições notas que dizem o seguinte: “O autor e os editores desse romance reservam-se os direitos de propriedade literária e protestam contra as reproduções”<sup>150</sup>. Mais uma vez, o jornal, em especial Aluísio Azevedo, retomam a discussão sobre os direitos autorais do romance e da *Gazeta* no que diz respeito a publicação da obra<sup>151</sup>.

Em relação à recepção do romance, uma das críticas recorrentes durante sua circulação foi a de que Aluísio Azevedo teria encerrado a narrativa de forma abrupta, o que levou o público leitor a especular sobre as possíveis causas do desfecho precoce de *Philomena Borges*. Segundo Lucas de Castro Lamonica, o folhetim, de fato, apresenta uma estrutura mais curta em comparação a outros publicados pela *Gazeta de Notícias*

<sup>148</sup> Aluísio Azevedo, “*Philomena Borges: II O Ferrolho*”, 20/12/1883. p.3; Aluísio Azevedo, “*Philomena Borges: IV Veremos quem vences*”, 23/12/1883. p.6; Aluísio Azevedo, “*Philomena Borges: XI Qual dos seus maridos será mais infeliz*”, 30/12/1883. p.5; Aluísio Azevedo, “*Philomena Borges: XII Amor de Philomena*”, 01/01/1884.p.3; Aluísio Azevedo, “*Philomena Borges: XXI Volta-se a dança*”, 10/01/1884.p.3; Aluísio Azevedo, “*Philomena Borges: XXIV Paquetá*”, 13/01/1884. p.3.

<sup>149</sup> MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. *Op.cit.*, p.30

<sup>150</sup> “*Philomena Borges*”, *Gazeta de Notícias*, 20/12/1883, p.3

<sup>151</sup> Não foram encontrados no site da Hemeroteca Digital indícios de que outro periódico tenha publicado os capítulos do folhetim. Contudo, o protesto evidencia que a prática das reproduções não era incomum durante os oitocentos.

entre dezembro de 1882 e outubro de 1884<sup>152</sup>. No entanto, ao considerarmos a produção de folhetins nacionais, como *As Joias da Coroa*, de Raul Pompéia — publicado entre 30 de março e 1º de maio de 1882, em vinte e cinco edições —, observa-se que o número de publicações é semelhante ao de *Philomena Borges*. É difícil determinar com precisão se o romance foi originalmente concebido com um número reduzido de edições ou se sua publicação foi interrompida durante o processo de circulação. Uma hipótese plausível é a possibilidade é a de que a *Gazeta* já tivesse planejado uma história de tom cômico, contratada para esse número específico de edições. O certo é que a morte da protagonista no último capítulo, intitulado “Paquetá”, causou estranhamento entre os leitores, a ponto de alguns interpretarem o desfecho como um possível ato de censura por parte do regime imperial.

A presença do imperador D. Pedro II como personagem da história, de fato ocupou espaço significativo entre as críticas contemporâneas. Na narrativa, o monarca brasileiro é descrito como padrinho de Philomena e, quando ela e o marido necessitam de auxílio financeiro, é ao imperador que o casal recorre. No vigésimo capítulo, em visita a Petrópolis, a protagonista de Aluísio Azevedo, sempre astuta, logo se encanta pela paisagem. “Maravilhada com o passeio”, Philomena faz menções a quantidade de imigrantes europeus na cidade, os quais “faziam-na esquecer, por instantes, o africano e repulsivo aspecto geral das cidades do Brasil”<sup>153</sup>. Esperando conhecer D. Pedro II, imaginando-o como “moço” e “bonito”, que amava “os combates encarniçados e as mulheres formosas”; “indomável e forte”, de “cabelos da cor do sol, a barba dividida ao meio do queixo, o nariz firme e audacioso, como o dos antigos heróis da Grécia”, se depara, portanto, com:

A gorda figura do Imperador, com o seu abdômen saliente, as suas pernas finas, a testa abaulada, os olhos vulgares, causavam-lhe um desgosto profundo. Não lhe podia perdoar aquele aspecto de bom velho, aquele ar pacato, aquela proverbial honestidade, aquela expressão moleirona de homem linfático e turgido pela vida sedentária. A voz branda e fanhosa, o ar giboso de Sua Majestade avultava no espírito de Philomena como o mais grave atentado que se pudesse opor as magnificências da coroa<sup>154</sup>.

A indignação de Philomena foi imediata. A desilusão com a figura do padrinho e governante da nação, idolatrado por tantos anos, demonstra por meio de metáforas a

<sup>152</sup> LAMONICA, Lucas de Castro. *Filomena Borges*: romance, imprensa e política. *Op.Cit.*, p.46.

<sup>153</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges- Petrópolis”, *Gazeta de Notícias*, p.1

<sup>154</sup> *Ibidem*.

decadência do regime imperial no Brasil. As alfinetadas de Aluísio Azevedo não passaram despercebidas e, passados alguns dias do último capítulo, as críticas ao romance começaram a discutir a questão imperial presente na história. Conforme a análise de Lamônica, preocupados com a morte repentina da personagem principal no fim da história, os debatedores não tardaram em associar a breve conclusão a possíveis tentativas de intervenção governamental.

O primeiro a analisar o romance foi o jornal *Diario do Brazil*<sup>155</sup>. Considerado um periódico de caráter liberal, Czar Ony escrevia na coluna “Às quintas-feiras” sobre os fatores que levaram ao fim do romance. O impresso externou que o final da história foi de fato prematuro e aferiu que o motivo seria desconhecido pelos próprios leitores, uma vez que “infeliz e desditosa Philomena”, “morreu sem que os médicos pudessem classificar a moléstia que a matou”. Levantando possibilidades sobre o fim da história, Czar Ony disse que, após a introdução da Majestade imperial nas colunas do rodapé, “o mordomo, sabendo que se tratava da reprodução de um fato palacial, ordenou a retirada do romance da via circulatória, ou em caso contrário a ordem, o processo de injúria á seu autor”. Outra hipótese sugerida foi a de que a *Gazeta* teria suspendido o folhetim e que, por “vingança” Aluísio Azevedo acabou assassinando Philomena. O crítico também levantou indícios de que a recepção da história não teria acompanhado a expectativa construída pela *Gazeta* durante o processo de divulgação, pois, para ele era apregoado por alguns que “o folego com que era feita a narração faltou ao narrador, precipitando-o do alto de uma expectativa envergonhada ao chão funebremente lastimável daquelas três letras fatais: “Fim”.

Poucos dias depois, foi a vez do jornal *Brazil*<sup>156</sup>, jornal de caráter conservador, comentar o destaque literário da *Gazeta de Notícias*. Na seção “Bibliografia”<sup>157</sup>, o impresso que havia participado dos reclames que precederam ao romance, demonstrou sua insatisfação após a leitura. Embora reconhecesse o talento de Aluísio Azevedo e o sucesso do primeiro capítulo do folhetim, o autor, que resolveu não se identificar, alegou que *Philomena Borges* estaria “muito longe do que se espera do autor do *Mulato*”. O principal desencontro entre as duas obras seria a ausência da análise do real presente no folhetim, sendo a preocupação com a “linguagem” maior do que com a “verdade”.

<sup>155</sup> Czar Ony, “Às quintas-feiras”, *Diario do Brazil*, 17/01/1884, p.3.

<sup>156</sup> “Bibliografia”, *Brazil*, 23/01/1884, p.2.

<sup>157</sup> O artigo escrito no *Brazil* foi inicialmente publicado em anonimato. Contudo, no dia 27 de janeiro, F.F. escritor do folhetim “A propósito de Philomena Borges”, revelou que havia escrito a coluna, sobre o romance.

Segundo o crítico, as cenas de *Philomena* seriam “imprevistas”, “desconexas” e “sem objetivo”. Seu defeito mais “grave” seria a morte da personagem antes do marido, visto que, de acordo com a história narrada por Lélío nas “Balas de Estalo” e a carta de Aluísio Azevedo, transmitidas pela própria *Gazeta*, “ela era viúva e ainda viva, muito apouquentada da curiosidade pública”. Pela coluna do *Brazil* é possível perceber que a estratégia de promoção literária orquestrada pela *Gazeta* não somente foi acompanhada por outros jornais, como também conseguiu entreter os leitores mais assíduos, que se revolveram no turbilhão de informações sobre a mulher misteriosa. Ao tentar esquadrihar as notícias e anúncios divulgados na fase publicitária e amarrá-las ao romance, o colunista do *Brazil*, deixou escapar que a intensa propaganda do jornal de Ferreira de Araújo talvez não fosse algo comum, confundido até mesmo os críticos mais experientes.

Quatro dias depois, o periódico retorna a comentar sobre o romance de Aluísio Azevedo, dessa vez no rodapé da primeira página. Assinado por F.F., abreviação utilizada por Felix Ferreira, o folhetim reforçava o “talento” de “grau elevado” do autor do romance, mas afirmava que lhe faltava o “bom gosto”. Consciente da “inimizade” a que se expunha, F.F. assegurava-se de que a aposta da *Gazeta* em *Philomena Borges* não foi bem-sucedida, a confirmar-se pelo silêncio dos compatriotas escritores do autor que “não ousando lhe dizer a verdade”, segredavam “na sua ausência coisas muito piores”<sup>158</sup> do que as que escrevia. Conforme a análise de Lamônica, ao mencionar que o sucesso do romance estivesse atrelado à complacência dos críticos mais ferozes, Felix Ferreira estaria evidenciando a situação de privilégio de Aluísio Azevedo em pertencer ao grupo do “elogio mútuo”, ou a “boêmia do vintém”, como eram chamados os que colaboravam com a *Gazeta da Tarde* e a *Gazetinha*<sup>159</sup>. Esses grupos, para F.F. seriam responsáveis por repartir “unicamente entre seus associados os diplomas de talentoso, estudioso, correto e sábio!”<sup>160</sup> As razões que levaram o crítico a considerar *Philomena Borges* uma obra de mau gosto vem logo em seguida. Para ele seria “fora da moda” atacar e injuriar a figura de Sua Majestade, haja visto que a “posição e idade”, teriam o direito ao “respeito e a consideração pública”:

O Sr. Aluísio Azevedo que antes de tudo é moço honesto, de sã consciência e alma generosa, sabe bem que Sua Majestade não é o Lovelace que pintou em seu romance, nem cínico a ponto de requestar a sua própria afilhada: sabe bem

<sup>158</sup> F.F., “A propósito de *Philomena Borges*”, *Brazil*, 27/01/1884. p.1.

<sup>159</sup> Cf. LAMONICA, Lucas de Castro. *Philomena Borges*: romance, imprensa e política. *Op.cit.*, p.56;

<sup>160</sup> F.F., “A propósito de *Philomena Borges*”, *Brazil*, 27/01/1884. p.1.

que sua Majestade nunca fez intervir na política do país a influência das alcovas, outros terão feito e o diz a voz pública, mas dele ainda não ousou tanto nem o *Corsário*; porque e pois assim o disse e descreveu o autor da *Philomena* e descreveu o chefe da nação, que além de outros títulos a nosso respeito é quase um sexagenário, e sexagenário que não ridiculariza a velhice procurando ocultar os estragos da idade?<sup>161</sup>

Apesar de considerar que se tivesse insistido “nas cenas do imperador”, o sucesso do romance seria “estrondoso” em virtude do “escândalo”, F.F. afirmava que nada disso teria feito com que o a leitura do romance se consagrasse tal como *O Mulato* do mesmo escritor. Atacando ao autor, seus parceiros de escrita e ao jornal de divulgação, o folhetinista do *Brazil*, desencadeou um debate instigante, que além das divergências políticas, exaltava desavenças quanto ao estilo literário do período.

No dia 30 de janeiro, tanto o *Diario do Brazil*<sup>162</sup>, quanto a *Gazeta de Notícias* publicavam suas réplicas a Felix Ferreira. Quincas Júnior respondia no *Diario* as críticas produzidas sobre a suposta ausência de “bom gosto” de Aluísio Azevedo. De acordo com o redator, F.F. não seria o “mais competente para ditar as regras aceitáveis” e muito menos teria o direito de criticar o autor de *Philomena Borges*, já que “tão pouco” se importava de “castigar o próprio estilo”. As farpas são ainda mais agressivas, quando Quincas Júnior insinua que o escritor do *Brazil* criticaria o grupo do elogio mútuo, do qual fazia parte Aluísio Azevedo, por ressentimento de “pertencer” a “Nova Lyra de Apolo”, associação literária ligada ao imperador<sup>163</sup>.

Quanto a resposta sobre o teor político do romance, foi a vez de Aluísio Azevedo replicar o folhetinista. Em artigo publicado na *Gazeta de Notícias*, intitulado “A propósito de *Philomena Borges*”<sup>164</sup>, Azevedo considerou não ter respondido antes os comentários de F.F., em razão da falta de interesse pelo que era publicado no *Brazil*, considerada “uma triste folha política escrita por meia dúzia de conservadores”, que na verdade se tratava de um jornal “surdo”, “silencioso”, “sorrateiro”, “tropego” e “gago”. Também insinuou que os “maus versos” escritos sobre o seu mais recente romance, foram forjados pelo filho do “Sr. barão de Canindé”, o qual se tratava do “proprietário do sisudo órgão” onde foram publicados os volumes. Revelando que a autoria do folhetim pertencia a “Felix Ferreria”, que até então se dispunha ao anonimato dos pseudônimos, Azevedo atacava F.F. afirmando que este se tratava de um “pulha”, que “sem entender patavina do que

<sup>161</sup> *Ibidem*.

<sup>162</sup> Quincas Junior, “Apanhados”, *Diario do Brazil*, 30/01/1884. p. 2.

<sup>163</sup> LAMONICA, Lucas de Castro. *Filomena Borges*: romance, imprensa e política. *Op.cit.*, p.58;

<sup>164</sup> Aluísio Azevedo, “A propósito de *Philomena Borges*”, *Gazeta de Notícias*, 01/02/1884. p. 2

encontrou em *Philomena Borges*”, meteu-se a falar “barbaridades” sobre o que vinha a ser a “*literatura naturalista romântica*”. Aconselhando que “Fidelis” (apelido pejorativo utilizado para desmerecer o crítico) parasse de escrever sobre aquilo que não teria competência para julgar, o autor de *Philomena Borges* reforçou suas ressalvas quanto a figura da Majestade, ao desdenhar as críticas que o condenavam por atacar “aquele que não se pode defender (coitadinho)”. Fazendo uso de citações retiradas do artigo do órgão conservador, Aluísio Azevedo contra-atacou de maneira jocosa aos argumentos. Afinal, como levar em consideração os apontamentos de um crítico que pretendia “arvorar-se campeão de sua Majestade”?

Em resposta publicada no dia seguinte, Felix Ferreira se esquivou das acusações sobre o perfil tendencioso do jornal argumentando que o autor do romance, em resposta ao trato dado por ele ao jornal, atirou “injúrias como os garotos atiram lama as pessoas limpas e sérias”<sup>165</sup>. Recusando-se a rebater o “vocabulário das praças de mercados chufas”, o que o proibia a “educação que em boa hora” recebeu, o escritor encerra a discussão com Aluísio Azevedo. O folhetim, no entanto, voltou a ser comentado pela folha conservadora no mês de fevereiro, em 8 artigos seriados escritos por A. de B. F., intitulados: “*Horacio e Philomena Borges*”<sup>166</sup>.

Duas semanas após o término do romance nos rodapés, o livro já se encontrava disponível a venda no escritório do jornal<sup>167</sup>. Acredita-se que a versão compilada do folhetim já fosse um projeto dos editores da *Gazeta* que, além de apostarem alto na obra, como visto durante a fase de promoção, utilizaram a publicação literária para impulsionar a arrecadação de novas assinaturas para o jornal. Essa estratégia pode ser vista ainda no mês de dezembro de 1883, quando a folha anunciava que os novos assinantes, “pagando sua assinatura a contar de janeiro” começariam a receber as edições do jornal, “desde o dia em que foi publicado o primeiro número de *Philomena Borges*”<sup>168</sup>.

Além de anunciar a publicação em livro do folhetim, o jornal divulgava também a transformação do romance em comédia teatral. Não sendo considerada uma obra de sucesso, para pesquisadores e críticos contemporâneos, é provável que o círculo cultural de Aluísio Azevedo e sua irmandade com Artur Azevedo, o qual possuía grande

<sup>165</sup> Felix Ferreira, “A propósito de *Philomena Borges*”, *Brazil*, 31/01/1884. p. 2.

<sup>166</sup> As críticas de A. de B.F. abordavam a brevidade do folhetim de Aluísio Azevedo e, de maneira geral, criticavam negativamente o estilo e a escrita do romance. Sobre o estudo das críticas de A. de B.F., ver: LAMONICA, Lucas de Castro. *Filomena Borges: romance, imprensa e política*. *Op.cit.*, pp.63-69.

<sup>167</sup> *Gazeta de Notícias*, 27/01/1884. p. 2.

<sup>168</sup> “O ano novo”, *Gazeta de Notícias*, 20/12/1883. p. 1.



influência no ramo teatral, tenham contribuído para a promoção de *Philomena*, após conclusão do folhetim.

Além dos anúncios espalhados no jornal sobre a disponibilidade do livro no escritório da *Gazeta*, a obra passou a integrar ainda no ano de 1884, a “Biblioteca da Gazeta de Notícias” coleção responsável por organizar e publicar os romances-folhetins da folha<sup>169</sup>. No final do mesmo ano, o periódico utilizou o romance para incentivar os leitores a renovarem suas assinaturas. Os que fossem assinantes há um ano, receberiam como prêmios o Almanaque da *Gazeta de Notícias* e um dos romances presentes na Biblioteca. Dentre eles estavam: *Margot*, *João Fera*, *A Brasileira*, *Philomena Borges*, *O filho de Antony*, *O Caminho do Crime*, *O grilheta*, *Sua Alteza o amor*, *Os Retirantes*, *A Canalha Graúda*, *O selo da Morte*, *O Desconhecido*, entre outros.

A primeira edição do livro foi publicada pela tipografia da *Gazeta de Notícias* em 1884. Uma década mais tarde, por volta de 1897, a livraria Garnier publicou uma nova edição de *Philomena Borges*, desta vez para compor um compilado das Obras Completas do autor<sup>170</sup>. Apesar de ter ficado a venda por um período de quase três anos em seu jornal de divulgação, o romance despertou interesse dos críticos que não se abstiveram de comentar o enredo, a forma e as similaridades do folhetim com as notícias que eram divulgadas no impresso de circulação.

A quarta edição do livro, publicada no Rio de Janeiro pela F. Briguier & Cia, nos chama a atenção pelo prefácio produzido pelo organizador da coleção, Nogueira Silva. Apesar de classificar a obra como um “romance para rir”, “distrair” e “matar as horas de tédio”, o escritor afirma que *Philomena Borges* foi feita com “trechos da vida real, pedaços dolorosos da existência, observações severas da sociedade com seus defeitos e suas virtudes, cenas vivas do mundo político e muito e sadio humorismo”<sup>171</sup>. O enredo do folhetim, construído de maneira “teatral”, não deixava, portanto, de refletir as ideias de seu autor. Conforme Nogueira Silva, a preocupação de Aluísio Azevedo com o folhetim se fez mais ao “homem”, do que com a “paisagem”, reforçando as críticas do romancista quanto ao caráter da protagonista e de seus personagens. Por mais que as críticas produzidas pelo jornal, se baseassem, em sua maioria, ao teor político do folhetim, o casamento, mote principal da narrativa, merece ser analisado com melhor afinco.

---

<sup>169</sup> LAMONICA, Lucas de Castro. *Filomena Borges*: romance, imprensa e política. *Op.cit.*, p.49.

<sup>170</sup> *Ibidem*, p.54

<sup>171</sup> AZEVEDO, Aluísio. *Philomena Borges*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: F. Briguier & Cia, 1943. p.6.

Desde o início dos reclames iniciados pela *Gazeta* os editores do jornal mostraram-se preocupados em informar os leitores sobre as notícias que pautavam o casamento e o comportamento feminino. Costurado a divulgação dessas informações, nasceu o romance-folhetim de Aluísio Azevedo, que em sua primeira edição impressa, foi dedicado a ninguém menos que Ferreira Araújo, um dos principais fundadores do jornal. Como visto anteriormente, o periódico buscou dialogar com homens e mulheres, desde a década de 1870, enfatizando os perigos da leitura de romances e suas influências nocivas ao comportamento feminino. Tal temática esteve presente por diversas vezes em polêmicas literárias como as de *Madame Bovary*, *o Primo Basílio* e *Confissões de uma viúva moça*, que serviram de suporte para que os produtores da *Gazeta*, pensassem a divulgação de *Philomena Borges*. Sendo o comportamento feminino um tema caro aos homens de letra do período – fosse por meio das leituras que os influenciavam, ou até mesmo pelo meio de criação das mulheres – divulgar a estreia do novo folhetim do jornal, partindo da premissa de que aquela seria mais uma literatura problemática, atraia os olhares dos críticos, contribuindo para elevar a história para os assuntos mais comentados da corte. Aluísio Azevedo, antes de principiar a publicação do folhetim, descreveu que a história de *Philomena* pertencia ao público, mas também ao seu autor, o que torna necessário considerar o empenho empregado pelo escritor em retratar no romance, percepções que lhe eram próprias acerca de experiências conjugais que observara em seu cotidiano. O empenho do autor em analisar casais distintos, pode ser observando ao longo da publicação do romance nos rodapés da *Gazeta* e para atingir esse objetivo, foi necessário explorar os conflitos conjugais que eram próprios de seu público a fim de criar personagens que se comunicassem diretamente com ele. Nesse sentido, faz-se relevante compreender o modo como a *Gazeta de Notícias* explorava histórias que se ambientavam no meio domiciliar, no cotidiano dos casais e a forma como elas dialogaram com o romance azevediano.

## CAPÍTULO II - *Philomena Borges* desvelando o mistério

### 2.1. *Philomena Borges* em cena

A temática dos arranjos conjugais entre homens representantes da burguesia comercial e moças mais jovens demonstrou-se frequente em meio à prosa azevediana<sup>1</sup>. No caso de *Philomena Borges*, o casamento por conveniência compõe a temática central da narrativa que busca entreter o leitor através das peripécias de Philomena, que, uma vez casada com o rico empreiteiro João Touro, recusa-lhe o leito em troca de suas exigências cada vez mais fantasiosas.

Apesar de emprestar o seu nome para o título do romance, não é a protagonista quem abre a história. Logo no primeiro capítulo do folhetim, intitulado “Flores de Laranjeira”<sup>2</sup>, o leitor é apresentado ao personagem Borges, burguês de quarenta anos, nascido e criado no interior de Paquetá, descrito como “robusto”, “extremamente bondoso” de “movimentos acanhados de quem não convive em alta sociedade”. Filho de um afamado e rico mestre de obras português “herdou uma dúzia de prédios bem edificadas”, alguns terrenos valiosos e o “inestimável hábito de ganhar a vida”. Ao suceder o pai no trabalho tornou-se um dos proprietários mais ricos da Corte, servindo de “modelo de bondade e bom senso” aos amigos e conhecidos. De “pulsos rijos”, “peito largo”, “pescoço nervoso e duro”, Borges era referência em matéria muscular recebendo em razão dessa “pujança excepcional” a alcunha de João Touro. Embora não fosse um “homem de estudos”, possuía aptidão admirável para os negócios, rejeitando vícios como charutos, bebidas e “mulheres que não fossem tão puras como ele”<sup>3</sup>.

A única pessoa capaz de acender no “coração encruado” de Borges as “fibras adormecidas do amor”, foi a filha da D. Clementina de Araújo, Philomena Borges, que o comerciante conhecera ainda pequena. A convite de seu amigo Guterres, Borges decide visitar a casa de Clementina, senhora viúva de marido e de fortuna, pois o “chefe da casa” gastara os bens em jogos e confeitarias, deixando a esposa impaciente por ver casada sua

---

<sup>1</sup> Um dos exemplos de arranjos conjugais entre comerciantes e donzelas na obra de Azevedo pode ser visto no *Cortiço*, com o casamento cercado de interesses entre João Romão e Zulmira, jovem que o português conhecera quando tinha doze anos e se casou quanto contava por volta dos 17 anos. Cf. SILVEIRA, Daniela Magalhães da. O cortiço das mulheres: classe, raça e gênero em O Cortiço, de Aluísio Azevedo, e nos jornais contemporâneos (1888-1891). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 15, p. 1–21, 2023. p.15.

<sup>2</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: I Flores de Laranjeira”, *Gazeta de Notícias*, 18/12/1883, p.1.

<sup>3</sup> *Ibidem*.

única filha. Além de uma preocupação, esta era, por outro lado, sua única esperança, pois, segundo ela, “só um bom casamento as salvaria da triste situação em que se achavam”<sup>4</sup>. Para manter a vida e o status social da filha, que fora criada no luxo dos bailes noturnos, chás da tarde e a luz do gás, a solução encontrada por Dona Clementina foi trabalhar. A princípio, como tentativa de esconder a precisão da labuta, ela até solicitou o auxílio do compadre, D. Pedro II, que contribuiu para que ela conseguisse alugar o prédio escriturado em nome da filha, para que, assim, conseguisse se refugiar em uma casa mais em conta.

Para arranjar um bom casamento para a Philomena, no entanto, era necessário “aparecer”. Embora as despesas evocadas pelos bailes, teatros, passeios, modistas e armarinhos fossem altas, D. Clementina chegou a sacrificar o trivial para a boca em vista da promoção de uma “verdadeira campanha” de apresentação da moça a sociedade. Por vezes a viúva abria a casa aos “chás de família”, rodeados de piano, canto, recitativos e danças. Ao final das festas, guardava-se o que pudesse servir para um outro evento, escovavam as roupas e acondicionavam leques e “as joias falsas”. Preparada para mapear os bons pretendentes, D. Clementina portava uma “bitola” que marcava “desde o marido ótimo até o marido péssimo”, determinando assim as maneiras que Philomena devia usar para com os sujeitos que aparecessem. A mãe “ensinava-lhe os segredinhos de agradar a todos, de prender, de prometer sem dar, de negar, sem desistir”, ansiando pelo noivo “dos bons”, que as indenizaria de todos os sacrifícios e lamúrias<sup>5</sup>. Nessas linhas, o narrador construiu logo no primeiro capítulo parâmetros distintos para a análise de Borges e de Philomena. Enquanto o primeiro era descrito pelo uso de inúmeros adjetivos que o afixavam a bondade e pureza, a segunda surgia mediante a uma relação de interesses, orquestrada pela mãe em busca de um casamento rentável.

Escolhido pela viúva, Borges não atendeu aos gostos da jovem, que se fez descontente com o nível de instrução do pretendente, bem como de sua robustez. Ávida leitora de novelas e romances de aventuras, Philomena, passava noites lendo e idealizando uma vida de “coisas imprevistas e grandes”, com “sede indefinida de empresas arriscadas e situações transcendentais, que sua louca imaginação mal podia delinear”, sonhando “coisas extraordinárias e regalias de alto preço”. Em meio as instruções designadas pela mãe, como tentativa de convencê-la a se casar com Borges, a jovem aprendera um ensinamento valioso:

---

<sup>4</sup> *Ibidem.*

<sup>5</sup> *Idem.*

Os bons maridos fazem-se, preparam-se – os diamantes não se encontram já lapidados! E, então, aquele coitado! Que a gente o leva para onde quer... Ali, é teres um pouco de paciência e o porás a teu jeito!

- Não acredito que daquele lorpa se possa fazer alguma coisa! Retrucou a menina com desdém.

- Parece-te agora, verás depois que é justamente o contrário!...Em questões de casamento, minha filha, as aparências quase sempre enganam muito! Em geral os maridos que nos parecem mais fáceis de tragar, são justamente os mais amargos; ao passo que os outros, os tipos, os “Borges”, esses são os bons, os doces! Cá por mim, nuca aconselharia mulher alguma a unir-se a um homem, que julgasse o seu espírito superior ao dela. Nada! Para haver perfeito equilíbrio num casal, é sempre indispensável que o marido conheça alguma superioridade na mulher; seja essa superioridade de fortuna, de inteligência, de educação, ou mesmo de força física. Desgraçada da tola que não pense sobre isso antes do casamento – não será uma esposa, será uma escrava!<sup>6</sup>

Adiantados pela carta do autor do romance, Aluísio Azevedo, publicada no dia 11 de outubro, os leitores da *Gazeta* se familiarizam logo no primeiro capítulo com o caráter da protagonista: “um produto legítimo dos vícios e da covardia de seus pais”, que a criaram no “falso luxo”. Instruída pela mãe desde antes do casamento, Philomena compreendeu logo cedo que, para as negociações dentro de um consórcio funcionarem, era preciso um (des)equilíbrio entre os cônjuges, sendo necessário o reconhecimento das superioridades da mulher por parte do marido. A simplicidade de Borges consistia, assim, em uma qualidade aliada da moça, que teria mais facilidade para lapidá-lo conforme demandassem suas necessidades. O diálogo anterior desperta a jovem moça quanto a uma “oportunidade” presente na possibilidade de contrato com João Touro. Para Luís Felipe Ribeiro, a mensagem transmitida pelo narrador com a passagem era clara: trabalhando de maneira consciente e sistemática, era possível modificar o marido ao mesmo tempo em que usufruía de seu patrimônio. Nesses princípios da narrativa, ao propor a filha que a superioridade da esposa sobre o homem fazia-se necessária, D. Clementina alertava Philomena de que, em uma relação, ou a mulher domina ou vira “escrava”<sup>7</sup>.

Segundo Orna Messer, o tema da educação romântica foi abordado por Aluísio Azevedo em suas obras como “fator básico da formação cultural”<sup>8</sup>, que, segundo o escritor, era capaz de construir por meio dos efeitos maléficos da “literatura sentimental”, jovens ingênuas e sonhadoras portadoras de temperamentos frágeis. Amparada sobre esse viés de pensamento crítico do autor, a instrução melodramática que Philomena recebera

<sup>6</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: I Flores de Laranjeira”, *Gazeta de Notícias*, 18/12/1883, p.1

<sup>7</sup> Ribeiro, Luís Filipe. “O Sexo e o Poder No Império: ‘Philomena Borges.’” *Luso-Brazilian Review*, vol. 30, n°. 1, 1993, pp. 7–20., p.13.

<sup>8</sup> LEVIN, Orna Messer. “Prefácio”. In: AZEVEDO, Aluísio. *Aluísio Azevedo: ficção completa em dois volumes*, op. cit., p. p. 35.

de suas leituras seria a responsável por criar aventuras extraordinárias em sua vida de casada. Desde o início da narrativa, o narrador ressalta essa característica da protagonista, sugerindo um objetivo crítico alinhado à perspectiva de Jean-Yves Mérian, que aponta para a exposição da futilidade dos romances inverossímeis e de suas consequências sobre a jovem<sup>9</sup>.

Com a morte inesperada de D. Clementina, Philomena precisou tomar as devidas providências e acatar o pedido de Borges, casando-se. Muito formosa e simpática com todos os presentes na cerimônia, a jovem seguiu corretamente as advertências da mãe enquanto buscava agradar a todos, fazendo-se aos olhos do marido uma esposa repleta de virtudes: “dócil, meiga, modesta”, incapaz de exigências ou recriminações. Para Borges, “Philoquinha” representava uma “pomba de doçura”, que nunca torcera o “narizinho” e nunca lhe ouvira “uma palavra mais áspera” ou qualquer “impertinência”. Durante a cerimônia, nos ímpetos de felicidade quando o relógio badalou às 12 horas, o mestre de obras convidou a esposa para subir em direção à alcova nupcial. Na ocasião, a madrinha da noiva estava à espera para o despojamento das vestes, quando o “tal arzinho de santa” de “Philoca” fora substituído por “uma expressão dura de má vontade”. Repelindo energicamente o marido, a jovem casada trancou-o para fora do quarto, fazendo “ranger um ferrolho que se fechava por dentro”<sup>10</sup>.

Foi por meio dessa apresentação que Aluísio Azevedo solucionou o mistério levantado pelo periódico durante os estratagemas de reclames iniciados nas “Balas de Estalo”. Como visto anteriormente, conforme as críticas do periódico *Brazil*, o primeiro capítulo do folhetim foi de sucesso equivalente aos ruídos levantados a respeito de sua protagonista. Apesar das ressalvas negativas do matutino, o redator deixava escapar que a “curiosidade vaga” de entender os rumos do casamento entre “uma mulher doida casada com um imbecil”, seria o fator responsável por segurar o leitor durante a publicação do romance ao correr da pena<sup>11</sup>. Já o segundo capítulo do folhetim, intitulado “O Ferrolho”<sup>12</sup> deu início à construção da sátira conjugal, na qual o propósito de Philomena concentrou-se em modificar o esposo, conforme aprendera com os conselhos maternos. Borges, que enxergava no casamento “a última expressão da paz e da estabilidade”, procurando no matrimônio o “sossego”, a “dignidade do teu lar e o cumprimento de teus deveres de

---

<sup>9</sup> MÉRIAN, Jean-Yves. *Aluísio Azevedo vida e obra (1857-1913)*. Op Cit., p.457.

<sup>10</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: I Flores de Laranjeira”, *Gazeta de Notícias*, 18/12/1883, p.1

<sup>11</sup> “Bibliografia”, *Brazil*, 23/01/1884, p.2.

<sup>12</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: II O Ferrolho”, *Gazeta de Notícias*, 19/12/1883, p.1

homem com a sociedade e para a natureza”, via-se indignado com a situação que acabara de vivenciar já em sua primeira noite como marido. A mulher que tanto adorava e cobiçava tinha lhe recusado aquilo que acreditava ser seu direito fundamental de marido: o corpo.

Na manhã em que se sucedeu o episódio do ferrolho na porta, em diálogo com o marido durante o almoço, Philomena expôs suas impressões sobre os rituais matrimoniais tidos por ela como “verdadeiramente bárbaros”. Para a jovem, soava “grotesco” e “ridículo” tal “espécie de festim pagão em que se celebra o sacrifício de uma virgem”<sup>13</sup>. Ao questionar o marido se passara bem a noite anterior, João Touro, cujo bom-humor parecia ter sido perdido, trava com a protagonista uma discussão sobre suas primeiras exigências como esposa. Philomena argumentava que, para dividir o leito com Borges, seria necessário primeiro ter plena confiança no marido, exigindo provas de que a amava. Ciente de que o casamento se tratava de um acordo entre as partes, a mais nova senhora rebatia as ponderações de Borges de que o casamento era a prova superior de amor entre eles. O matrimônio não passaria, segundo ela, de uma “permuta, uma troca” e compreendendo que “o noivo [valeria] muito mais que a noiva”, a jovem afirmava que, por ora, nenhuma das partes teriam seus direitos adquiridos. Propondo que o marido merecesse a conquista de sua afeição e ternura, Philomena apresentava suas condições:

-Ouça! - Por ora, meu amigo, pertenço-lhe de direito, porque nos casamos e isso tornava-se inevitável na situação em que o senhor me achou; mas declaro-lhe abertamente que só lhe pertencerei de fato no dia em que o senhor tiver conquistado o meu amor à custa de dedicação e de perseverança! Só lhe pertencerei de fato no dia em que o senhor se houver cabalmente habilitado para isso!<sup>14</sup>

Dessa forma, ciente dos direitos e deveres que o matrimônio lhe impunha naquele contexto, Philomena estabeleceu, já no primeiro dia como esposa, as regras para sua relação com Borges. Valendo-se do que percebia como o principal interesse do marido – o sexo –, a protagonista impôs as condições que a levariam a abrir tanto o coração quanto o ferrolho. Luís Felipe Ribeiro analisou o conflito entre o casal sob a perspectiva de que ele fazia parte do projeto conjugal de Philomena, que utilizou a “frustração do desejo” de Borges como estratégia de barganha sexual. Assim, ao recusar suas investidas, a jovem

---

<sup>13</sup> *Ibidem*.

<sup>14</sup> *Ibidem*

passou a exercer total domínio sobre o marido, que, na esperança de finalmente obter a “posse do objeto conquistado”, cedia aos seus desejos<sup>15</sup>.

A história de Philomena, uma mulher que recusou relações sexuais com o marido após o casamento, talvez não fosse algo incomum para o grupo de letrados do século XIX. No mesmo período, a historiadora Sandra Lauderdale Graham estudou o caso de Caetana, uma escravizada doméstica brasileira que viveu na fazenda de Rio Claro, no Vale do Paraíba. Em 1835, Caetana foi obrigada por seu senhor, o capitão Luís Mariano de Tolosa, a se casar com outro escravizado, Custódio. No entanto, ao se recusar a consumir a união e se ver ameaçada pelo marido, fugiu para a casa de seu padrinho, o próprio capitão Tolosa, a quem conseguiu persuadir de que jamais aceitaria o casamento. Diante disso, Tolosa se compadeceu e separou o casal. Determinada a resistir ao casamento forçado, Caetana apresentou uma petição de anulação ao tribunal eclesiástico, endossada pelo padrinho. O caso permaneceu em exame por quase cinco anos, de junho de 1836 a 1840, até que os juízes eclesiásticos da Relação Metropolitana da Bahia confirmaram a decisão da instância inferior em favor da anulação. A partir da apelação encontrada no arquivo eclesiástico da Bahia, além de inventários, testamentos e mapas populacionais, a historiadora analisou como Caetana desafiou a estrutura patriarcal e escravista, confrontando sucessivamente figuras de autoridade (senhor, tio, marido e Igreja) em uma luta pela manutenção de sua liberdade. Assim, a ordem patriarcal do lar foi questionada no momento em que Caetana disse “não”<sup>16</sup>. Portanto, a recusa de mulheres diante das normas matrimoniais não demonstrava ser um fenômeno isolado ou uma criação exclusiva de Aluísio Azevedo, permitindo comparações dos leitores mais espertos que aproximavam experiências como a de Caetana, da forjada pelo literato para a história de Philomena.

A cena da alcova foi alvo de críticas do jornal conservador *Brasil*<sup>17</sup>, o qual alegou que Aluísio Azevedo teria plagiado enredos franceses, tais como o folhetim de Adolphe Belot publicado no *Le Figaro* em 1869, intitulado *Mlle. Giraud*, bem como o romance de Paul de Kock, *M. Dupont*, publicado em 1826. De acordo com A. de B. F., crítico do diário, o autor de *Philomena Borges* teria copiado os romances estrangeiros, visto que eles já haviam narrado as trajetórias de esposas que impediam seus maridos de acessarem

<sup>15</sup> Ribeiro, Luís Filipe. “O Sexo e o Poder No Império: ‘Philomena Borges.’” *Luso-Brazilian Review*, vol. 30, n.º. 1, 1993, pp. 7–20., p.14

<sup>16</sup> GRAHAM, Sandra L. *Caetana diz não: histórias de mulheres na sociedade escravista brasileira*: Cia das Letras, 2005.

<sup>17</sup> A. de B. F., “Literatura: Horácio e Philomena Borges VI”, *Brasil*, 09/02/1884, pp.1-2.



o quarto. Segundo Lamônica, a prosa de Aluísio Azevedo não se configura como propriamente "revolucionária", mas sim como um exercício de mediação com os elementos de sujeição sexual herdados dos folhetins franceses<sup>18</sup>. O que diferencia *Philomena Borges* das demais obras citadas não é a presença do desejo reprimido, mas a razão pela qual ele é contido. Em *Philomena*, a protagonista utiliza a sexualidade como instrumento de chantagem, manipulando o marido para realizar suas fantasias. Já em *M. Dupont*, Eugénie reprime seus desejos por fidelidade a Adolphe, embora esteja casada com o velho Dupont. Em *Mlle. Giraud*, por sua vez, é o desejo homoafetivo que impede Paule de se entregar ao marido Adrien, já que ela nutre sentimentos por sua melhor amiga, Mme. de Blangy. Mais do que apenas identificar referências a obras já existentes, o que se percebe é que, em cada narrativa, o "ferrolho" que reprime a sexualidade feminina se fecha por razões distintas, refletindo nuances sociais, morais e afetivas muito específicas. Nesse conjunto de variações, a análise do folhetim brasileiro se destaca por evidenciar como experiências comuns às mulheres do século XIX (vividas no cotidiano e amplamente exploradas pela imprensa) atravessavam a literatura e ajudavam a moldar a ficção contemporânea.

Outro elemento destacado pelo crítico conservador referia-se ao nome do protagonista, João Touro, que, segundo ele, seria um “velho conhecido”, dessa vez do livro de Alexandre Dumas Pai, *Les Mohicans de Paris*, publicado em 1859. Além de possuírem o mesmo nome, o personagem de Azevedo, descrito como portador de “muita força hercúlea, tal e qual; que apanhou na rua um indivíduo que caíra de um andaime”, apresentava as mesmas características físicas do personagem de Dumas pai: “forte, redondo, cheio de uma força descomunal”<sup>19</sup>. As considerações produzidas pelo jornal, apesar do teor depreciativo, acabam contribuindo para que possamos compreender algumas das possíveis perspectivas de Azevedo com o romance rocambolesco. Em tom de denúncia do “papel deletério” que os romances-folhetins exerciam sobre suas leitoras, o escritor maranhense valeu-se do próprio gênero literário para estabelecer a sua tese<sup>20</sup>. Ao criar uma narrativa cômica a partir dos caprichos de uma protagonista que vivia deslumbrada pelas ilusões geradas através dos folhetins e novelas que lia, o literato elaborava pretextos para fazer com que as críticas aos costumes burgueses e a literatura romântica fossem pautados. Em outras palavras, o romancista condenava os folhetins e

<sup>18</sup> LAMONICA, Lucas de Castro. *Filomena Borges: romance, imprensa e política*, op.cit., pp.112-115.

<sup>19</sup> A. de B. F., “Literatura: Horácio e Philomena Borges VI”, *Brasil*, 09/02/1884, pp.1-2.

<sup>20</sup> MÉRIAN, Jean-Yves. *Aluísio Azevedo vida e obra (1857-1913)*, op.cit., p.457

romances açucarados, citando, e até mesmo parafraseando, inúmeras obras de Dumas, Lamartine, Xavier de Montépin, Octave Feuillet etc.

Nos capítulos seguintes iniciam-se as tentativas da protagonista de “lapidar” o marido as suas predileções. Prometendo se entregar a ele caso se aparentasse mais “agradável”, exigiu que João Touro abandonasse o rapé, hábito que considerava “insuportável” e o trocasse pelo “aristocrático perfume do charuto”<sup>21</sup>. Acatando os pedidos da mulher, após findada uma caixa de charutos, Borges “beijou pela primeira vez a fronte da esposa”. Contudo, com o passar dos dias, Philomena se tornava cada vez mais exigente. O marido teve que “por abaixo a sua barbinha à portuguesa e deixar crescer o bigode; teve que abandonar as suas queridas calças de brim mineiro”, “teve que suportar cosméticos e brilhantinas, contra os quais protestava o seu delicado olfato de homem duro”. O sacrifício que mais lhe custou, no entanto, foi “ter de submeter-se a ‘usar pastinhas’”. Embora receoso sobre o que diriam seus “respeitáveis amigos do comércio”, Borges usou, entregando inclusive a cabeça “aos ferros quentes do cabeleireiro” e o abdômen ao uso dos espartilhos em tentativas de disfarçá-lo<sup>22</sup>.

A metamorfose de Borges logo chamou a atenção dos amigos da Corte. Mais “moço” e “bonito”, os que o encontravam credibilizavam as mudanças às benesses da vida de recém-casado. Todos o viam como “um cúmulo de fortunas”, um homem completamente “feliz”. Borges, entretanto, sem poder confessar a ninguém o motivo do seu “desgosto” e dos “tormentos que o devoravam”, se tornava cada vez mais infeliz. Conforme a tristeza aumentava e o vigor decrescia, Borges sorria contrafeito, “padecendo vítima de uma grande enfermidade” que era a sua vida de casado. E, para satisfazer a mulher, na esperança cada vez mais vaga de que um dia seria recompensado, aprendeu a valsar, a declamar trechos de “Marília, de Gonzaga” e as tragédias de “Gonçalves Dias”, reformou a casa, trocou a criadagem ao gosto da mulher e criou um teatro em sua chácara em Botafogo, como forma de divertir a esposa e os amigos convidados. Após descobrir que o urso, o cachorro do marido, “lhe fazia mal aos nervos”, Philomena obrigou o marido a se desfazer do animal, pedido o qual foi atendido, mesmo diante do remorso provocado pela perda do único amigo leal. Segundo o narrador do romance, a esposa exigia sempre mais, nunca se satisfazia com as regalias atendidas por Borges. Insatisfeita com a “nulidade do nome” que adquiriu após o contrato, exigia-lhe um título de “Barão para cima”, o qual apesar dos gastos, foi aceito pelo marido que logo tratou de planejar a

<sup>21</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: III Começam as Provações”, *Gazeta de Notícias*, 21/12/1883, p.1.

<sup>22</sup> *Ibidem*.

viagem a Portugal para resolver o assunto. Para Fanini, a protagonista de Azevedo não apenas almeja uma vida diferente da que leva, mas também rejeita o marido por suas características – simplório, ordinário, pacato, alheio à civilização ocidental aristocrática e apolítico. Por essa razão, ela busca transformá-lo em um ser “extraordinário”, acreditando que só poderia amá-lo se ele se tornasse um verdadeiro “herói romântico”<sup>23</sup>. Essa análise evidencia a construção de um narrador que, gradualmente, passa a sentir compaixão por Borges, conduzindo os leitores a enxergá-lo como uma vítima: um homem perdidamente apaixonado que se submete a todas as provações impostas pela esposa.

A temática da história ganha novas nuances quando, no terceiro capítulo, “Começam as Provações”<sup>24</sup>. Borges decide acabar de vez com a história das núpcias e, em um ato impulsivo aliciou Cecília, a criada da casa, para que invadisse o quarto da esposa, untasse o ferrolho com azeite enquanto esta dormisse e o destrancasse cautelosamente sem que Philomena acordasse com o seu ranger. Sob a promessa de ter as despesas de seu casamento quitadas, Cecília ajuda o patrão a penetrar no quarto da senhora, mesmo diante das ressalvas de seu amante Roberto, também criado da chácara, que temia pelas consequências do ato do patrão. Criando um cenário de quase tragédia, Azevedo descreveu a cena com detalhes que inclinavam para a galhofa e críticas nada despretensiosas. Com muito cuidado, Borges consegue entrar no quarto “perfumado e virginal da esposa”. Esta, ao ouvir o barulho produzido na alcova, Tateou uma arma na gavetinha do velador, pressionando o sujeito invasor a revelar a sua identidade:

-Sou eu! disse o Borges, correndo para ela. – Não dispares! É teu marido!  
Philomena, ao senti-lo perto da cama, repeliu a arma e, embrulhando-se no lençol, saltou pelo lado contrário, prestes a fugir.  
-Não sairás! gritou o esposo, cortando-lhe a passagem.  
-É então uma violência?! perguntou a mulher.  
-Seja o que for, mas não me escaparás desta vez!  
-Socorro! gritou ela. Socor...  
Não pôde continuar, porque o marido tomara-a nos braços e abafava-lhe com os beijos a voz.  
Philomena debatia-se violentamente; afinal, soltou um grito desesperado e caiu sem sentidos.  
-Ora, mais esta!...resmungou o Borges, depondo a mulher sobre um divã.  
Philomena! Philomena! Então?! Que é isso?!  
Ela não respondia.  
-Ora senhores! – Ó Philoquinha! Anda! Volta a ti!  
Philoquinha estrebuchava. Borges correu à procura de saís. Acudiram os criados. Cecília, aflita, andava de um para o outro lado, sem saber que fizesse, a olhar espavorida para o amo, como quem olha para um bandido.

<sup>23</sup> FANINI, Angela Maria Rubel. *Os romances-folhetins de Aluísio Azevedo: Aventuras Periféricas*, op.cit., p.124.

<sup>24</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: III Começam as Provações”, *Gazeta de Notícias*, 22/12/1883, p.1.

No entanto, o pobre esposo não saía de ao pé da mulher. Só no fim de meia hora, esta voltou a si, olhando estranhamente para os lados e a passar a mão repetidas vezes pela fronte.

-Ah! – exclamou, dando com o marido. E escondeu o rosto, gritando entre soluços – que estava perdida, desonrada, chamando-se de infeliz, pedindo a morte.

-Mas, meu amor – dizia-lhe o marido. – Lembra-te de que sou teu esposo! Lembra-te de que não estou cometendo crime!

-Deixa-me! Deixa-me! – respondia Philomena desorientada, em soluços<sup>25</sup>.

Apesar de retratar episódios de violência conjugal e ofensas à honra das esposas, a narrativa revela um narrador que demonstra certa condescendência e compaixão pelo marido. O “pobre esposo”, após tentar invadir o quarto da mulher contra a sua vontade, é descrito como alguém desesperado. Ainda que o tom do narrador suavize a gravidade dos atos ao adotar a perspectiva de um marido vitimado, o capítulo expõe claramente uma tentativa de estupro dentro do próprio casamento. Philomena, nesse contexto, representa o amparo simbólico às mulheres que viviam acudadas dentro do próprio lar. Temendo ser violentada, dormia armada e, ao se ver indefesa diante da investida de Borges, desmaia, temendo o pior. Assim, o texto também revela um debate sobre o casamento a partir de perspectivas distintas entre homens e mulheres. É Philomena quem assume a voz crítica que questiona a própria instituição: afinal, quais seriam os direitos do marido sobre a esposa dentro de uma relação conjugal? Sendo o casamento um contrato no qual as mulheres dispunham-se a realizar as necessidades do marido, Philomena interrogava seu fundamento amoroso, argumentando de maneira explícita e consciente que as bases que sustentavam o acordo seriam jurídicas e econômicas, dada a situação em que Borges a encontrou. Seria a personagem um intertexto criado para criticar a vinculação religiosa ao casamento no Brasil? Mesmo imbuída de obrigações consuetudinárias, de tradições por ela consideradas “pagãs”, como confirmação do “sacrifício de uma virgem”, Philomena demonstrava eloquência ao ditar as regras da sua relação e do trato que deveria receber do marido. Para dispor de sua afeição seria necessário cativá-la e não a violentar<sup>26</sup>.

O ímpeto de violência cometido pelo marido e acobertado por Cecília acarretou o endurecimento da esposa, que se tornou ainda mais esquiva. O “lar doméstico” ganhou um aspecto mais revolucionário, quando a filha de D. Clementina obrigou os criados a fazerem suas malas para “uma viagem”. João Touro, ao questionar a mulher sobre as

<sup>25</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: V Luta Aberta”, *Gazeta de Notícias*, 24/12/1883, p.1.

<sup>26</sup> Segundo Leriche Garzoni, desde o século XIX, a luta pela separação dos contratos da esfera religiosa no Brasil já acontecia. GARZONI, Leriche de Castro. *Arena de Combate: gênero e direitos na imprensa diária* (Rio de Janeiro, início do século XX). Tese de Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. [s.n.] Campinas, SP: 2012, p.158

trouxas das quais ele como marido não havia sido comunicado, fora atravessado pela mulher, que alegava que a excursão seria uma estratégia para tentar impedir as tentativas de “uma segunda agressão”. A arguição revolucionária da mocinha continuou quando o marido decidiu que iria acompanhá-la na viagem e esta, por sua vez, decidira não ir mais. A capacidade de argumentação da jovem, mostrava as leitoras do folhetim, uma mulher decidida que conhecia muito bem os seus direitos sobre o corpo. Questionada se tencionava contrariá-lo em todas as ocasiões, Philomena dribla Borges alegando que não era amada e que o marido não desejava “ter uma esposa”, mas sim “uma mulher às suas ordens”, haja visto a tentativa violenta e “selvagem” de tentar mortificá-la.

O trabalho desempenhado por Philomena em seu casamento cumpria as ordens de impedir que a protagonista se estagnasse na condição de uma esposa dominada pelo marido. Ao seguir fielmente os conselhos maternos, a personagem se alinhava à experiência de mulheres reais e contemporâneas que também lutavam pela emancipação daquelas aprisionadas pelas amarras do matrimônio, como indicam pesquisas recentes<sup>27</sup>. Enquanto o narrador do folhetim justificava que a personagem seguia a orientação de sua mãe, que a ensinara sobre a necessidade de educar/moldar o marido para a vida conjugal, para não se tornar uma “escrava”<sup>28</sup>, o jornal *O Sexo Feminino*, apresentado como “Semanário dedicado aos interesses da mulheres”, lançado por Francisca Senhorinha da Motta Diniz em setembro de 1873, propunha-se a defender o direito à educação e à emancipação das mulheres<sup>29</sup>, reconhecendo a instrução formal como o melhor caminho para driblar a prepotência masculina. A semelhança entre o romance de Azevedo e o periódico manifesta-se na analogia estabelecida entre a condição social das mulheres casadas e a dos sujeitos escravizados<sup>30</sup>. Enquanto Philomena argumentava que o marido não desejava uma “boa esposa”, mas sim “uma mulher às suas ordens”, *O Sexo Feminino* questionava o padrão de parceiros que não consideravam a esposa como uma

---

<sup>27</sup> Sobre o estudo que compara a posição social das mulheres casadas com a escravidão ver também: SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. p.230-231; CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 e SLENES, R. *Na senzala uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>28</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: I Flores de Laranjeira”, *Gazeta de Notícias*, 18/12/1883, p.1

<sup>29</sup> DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX - dicionário ilustrado*. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2023. p.188.

<sup>30</sup> Daniela Magalhães da Silveira analisou como o ideário emancipacionista veiculado por periódicos como *O Sexo Feminino* influenciou a construção das falas de personagens nos contos de Machado de Assis. Cf. SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis, op. cit.*, p. 228.

“colaboradora afetuosa de sua existência”, mas tratava-a “como a uma escrava, curva e resignada à sua caprichosa prepotência”<sup>31</sup>. As comparações suscitadas pelo literato e colaborador da *Gazeta de Notícias* se tornam mais consistentes quando postas ao lado de produções escritas por mulheres contemporâneas que, assim como Philomena, reivindicavam maior autonomia e participação no âmbito das decisões na esfera privada.

No sexto capítulo do folhetim, resolvido o impasse sobre a viagem e convencido o marido, o casal partiu com destino à Europa. O propósito do passeio era conhecer os cenários que tanto deslumbravam as personagens nos livros de ficção lidos por Philomena. Para tratar do título de baronato que passará a ser reivindicado por Borges, o primeiro destino da viagem foi Lisboa, onde não se demoraram visto, que a cidade “fazia mal aos nervos” de Philomena. Após se tornarem Barão e Baronesa de Itassu, seguiram para a Espanha e posteriormente para a França e a Suíça. Passaram uma semana em Mônaco, “onde ela teve a fantasia de ver o marido perder dinheiro ao jogo”. O grande ideal da moça, porém era a Itália. Sonhava em conhecer Nápoles, o Vesúvio em erupção, Veneza com seus “acessórios pitorescos” e “as serenatas em gôndola” e Gênova. Todavia, “ao chegar a formosa cidade”, “sofreu uma triste decepção”, o encanto pitoresco do lugar que tanto imaginara, havia ganhado ares de paisagem urbana comum com uma “população agitada e desordeira, que a acotovelava grosseiramente, obrigando-a a segurar-se ao braço do marido”<sup>32</sup>. Para Fanini, sendo Philomena uma leitora assídua de livros românticos cuja linguagem idealiza certos lugares, as viagens que a personagem fez para os lugares que leu mediante a um “discurso enaltecendo”, serviram para produzir a crítica do autor sobre a desilusão com a realidade. O discurso cômico e rocambolesco, serviu para “dessacralização da literatura de evasão, típica do romantismo”. Desse modo, reforça-se a tese de Fanini de que o romance em questão, juntamente com sua linguagem enobrecedora, está em cena para ser desmoralizado<sup>33</sup>.

Durante a sua viagem pela Europa, o narrador descreveu Philomena cada vez mais insaciável e sempre disposta a buscar aventuras. Segundo o narrador, a jovem viu tudo o que constavam suas notas de leitura, mas “nada a satisfazia, nada a saciava, nada correspondia ao que ela julgara encontrar; nada realizava o que antevira nos seus sonhos cheios de impaciência e sobressalto”<sup>34</sup>. Aluísio Azevedo, conforme eram publicados os

<sup>31</sup> Narciza Amália, “Carta ao Dr. Miguel Vieira Ferreira”, *O Sexo Feminino*, 29/11/1873, p.3

<sup>32</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: VI Primeira Desilusão”, *Gazeta de Notícias*, 25/12/1883, p.1.

<sup>33</sup> FANINI, Angela Maria Rubel. *Os romances-folhetins de Aluísio Azevedo: Aventuras Periféricas*, op.cit., p.126.

<sup>34</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: VI Primeira Desilusão”, *Gazeta de Notícias*, 25/12/1883, p.1.

capítulos do folhetim, demonstrava indícios de que sua finalidade não seria somente distrair e entreter o público. Para Alessandra El Far, por meio de paráfrases aos romances de sensação<sup>35</sup>, o autor construiu uma narrativa que abordou o casamento como tema que extrapolava a ordem rotineira do cotidiano, para fisgar a curiosidade do leitor. Como se desprezasse a “rotina tranquila e sem novidades”, Philomena tomava as rédeas de seu casamento, conduzindo o marido na esperança de experimentar “uma variedade de sentimentos ainda desconhecidos”, alargando, assim, seu protagonismo nas decisões daquele casamento<sup>36</sup>. É nesse contexto que Philomena, quando estavam hospedados em Sevilha, exige do marido o seu “raptó”, simulando situações lidas em romances de sensação. Em meio a uma tentativa fracassada de Borges de tentar assaltar o quarto da mulher pela janela, com intenções de concretizar o ato sexual, Philomena, que passara a ser protegida e vigiada por todos após o “grande atentado criminal”, escrevia para marido, que se encontrava foragido, que lhe arrancasse “violentamente” da hotelaria, como prova do seu amor. De maneira caricatural e cômica, Borges sequestrou a mulher e fugira com ela pelas ruas de Triana. Prometendo-o a sua entrega carnal, Philomena ordenava que sua lua de mel se concretizasse em um local pitoresco, onde passou três semanas sobre as ruínas dos destroços de um castelo árabe em Córdoba, expostos ao sol e ao sereno. O oitavo capítulo do folhetim, assim, estabelecia um cenário repleto de aventuras idealizadas pela jovem sonhadora ainda em sua adolescência<sup>37</sup>. A criação desse ambiente idílico e imprevisto, possibilitou que Philomena finalmente se entregasse a Borges, resolvendo o primeiro conflito apresentado pelo autor: a consumação do casamento.

Após a lua de mel, os desejos por uma vida agitada e aventureira aumentaram e levaram o casal a desbravar o velho Oriente, que Philomena conhecia através dos estudos de “Antony Rich, René Menard e principalmente de Lady Anna Brunt, cuja originalidade e espírito másculo a fascinavam”<sup>38</sup>. Ao reportar sua viagem à Grécia, a protagonista menciona o desejo de almoçar no “tesouro de Atreu”, tal como o padrinho, D. Pedro II. Este almoço do imperador de fato havia acontecido e foi noticiado em fevereiro de 1877

---

<sup>35</sup> EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação-literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. pp.113-116

<sup>36</sup> *Ibidem*.

<sup>37</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: VIII Enfim”, *Gazeta de Notícias*, 27/12/1883, p.1.

<sup>38</sup> AZEVEDO, Aluísio. *Aluísio Azevedo: ficção completa em dois volumes*. (Org. Orna Messer Levin). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005. v. 1. p. 845; Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: VIII Enfim”, *Gazeta de Notícias*, 27/12/1883. (As edições 361 e 362- capítulos VIII e IX- não se encontram disponíveis na Hemeroteca Digital. Para complemento da pesquisa sobre o folhetim azevediano, foi utilizada a edição da Nova Aguilar, a qual reúne as obras de Aluísio Azevedo em dois volumes).

pela *Gazeta de Notícias*<sup>39</sup>. Após viajar ao Egito, Índia, Babilônia, Arábia e África, o casal retornou ao Brasil, ambos transformados. Borges havia se habituado ao modo de vida “boêmio que a mulher o impunha” e “estaria disposto a seguir Philomena ao inferno, contanto que esta nunca mais lhe fechasse o ferrolho sobre o nariz”<sup>40</sup>. Por meio de adjetivos que aproximavam Borges da condição de servo, o narrador ressaltava seu caráter “dócil”, reforçando uma estratégia que induzia os leitores a sentirem compaixão pelo personagem, descrito como alguém cuja esposa foi capaz de “[escravizar-lhe os hábitos]”<sup>41</sup>. Enquanto Borges era representado como uma vítima de Philomena, a protagonista, por sua vez, surgia sob uma ótica condenatória, sendo caracterizada como uma mulher ardilosa e manipuladora. Dessa forma, o narrador influenciava a percepção do leitor, atribuindo papéis bem definidos de hierarquia à dinâmica do casal.

Ao longo do romance, o marido dos sonhos de Philomena começa a ganhar forma mediante seu intenso trabalho. O homem “pacato”, “atarefado”, “casto”, “puro” e “doce”, conhecido como João Touro, fora substituído por um “paquete inglês”, que “sabia montar a cavalo, atirar várias armas, bater-se em duelo, andar em velocípede, correr no gelo, jogar o soco e a bengala e até servir-se do terrível *bowie-Knife* de dois gumes”<sup>42</sup>. Invejado pelos amigos, Borges tornou-se também “mesquinho” e “azedume”. Chegou a “desconfiar da mulher” e a “supô-la sem amor” e “gratidão”. “Bramou contra o atraso do Brasil, contra a falta de distrações, contra a ignorância geral do público” e “contra a incompetência dos poderes”<sup>43</sup>. O estranhamento de Borges, segundo Fanini, também compunha uma estratégia de Aluísio Azevedo em criticar o romantismo. Para que o “herói” de Philomena fosse forjado, era necessário que ele viajasse para a Europa, pois seria improvável formar um herói romântico somente pela realidade local. A realidade brasileira do escravismo, do patriarcalismo, do analfabetismo não era a mesma da Europa e, portanto, seria impossível a formação cultural de tais tipos femininos “tão refinados, civilizados e imbuídos de valores burgueses” em terras nacionais. Como consequência, Borges retorna

---

<sup>39</sup> A *Gazeta* utiliza os jornais franceses para narrar a visita imperial a Micenas, com a finalidade de conhecer as escavações feitas pelo Dr. Shliemann. Na ocasião, Dom Pedro II “foi visitar o tesouro de Atreu onde foi servido o jantar. Esta refeição no meio daquela sombra misteriosa, em um edifício subterrâneo que tem aproximadamente 40 séculos de existência interessou imenso o imperador”. Cf. *Gazeta de Notícias*, 06/02/1877, p. 1.

<sup>40</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: IX Voos altos”, *Gazeta de Notícias*, 29/12/1883, s/p.; AZEVEDO, Aluísio. *Aluísio Azevedo: ficção completa em dois volumes*. (Org. Orna Messer Levin). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005. v. 1. p. 848

<sup>41</sup> *Ibidem*.

<sup>42</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: X De volta à Pátria”, *Gazeta de Notícias*, 29/12/1883

<sup>43</sup> *Ibidem*.



a pátria como um corpo estranho, deflagrando a grande contradição cultural. Os “valores importados em choque com o contexto nacional”, se tornavam deslocados e distorcidos<sup>44</sup>.

Para “esquecer o desgosto”, Borges “jogava” e “bebia”, “[acabrunhado]” por uma espécie de “remorso” diante da vida que levava. Após declarar falência e perder a casa, empenhar os títulos e ver suas ações derretidas, o casal passou a viver de modo miserável, em “hospedarias de terceira ordem”. É nessa fase do livro que o amor construído por Philomena é confirmado. Grávida, a mocinha havia se tornado mais afetuosa e terna com o parceiro que voltara ao trabalho braçal em busca de garantir o sustento e a sobrevivência da família que crescia. Apesar do carinho e paciência que demonstrava com o parceiro, Philomena também se aproveitava da situação de miséria para vivenciar uma fantasia que ainda não tinha experimentado. Tal situação possibilitava a protagonista novas nuances de aventuras ainda desconhecidas, tais como as adversidades imprevistas de uma vida de pobreza.

A crítica do autor sobre as influências dos fatores externos no comportamento do indivíduo torna-se evidente quando Borges compreende que a sua “pureza” e “a bondade de seu coração não eram dotes naturais, mas uma simples resultante das circunstâncias felizes de sua vida”<sup>45</sup>. Só o dinheiro daria aos homens o “direito” de serem “bons, generosos e abençoados pelos nossos semelhantes”. O dono do dinheiro seria sempre “um homem honesto”, defendido, amado, elogiado, enquanto as pessoas desprovidas dele seriam julgadas pelo furto, assassinato e pela prostituição. De outro modo, Borges compreendia que o dinheiro valeria “pelo destino que há de ter e não pela procedência que teve”. Sob o olhar do narrador, é também descrito que o “entusiasmo de Philomena pelas coisas do espírito” acabara por dominar o marido<sup>46</sup>. Por meio de passagens como estas, é possível ver o alinhamento de Aluísio Azevedo com as discussões científicas de seu tempo, nas quais, sob a perspectiva da “psicologia social”<sup>47</sup>, as condições do meio, determinariam o comportamento social do indivíduo. Através de personagens que se condicionavam às máximas deterministas da época, Azevedo mobilizou o capítulo para criar uma visão degenerativa do homem sob a égide da seleção natural e da luta pela

---

<sup>44</sup> FANINI, Angela Maria Rubel. *Os romances-folhetins de Aluísio Azevedo: Aventuras Periféricas*, op.cit., p.125.

<sup>45</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: XIV Miséria”, *Gazeta de Notícias*, 03/01/1884, p.1.

<sup>46</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: X De volta à Pátria”, *Gazeta de Notícias*, 29/12/1883, p.1.

<sup>47</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.63

sobrevivência<sup>48</sup>. Dessa forma, João Touro, nome que recorre a metáfora animal para conferir caracterização a sua robustez, ressurgiria com todo o seu primitivismo nos momentos em que era submetido a algum tipo de pressão, fosse pela necessidade sexual, pelos efeitos do álcool, ou até mesmo em situações de carência financeira.

Ainda no capítulo “Misérias”, publicado na edição do dia 03 de janeiro da *Gazeta*, após um aborto espontâneo de Philomena, a trajetória do casal ganhou novas perspectivas. Em meio a um diálogo produzido entre o autor do folhetim e os reclames sobre a mulher misteriosa, divulgados antes publicação do romance pela *Gazeta de Notícias*, o casal se uniu a um grupo de “saltimbancos” e voltou a viajar o mundo se apresentando com uma companhia circense. Enquanto Philomena cantava, Borges exibia sua força física, ao lado do cão, Urso. Philomena de fato virou “polca” e atraiu olhares do mundo todo. Passados 10 anos, após terem enriquecido com as apresentações durante a estadia pela Europa, o casal retornou à pátria em meio a intensos rumores sobre quem seriam as personalidades prestes a desembarcar no Brasil. Velho e fatigado, o Barão de Itassu suplicava pelos dias de descanso em Paquetá, terra onde nasceu, visto que a fortuna havia sido reestabelecida com a turnê de shows pela Europa<sup>49</sup>. Como último deslumbre, Philomena solicitava que o parceiro se enveredasse pelos ramos da política, visto que na guarda militar não poderia crescer em razão da ausência de guerras no país. Apesar do cansaço, Borges aceitou o pedido inflamado da esposa e logo o casal partiu rumo à Petrópolis com o objetivo de preparar sua iniciação a um partido. Aconselhado por Guterres, o Barão se aproximou do partido conservador, pois este poderia “oferecer algumas vantagens”, visto que “[era] sempre melhor estar com o poder”<sup>50</sup>.

Com comentários cada vez mais críticos sobre a conjuntura política da década em que os acontecimentos narrados estavam situados – isto é, o ano de 1878 – o narrador desenhava uma série de sátiras políticas que colocavam em pauta tanto os costumes políticos do império quanto a própria pessoa do imperador. Borges, sem entender patavinas de legislação, se tornou superintendente e quase Ministro, apenas para satisfazer as pretensões de sua mulher. Os conselhos atribuídos a ele pelo amigo e conselheiro Guterres, denunciavam o despreparo dos parlamentares do partido,

---

<sup>48</sup>LEVIN, Orna Messer. “Prefácio”. In: AZEVEDO, Aluísio. *Aluísio Azevedo: ficção completa em dois volumes, op. cit.*, p. 34.

<sup>49</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: XVII Suprema Exigência”, *Gazeta de Notícias*, 06/01/1884, p.1 *Ibidem*.

apresentados como desqualificados, ignorantes, oportunistas e geralmente empoçados em razão de um arcaico sistema de nepotismos e companheirismos<sup>51</sup>.

A troca de ministérios ocorrida no dia 5 de janeiro de 1878<sup>52</sup> acarretou a ruína do casal que, amedrontado pelo “redemoinho vertiginoso” provocado pela ascensão dos liberais, foi obrigado a se retirar do poder. Tomada por uma grande melancolia e irritação nervosa, Philomena adoeceu. A situação política do marido levou-a a se acamar com sintomas de “irritações nervosas, derramamento de bÍlis e depois febre, acompanhada de delÍrios”<sup>53</sup>. Servindo de enfermeiro da esposa, Borges finalmente mudou-se para Paquetá na esperança de que o local tranquilo fizesse com que Philomena se reestabelecesse. Contudo, sentindo que já estava prestes a morrer<sup>54</sup>, Philomena agradeceu a generosidade do amigo ao longo dos anos e intercedeu pelo seu perdão, reconhecendo não ter feito o bem que aquele “merecia” em vida. Com estas últimas linhas de desconsolo, o folhetim se encerrava após a morte do casal no interior de Paquetá. Philomena morria por melancolia e Borges, desconsolado pela morte súbita da amada, a acompanhava ao lado do túmulo, no modesto cemitério de Paquetá<sup>55</sup>. Lucas de Castro Lamonica analisou os últimos capítulos do folhetim como uma síntese dos objetivos do escritor em colaboração com o jornal. A sátira política criada por Aluísio Azevedo teria sido uma alternativa para desmoralizar o imperador, em um período em que a própria *Gazeta* já criticava o governo, entre outras seções, na coluna “Cousas Políticas” escrita por Ferreira de Araújo<sup>56</sup>.

Concluía-se assim o folhetim que, por quase um mês, colocava em suspeitas o caráter e a personalidade de Philomena Borges na *Gazeta de Notícias*. Apesar de não ser viúva, como dizia a crônica de LÉlio a seu respeito, Philomena havia sido “esposa”, “polca”, “baronesa”, “dançarina de tango”, “cantora de ópera”, “atriz”, “turista” e até mesmo uma “celebridade misteriosa”, demonstrando a relação entrosada entre o folhetinista e os colaboradores do jornal que tanto comentaram sobre a mulher misteriosa antes mesmo do romance estrear no rodapé da *Gazeta*. Mesmo que as notícias sobre a protagonista possam ter sido escritas em momentos distintos à confecção do folhetim, é possível perceber a tentativa do autor de costurar as nuances forjadas pelo periódico sobre

---

<sup>51</sup> Elias Bento demonstrou que a *Gazeta* produziu sátiras contra a monarquia e a política em seu rodapé, por meio do romance folhetim, o *Roubo das joias* (1882). Cf.: BENTO, Elias Ferreira. *O imperador em folhetins: a monarquia brasileira e D. Pedro II nos rodapés da Gazeta de Notícias* (1879-1882).

<sup>52</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: XXIII Dissolvem-se as últimas ilusões”, *Gazeta de Notícias*, 12/01/1884, p.1.

<sup>53</sup> *Ibidem*.

<sup>54</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: XXIV Paquetá”, *Gazeta de Notícias*, 13/01/1884, p.3.

<sup>55</sup> *Ibidem*.

<sup>56</sup> LAMONICA, Lucas de Castro. *Filomena Borges: romance, imprensa e política*, *op.cit.*, p.154.

Philomena Borges em sua prosa ficcional. Ou seja, parte do conteúdo da propaganda feita sobre o folhetim acabou se misturando na narrativa ao final na publicação. Isso porque, de uma maneira ou de outra, desde o princípio as histórias contadas no periódico sobre Philomena versavam sobre o caso da mulher que havia sido “vítima de perseguições e intrigas”. Ao instigar os leitores a buscarem respostas por meio da leitura do romance, fruto de seu intenso trabalho caracterizado pelo “apanhado de todos os fatos” e “extrato de todos os documentos” possíveis sobre a respeito de Philomena, Azevedo surpreendia os leitores com a escrita cômica das aventuras de sua personagem em sua busca constante por emoções<sup>57</sup>. Como uma mulher casada e irredutível em aceitar o seu destino confinado entre as paredes do lar, Philomena explicitava estratégias de negociação entre esposas e seus maridos, sempre na busca da conquista de seus anseios, ou de maior autonomia, transformando a lógica da convivência doméstica e matrimonial no Brasil oitocentista. Nossa protagonista conseguiu realizar todas as suas vontades ao compreender que o marido faria de tudo para ter acesso a sua intimidade. “Fácil de moldar”, Borges passou por uma espécie de seleção materna, que delatava não só os interesses econômicos e pessoais por traz dos arranjos conjugais, como também a agência de mulheres sobre os homens nas relações conjugais.

Aconselhada por D. Clementina a não escolher um marido que a dominaria, Philomena inverteu a lógica do casamento, em que supostamente existiria “uma política de domínio assentada na inviolabilidade senhorial”, isto é, a vontade de um senhor-proprietário, responsável por dar sentido às relações sociais que o circundam<sup>58</sup>. Dessa maneira, a jovem sonhadora fugia do papel de títere incorpórea e desfibrada<sup>59</sup>, apontados como características das personagens femininas de romances. Philomena demonstrava complexidade, astúcia e eloquência ao tentar conduzir o comportamento do marido, moldando-o ao que lhe parecia mais interessante. Conhecendo perfeitamente as cadeias de causa e efeito que constituíam a estrutura mental<sup>60</sup> de João Touro, Philomena, sob a égide de um domínio masculino, demonstrava perfeita eloquência e discernimento sobre a lógica do casamento, buscando movimentar-se por entre as brechas existentes naquelas relações, driblando e reorganizando regras que lhe eram impostas.

<sup>57</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges”, *Gazeta de Notícias*, 11/10/1883, p.1.

<sup>58</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.19

<sup>59</sup> Eleazar, “O Primo Basílio por Eça de Queirós”, *O Cruzeiro*, 16/04/1878.

<sup>60</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.25

Como visto no capítulo anterior, a recepção crítica do romance foi apontada sobretudo pelo jornal *Brazil* e, de maneira negativa, alegando que a suposta brevidade do folhetim seria em razão da possível censura imperial do governo às cenas que aviltavam o imperador<sup>61</sup>. Por outro lado, segundo Fanini, a finalização do romance com a morte do casal permite que sejam feitas reflexões a respeito da falência do projeto do romantismo recorrendo à paródia de uma literatura que se demonstrava em estado de superação para o autor<sup>62</sup>. Afinal, os finais felizes e açucarados dos romances lidos pela protagonista seriam possíveis em casamentos reais? Quais seriam os propósitos do literato ao apresentar diferentes vivências de casamentos entre seus personagens de classes sociais distintas? Estaria Aluísio Azevedo demonstrando aos leitores que a instituição conjugal no Brasil passava por crises? Seria o casamento vinculado à religião uma instituição já ultrapassada, tal como a cerimônia de desposamento criticada por Philomena? As ações dos protagonistas levam o leitor a problematizar que assim como na instância da administração pública do país, existiam problemas, a ordem familiar e a moral também deveriam ser questionadas. As tensões entre o casal, frente às exigências de Philomena e o desvio da conduta moral de Borges, produzem impactos significativos no destino de todos os personagens quando o empreiteiro chega a cargos políticos de alto escalão, sem o mínimo preparo.

Como canal de entonação aos seus protestos, o folhetim de Azevedo divulgou problemas diagnosticados no País, assim como denunciou os vícios e preconceitos de uma classe dominante<sup>63</sup>. Para a estudiosa Orna Messer, o romance, gênero favorito da burguesia, ganhava uma nova finalidade, prática e utilitária, por meio da crença no papel tutelar da literatura, tornava-se responsável por instruir e modificar o gosto do leitor comum. Por meio deste ideal, Azevedo pautou em *Philomena Borges* temas relativos ao casamento, ao papel de comportamento feminino nas relações e à família real de forma que o tom leve, divertido e por vezes de caráter comercial, típico dos folhetins, não destituísse a prosa de ser ao mesmo tempo crítica e reflexiva. Quanto ao seu diálogo com o jornal, veremos adiante como a obra se relacionou com outras pautas que se mostravam valiosas para os colaboradores da *Gazeta*.

---

<sup>61</sup> Czar Ony, “Às quintas-feiras”, *Diário do Brazil*, 17/01/1884, p.3; F.F., “A propósito de *Philomena Borges*”, *Brazil*, 27/01/1884. p.1.

<sup>62</sup> FANINI, Angela Maria Rubel. *Os romances-folhetins de Aluísio Azevedo: Aventuras Periféricas*, *op.cit.*, p.133.

<sup>63</sup> LEVIN, Orna Messer. “Prefácio”. In: AZEVEDO, Aluísio. *Aluísio Azevedo: ficção completa em dois volumes*, *op. cit.*, p. 25

## 2.2. Conflitos Conjugais à Mostra: Tensões Matrimoniais na Década de 1880

Compreender o contexto histórico que permitiu ou inspirou a elaboração de um romance como *Philomena Borges* mostrou-se um exercício bastante interessante<sup>64</sup>. Em uma leitura a contrapelo, foi possível mapear a forma como o folhetim dialogava com pautas e situações cotidianas que circulavam nas outras colunas da *Gazeta de Notícias*. Diferente da maioria dos romances-folhetins estrangeiros, que dominavam os rodapés dos jornais no Brasil<sup>65</sup>, as obras escritas pelos autores brasileiros como Aluísio Azevedo criavam estratégias para dialogar com assuntos do momento no país, dando uma feição mais local para as narrativas. Imaginando um leitor que compartilhava de um mesmo cotidiano ou que circularia pelas outras colunas do jornal, os romances-folhetins nacionais pareciam manter uma certa interlocução com temas e assuntos presentes nas outras páginas do periódico. Exemplo disso é a forma como *Philomena Borges* traz para sua narrativa situações em que se comenta a questão da imigração e do trabalho escravo no Brasil. Entre os dias 18, 25 e 30 de dezembro, a *Gazeta* alertou os leitores sobre o insucesso da campanha imperial que buscava realizar o “povoamento” do Brasil com “imigrantes europeus”<sup>66</sup>. A temática se tornou uma das pautas mobilizadas pelo autor, que abordou nos capítulos publicados entre os dias 21 e 22 de dezembro o fracasso de *Philomena* em encontrar empregados brancos e “europeus” para trabalhar em sua chácara<sup>67</sup>.

Os estudos já feitos sobre *Philomena Borges* não deixaram escapar que, desse diálogo com os assuntos do momento, foram construídas sátiras e críticas às instituições como a monarquia e o imperador. Lamônica apontou que a desconstrução da imagem do imperador pelo jornal, se relacionava com as opiniões políticas da *Gazeta*, em especial na coluna “Cousas Políticas”, escrita por Ferreira de Araújo e especializada em tecer comentários noticiosos e, por vezes críticos, sobre as atividades políticas e legislativas imperiais<sup>68</sup>. Ao produzirmos uma leitura atenta do conteúdo editorial da *Gazeta de Notícias* é possível perceber que *Philomena Borges* não se limitou a espelhar os dilemas

<sup>64</sup> Sobre a forma como o contexto e a experiência histórica inspiram temas e questões na literatura ver CHALHOUB, Sidney. “Posfácio”. IN: BADARÓ, Francisco Coelho Duarte. *Fantina: cenas da escravidão*. Posfácio e anotações de Sidney Chalhoub. São Paulo: Chão Editora, 2019, pp. 119-174.

<sup>65</sup> MEYER, Marlyse. Folhetim: uma história, *Op. cit.*, p.288

<sup>66</sup> “Sociedade Central de Imigração”, *Gazeta de Notícias*, 18/12/1883; “Sociedade Central de Imigração”, *Gazeta de Notícias*, 25/12/1883; “Sociedade Central de Imigração”, *Gazeta de Notícias*, 30/12/1883;

<sup>67</sup> Aluísio Azevedo, “*Philomena Borges*: III Começam as Provas”, *Gazeta de Notícias*, 21/12/1883. p. 1.

<sup>68</sup> LAMONICA, Lucas de Castro. *Filomena Borges: romance, imprensa e política*, op. cit., pp.153-154.

de seu tempo, a obra os refletiu, dando-lhes forma narrativa e força dramática. Mais do que uma crítica política pontual, o folhetim abriu espaço para refletir sobre a vida pública e as diversas mazelas que atravessavam o cotidiano da população no século XIX, escancarando tensões sociais que iam muito além das disputas institucionais. Entre os dias 18 de dezembro de 1883 e 13 de janeiro de 1884, o debate sobre relevância dos ministérios na política demonstrou ser de grande interesse da imprensa. Na data de estreia do folhetim, o periódico chamava a atenção para o descaso do governo com as políticas de higiene pública, dado o quadro alarmante em que se encontrava o aumento dos casos de pessoas infectadas por varíola e febre amarela<sup>69</sup>. Logo na primeira coluna da página principal, a *Gazeta* criticava o parecer da junta de higiene que dizia que “o estado sanitário” era “em geral satisfatório”. Segundo o artigo, o boletim da última quinzena declarava que “durante esse período tinham falecido onze doentes de febre amarela”, contestando o relatório publicado pela própria organização. De acordo com o artigo, o boletim não demonstrava preocupação em acionar o governo para “prevenir o desenvolvimento do mal”, conferindo suporte para que “o Sr. Ministro do Império”, continuasse “habilitado”, a permanecer no “doce descanso a que se entregaram os seus antecessores e que levaram a situação de salubridade da cidade do Rio de Janeiro”. A omissão dos ministérios de D. Pedro II e o despreparo para a realização do trabalho em prol da população foi uma das críticas de Philomena Borges, segundo a qual, em 1878, o “ministro do império, a cargo de quem está a instrução pública, já [fazia] muito quando [sabia] ler e escrever corretamente”<sup>70</sup>. Nesse contexto, o folhetim nacional, ao contrário dos romances importados, apresentava estratégias de dialogar com assuntos do momento do Brasil, e, por isso, fazia referência a assuntos que estavam muito em discussão: a vinda de trabalhadores estrangeiros, a substituição da mão-de-obra escrava e o despreparo dos ministérios e encarregados políticos do governo.

Contudo, além desses exemplos que mostram como o romance estava atento às questões políticas e sociais do momento, é preciso chamar atenção sobre como, no jornal, também estavam presentes muitas notícias sobre a vida de mulheres, em situações diferentes, reivindicando autonomia em relação aos maridos ou mostrando as inúmeras situações de violência vividas por elas. Situações e questões que não deixavam de dialogar com algumas das temáticas presentes na história contada por Aluísio Azevedo.

---

<sup>69</sup> “Higiene Pública”, *Gazeta de Notícias*, 18/12/1883, p.1.

<sup>70</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: XXI Volta-se à dança”, *Gazeta de Notícias*, 10/01/1884. p. 3.

Desde o lançamento da *Gazeta de Notícias*, em 1875, o jornal abordava amplamente temas relativos às relações familiares e, em especial, aos arranjos conjugais. Esse interesse se manifestava em colunas variadas, que se propunham a noticiar casos de maus-tratos, tentativas de assassinatos<sup>71</sup> e até os impactos provocados pela luta incessante do “belo sexo” em questões que concerniam até então em direitos exclusivamente masculinos<sup>72</sup>. No dia 6 de setembro de 1875, pouco depois de sua estreia, o periódico fez uma observação humorística sobre um incidente envolvendo dois cônjuges que havia ocorrido no dia anterior:

Ontem, em uma casa de uma das ruas da cidade, passou-se a seguinte cena entre dois cônjuges:

Mulher- Vou sair para fazer uma visita.

Marido – Ora, hoje é domingo, fica comigo em casa.

Mulher - Aí está você já com massadas. Fiz intenção de sair e ei de sair.

Marido - Isso veremos.

Foi aí que começa uns diz tu, direi eu que terminou, atirando o marido com uma bacia de rosto a cara da cara metade<sup>73</sup>.

A ocorrência acima, embora redigida em tom de galhofa, revela os limites da sensibilidade social da época diante de casos de agressão contra esposas, ao mesmo tempo em que aborda um episódio explícito de violência conjugal. Ainda que retratada de forma anedótica, como uma crônica do cotidiano (com diálogos diretos entre os cônjuges e linguagem informal, marcada por expressões como “massadas” e “cara-metade”, que contribuem para suavizar a gravidade da situação), o ato de violência cometido pelo marido (ao atirar uma bacia no rosto da esposa) permanece como o núcleo central da narrativa. A escolha do jornal em destacar episódios dessa natureza desde sua fundação revela que as experiências de violência entre os pares eram temas relevantes para os responsáveis pelo corpo editorial da *Gazeta de Notícias*. O interesse pela vida privada dos casais não se restringia aos romances-folhetins, como demonstra a expressiva quantidade de literaturas de rodapé que abordavam o casamento burguês, mas também se refletia nas notícias que traziam à tona os problemas familiares, transformando conflitos domésticos em pautas públicas e suscitando reflexões sobre os impactos sociais dessas tensões íntimas. Episódios de violência doméstica acabavam por evidenciar problemas na ordem familiar, questionando a suposta autoridade dos maridos sobre as esposas. Tais notícias

<sup>71</sup> “Tentativa de Assassinato”, *Gazeta de Notícias*, 20/10/1881, p.1.

<sup>72</sup> No dia 27 de junho de 1880, os editores da *Gazeta* dedicaram um espaço de duas colunas para discutirem “a questão da admissão dos membros do belo sexo nas votações para o cargo de eleição popular”, em Londres. Cf. *Gazeta de Notícias*, 27/06/1880, p.2.

<sup>73</sup> *Gazeta de Notícias*, 06/09/1875, p.2



não compunham uma exceção da *Gazeta de Notícias* em meados da década de 1870. No entanto, ao dar publicidade para a temática, o periódico mostrava-se aberto para dialogar com a pauta partindo do pressuposto de que esta tornava evidente a existência de problemas que careciam de ser resolvidos juridicamente. Conforme veremos no capítulo 3, muitos problemas desencadeados na esfera privada acabaram se tornando pautas públicas e, migraram para colunas que demonstraram como o Tribunal Eclesiástico no Brasil, intermediava tais situações problemáticas<sup>74</sup>.

No dia 13 de junho de 1880, a coluna “Cartas Portuguesas”, escrita por Ramalho Ortigão, noticiou crimes de homens contra as mulheres ocorridos na última semana. O primeiro caso envolvia uma “esposa irregular” de “temperamento histérico” e “constituição romanescas”, assassinada em Lisboa pelo marido por ter “rescindido o pacto de fidelidade conjugal”. A descrição tendenciosa apresentava a vítima como culpada pelo próprio assassinato, atribuindo ao adultério sua morte e destacando, entre suas características, o hábito de ler “traduções de romances franceses”. O segundo crime noticiado ocorreu em Macau, onde o coronel Mesquita, descrito como um dos mais “bravos e honrados militares do exército português”, assassinou sua esposa e filhas antes de cometer suicídio. Ortigão classificou o crime como um caso “patológico”, resultado da “loucura”<sup>75</sup>. Em ambos os relatos, a responsabilidade pelos crimes cometidos por homens recaía sobre as mulheres. A ideia de que a leitura de romances franceses incitava o comportamento promíscuo das jovens, reforçava a justificativa de que elas representavam uma ameaça, tornando-se, assim, culpadas pelo próprio sofrimento, retomando as argumentações suscitadas pelas polêmicas de recepção de *Madame Bovary* e do *Primo Basílio*. Enquanto isso, os homens, considerados honrados, só cometeriam crimes caso estivessem doentes ou insanos, o que minimizava sua responsabilidade por tais atos.

Em julho de 1881, a *Gazeta* recorreu a uma publicação do *Standart*, na Inglaterra, que dizia ser cada vez mais frequente os “casos de maridos que vendem as mulheres”. A reportagem foi motivada pela denúncia feita ao tribunal de Sheffield sobre um “operário que vendeu sua esposa a um outro operário, também casado”, “mediante o preço de um

---

<sup>74</sup> Sobre a temática ver: SOARES, Ubirathan Rogerio. *Os processos de divórcio perpétuo nos séculos XVIII e XIX: entre o sistema de alianças e o regime da sexualidade*. 2007. 313 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.p.128; SOARES, Ubirathan Rogerio Mulheres para muito além do figurino: As divorciadas dos séculos XVIII e XIX. Mneme (Caicó. Online).

<sup>75</sup> Ramalho Ortigão, “Cartas Portuguesas”, *Gazeta de Notícias*, 13/06/1880, p.1.

pequeno barril de cerveja”. Com a recusa do ministério inglês em acatar o pedido de investigação dos escândalos, o *Standard* produziu um extenso artigo de casos de vendas de mulheres no Reino Unido<sup>76</sup>. Essas histórias mostravam os desafios enfrentados por mulheres nos casamentos, frente a seus maridos. Mais ainda, reforçam o argumento, defendido por esta dissertação, de que a conduta feminina representava uma preocupação dos intelectuais do século XIX, e a publicação do romance de Aluísio Azevedo nos permite pensar sobre os tipos de comportamento que soavam condenáveis.

Em 1883, mesmo ano em que o jornal se preparava para a publicação de *Philomena Borges*, casos de esposas que abandonavam os maridos repercutiam sobre os jornais. No dia 01 de janeiro, comentava-se sobre o “processo Peltzer”, que narrava sobre o “assassinato” do Sr. Bernays com “um tiro na nuca”, por Armando Peltzer. A redação envolvia os leitores da notícia ao relatar que “as criadas que espionavam a casa” davam conta de que Armando era amante da senhora Bernays e que vivia sustentado por ela. A esposa da vítima era então caracterizada de maneira teatral: “rica”, “bonita”, “inteligente”, “extravagante”, “orgulhosa”, “singular” e muito “odiada pelas senhoras de Anvers”, onde residia. Em depoimento, alegou que “não vivia bem com o marido, que fazia corte a todas as sua criadas”, razão pela qual tinha dado entrada no pedido de “divórcio”. Também com indignação, negava que Armando Peltzer “fosse seu amante”<sup>77</sup>. Um dia depois, em 02 de janeiro, surgia na coluna “Correio da França” a opinião de um dos redatores, que se demonstrava insatisfeito com a escrita de artigos “sensacionais”, cada vez mais frequentes nos periódicos. Notícias como essas demonstravam total desrespeito às “conveniências particulares”, à “honra das famílias” e à “dignidade dos indivíduos”. Entre essas notícias, estaria o caso de uma “filha de Victor Hugo” que “abandonou o marido, depois de o ter enganado” e “porque [estaria] doida” e “encarregada num hospital de alienados”<sup>78</sup>. Essas situações cotidianas, que circulavam no jornal, compunham parte da experiência histórica dos escritores e contribuíam para inspirar episódios e temas na narrativa ficcional. Tais notícias sobre mulheres mostram experiências distintas e a forma como este jornal abriu espaço para essas temáticas, noticiando, e comentando na voz de seus vários colaboradores.

---

<sup>76</sup> O caso denunciado pelo Standart foi analisado por Thompson que estudou como situações como essas, na Inglaterra acabavam se tornando uma alternativa das camadas populares para conseguir a separação, diante da burocracia demandada pelos processos jurídicos de separação. *Gazeta de Notícias*, 10/07/1881, p.1; THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*. Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P.315-322

<sup>77</sup> “Processo Peltzer”, *Gazeta de Notícias*, 01/01/1883, p.2.

<sup>78</sup> “Correio da França”, *Gazeta de Notícias*, 02/01/1883, p.2.

Também no mesmo ano, já no mês de abril, foi noticiado outro caso de assassinato praticado por cônjuges, dessa vez pelo *Jornal da Noite* e a *Pacotilha*<sup>79</sup>. Dessa vez, a vítima se tratava da esposa, a Sr.<sup>a</sup>. Chalenton, descrita pelo advogado como “uma mulher de costumes repugnantes, devassa tanto com os homens, como com as mulheres”. A Sr.<sup>a</sup>. Chalenton “vivía separada do marido”, que “lia todos os dias nos jornais a narração dos acontecimentos a que o seu nome estava ligado, e enfurecia-se terrivelmente”. No dia 5 de abril, “as dez horas da manhã” foi “procurar a mulher”. Tinha “entrado para casa desta havia apenas oitos minutos, quando se ouviu uma detonação, seguida de mais cinco”. Logo depois, a esposa “desceu a escada, cambaleando e a esvair-se em sangue”, sussurrando suas últimas palavras ao porteiro, antes de cair, dando conta de que o marido a havia matado. Segundo o relatório médico, uma das balas “entrara pela parte posterior do crânio, outra no braço esquerdo, outra nos rins e outra numa mão”. O assassino confessou o crime “em consequência de ver sua mulher [difamar-lhe] o nome e a arrastá-lo na lama”<sup>80</sup>. O *Figaro* assegurava que o criminoso era “um homem honrado” e que sua mulher era “uma perdida”. No entanto, a “verdade” e a “justiça” deveria “prevalecer” durante o julgamento do crime<sup>81</sup>. Novamente, mesmo diante de um crime em que o culpado foi pego em flagrante, com a clara intenção de matar (foi até a casa da vítima e em oito minutos disparou cinco tiros), a narração do caso deixa subentender que a mulher provocara o marido, acarretando a tragédia a que o caso sucedeu.

As tensões conjugais continuaram a ser debatidas pelos periódicos, desta vez na seção das “Publicações a pedidos” da *Gazeta de Notícias*. O bacharel Júlio Benedito Ottoni, por exemplo, comunicou nas folhas do noticiário que ele e sua esposa, “D. Paulina de Souza Queiroz”, estariam de fato “separados” e em processo de “ação de divórcio”, uma vez que a mulher “tendo-se retirado” “para a casa de sua mãe a Exma. Baronesa de Limeira”, havia declarado que não mais retornaria ao lar. Com o propósito de emitir uma advertência à “companhia Paulista de Estrada de Ferro”, o bacharel expôs as circunstâncias de sua vida privada aos leitores da *Gazeta*. Segundo ele, a companhia teria entregado à esposa os “dividendos” da empresa, sem que fosse finalizado processo de separação. Portanto, em uma tentativa de impedir que a mulher se apossasse de bens e ações que se encontravam sobre sua tutela, Júlio Ottoni recorreu às folhas apelando para que não fosse feito “com a dita senhora transações de qualquer natureza importando

<sup>79</sup> “História de um crime: um pormenor curioso”, *Pacotilha*, 21/04/1883, pp.2-3.

<sup>80</sup> “Assassinato da Sr.<sup>a</sup> Chalenton”, *Jornal da Noite*, 10 e 11 de abril de 1883, p.3.

<sup>81</sup> *Ibidem*.

responsabilidade pecuniária do anunciante como cabeça do casal, que nesta qualidade [protestava] fazer valer os seus direitos na forma da lei”<sup>82</sup>.

Aproximadamente uma semana após o anúncio, Júlio Benedito Ottoni voltou a se pronunciar nos jornais cariocas na seção de “Publicações a Pedido”. Ao que consta, o “professor de direito” Dr. J.J. Vieira de Carvalho<sup>83</sup>, um provável representante da esposa, respondeu ao anúncio de Ottoni, com o objetivo de “restabelecer a verdade dos fatos”. De acordo com a declaração, “as ações em questão”, compunham bens que o “contrato antenupcial” “separou da comunhão” e, portanto, pertenceriam por direito a mulher. Em resposta ao Dr. J.J., Ottoni questionou o pagamento dos lucros das ações “à mulher casada, sem outorga do marido”. Quanto ao direito da esposa, estabelecido pelo pré-nupcial, alegava que o “contrato” não eximia as ações de sua administração, visto “que foi sempre quem recebeu os dividendos por intermédio de procurador, constituído com seu consentimento” “como cabeça do casal”. Em defesa de sua “dignidade”, Júlio Ottoni argumentava:

Quando em outubro passado, a Exma. Sra. Baronesa de Limeira mandou por um seu filho buscar a irmã, esta seguiu para S. Paulo, dizendo-me que ia passar o verão e voltaria em abril. Permaneci na casa que ocupávamos.

Escreveu-me a Sra. D. Paulina um mês depois anunciando-me que não mais voltaria ao teto conjugal; e eu respondi sem perda de tempo, remetendo-lhe todos os objetos de seu uso pessoal, e declarando que, pagas as contas que deixou (modista, costureira, armarinho, sapateiro, encomendas chegadas de Paris etc.), lhe entregaria tudo, que existe dos bens, que ela trouxera ao casal, contanto que a separação fosse legalizada.

Os bens comuns, a que me referia, são trinta e nove ações da companhia Paulista, onze prédios e uns terrenos na cidade de S. Paulo, três escravos, e moveis, sendo que estes estão no valor de cerca de vinte contos. Desistiria (e desistirei) do meu direito a metade destes bens, porque as circunstâncias me inspiram o desejo de sair pobre do meu infeliz casal.

Esta desistência foi logo aceita, vindo imediatamente procuração ao Sr. Dr. Ubaldino do Amaral, para que pagasse as contas e recebesse os bens, o que se não realizou porque eu fazia (e faço) a entrega dependente a sentença do divórcio perpétuo.

Os escravos, contudo, estão em poder da senhora, e os móveis a sua disposição, em casa do Sr. Dr. França de Carvalho, seu cunhado<sup>84</sup>.

<sup>82</sup> Aviso as praças do Rio de Janeiro e S. Paulo”, *Gazeta de Notícias*, 20/03/1883, p. 4; “Aviso as praças do Rio de Janeiro e S. Paulo”, *Jornal do Commercio*, 20/03/1883, p. 5. O informativo sobre a fuga de Paulina da casa do marido foi publicado também no *Jornal do Commercio* no volume de mesma edição e data. *Jornal do Commercio*, 20/03/1883, p.4.

<sup>83</sup> Foi feita a busca na hemeroteca digital pelo anúncio feito pelo Dr. J.J. Vieira de Carvalho, em resposta a Júlio Benedito Ottoni. Contudo, não foram encontradas ocorrências em nenhum dos jornais cariocas.

<sup>84</sup> “Ao Público”, *Gazeta de Notícias*, 26/03/1883, p.3

O relato de separação feito pelo promotor recebeu destaque significativo nos jornais se comparado às outras reclamações feitas por mulheres<sup>85</sup> que também se encontravam em processo de litígio<sup>86</sup>. Talvez a chave para pensarmos este problema seja ponderar o papel social desempenhado por Júlio Benedito Ottoni como promotor e ex-deputado, figura renomada no campo jurídico, casado com a filha da Baronesa de Limeira, que buscava manter sua posição social ao mesmo tempo em que expunha a imagem de sua esposa perante a sociedade burguesa carioca. Os bens recebidos pela família da esposa consistiam no cerne do conflito nesse processo de divórcio, visto que a própria se resguardou financeiramente ao assinar um contrato pré-nupcial que regulamentava quais patrimônios não seriam compartilhados com o marido em caso de separação. O proponente afirmava ter declarado “por carta que os dividendos vencidos a 31 de dezembro bastavam para pagar as contas” contraídas por sua esposa e que de “1º de janeiro” em diante “não tocara em um só vintém dos rendimentos dos bens comuns e não comuns”, que seriam “acumulados em depósito para serem entregues” com restante do patrimônio “logo que a sentença de separação” fosse julgada<sup>87</sup>.

A insatisfação do marido tornava evidente a forma como os arranjos matrimoniais eram organizados em benefício dos homens. A necessidade de responder judicialmente por quaisquer transações financeiras referentes ao casal, anteriores à conclusão do processo de divórcio, é justificada pelo título de “procurador” do casal, contratado com o consentimento da esposa. Sendo D. Paulina uma mulher da aristocracia, instruída e amparada judicialmente, o processo de divórcio com um promotor chama a atenção porque, mesmo se tratando de uma situação morosa, a dita senhora não hesitou em resguardar os seus direitos exigindo a assinatura de um contrato legal que estabelecia as regras e disposições da união<sup>88</sup>.

Além disso, o relato do marido levanta questões sobre a vida íntima do casal, afinal D. Paulina teria fugido de casa com o auxílio de sua mãe e do seu irmão sob pretexto

---

<sup>85</sup> Durante a pesquisa sobre as notícias que versavam sobre casamentos na *Gazeta de Notícias*, foram encontrados anúncios produzidos por mulheres que, durante o processo de divórcio, alertavam os leitores para que não fizessem comércio com os maridos até que o julgamento sobre a partilha de bens fosse admitido. Cf., por exemplo, Moralidade, “Segurança Pública”, *Gazeta de Notícias*, 15/01/1879, p.2.; *Gazeta de Notícias*, 17/03/1880, p.5; “Tentativa de Assassinato”, *Gazeta de Notícias*, 20/10/1881, p.1.

<sup>86</sup> O divórcio no Brasil só foi permitido legalmente em 1977. No século XIX, divórcio referia-se à separação legal de corpos, que era permitida durante o primeiro ano de casamento em casos que os esposos resolvessem seguir a carreira religiosa; ou se ocorresse “fornicação espiritual”; em caso de sevícias graves; e de adultério cometido por apenas um dos nubentes. MATTOSO, Kátia de Queirós. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988, pp. 44-45.

<sup>87</sup> “Ao Público”, *Gazeta de Notícias*, 26/03/1883, p.3

<sup>88</sup> *Ibidem*.

de que passaria as férias na casa da família. Denunciar essa situação nos jornais certamente incitava a curiosidade pública quanto aos fatores que teriam levado a decisão da esposa. Tal ato nos leva a acreditar que poderia haver resistência do cônjuge em deixar a esposa partir, contestando o pedido de separação ou tentando impedir a mulher de se mudar, uma vez que, de acordo com seu anúncio, a maioria das riquezas e dividendos que ele possuía era fruto de patrimônios pertencentes a mulher, anteriores ao casamento e que, durante o contrato, eram administrados por ele. Segundo o comunicado, o divórcio seria título de interesse do promotor. No entanto, o motivo para tal “afronta” era que, mesmo após ter informado o interesse nos rendimentos, com o propósito de quitar as dívidas contraídas pela esposa, “a Sr.<sup>a</sup> D. Paulina de Souza Queiroz foi [recebê-los]”<sup>89</sup>. Exigir a parte cabida a ela por contrato pré-nupcial, após sair do teto conjugal, demonstrava consciência acerca dos seus direitos, bem como de sua responsabilidade legal inferida sobre o montante.

As notícias mencionadas nos levam a refletir sobre como as relações conjugais eram frequentemente abordadas a partir de situações conflituosas, conforme narrado por diversos colaboradores dos jornais. Casos de mulheres que sofreram agressões, foram assassinadas ou decidiram deixar seus maridos faziam parte do contexto histórico vivido pelos escritores do século XIX. Embora alguns redatores insistissem retratar as vítimas sob uma perspectiva de provocação (insinuando práticas de adultério) essas experiências revelavam que a dinâmica entre homens e mulheres não se baseava apenas na passividade, mas também na expressão ativa das vozes femininas em seus relacionamentos. *Philomena Borges*, dialogava com as diferentes referências que pautavam sobre os arranjos conjugais, demonstrando a relevância de analisar o conjunto de experiências históricas e literárias que tornaram sua história imaginável. O folhetim de Azevedo, pontuou por meio da narrativa fictícia, conflitos (diretos ou indiretos) que não de maneira fortuita, vinham sendo debatidos na imprensa brasileira por aqueles anos. Tais notícias sobre mulheres casadas inspiraram as reflexões que foram desenvolvidas nos jornais, em especial na *Gazeta*, por homens como Ferreira de Araújo, os cronistas da “Balas de Estalo”, de Aluísio Azevedo e os demais redatores do periódico. Como veremos no próximo capítulo, temáticas presentes nos casos acima, como a do adultério e a adjetivação da mulher de conduta provocante, também foram empregadas como mecanismo de descrição pelo narrador do folhetim para descrever suas personagens. Sendo assim, torna-se também

---

<sup>89</sup> *Ibidem*.

relevante ao processo de identificar o repertório de histórias e experiências cotidianas nos jornais, compreender como a literatura contemporânea, mobilizou esse repertório para pensar sobre as estratégias femininas de participação, diante a situações consideradas conflituosas.

### 2.3. Resistência feminina e literatura

Se o romance escrito por Aluísio Azevedo se mostrava atento às questões de seu tempo e às inúmeras situações envolvendo os arranjos matrimoniais, como tratado no subitem anterior, parece claro, segundo os estudiosos da obra do autor já demonstraram, que ele também se mostrava interessado em dialogar com um contexto literário e com histórias que haviam tematizado o casamento burguês na ficção. Flertando com uma estética naturalista na literatura, Azevedo escrevia o novo romance-folhetim da *Gazeta*. Obras como *Madame Bovary* (1856) e *O Primo Basílio* (1878) foram, por exemplo, vistas pelos especialistas na obra azevediana como as raízes da construção da personagem Philomena Borges que, moldada pelo imaginário da prosa romântica, não conseguia “aceitar a mesmice da cotidiana realidade da vida”<sup>90</sup>. Como visto no capítulo anterior, os próprios contemporâneos pareciam ver esses elos – ou diálogos – entre aquilo que Aluísio Azevedo propunha para seu novo romance e obras famosas e muito polêmicas sobre casamentos e adultérios. No caso da *Gazeta*, a ligação acabou, inclusive, se tornando mote de toda uma estratégia de divulgação de *Philomena Borges*. Contudo, se a crítica já mostrou como Azevedo dialogou com tais obras estrangeiras, um movimento importante a ser feito é pensar como a protagonista de seu romance, que buscou incessantemente as brechas de um casamento arranjado para ganhar mais autonomia e liberdade de escolha, não deixava de manter uma interlocução com outras mulheres da literatura escrita no Brasil. Levando em consideração a relevância dos últimos estudos realizados pela historiografia e crítica literária sobre o folhetim e as preocupações que orientavam a produção do seu autor, talvez seja interessante analisar duas personagens da literatura brasileira que, assim como Philomena, encontraram espaço para driblar as vontades masculinas dos homens que exerciam domínio social sobre elas.

---

<sup>90</sup> Ribeiro, Luís Filipe. “*O Sexo e o Poder No Império: ‘Philomena Borges.’*”, *op.cit.*, p. 10.

Vejam os por exemplo *Helena*, romance de Machado de Assis, publicado em 1876. Forjado em meio a uma crise social de intensos debates políticos que culminaram na lei de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre, *Helena* trata-se de um romance ambientado na década de 1850, evocando interpretações da sociedade brasileira durante um período de hegemonia do projeto saquarema<sup>91</sup>. Em uma narrativa cheia de minúcias, é possível perceber no romance uma “análise pormenorizada” de uma “política de domínio assentada na inviolabilidade da vontade senhorial e na ideologia da produção de dependentes”, a qual configura boa parte dos conflitos narrativos, nos quais a protagonista enfrenta a “vontade do chefe de família”, considerada até então, indubitável<sup>92</sup>.

Após a morte do conselheiro do Vale, em abril de 1859, um conflito de interesses se instala na propriedade dos Andaraí. O médico da família, Dr. Camargo, interessado em ver sua filha Eugênia casada com o único filho do falecido, Estácio, pressiona o herdeiro para que ainda durante a cerimônia de sepultamento o testamento fosse aberto. No dia seguinte, durante a leitura do documento, uma disposição causou espanto tanto a irmã do finado, D. Úrsula, quanto ao seu filho Estácio. O conselheiro reconhecia uma “filha natural”, de nome Helena, “havida com D. Ângela da Soledade”, a qual declarava herdeira “da parte que lhe tocasse de seus bens” e deveria ir viver com a família, a qual deveria tratá-la com “desvelo e carinho como se de seu matrimônio fosse”<sup>93</sup>. Apesar da má vontade e repúdio de D. Úrsula quanto às exigências do falecido irmão em tratar com afetividade uma menina da qual nunca ouvira falar, denunciando um “preconceito de classe”<sup>94</sup> quanto à origem inferior da bastarda, Estácio acatou o desejo do pai, como se o cumprimento de sua vontade por meio do testamento, seguisse o curso da ordem natural das coisas. Além de determinar a ida de Helena para a fazenda, o irmão a tratou com a afeição exigida pelo pai, o qual não satisfeito em direcionar a posse de seus bens aos herdeiros, delegava também os sentimentos que estes deveriam herdar.

Assim como Philomena, Helena era jovem, possuía por volta de dezesseis a dezessete anos, era “elegante” e de “atitudes modestas”. Também apresentava ares de moçoila sonhadora, pois logo que chegou à propriedade do pai, retirou-se para o quarto onde passou três dias “a ler meia dúzia de livros que trouxera consigo, a escrever cartas,

<sup>91</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.18.

<sup>92</sup> ASSIS, Machado. *Helena*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1876. p.5

<sup>93</sup> *Ibidem*, pp.15-16

<sup>94</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador, op.cit.*, p.21



a olhar pasmada para o ar, ou encostada ao peitoril de uma das janelas”<sup>95</sup>. Além da jovialidade, apresentara um aspecto pueril e era dotada de muitas prendas. Fluente em francês, ótima pianista e desenhista, “magnífica voz de contralto e muito bonita, não demorando muito para que conquistasse a atenção dos que a cercavam. A intersecção entre Philomena e Helena torna-se evidente quando comparadas suas características. Ambas são inicialmente apresentadas em suas respectivas narrativas como símbolos de pureza, bondade e beleza. No entanto, à medida que suas histórias se desenrolam, o leitor percebe que elas também demonstram esperteza e inteligência, ao valerem-se de estratégias peculiares para navegar em um mundo onde a autonomia feminina era limitada. Na análise de Sidney Chalhoub, os agregados, para sobreviverem à rígida autoridade senhorial, desenvolviam táticas de negociação com aqueles de quem dependiam. Da mesma forma, Philomena e Helena encontram meios de afirmar sua presença e exercer influência dentro das restrições impostas pela sociedade.

No sexto capítulo do romance, Helena em um diálogo com a tia e o irmão, demonstrou o seu anseio em aprender a cavalgar após admirar uma “amazona” que avistara pela janela montando lindamente. Comovido pela situação, Estácio se oferece para dar lições de equitação a irmã, marcando a aula para o dia seguinte. Na ocasião a travessura de Helena foi desmascarada assim que a mocinha se pôs a subir sobre a égua Moema com muita agilidade e postura, demonstrando que sabia montar perfeitamente. Segundo Chalhoub, é neste capítulo que o método próprio de conversar e de interpretar a realidade de Helena é revelado, pois a protagonista enuncia que sabia induzir o comportamento que melhor lhe convinha em Estácio, conhecendo perfeitamente as cadeias de causa e efeito que constituíam a estrutura mental do mancebo. A protagonista tinha plena consciência de que no mundo em que o irmão nascera, como único filho homem de um rico senhor de terras e de escravizados, coisas e pessoas surgiam apenas como expressão da vontade dele, logo imaginar-se como controlador de uma “espécie de economia” e concessão de favores, fazia-se importante para conquistar aquilo que queria, sem que fosse necessário recorrer a métodos mais conflituosos<sup>96</sup>. Helena sabia que a melhor maneira de obter o que desejava era incutindo em Estácio a ideia de que sua posição de superioridade não estava ameaçada.

Nesse ponto, a personagem machadiana se difere da protagonista de Azevedo. Para Helena, a melhor estratégia para vencer situações em que seu destino era conduzido

---

<sup>95</sup> ASSIS, Machado. *Helena*, op.cit., p.30.

<sup>96</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*, op.cit., p.26

pela vontade de um homem considerado superior, no caso de seu irmão, era aprender a entender a lógica senhorial masculina e autoritária e assim driblá-la/negociá-la, sem que fosse necessário um confronto direto, posto que compreendia sua fragilidade diante daquela estrutura de poder. Já Philomena, entendia a lógica do casamento e pensava nas estratégias possíveis para enfrentar um matrimônio inicialmente arranjado e sem amor, não se preocupando em esconder de Borges as expectativas que nutria com aquela relação. Alertada sobre os perigos que correria caso optasse por um homem de “espírito superior ao dela”, correndo risco de se tornar uma “escrava”<sup>97</sup>, driblou a situação na qual se encontrava, ou seja, um casamento sem amor, escolhendo um marido visto como fácil de tragar e de pôr a seu jeito. Conforme visto anteriormente, foram várias as situações na qual o casal Borges e Philomena lutaram abertamente, contudo, a personagem sempre vencia a vontade do marido, que se rendia aos sonhos da mocinha. Por meio de descrições que nutriam certo grau de compaixão por Borges, o narrador criado por Aluísio Azevedo apontava as vontades da mulher como um sacrifício. O “pobre homem” a “amava”, a “adorava” tanto, que seria “incapaz de reagir”<sup>98</sup>. Em leitura a contrapelo, a despeito do narrador, percebia-se por aquelas passagens uma mulher se agarrando às brechas encontradas no casamento, sabendo usar as armas que tinha, entre elas a consumação, para ter voz ativa na relação.

Para Chalhoub, Machado de Assis empreende uma análise no romance *Helena* das “políticas de domínio vigentes durante ‘o tempo saquarema’”. A crise escravista vivenciada pelo autor em 1871, contribuiu para construção da narrativa na qual os dependentes de um senhor podiam se mostrar gratos aos benfeitores e “permaneciam relutantes em sacudir a inércia das estruturas tradicionais de poder”. Ao mesmo tempo, denunciava as “iniquidades vigentes em tais práticas de dominação”, apresentando personagens que tematizavam explicitamente sobre os privilégios da abastança e relativizavam a maneira de pensar dos que se beneficiavam da ideologia senhorial. O romance estabelecia assim uma analogia sutil a escravidão, na qual a crise da sociedade senhorial estaria assentada justamente no processo histórico de emancipação dos escravizados, denunciada a partir da crise do paternalismo e do controle social dos dependentes livres, posto que esse nexos, parecia aos leitores dos oitocentos, mais simpático que o eixo escravista<sup>99</sup>. A lógica do domínio senhorial masculino, no entanto,

<sup>97</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: I Flores de Laranjeira”, *Gazeta de Notícias*, 18/12/1883, p.1.

<sup>98</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: II O Ferrolho”, *Gazeta de Notícias*, 19/12/1883, p.1.

<sup>99</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*, op.cit., pp. 50-55.

estendia-se tanto sobre os escravizados, quanto sobre esposas, mulheres, agregados da propriedade, e Helena demonstrava com eloquência estratégias de locomoção e ação para agir diante dela.

A alegoria da escravidão se faz válida para as duas obras. Em *Helena*, o autor analisa de maneira crítica uma história de domínio paternalista, anterior à crise que culminou com a Lei do Ventre Livre, relativizando os limites de poder exercidos pelos senhores por meio dos questionamentos de Helena e de seu pai biológico Salvador. A impossibilidade de preservar a própria autonomia – posto que o cenário do romance é anterior à lei que se propunha a libertar os recém-nascidos – leva à morte da protagonista, que, apesar do trágico final, mostrou como Helena, entendia aquela lógica e criara modos de agir por dentro dela, para sobreviver, conseguir negociar algum espaço e autonomia. Já em *Philomena Borges*, a superação da dominação de um sistema paternalista nos remete aos propósitos da protagonista. Buscando se ver livre das amarras que um casamento poderia submetê-la, Philomena propõe-se a romper com as cadeias de sujeição buscando participar ativamente do processo em que as regras da relação se estabeleciam. Para ela, evitar ser escrava do casamento só seria possível mediante a construção de uma relação na qual fosse possível barganhar alguma superioridade relativa à mulher e que equilibrasse a balança conjugal. Fosse a “fortuna”, a “inteligência”, a “educação” ou até mesmo a “força física”<sup>100</sup>, era necessário que o marido reconhecesse algo na esposa, que lhe permitisse propor medidas que figurassem maior grau de liberdade e autonomia. Ao final do romance, após a ascensão do gabinete liberal, e a saída de Borges do cargo de ministro, a personagem entra em estado de melancolia e cede aos anseios do marido de levar uma vida tranquila nos arredores de Paquetá. Por mais que tenha realizado seus sonhos durante os anos em que fora casada de leitora ávida, a personagem, segundo Lamônica, teria sido acometida pela “desilusão” provocada pelo fracasso do seu projeto político<sup>101</sup> e morrido diante de uma vida que não idealizava. Essa argumentação nos parece carecer de mais análise e por isso será abordada também por esse capítulo.

Dessa forma, a leitura de *Helena*, bem como os estudos historiográficos produzidos a partir dela nos permite compreender como autores do século XIX, que desempenhavam um papel ativo junto a redação de periódicos de aspirações liberais e abolicionistas, pensavam seus romances e folhetins como testemunhos históricos de acontecimentos contemporâneos a eles. Apesar de seu caráter fictício, as narrativas

<sup>100</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: I Flores de Laranjeira”, *Gazeta de Notícias*, 18/12/1883, p.1.

<sup>101</sup> LAMONICA, Lucas de Castro. *Filomena Borges: romance, imprensa e política*, *op.cit.*, 155.

literárias contribuíam para debater propostas candentes, muitas vezes levantadas pelos jornais, tais como a abolição da escravidão e a participação das mulheres nos debates públicos.

Outro exemplo interessante desse repertório literário contemporâneo ao romance escrito por Aluísio Azevedo é o conto “Capítulo dos chapéus”, também escrito por Machado de Assis. Poucos dias antes de ser feita a primeira menção ao nome de Philomena na *Gazeta de Notícias*, encerrava-se na *Estação* a publicação dessa história, que depois integraria a coletânea *Histórias sem data*. Publicado entre 15 de agosto e 15 de setembro de 1883, “Capítulo dos Chapéus” versava sobre “uma senhora do lar subjugada ao seu marido/senhor e diante da possibilidade de virar o jogo”<sup>102</sup>. Assim como em *Philomena Borges*, a comparação entre a situação dos escravizados e a vivenciada pelas mulheres casadas foi um exercício desenvolvido pelo autor do conto, o que nos permite refletir sobre a forma como a literatura e, aqui no caso, Machado de Assis novamente, tematizava as relações de domínio envolvendo homens e mulheres, assim como os conflitos conjugais.

A história se passa em uma manhã de abril de 1879 e narra um “alvorço” ocasionado entre Mariana e seu marido Conrado Seabra, advogado em um escritório na rua da Quitanda. Provocado pela esposa por estar usando um “deselegante” “chapéu baixo”, o bacharel se incomoda com a atitude da esposa, descrita como tendo sido sempre “passiva”, “meiga” e de uma “plasticidade de encomenda”. No conto, Mariana é apresentada ao público como uma criatura de “mui poucas noções”, que “nunca lera senão os mesmos livros: -a *Moreninha* de Macedo, sete vezes; *Ivanhoé* e o *Pirata* de Walter Scott, dez vezes; o *Mot de L'énigme*, de Madame Craven, onze vezes”<sup>103</sup>. Segundo Daniela Silveira, a caracterização da personagem faz-se importante para a construção do enredo, no qual a dona de casa, obediente, dedicada ao lar e avessa a qualquer tipo de mudanças, começa a questionar a vida de submissão ao marido<sup>104</sup>. Em meio ao imbróglio do chapéu, ela decide procurar os conselhos de sua amiga Sofia, buscando estratégias para converter a situação de dominação que vivia em casa.

O pai de Mariana, durante uma visita na qual o genro não se encontrava, pintou para a filha o quão “torpe” era o chapéu baixo utilizado por ele quando este se colocava

<sup>102</sup>SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis*, *op.cit.*, p.225

<sup>103</sup> ASSIS, Machado. *Histórias sem data*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1884, p.1.

<sup>104</sup> SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis*, *op.cit.*, p.226

ao lado de outros homens públicos de chapéus mais altos. Mariana, que em cinco anos de casamento sempre se fizera constante e incapaz de represálias, pediu ao marido que não utilizasse mais o mesmo adereço. Conrado, não gostando muito da ideia de abandonar o seu estilo habitual, lançou sobre Mariana um sermão cheio de citações e pretensões científicas para responder com sarcasmo e propriedade sobre as razões filosóficas e metafísicas que o fariam permanecer com o mesmo chapéu. Na verdade, por conhecer a “docilidade da mulher” e não compreender a causa da “resistência”, Conrado havia ficado profundamente irritado e de modo ríspido obrigou que a esposa ficasse sentada, “pegando-lhe levemente no pulso” e a subjugando com o olhar enquanto a humilhava com “ironia e desdém”<sup>105</sup>. Em seu discurso, o marido alegava que o “princípio metafísico” que fazia da escolha do chapéu uma ação não indiferente consistia no conceito de que o chapéu compunha a “integração do homem, um prolongamento da cabeça, um complemento decretado *ab aeterno*” o qual “ninguém” poderia trocá-lo sem “mutilação”. Para dar respaldo à justificativa conferida à esposa, Conrado fez referências a leituras das quais “tinha consciência que sua esposa não conhecia”<sup>106</sup>, tais como Laplace e a *Mecânica Celeste* e Darwin e seu “curioso livro das *Minhocas*”, comprovando com base na ignorância de Mariana, que a escolha de um chapéu não dependia somente da liberdade de um homem, mas obedecia a um “determinismo obscuro”<sup>107</sup>.

Vencida ao final, e sem entender do que se tratavam tais nomenclaturas, Mariana se achava constrangida pela humilhação que acabara de passar. Segundo Daniela Silveira, o discurso científico foi usado para deslegitimar a fala da esposa. A historiadora continua argumentando que, além das leituras citadas não comporem o seu repertório usual, os livros de Laplace e Darwin, no recorte temporal do conto, ainda não haviam sido publicados, elucidando que a ciência, quando aplicada aos relacionamentos conjugais, servia para mostrar uma “suposta superioridade intelectual masculina e o quanto aquele mundo pertencia muito mais aos interesses dos homens”<sup>108</sup>. De acordo com Silveira, Machado de Assis enfatizava o quanto a argumentação de Conrado se pautava em princípios duvidosos e passíveis de manipulação, visto que “a ciência do personagem

---

<sup>105</sup> *Ibidem*.

<sup>106</sup> SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis*, *op.cit.*, p. 227.

<sup>107</sup> ASSIS, Machado. *Histórias sem data*, *op. cit.*, p.1.

<sup>108</sup> SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis*, *op.cit.*, p. 227.

prestava apenas para mostrar sua autoridade e submeter a sua esposa a um lugar de inferioridade”.

Insatisfeita com inquietação provocada pelo autoritarismo do marido, Mariana buscou consolo em sua amiga Sofia, uma antiga companheira de colégio. Muito esperta e capaz de dominar situações como as que Mariana acabara de vivenciar, Sofia e Ricardo foram apontados como alvo de inveja por representarem uma “bela definição do sossego conjugal”, posto que a amiga sabia tanger com que o marido obedecesse às suas exigências e vontades com uma simples cara fechada. Em seu método para subtrair à “tirania” de Conrado, Sofia propôs que Mariana buscasse a liberdade de maneira que “devagar” e com “segurança”, em poucas semanas a esposa do bacharel estaria com o “pé no pescoço” do marido. “Cansada de viver cativa”, Mariana concordou em passear pela rua do Ouvidor com conselheira, enquanto ouvia sobre a necessidade de largar mão de ser moleirona e se fazer “escrava” do marido<sup>109</sup>. Segundo Daniela Silveira, a argumentação científica, repleta de fórmulas e protocolos, responsável por caracterizar Conrado, cede espaço para as lições de Sofia a Mariana e as leitoras de Machado. As amigas concordavam que os maridos, como Conrado, só agiam daquela forma por permissão das mulheres, e era Sofia quem ensinava os meios para colocá-los em seu devido lugar<sup>110</sup>.

Em “Capítulo dos Chapéus” a ruptura da autoridade exercida pelo marido sobre Mariana é guiada pelo anti-exemplo de Sofia. O antagonismo entre os dois tipos de esposa ilustra para os leitores as diferentes experiências de mulheres casadas, partindo da premissa de que o comportamento exercido por elas seria responsável por determinar o marido que teriam. A comparação feita entre as situações experimentadas por Mariana e os escravizados, que se encontrava “cansada de viver cativa”<sup>111</sup>, corroboram para entender o anseio por participação nos contratos, por parte das esposas, e as lutas travadas para que esse direito fosse conquistado. A proposta de Sofia para romper com a cadeia de dominação encerrava de maneira rápida a rede de dependência ao sugerir implicitamente que o adultério e o flerte com outros homens seria a melhor maneira de uma esposa tomar as próprias rédeas de sua história. No conto, surge então o ex-namorado de Mariana, Dr. Viçoso, de características muito mais atraentes que as de seu marido. A

---

<sup>109</sup> ASSIS, Machado. *Histórias sem data*, op. cit., p.2.

<sup>110</sup> SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis*, op.cit., p. 228.

<sup>111</sup> ASSIS, Machado. *Histórias sem data*, op. cit., p.2.

presença do personagem traz a dúvida quanto ao caráter da mocinha, que apresentou ter seus sentimentos abalados entre a tentação do adultério e a lealdade ao marido. Atordoada pela explosão de novas sensações e saudosa da quietude do lar, Mariana optou por aceitar o marido com seu chapéu baixo, voltando regressando para sua rotina conjugal na qual se encontrava no início do conto.

Segundo Daniela Silveira, o conto de Machado de Assis, publicado poucos meses antes da estreia de *Philomena Borges* na *Gazeta*, observava as relações conjugais entre homens e mulheres, para refletir sobre possibilidades de reação encontradas por esposas cujas vozes estavam silenciadas<sup>112</sup> O adultério ou a suspeita de traição foi a arma utilizada pelo literato para questionar o casamento, em um período em que havia projetos para a organização do lar partindo de pressupostos científicos, que enfatizavam uma “suposta fraqueza e dependência do sexo feminino, além de afirmar que as mulheres seriam dominadas por seus instintos sexuais”<sup>113</sup>. A estratégia do literato parecia ser a de destacar que, na sociedade em que vivia, existiam relações hierárquicas, construídas a partir das diferenças de gênero. Esse método pode ser observado em *Helena*, quando a personagem ciente da posição de inferioridade e classe na qual se encontrava, driblou a vontade do irmão e senhor Estácio, estimulando-o a acatar as suas vontades, sem que fosse necessária a adoção de um embate por poder de dominância entre os dois. Ao contrário de Helena, Mariana buscou em sua antítese, Sofia, estratégias para burlar as situações de constrangimento que acabara de vivenciar em seu casamento, sendo apresentada a possibilidade do flerte e da traição como mecanismos de resposta a uma situação considerada por ela injusta. Histórias diferentes, mas que mostram os impasses conjugais, o desequilíbrio na balança da relação entre homens e mulheres dentro daquele acordo/contrato. Uma vez que as mulheres quebravam as expectativas de como elas deveriam se comportar dentro do casamento, a tensão entrava em cena.

Philomena, por sua vez, inserida em um contexto de produção próximo ao que estas narrativas foram calcadas, agia dentro do casamento seguindo os conselhos da mãe. A instrução que recebera de sua mãe fora essencial e, apontada pelo narrador ao longo da trama, como a responsável por moldar o comportamento da jovem. Entre os pretendentes, o escolhido para se casar fora João Borges, um homem que, possivelmente, atenderia as suas vontades sem muitos questionamentos. Conforme analisado anteriormente, assim

---

<sup>112</sup> *Ibidem.* p. 231

<sup>113</sup> *Ibidem.* p. 235

como o folhetim da *Gazeta* se inseria em um contexto narrativas que comportavam vivências distintas de mulheres casadas que buscavam por participação no contrato, as histórias de Helena e Mariana também contribuem para que possamos pensar sobre o contexto de produção da nossa personagem. Nesse cenário, o papel desempenhado pelas mulheres, em especial no casamento, foi amplamente problematizado e abordado de maneira complexa. As personagens femininas tornaram-se figuras centrais para se pensar o debate sobre as relações conjugais, representando possíveis ameaças ao sossego do lar, desconstruindo assim a visão das mulheres como simples sujeitos inertes dentro da relação matrimonial.

O folhetim de Azevedo explorou o casamento a partir de diferentes perspectivas e experiências. Apesar de uma caracterização que tendia a humanizar a figura do marido como se fosse ele uma vítima das circunstâncias, Borges e Philomena vivenciaram uma união que, em meio às dificuldades, também proporcionou momentos de felicidade para ambos os cônjuges. Philomena amou o marido e conseguiu realizar os sonhos que nutria como jovem leitora, desejosa de conhecer o velho mundo e viver uma vida cheia de aventuras. Já Borges, mesmo enfrentando períodos de miséria, permaneceu ao lado da esposa que escolheu. Uma mulher que demonstrou ser leal e honrada, que, nos momentos mais difíceis, o amou e o auxiliou na reconstrução da fortuna perdida com paciência e trabalho. Em contraste com esses casais, Barroso e Sabina viviam uma relação de aparências. Embora socialmente demonstrassem felicidade, sua convivência era marcada por hipocrisia e violência física praticada pelo marido, tema que será analisado no próximo capítulo. Assim, o debate sobre a vida privada dos casais dialogava com preocupações públicas frequentemente discutidas em outras colunas do jornal, revelando, em um panorama mais amplo, as diferentes estratégias que as mulheres adotavam para negociar maior participação nas relações conjugais – seja pela barganha, pelo adultério ou pelo enfrentamento direto. Estes últimos, por sua vez, eram frequentemente apontados pelos redatores como justificativas para os ímpetos de violência masculina.

## **2.4. 1878 e a derrocada do império philomenico**

Embora a análise do casamento e de sua estruturação na obra *Philomena Borges*, de Aluísio Azevedo, dialogue com outras experiências conjugais do século XIX, outro tema marcante nos capítulos finais do folhetim é a política imperial. Cerca de duas semanas antes da publicação do último número da prosa, Azevedo intensificou suas



críticas ao regime, sem poupar sua pena ao satirizar o Império. A abordagem dessa sátira foi estudada por Lucas de Castro Lamonica, que analisou a inserção do imperador no romance como uma estratégia do autor para desconstruir a imagem do monarca.<sup>114</sup> Na edição do dia 6 de janeiro de 1884, no capítulo “Suprema Exigência”, quando o casal planejava o retorno à pátria após o fechamento da turnê de apresentações pela Europa, Philomena exigiu a Borges que este se aventurasse pela carreira pública. Ansiosa por novas aventuras, a “flor das moças do catete” induzia o marido a fugir da “paz absoluta” em que o relacionamento se encontrava, aderindo à causa política. Questionada sobre o novo desejo, Philomena respondia:

— A política?...

— Sim, visto que nas artes ou nas ciências já não poderás fazer nada. Agora é escolher uma causa política e caminhar desassombradamente!

— Uma causa?!

— Sim, uma ideia, um princípio patriótico, qualquer coisa que esteja articulada aos atuais interesses do Brasil! Descoberta a tua ideia, não tens mais que defendê-la; então escreverás, escreverás sem cessar; publicarás tudo que te vier à cabeça a respeito de tua causa; darás por paus e por pedras; falarás de tudo e de todos, até que sejas um homem perfeitamente conhecido, e o imperador te chame para junto de seu trono. Uma vez ao lado de meu padrinho, só não obterás o que não quiseses. Entendes tu?<sup>115</sup>

Borges, que já se encontrava na casa dos 50 anos e cansado das provações a que sua vida passava desde o consórcio, agora fazia parte de seu novo projeto: tornar-se um “grande homem” para a esposa. Na ocasião, Philomena aludia ao marido que não seria difícil ingressar na carreira política, independente do partido que escolhesse, pois desde que estivesse ao lado das causas apoiadas pelo padrinho, o imperador D. Pedro II, não lhe faltariam condições para alcançar as suas vitórias. A sátira imperial produzida pelo autor do romance suscitava críticas que vinham sendo produzidas pela imprensa desde 1879, dentre as quais os políticos que se posicionassem favoráveis as demandas do imperador, conquistariam seus anseios sem grandes controvérsias<sup>116</sup>.

Após partilhar os novos projetos ao amigo Guterres, que acompanhava o casal Borges e Philomena, o Barão de Itassu partiu em viagem para Petrópolis em busca de agilizar os trâmites do seu ingresso na carreira pública. Borges acreditava que a fama de Guterres de “homem fino, perspicaz e muito inteligente”, contribuiriam para que ele

<sup>114</sup> LAMONICA, Lucas de Castro. *Filomena Borges: romance, imprensa e política*, *op.cit.*, p.148.

<sup>115</sup> Aluísio Azevedo, “*Philomena Borges: XVII Suprema Exigência*”, *Gazeta de Notícias*, 06/01/1884, p.1

<sup>116</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, Tomo II: O Brasil Monárquico, vol.7: Do império à República.

desenvolvesse artigos de causa política para a imprensa, embora nunca tivesse posto os olhos em qualquer coisa que o “preguiçoso” tivesse escrito<sup>117</sup>. A caminho de Petrópolis, Philomena encontrava-se “maravilhada com o passeio”. A estrada “muito branca” em ziguezague, semelhante a uma “cobra fantástica de marfim”, lhe causava “arrebatamentos vertiginosos”. Nada do que “vira pelo mundo inteiro a comovera tanto”, nem lhe afetara a “sua fina sensibilidade de artista”, “apaixonada e contemplativa”, como a deslumbrante cidade imperial. O Borges, entretanto, se preocupava-se, ao lado de Guterres, apenas em discutir os seus projetos para a política, para o qual faltava o essencial, a “ideia”, a “causa” que deveria “abraçar” e “defender”. Questionado pelo amigo sobre a escolha do partido, o Barão respondia:

-Tu ainda não tens partido?!

E depois de um gesto negativo do outro:

-Mas isso é ouro sobre azul! Não sabes a fortuna que possúis! O imperador dá a vida pelos homens nessas condições!

-Achas, hem!...

-Tenho certeza! Mas, vem cá, o partido conservador é o único que te convém, é o único que te pode oferecer algumas vantagens! Homem. Sempre é melhor estar com o poder... não acredites que os liberais levistem tão cedo a cabeça! E, se levistares, melhor! Porque nesse caso colocar-te-ás na oposição, ficas na brecha! Terás a luta, terás a reação às tuas ordens! Só o que te falta é a prática, são as relações políticas. – Isso obterás rapidamente, juro-te eu, que conheço essa gente como a palma de minhas mãos!

-Enfim, não te faltam os elementos!... segredou depois uma pausa, piscando o olho e fazendo com os dedos sinal de dinheiro<sup>118</sup>.

O conselho de Guterres se relacionava a uma série de referências as críticas produzidas por Ferreira de Araújo contra o imperador no ano de lançamento do folhetim. Para o redator da coluna “Cousas Políticas”, o governo brasileiro se amparava sobre o binômio da “a corrupção” e do “favoritismo”<sup>119</sup> responsável por debater os projetos do país. Segundo o diretor da *Gazeta*, o imperador estaria interessado em se cercar de “amigos pessoais” nos altos postos do ministério, com o objetivo de conquistar mais votos favoráveis às suas causas no “Conselho de Estado”. A crítica de Guterres aponta que, embora fosse mais vantajoso se aliar aos conservadores, visto que o partido se encontrava no poder há quase 10 anos, aliar-se aos liberais não seria uma desvantagem, uma vez que não faltaria ao Barão o necessário para lutar por suas causas, ou seja, o “dinheiro”, ferramenta essencial para a extorsão parlamentar. Além do suborno político, inferia-se à época em que o folhetim foi escrito que ambos os partidos eram manipulados de acordo

<sup>117</sup> Aluísio Azevedo, “*Philomena Borges: XIX Celebidades*”, *Gazeta de Notícias*, 08/01/1884, p.1

<sup>118</sup> Aluísio Azevedo, “*Philomena Borges: XX Petrópolis*”, *Gazeta de Notícias*, 08/01/1884, p.1

<sup>119</sup> “*Coisas Políticas*”, *Gazeta de Notícias*, 30/04/1883, p.1.

com os interesses do monarca. Logo, nessa perspectiva, adotada pelo narrador do romance, seria indiferente a escolha, visto que estariam infiltrados políticos patrocinados pelo monarca nos dois partidos.

Enquanto Philomena admirava as “criancinhas louras” e as “criadas alemãs” que a faziam esquecer o “africano e repulsivo aspecto geral das cidades do Brasil”, Borges “não se cegou logo pelas aparências do miminho de Sua Majestade e tratou de julgar Petrópolis friamente, com todo o peso do seu bom senso grosseiro e burguês”<sup>120</sup>. Para o empreiteiro, a população de Petrópolis vivia no “engano”, “supondo luzir com o reflexo” de um monarca que nada mais era do que um “astro sem brilho próprio”. A cidade não passaria de uma “fazenda”, uma “feitoria do imperador”, o qual encontrava-se com “o olho vigilante” e “repreensivo” para os que ousassem tocar em qualquer coisa de sua propriedade. Borges se incomodava com o “servilismo” dos moradores e empregados, que respondiam aos seus elogios às ruas e bebidas com frases que denunciavam o controle exercido sobre o local, tais como “o imperador gosta” a essa maneira. A pretensão dos aristocratas, damas e até mesmo criados em demonstrar “grandeza” e “parecer rico”, fazia-lhe “mal aos nervos”. Por debaixo dos movimentos e vestimentas, Borges “lobrigava o brasileiro, ou português, metucioso, ruim, amigo da intriguinha, reparador dos defeitos alheios e cheios de vícios”. Para ele, a cidade cheirava a “mulata forra com pretensões de *cocotte*”, a qual não passava de um lugar “dissolvente” que se “alimentava do calor enervante de um sol no ocaso”, “que ia desaparecendo para nunca mais voltar”<sup>121</sup>. João Borges, na análise de Fanini, representaria um “porta-voz” do autor, encarnando, por meio de um elaborado intertexto, o “discurso revolucionário antimonarquista e anti-aristocrático de Aluísio Azevedo”<sup>122</sup>.

Escolhido o partido conservador, os dias em Petrópolis foram devorados na confecção do primeiro artigo político do barão. O personagem aludia a aspectos da realidade como o déficit das contas públicas, que pouco tempo depois acarretaria a revolta do vintém<sup>123</sup>. Narrado como “uma espécie de autobiografia” e “peça original e divertida”, o autor criticava e lamentava a “situação econômica do Brasil”, “censurando” certas coisas e “aplaudindo outras com entusiasmo”. Empenhado sob a ótica do patriotismo, Borges escrevia sobre como o Brasil era “um país esplêndido” e “destinado por Deus a

<sup>120</sup> Aluísio Azevedo, “*Philomena Borges: XX Petrópolis*”, *Gazeta de Notícias*, 08/01/1884, p.1

<sup>121</sup> *Ibidem*.

<sup>122</sup> FANINI, A. M. R. *Os romances-folhetins de Aluísio Azevedo: Aventuras periféricas*, op.cit., p.137.

<sup>123</sup> RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Barricadas em rodapés de jornais: revolta popular e cidadania política na Gazeta de Notícias* (1880). *Revista de História* (São Paulo), n. 179, pp. 1-33, 2020.

um grande destino”, mas que, por infortúnio, seria “vítima” do “egoísmo e do desamor” dos que não compreendiam seus deveres de “defendê-lo e honrá-lo, precipitando-o ao “aviltamento” e a “vergonha”<sup>124</sup>. Guterres ditava as palavras de Borges, mas nunca escrevia. Em suas orientações aconselhava o amigo a vangloriar-se sobre as viagens que fizera inventando aventuras políticas pela Europa e floreando sobre o seu envolvimento “nas últimas revoluções do Cantonalismo” na Espanha. Borges, relutante em escrever tantas mentiras, era persuadido por Guterres de que na política “verdadeiro é só aquilo que nos convém”, afinal de contas, não tendo o amigo nunca prestado nenhum serviço a política nacional, fosse a qualquer um dos partidos vigentes, como haveria de convencer os eleitores? Enquanto Lamonica interpreta os trechos críticos de Borges como uma tentativa de expressar o pensamento do autor, é possível adotar outra abordagem analítica ao comparar a cena do capítulo com contos de escritores que, assim como Azevedo, deixavam transparecer suas críticas. Uma estratégia semelhante a de Guterres, que buscava ensinar ao amigo o uso da retórica sem se aprofundar em determinados temas, também foi retratada por Machado de Assis no conto “Teoria do Medalhão”<sup>125</sup>, de 1881. Na narrativa, um pai aconselha o filho sobre o caminho para o sucesso, recomendando que ele se torne um medalhão. Para isso, ensina que o essencial não era possuir ideias — ou, caso as tivesse, deveria reprimi-las ao longo da vida. O pai explica que, naquela sociedade, triunfava quem soubesse manejar a retórica sem se aprofundar em nenhum assunto, exaltar a denominação sem se comprometer com a aplicação e, por fim, privilegiar a forma em detrimento do conteúdo. Daniela Silveira demonstrou como o roteiro do pai, se seguido à risca, poderia naquela sociedade promover os sujeitos aos mais altos cargos<sup>126</sup>. Assim, de modo semelhante, Borges subia as escadas da hierarquia política, sem saber falar de nenhum assunto, dizendo ao público somente o que convinha.

Com essa premissa, o autor mais uma vez trazia à tona as suas ironias contra o regime imperial. O funcionalismo da mentira mostrava-se como uma arma poderosa para o exercício da carreira pública. Assim como Philomena buscava escapar das aflições geradas pelas misérias do mundo por meio da sua imaginação, sempre pronta a “torcer e dissimular os fatos que a realidade lhe grupava brutalmente em torno da existência”<sup>127</sup>,

<sup>124</sup> Aluísio Azevedo, “*Philomena Borges: XX Petrópolis*”, *Gazeta de Notícias*, 08/01/1884, p.1

<sup>125</sup> ASSIS, Machado de. “Teoria do Medalhão”. In: *Obra completa em quatro volumes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.

<sup>126</sup> SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis, op.cit.*, p. 141.

<sup>127</sup> Aluísio Azevedo, “*Philomena Borges: XX Petrópolis*”, *Gazeta de Notícias*, 08/01/1884, p.1

os homens de carreira pública também se afiguravam da fantasia para converter e transpor a veracidade dos tempos em que viviam. Como a expressão de um mundo invertido, a mentira para os homens do poder se materializava com uma arma poderosa para o exercício do controle da imagem e das leis responsáveis por reger a sociedade oitocentista.

As alfinetadas do autor continuam a ser desferidas contra a figura do Imperador. No vigésimo primeiro capítulo, “Volta-se à dança”, o narrador do romance retomava uma sátira que já preencheria os rodapés daquele jornal. Isso porque, a insinuação de que Dom Pedro II aliciava moças mais jovens com o auxílio de um funcionário do governo para satisfazer seus interesses mais íntimos tornou-se um dos principais burburinhos no ano de 1882, quando foi publicado o romance-folhetim *as joias da Coroa*, de Raul Pompeia. Na ocasião, após a soltura dos criminosos envolvidos no roubo de joias pertencentes a família real, os jornais da época começaram a especular que a impunidade dos envolvidos atrelava-se ao fato de que estes eram companheiros do Imperador em “certas incursões noturnas”, isentando-os da prisão uma vez que isso poderia trazer a público assuntos delicados sobre a vida privada do monarca<sup>128</sup>. Jornais como a *Gazetinha* e a *Gazeta de Notícias* aproveitaram-se de rumores como esses, publicando histórias ficcionais que exploravam a temática. Tal investida levou à publicação do romance-folhetim de Raul Pompéia, *As joias da Coroa*, no mesmo ano do crime, fazendo do escandaloso tema e da literatura um mecanismo de denúncias a um programa político no qual a monarquia figurava como modelo de atraso<sup>129</sup>.

No romance de Azevedo, após assistir a uma apresentação de dança de Philomena no salão do Cassino no hotel Bragança, começaram a circular boatos de que o imperador estivesse “deveras apaixonado pela irresistível afilhada” e que essa lhe correspondia de um modo “escandaloso”<sup>130</sup>. Após o baile, D. Pedro não passava um dia em Petrópolis sem que tivesse a ocasião de se encontrar com ela, fazendo-se sempre presente nos bailes, a acompanhando nas quadrilhas e dirigindo a ela “seus dois dedos de palestra”<sup>131</sup>. Borges, amofinado com a situação, não conseguia escapar da “conversa constrangedora” virgulada por “gestos incompreensíveis” de D. Pedro II. Considerava-se, por isso, um “inimigo natural do trono”, o qual só conhecia por conta de “seus impostos”, “suas

<sup>128</sup> BENTO, Elias Ferreira. *O imperador em folhetins: a monarquia brasileira e D. Pedro II nos rodapés da Gazeta de Notícias (1879-1882)*. *Op.cit.* p.63

<sup>129</sup> *Ibidem*.

<sup>130</sup> Aluísio Azevedo, “*Philomena Borges: XXI Volta-se a dança*”, *Gazeta de Notícias*, 10/01/1884, p.1

<sup>131</sup> *Ibidem*.

exigências” e “sua opressão”. Nas palavras do narrador, Borges seria um “puro republicano”, um “revolucionário moderno”, mas que nunca se preocupou em se envolver na política de seu país, agindo de modo “indiferente aos atos do governo” e “aos negócios do estado”<sup>132</sup>. Segundo Lamonica, o flerte entre o imperador e a jovem evidencia o comportamento indecoroso do monarca, que se aproveita de sua autoridade para obter favores sexuais. No entanto, a afilhada se mostra ainda mais astuta: ao perceber a vulnerabilidade do imperador, ela a transforma em vantagem própria, utilizando essa relação como trampolim para ascender à esfera política — ainda que por meio do marido<sup>133</sup>. Essa perspectiva, contudo, não era inédita nos romances de rodapé da década de 1880. Já em 1882, após o escândalo do roubo das joias da coroa, Raul Pompeia publicou um folhetim que satirizava o envolvimento do imperador com jovens mulheres décadas mais novas<sup>134</sup>. Ao reforçar a imagem de um soberano decadente — de “abdômen saliente” e “olhos vulgares”<sup>135</sup> —, Aluísio Azevedo se insere em uma crítica já em curso, contribuindo para o debate público sobre a imoralidade da figura imperial.

Todavia, o incômodo de Borges com as questões do governo aliado à sua inércia, que o levava a se conformar com as estruturas, continuaram guiando-o a ascensão na carreira pública. Por ordem do soberano, Borges era atirado de improviso “aos degraus safados de um trono”, com o qual nada tinha em comum. Borges sentia-se preso às relações de “adulação e servilismo”, “coagido”, “inutilizado” e “esmagado por uma desgraça que o humilhava”. Como consequência de seu aviltamento, recebeu a nomeação de “superintendente dos trabalhos privados do Paço”, cargo que sequer conhecia as atribuições, nem sabia o significado do que era ser um “superintendente”. Obstinado a não aceitar o ordenado, Borges recebe outro conselho de Guterres sobre as relações públicas do Brasil:

-E que necessidade tens tu de entender disso?... Acaso alguém te reclama habilitações?...Alguém te pede competência?...Porventura os mais que são nomeados para os outros cargos apresentam-se aptos para desempenhá-los?... Ora, por amor de Deus! Estás na aldeia, e não vês as casas? Quem sabe se pretendes reformar os costumes!... Quem sabe se queres ser a palmatória do mundo!...

-Nada disso me convence de que devo aceitar um cargo, sem ter habilitações para exercê-lo!

-Mas, João, vem cá, repara que estás no Brasil e lembra-te de que aqui os empregos de confiança do governo, sejam eles de que gênero for, nada tem que

<sup>132</sup> Aluísio Azevedo, “*Philomena Borges: XXI Volta-se a dança*”, *Gazeta de Notícias*, 10/01/1884, p.1

<sup>133</sup> LAMONICA, Lucas de Castro. *Filomena Borges: romance, imprensa e política*, *op.cit.*, p.148.

<sup>134</sup> BENTO, Elias Ferreira. *O imperador em folhetins: a monarquia brasileira e D. Pedro II nos rodapés da Gazeta de Notícias (1879-1882)*, *op.cit.*

<sup>135</sup> Aluísio Azevedo, “*Philomena Borges: Petrópolis*”, *Gazeta de Notícias*, 09/01/1884. p. 1.

ver com as aptidões individuais de quem os vai desempenhar! Que diabo! Não vês aí todos os dias ministros da guerra, que não conhecem patavinas do militarismo? Não vês que os ministros da agricultura não sabem para que lado fica a lavoura; que o ministro do império, a cargo de quem está a instrução pública, já faz muito quando sabe ler e escrever corretamente?... Não vês que o ministro da fazenda não pesca nada de economia política; que o da pasta de estrangeiros não entende coisa alguma de política internacional? E assim o da marinha! E assim todos eles! E assim todo mundo! Oh!<sup>136</sup>

As opiniões de Guterres não deixam de ecoar algumas ideias que circulavam sobre a *Gazeta* quando esta falava do governo. Sobretudo em colunas como “Cousas Políticas” e “Assuntos do dia”, em que eram debatidas as mudanças relativas à lavoura e ao comércio da Corte e seus impactos com o fortalecimento do projeto abolicionista, vez ou outra. Sutilmente, o folhetim lembrava os leitores sobre a crise da lavoura e do café<sup>137</sup> a qual se relacionava de maneira direta ao despreparo do governo imperial quanto ao incentivo da vinda de mão de obra imigrante e as objeções feitas na câmara contra o avanço do fim da escravidão. O despreparo dos ministros para enfrentar tais problemas certamente seria provocado pelo modo como alcançavam os cargos públicos durante o império, crítica que esteve presente no folhetim, mesmo que nos últimos capítulos.

Decidido a recusar a oferta do imperador, Borges foi surpreendido com a decisão do monarca que, por achá-lo ambicioso e “exigente”, o condecorou com a troca do título de Barão pelo de Visconde, com propósitos de agradar aquela que cortejava. Por sua vez, os esforços de João Touro para recusar o cargo foram inúteis e este acabou ingressando no exercício de suas novas funções. A viscondessa de Itassu se tornou cada vez mais próxima do padrinho e “de suas mãozinhas aristocráticas”, de onde partiram importantes nomeações, “licenças escandalosas”, “remoções”, “transferências”, “privilégios de companhias”, “concessões de engenhos centrais”, tudo isso com um “simples sorriso”<sup>138</sup>. Convidado a ocupar o cargo de Ministro plenipotenciário, Borges retardou a adesão ao pedido, pois reconhecia que as coisas na política já não iam bem para o partido conservador. Segundo Lamonica, Philomena jamais teve a intenção de ceder às investidas sexuais do padrinho, e é justamente por rejeitá-lo que os laços entre ambos se rompem neste capítulo. A crítica ao governo reaparece de forma sutil, mas contundente: caso Philomena tivesse cedido, as vantagens e benefícios provavelmente teriam continuado.

<sup>136</sup> Aluísio Azevedo, “*Philomena Borges: XXII Torniquetes*”, *Gazeta de Notícias*, 11/01/1884, p.1

<sup>137</sup> Sobre os artigos do periódico que tematizaram a crise da lavoura em 1883 conferir: “Assuntos do Dia – Olhemos para o México”, *Gazeta de Notícias*, 12/06/1881, p. 1; “Sociedade Central de Imigração”, *Gazeta de Notícias*, 20/12/1883, p.1; *Gazeta de Notícias*, 21/12/1883, p.2; “Terceira Exposição de Café”, *Gazeta de Notícias*, 22/12/1883, p.1

<sup>138</sup> Aluísio Azevedo, “*Philomena Borges: XXII Torniquetes*”, *Gazeta de Notícias*, 11/01/1884, p.1

Mais do que uma denúncia moral, essa dinâmica expõe as engrenagens de poder e favorecimento no regime imperial. Nesse contexto, torna-se fundamental observar como as escolhas temporais de Aluísio Azevedo (a maneira como organiza os eventos ao longo da narrativa) influenciam diretamente os destinos dos personagens e se articulam com o tema do casamento, não apenas como instituição, mas como estratégia social e política.

No dia 5 de janeiro de 1878 um fato “inevitável” e articulado pelo soberano aconteceu levando a derrota de Philomena com a queda do ministério conservador durante a crise memorável produzida nesta data. Após dez anos frente aos ministérios, o velho partido “caiu por terra”, esmagando a “caterva de políticos que dormiam à sombra dele”. Depois de um jejum de dez anos, os liberais “atiraram-se a campo, assanhados” e “famintos” por poder, tolhendo pela raiz “todas as plantas mal seguras ao fundo limoso daquele oceano de egoísmos”. Borges assistiu o Imperador virar-lhe as costas à primeira pergunta. O “parasita incorrigível” do Guterres desapareceu sem mais justificativas, permitindo que João enxergasse que, durante o curto período em que esteve no poder, fizeram dele um “bode expiatório”, suscetível ao ridículo que um “pobre homem” como ele acatou por aceitar ao ocupar um cargo que não possuía competência para exercer<sup>139</sup>.

Como visto anteriormente, a demissão de Borges após a crise do partido conservador acarretou o fim precoce de Philomena por “melancolia”, causando-lhe “irritações nervosas”, “derramamento de bílis” e “delírios”<sup>140</sup>. A decisão do literato em relacionar o padecimento da personagem com o retorno do partido Liberal ao poder<sup>141</sup>, em janeiro de 1878, revela-se um interessante ponto a ser observado durante a análise da obra. Para Lamônica, a desilusão vivida por Philomena (um tema recorrente na literatura que leva à morte de jovens protagonistas, como Emma Bovary<sup>142</sup> ou Luísa<sup>143</sup>) funciona, na verdade, como metáfora para uma desilusão de outra ordem: a frustração política decorrente da queda do gabinete. Azevedo, nesse sentido, teria buscado atribuir maior

<sup>139</sup> Aluísio Azevedo, “*Philomena Borges*: XXIII Dissolvem-se as últimas ilusões”, *Gazeta de Notícias*, 12/01/1884, p.1

<sup>140</sup> Aluísio Azevedo, “*Philomena Borges*: XXIII Dissolvem-se as últimas ilusões”, *Gazeta de Notícias*, 12/01/1884, p.1

<sup>141</sup> Sobre o retorno dos liberais ao poder, conferir: ALONSO, Ângela. *Flores, votos e balas*: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88). 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.; FERRARO, Alceu Ravanello. *Brasil: liberalismo, café, escola e voto* (1878-1881). Educação em Revista. Belo Horizonte. v. 26, n. 3, pp. 219-248, dez. 2010; RIBEIRO, Felipe Nicoletti. *A “cons i in e cons i da”*: o poder moderador, o ministério Sinimbu e o parlamento nos antecedentes da adoção da eleição direta no Império do Brasil (1878-1880).

<sup>142</sup> FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary*. Costumes de província. Tradução, apresentação e notas Fúlvia Moretto. São Paulo: Nova Alexandria, 2001,

<sup>143</sup> QUEIRÓS, Eça de. *O primo Basílio*. 3ªed. São Paulo: Moderna, 2015.



peso simbólico à crise política do momento. No entanto, o desfecho trágico da protagonista não foi bem recebido pelos críticos da época, que classificaram o último capítulo de *Philomena Borges* como dissonante, apressado e “mal articulado”<sup>144</sup> com o restante da narrativa. Segundo o pesquisador, a queda da família Borges teria menos relação direta com a troca do gabinete ministerial e mais com o fim da proteção pessoal de Dom Pedro II à sua afilhada, elemento-chave que desestabiliza o eixo de poder em torno da protagonista. Haja visto que Philomena usufruía da tática ensinada por D. Clementina na qual “sabia pilhar de seus adoradores tudo que entendesse sem lhes dar em troca mais que os seus” “belos sorrisos de esperança”<sup>145</sup> para conduzir o imperador. Ao não ver atendido o seu desejo sexual pela afilhada, D. Pedro de Alcântara “desfaz os laços”<sup>146</sup>. Como a mocinha se recusava a “poluir o seu contrato de fidelidade conjugal” com o Borges, as proteções se cessaram, acarretando a falência final do casal. Tal percepção torna-se visível nos últimos parágrafos do capítulo intitulado “Torniquetes”:

Mas, ai! A linda ambiciosa contava dispor ainda do único elemento com que lhe era dado realizar tudo isso – a proteção do padrinho. Não desconfiava ainda, a visionaria! Que já não tinha às suas ordens essa vontade maravilhosa, que tudo determina no Brasil. E, ao reconhecer os primeiros sintomas de sua impotência, teve ímpetos de estrangular-se. Todavia procurou iludir-se. Não desanimou logo e, a despeito dos protestos do marido, que parecia cada vez mais aflito, reuniu todo o seu empenho em um último esforço, a ver se conseguia reatar o sonho, sem ter de poluir o seu contrato de fidelidade conjugal<sup>147</sup>.

Análise semelhante sobre o fim do romance foi produzida por Luíz Filipe Ribeiro, que associou as causas da morte da personagem à “queda dos conservadores” e ao “cansaço do desejo insatisfeito do monarca”. Sem conseguir barganhar mais com o imperador, em um gabinete de oposição ao que o marido ocupava, Philomena teria sido vencida pela derrota de não conseguir a “conquista do poder do Estado para Borges”<sup>148</sup>. Nesse ponto, os argumentos de Luíz Filipe Ribeiro coincidem com os de Lamonica, que acredita “que não se pode afirmar com certeza que a queda de Philomena marca o fim de uma era, seja do romantismo, seja do conservadorismo da elite imperial”<sup>149</sup>, pois o fim da proteção seria anterior à queda do Gabinete. Tal teoria necessita ser repensada, pois não

<sup>144</sup> LAMONICA, Lucas de Castro. *Filomena Borges: romance, imprensa e política, op.cit.*, p.155.

<sup>145</sup> Aluísio Azevedo, “*Philomena Borges: Segredos de Bastidor*”, *Gazeta de Notícias*, 05/01/1884, p.1

<sup>146</sup> LAMONICA, Lucas de Castro. *Filomena Borges: romance, imprensa e política, op.cit.*, p.153.

<sup>147</sup> Aluísio Azevedo, “*Philomena Borges: XXII Torniquetes*”, *Gazeta de Notícias*, 11/01/1884. p. 1.

<sup>148</sup> RIBEIRO, Luís Filipe. O Sexo e o Poder no Império: “*Philomena Borges*”. *Luso-Brazilian Review*, vol. 30, n. 1, “Changing Images of the Brazilian Woman: Studies of 165 Female Sexuality in Literature, Mass Media, and Criminal Trials, 1884-1992” (Summer, 1993), p. 7-20.:

<sup>149</sup> LAMONICA, Lucas de Castro. *Filomena Borges: romance, imprensa e política, op.cit.*, p.153.

seria a data mencionada pelo literato para situar um romance escrito em meados da década de 1880, relevante para compreender as suas ponderações?

A troca de gabinete é analisada por Fanini, sob uma ótica interessante. Aluísio Azevedo teria esboçado a vitória de uma nova ordem política, “mais racional, mais burguesa, que se instaura e destrona a velha ordem aristocrática, monárquica e romântica a que estão subjugados os heróis”. A morte das personagens simbolizaria a mudança social. As aventuras rocambolescas, vivenciadas pelo casal, pertenceriam ao passado e, desse modo, era necessária a morte dos Borges. Além disso, segundo Fanini, todos os heróis românticos dos folhetins de Aluísio Azevedo morrem ao final da narrativa, evidenciando o suposto desejo de que a “ordem romântica” fosse “suplantada pela racional, reforçando claramente o seu projeto literário-pedagógico”. A condição de Philomena, a “heroína hiper-romântica”, ao final, vivendo em Paquetá uma “existência cotidiana e ordinária”, foi a responsável pelo fim da protagonista. Nesse sentido, o próprio discurso romântico era “sepultado pelo escritor”<sup>150</sup>. A heroína não se encaixa na trivialidade das situações. Apenas o realismo e o naturalismo, com seus personagens comuns e rotineiros, podem vivenciá-la plenamente. Nesse contexto, o discurso realista se manifesta de forma invertida, pois, ao narrar o fim do romantismo, aponta para uma nova alternativa de realidade.

Partindo dessa premissa, o casamento no folhetim de Aluísio Azevedo foi pensado em um período no qual mulheres, cada vez mais, lutavam por espaços. Suas ações ecoavam pelo mundo público de modo que experiências conflitantes surgiam nos jornais, em meio a notícias de abandono, assassinato e até mesmo em processos que lutavam pela separação. *Philomena Borges* foi gestada em meio a esse cenário que muitas vezes, valia-se de discursos que retratavam as mulheres como seres perigosos para a relação, debatendo publicamente sobre os meios possíveis para discipliná-las. Coberturas de assassinatos como as analisadas no capítulo, deixavam transparecer narradores que imbuídos de certos preceitos, justificavam os crimes por meio do adultério feminino. Quando não confirmados os casos, os agressores eram apontados como doentes, portadores de “patologias” cuja “alienação”<sup>151</sup>, apresentava-se como a única razão para tais atrocidades. O gênero romântico, constantemente associado a alienação feminina por meio da fantasia, foi apontado também em casos criminais, como os responsáveis por

<sup>150</sup> FANINI, A. M. R. *Os romances-folhetins de Aluísio Azevedo: Aventuras periféricas*, op.cit., pp. 123-124.

<sup>151</sup> Ramalho Ortigão, “Cartas Portuguesas”, *Gazeta de Notícias*, 13/06/1880, p.1.

suscitar a prática do adultério e do abandono. Segundo a bibliografia, Aluísio Azevedo escrevia romances por precisão, mas não perdia a oportunidade de criticá-los mesmo que de maneira sutil<sup>152</sup>. O assassinato do projeto de romantismo ao final da história, associado a falência de um projeto conservador da literatura, reforça o modo como o autor construía um narrador que constantemente julgava a protagonista pela ótica da extravagância e da fantasia.

A *Gazeta* fundamentou-se como um importante canal de divulgação de notícias e de literaturas durante o século XIX. Não foram raras as vezes em que o jornal buscou articular temas candentes aos redatores com as temáticas dos folhetins, com propósitos de ampliar as discussões dispostas pela folha. *Philomena Borges* surgiu diante a uma agitada onda de questionamentos sobre a monarquia, na qual o poder de influência exercido pela igreja sobre as instituições do governo ocupava espaços significativos dos jornais que figuravam a época. No romance, Dom Pedro II surgia como um personagem importante, responsável por mover burocratas e delegar funções conforme demandava os seus interesses momentâneos. Envolvido na orquestra imperial de políticos, Borges alarmou os seus interlocutores quanto a corrupção do governo e ao despreparo dos que se encarregavam do governo. Além disso, pode-se perceber a insistência do jornal em mostrar as fragilidades das quais se dispunham os contratos conjugais no Brasil, noticiando situações de violência doméstica experimentadas por mulheres casadas<sup>153</sup> e destacando as dificuldades enfrentadas no processo de separação entre as partes<sup>154</sup>. As situações vivenciadas por essas mulheres e os diálogos que estabeleceram com o folhetim de Aluísio Azevedo serão tema do nosso próximo capítulo, que objetiva compreender de que forma os diretos dos maridos sobre suas esposas figuravam as relações conjugais na década de 1883 e quais seriam as possibilidades possíveis, para enfrentá-los.

---

<sup>152</sup> LEVIN, Orna Messer. “Prefácio”. In: AZEVEDO, Aluísio. *Aluísio Azevedo: ficção completa* em dois volumes, pp. 28-29.

<sup>153</sup> A “virtuosa esposa” D. Rosa Oliveira da Fonseca agradece aos que tomaram parte após o “incômodo violento e grave” pelo qual passou. Por se tratar de uma situação de tribulação familiar na qual os vizinhos a acudiram, inferimos que tenha sido um conflito conjugal. Cf. Antônio Gonçalves D’Assis, “Agradecimento”, *Gazeta de Notícias*, 01/01/1884, p.3.

<sup>154</sup> Rosalinda do Val Azevedo propôs a ação de divórcio contra seu marido e protesta contra os que ousarem negociar a sua “herança”, fazendo valer os seus direitos. *Gazeta de Notícias*, 17/03/1880, p.5.



### CAPÍTULO III - Outros não (im)possíveis às mulheres

#### 3.1. O acesso ao corpo feminino e a violência conjugal de Sabina

Em meio às narrativas folhetinescas publicadas pela *Gazeta de Notícias* entre os anos de 1883 e 1885, *Philomena Borges* destacou-se por ser o único romance nacional divulgado em uma seção habituada a circular textos traduzidos do francês<sup>1</sup>. Como visto anteriormente, o casamento tratou-se da principal temática destrinchada pelo autor na obra, produzida em um período político conturbado da história do Brasil. Em seu romance, Azevedo não poupou farpas contra a figura do imperador e dos ministros que o acompanhavam. Assim como escrevia Aluísio Azevedo, acerca dos conflitos conjugais do casal protagonista, a *Gazeta* serviu como veículo de informação crucial aos leitores fluminenses, evidenciando as transformações sofridas pelos arranjos matrimoniais ao longo do século XIX no Brasil e no mundo. Casos estes como o de Maria Leite, assassinada pelo marido Sabino José Leite, que lhe bateu “na cabeça com uma caldeira de ferro”<sup>2</sup>, na vila de Queluz e o de D. Paulina<sup>3</sup>, que fugira de casa com o auxílio do irmão, entrando com um processo judicial contra o marido para que lhe fosse assegurada a partilha correta dos bens. Essas situações demonstravam o interesse do jornal em noticiar os problemas existentes nos arranjos matrimoniais e nas relações privadas que, quando se tornavam públicas, serviam de respaldo para que o grupo de pessoas letradas e até mesmo juristas pudessem repensar as estratégias e as leis que versavam sobre as uniões estáveis do casamento, até então indissolúveis.

Por meio do cotejamento de histórias de homens e mulheres no casamento, divulgadas tanto pela imprensa quanto pelo enredo do folhetim, foi possível identificar como tais questões surgiam nas discussões que o periódico empreendeu sobre divórcio e sobre a laicização do Estado no Brasil. Uma das etapas esperadas dessa laicização seria o estabelecimento do casamento apenas como um contrato civil. Jornalistas e literatos deixavam transparecer as dificuldades vividas pelas mulheres casadas que, em grande parte dos casos, enfrentavam situações de violência e de abusos, mesmo estando inseridas em uma instituição associada ao potencial civilizador da sociedade, tal como era entendido o casamento<sup>4</sup>. As lutas dessas

<sup>1</sup> LAMONICA, Lucas de Castro. *Filomena Borges: romance, imprensa e política*, op.cit., p.47

<sup>2</sup> *Gazeta de Notícias*, 07/10/1875, p.2

<sup>3</sup> *Gazeta de Notícias*, 18/01/1883, p.2.

<sup>4</sup> Sobre as relações conjugais e as formas e propósitos com as quais elas foram estabelecidas, conferir as bibliografias que falam a respeito: NAZZARI, Muriel. O desaparecimento do dote: mulheres, família e mudança

mulheres pela garantia da própria liberdade, da guarda dos filhos e de manutenção de suas fontes de renda estavam estampadas em seções como “Publicações a pedido” e até mesmo nos romances de rodapé, como vimos em *Philomena Borges*. Romances que, mesmo sem ter a intenção de enaltecê-las, compreendiam visibilidade as suas diferentes vivências e estratégias de superação dos abusos que sofriam no casamento. Nesse sentido, faz-se necessária uma análise da obra de Azevedo que busque, por meio da interseccionalidade, destrinchar a forma como, na narrativa criada pelo literato, mulheres de diferentes classes e raças agiam diante das situações de conflito.

Entre os dias 29, 30 e 31 de dezembro de 1883, a *Gazeta* publicou o capítulo XI do folhetim, intitulado “*Qual dos seus maridos será mais infeliz*”. O texto dialogava com questionamentos e reflexões levantados ao longo da leitura do romance, especialmente sobre os direitos e deveres de homens e mulheres no casamento. As edições centravam-se na infelicidade conjugal de João Touro diante das exigências de Philomena, contrastando sua situação com a de seu amigo Barroso, que, apesar de também ser casado, parecia satisfeito. Sua esposa, Sabina, surgia na narrativa trazendo à tona o debate sobre o que, para um marido feliz, significaria ser uma “excelente mulher”<sup>5</sup>. Publicado ao longo de três dias consecutivos, o capítulo apresentava as confidências de João Touro a Barroso, relatando sua experiência no consórcio definida como “uma tempestade constante”<sup>6</sup>. Após encontrar-se com Barroso no Passeio Público, os companheiros de longa data “sentaram-se no primeiro banco”, “mudos como dois frades de pedra”. Depois de “alguns instantes de completo silêncio”, Borges caiu “nos braços do amigo e abriu a chorar copiosamente”. Na passagem do folhetim, o narrador recorda que os comerciantes não se falavam desde a “resinga do casamento”, na qual Barroso advertia o amigo de que a “sirigaita” da Philomena e a “raposa” de sua mãe, D. Clementina, interessavam-se pela união pois cobiçavam os “mais de quinhentos contos”<sup>7</sup> que João Touro havia acumulado durante seus 40 anos de trabalho como construtor e proprietário. Entretanto, ao reencontrar o velho parceiro de negócios, com o qual era “tão [parecido] nos gostos e nos costumes”, “usando da mesma moral e dos mesmos princípios”, o recente Barão de Itassu saía de cena e dava lugar para que o “primitivo” João Touro “desabafasse” toda a “acumulação de

---

social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Sistema de casamento no Brasil colonial. São Paulo: T.A. Queiroz: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1984.

<sup>5</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: XI Qual dos seus maridos será mais infeliz”, *Gazeta de Notícias*, 29/12/1883, p.1

<sup>6</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: XI Qual dos seus maridos será mais infeliz”, *Gazeta de Notícias*, 30/12/1883, p.5

<sup>7</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: I Flores de Laranjeira”, *Gazeta de Notícias*, 18/12/1883, p.1

contrariedade, de desgosto e de fadigas” que lhe amontoavam “no coração desde a primeira noite do casamento”. Questionado se não amava a mulher, Borges dizia:

-Adoro-a! respondeu o outro, limpando os olhos.

-Então?...

-Mas é que a minha vida de casado tem sido uma tempestade constante! Ainda não o disse a ninguém, digo a ti, que és o único amigo em que deposito confiança. Ah! não imaginas! não imaginas, Barroso, o que tenho experimentado! Não calcules de que força é minha mulher... Bem me dizias tu...

-Mas por que não a pões a teu jeito, filho?

-Porque a adoro, como te disse. Porque só a ideia de lhe cair em desagrado me faz tremer! Pô-la a meu jeito-dizes tu! É que não a conheces! É que, felizmente para ti, nunca te deixaste arrastar por uma paixão como a minha!

E, depois de uma pausa, enquanto o outro se torcia sob aquela expansão sentimental:

-Pô-la a meu jeito!... foi ela quem me pôs ao seu! Foi ela que me torceu a seu bel-prazer!

- Ora essa! E quem te mandou consentir? <sup>8</sup>

Indignado com a situação de Borges, Barroso alegava que tamanho “desaforo”, jamais haveria de acontecer com ele. Afinal, “uma mulher dessa ordem” deveria ser enviada para que “plantasse batatas”. O amigo lembrava ao Barão que recentemente havia se casado e que Sabina, sua esposa, “justiça se lhe faça”, era “uma excelente mulher”. Nas linhas que seguem o diálogo, Barroso vangloria-se da esposa que tinha, deixando claro a Borges que as dificuldades enfrentadas pelo amigo, não faziam parte da sua realidade enquanto homem casado. Na comparação, enquanto a protagonista do romance era lembrada por ser arredia, boêmia, caprichosa e volúvel, Sabina surgia como o seu completo oposto, conforme apontava seu marido. Provida de “bom gênio”, a mulher “[acomodava-se] com tudo”, “não [gostava] de festas” e, ao que indicava Barroso, às vezes era preciso obrigá-la a “sair de casa para distrair-se um bocado, coitada”<sup>9</sup>. As qualidades de Sabina, exaltada como uma esposa modelo, inflavam ainda mais o ego do marido que informava a Borges o nascimento de um “pequeno”. Com “a cabeça derreada numa taciturnidade invejosa”, João Touro questionava se o amigo também era “feliz”. A resposta apresentada frisava que, apesar de certas características da mulher estarem longe da perfeição, tal qual a sua aparência e o seu comportamento em cerimônias sociais, a conduta de Sabina servia de referencial para a construção do modelo apontado pelo marido como conceito de uma boa esposa:

-Sou, graças a Deus! sou! Respondeu o Barroso estirando-se na cadeira. Lá a minha Eva não é nenhuma senhora que meta vista, lá isso não é!... Ao contrário, coitada! não

<sup>8</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: XI Qual dos seus maridos será mais infeliz”, *Gazeta de Notícias*, 29/12/1883, p.1

<sup>9</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: XI Qual dos seus maridos será mais infeliz”, *Gazeta de Notícias*, 30/12/1883, p.5

serve para se haver com etiquetas e cerimônias; porém, no que se diz – arranjo de casa, doçura de gênio, tratamento do filho e mimos cá com o nhonhô... nisso não quero que haja segunda! Meiguice ali! Ela é incapaz de uma resinga! Sempre a mesma! Sempre! Além disso muito asseada, muito amiga de arrumar e ativa, ativa que faz gesto! Ainda há pouco tempo ficamos três dias sem criada. Pois, filho! acredita que a Sabina, arregaçou as mangas, meteu-se na cozinha, agarrou-se a uma vassoura, e, tantas voltas deu, tanto virou, que a criada não fez falta! Foi preciso que eu ralhasse para a ver sossegar um instante! Não! Como dona de casa não quero que haja outra!... mas também podes ver de que maneira a trato!...<sup>10</sup>

Sabina assim se materializava, pela voz de seu marido, como uma companheira ideal. Carinhosa com o marido, mãe amorosa, zelosa com a casa e sobretudo, incapaz de recriminações. O alerta ao final do relato consistia em uma espécie de lição transmitida de Barroso a Borges. Se a esposa é o que é, deve-se à maneira como é tratada pelo cônjuge. Entretanto, as passagens que se seguem no capítulo revelam que as qualidades defendidas e desejadas por Barroso se chocavam com aquelas que atendessem também as expectativas de sua própria esposa. Nesse caso, é relevante pensar em como os romances-folhetins de Azevedo eram constituídos com uma linguagem “multiplanar”<sup>11</sup>, em que discursos sociais de orientação variada (positivismo, republicanismo, determinismo, abolicionismo) se entrecruzavam. Segundo Fanini, os romances de Aluísio Azevedo não se orientavam somente pelas ideias científicas, mas se constituíam como narrativas complexas e vinculadas aos grandes debates que ocorriam na sociedade brasileira oitocentista. Em *Philomena Borges*, Aluísio Azevedo “dessacralizou o discurso romântico” por meio do “veio cômico”<sup>12</sup>. O folhetim “atacou” e desintegrou a estrutura tradicional dos romances e, ao apresentar eventos inspirados no cotidiano dos casais, evidenciava a falência das relações. No casamento de Sabina, o autor retratou um contexto pautado pelas aparências, revelando a hipocrisia de um marido que, embora se mostrasse “sempre feliz em público”, era, na verdade, “desgraçado consigo mesmo”<sup>13</sup>. Assim, o “discurso crítico” de Azevedo utiliza a figura feminina para demonstrar que *Philomena Borges* não se limitava a discutir a felicidade dos maridos dentro do matrimônio, mas explorava questões mais amplas sobre as relações conjugais.

Essa tensão presente nos argumentos (e expectativas sobre a esposa) de Barroso é desmascarada no folhetim do dia 31 de dezembro, o qual continuava o enredo do capítulo XI, no qual o tema é questionar qual dos maridos seria mais infeliz, se Borges ou Barroso. Após recriminar a postura “escandalosa”, “agitada” e “extravagante” de Borges na noite do baile de

<sup>10</sup> *Ibidem*.

<sup>11</sup> FANINI, Angela Maria Rubel. *Os romances-folhetins de Aluísio Azevedo: Aventuras Periféricas*, op.cit., p.230.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p.120.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p.240.



máscaras, Barroso retorna para sua casa e compartilha com a esposa as amarguras confidenciais por Borges e a transformação de conduta do amigo quando este passou a atender os desejos de Philomena. Barroso, ao falar para Sabina do fascínio que o colega tinha pela mulher, descrevia de maneira minuciosa todas as adversidades por ele enfrentadas. João Touro não era mais o mesmo, estava “insuportável”, havia se tornado um “libertino” e o mais aviltante dentre os defeitos era o fato de que “a mulher [fazia] dele o que [queria]”. É nesta passagem que podemos ouvir, pela primeira vez no romance, Sabina se manifestar e expressar seu ponto de vista. A partir de sua aparição, torna-se possível indagar as particularidades da personagem e de seu relacionamento que não foram revelados por Barroso ao amigo. Ao questionar o marido sobre o que exatamente o Barão de Itassu havia feito que o deixara tão insatisfeito, Sabina descobria que o simples fato de satisfazer todas as “loucuras” que vinha a “cabeça da mulher”, fossem elas a “mais extravagante” ou “irrealizável”, tornavam João Touro uma pessoa cada vez mais abominável para Barroso. Após ouvir atentamente as advertências do companheiro, Sabina finalmente decide dar a sua opinião sobre a relação até então considerada polêmica:

-Sim senhor! Disse D. Sabina, quando ele terminou. Sim senhor! É um marido às direitas! Assim é que eu os entendo – ou bem que um casal se ama ou bem que se não ama!  
 -Que é lá isso?... perguntou Barroso espantado. -Pois achas que aquele idiota procede bem, fazendo todas as vontades da mulher?!...  
 - De certo! acudiu Sabina – de certo. E há de ser muito amado e muito respeitado pela esposa... Eu, no caso dele, faria o mesmo! Pois se a mulher é todo o seu encanto, todo o seu feitiço... nada mais natural que o homem lhe faça as vontades para vê-la feliz e satisfeita! Não tem que saber – gosto do Borges! É um marido que me enche as medidas!<sup>14</sup>

A descrição dicotômica da esposa na obra azevediana, ora descrita como soberba e insaciável, ora descrita como influenciável e acomodada, cai por terra quando Sabina, a mulher considerada pacata, contraria o marido discordando daquilo que, para ela, seria a referência de um parceiro ideal. Para compreender melhor a construção de Sabina, é necessário, portanto, recorrer às contribuições da teoria da interseccionalidade, voltada para a análise das questões de classe, raça e gênero, em meio ao contexto histórico. Sabina e Philomena apresentavam características em comum no que diz respeito a tais categorias, porém o tratamento recebido por essas mulheres em seus matrimônios, no que tange ao afeto dos maridos, distanciava-se. Enquanto Borges buscava agradar a esposa a todo tempo, em troca de recompensas de carinho,

<sup>14</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: XI Qual dos seus maridos será mais infeliz”, *Gazeta de Notícias*, 31/12/1883, p.1

Barroso acreditava que seus métodos, sempre mantendo-se “ríspido” e “invulnerável”<sup>15</sup> eram os responsáveis por formar uma esposa leal e obediente como a que possuía. Philomena, por sua vez, acreditava que, para ser livre e não uma “escrava”, era necessário ser “superior”<sup>16</sup> ao marido, controlando-o, antes que fosse controlada. Sabina, apesar de ser fiel às diretrizes do marido, demonstra com bastante eloquência que havia possibilidades de atuação e de recriação nas fronteiras de um casamento em que, aparentemente, não possuía voz. Conforme mostram estudos como os de Patricia Hill Collins, mulheres como Sabina, que estavam em relacionamentos abusivos, aprenderam a habilidade de viverem em cenários hostis, determinante para desenvolver a capacidade de aprender “detalhes complicados sobre o comportamento e o modo de ver dos poderosos”, ajustando o próprio comportamento de acordo com suas experiências de contato<sup>17</sup>. Dessa forma, atenta a todas as nuances de comportamento de seu parceiro abusivo, Sabina aprendeu a se relacionar com o que julgava ser uma pessoa mais poderosa. O aborrecimento de Barroso com a esposa, que demonstrava empatia e satisfação com o tipo de homem que Borges era, contribuiu para que o tom do diálogo se tornasse mais agressivo conforme Sabina questionava os motivos de não ser tratada tal como Philomena:

-De uma mulherzinha como a dele é que você precisava para o ensinar sua unha de fome! Não devia ser uma toleirona, como eu, que levo aqui a matar-me, às vezes até fazendo o despejo! e, quando quero ir a qualquer divertimento, quanto apeteço um teatro, um passeio, uma visita, ou quando preciso de um vestidinho mais assim ou de um chapéu mais assado, você nunca está pela coisa!

-Porque não sou doido! Respondeu o Barroso com mau modo. -Estaria bem servido se fosse a fazer-te todas as vontades! – a estas horas não teria onde cair morto!

-Ora, não me venha contar histórias, seu Barroso! Não haviam de ser essas misérias que o poriam mais pobre! Hoje, por exemplo... por que não me levou à casa de seu amigo?... Eu tinha tanta vontade de lá ir!... Dizem que estava tudo preparado com tanto luxo, tão bonito!... E você, só para não me fazer a vontade, deixou-me ficar em casa!

-Pergunta antes se tinha dinheiro para te levar!

-Lá vem a tal história do “Pergunta se eu tenho dinheiro!” O mesmo não diz você aos procuradores dessas sociedades, que não lhe largam a porta! Principalmente a tal Maçonaria! Meu Deus, é um cesto roto para comer dinheiro! Entretanto, o mais insignificante objeto de que eu precise...

-Olha! queres saber de uma coisa?! Exclamou o Barroso, interrompendo-a. -Não estou disposto a ouvir essa lengalenga! Por hoje já basta de maluquices! Se te não levei à casa do Borges foi porque não quis, entendes tu! Porque não quis! E não tenho que te dar satisfações! Ora, vamos a ver se temos aqui a Philomena Borges!...<sup>18</sup>

<sup>15</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: XI Qual dos seus maridos será mais infeliz”, *Gazeta de Notícias*, 29/12/1883, p.1

<sup>16</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: I Flores de Laranjeira”, op.cit., p.1

<sup>17</sup> COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata. *Reflexões e práticas de transformação feminina*. São Paulo: SOF, 2015. p. 33.

<sup>18</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: XI Qual dos seus maridos será mais infeliz”, *Gazeta de Notícias*, 31/12/1883, p.1

Até então, Sabina que, na visão do marido, sempre parecera uma mulher incapaz de enfrentá-lo, mantendo-se pacata e cordial, ganhava uma nova configuração, confrontando-o, mostrando toda sua insatisfação com as ordens com as quais parecia ter se habituado. Na discussão, Sabina acusava o marido de ser “sovina” e “somítico”, expondo para os leitores ter plena consciência de que o fator responsável pela estabilidade do casamento só era garantido mediante a aplicação de seu método de conduta marcado pela extrema tolerância. Mostrando-se indisposta a aguentar tantas situações que considerava injustas, pressionava Barroso para que demonstrasse um pouco de atenção, atendendo as suas expectativas do que seria um bom marido. As críticas de Sabina sobre as misérias de seu cônjuge explicitam um momento de grande tensão da narrativa quando, para silenciar a esposa, Barroso a ameaça “com o punho fechado”. Resiliente e “com desprezo”, Sabina insinuava ser devido a existência de “pulhas” como ele “que se [via] tanta coisa por aí”. Tal menção, que possivelmente se referia aos pedidos de separação por parte das mulheres, ou até mesmo ao adultério como alternativa para escapar de situações de abuso conjugal – algo que era comum de se ler nas notícias da *Gazeta de Notícias*<sup>19</sup> –, provocou o epicentro do capítulo quando, tomado pela ira, Barroso agride Sabina:

-Hein?! berrou o marido, saltando para junto da mulher. Que é que se vê por aí?! Hás de dizer o que se vê por aí!  
 -Solte-me o braço, seu bruto!  
 -Atrevida! Quero só que vejam a intenção perversa daquela ameaça!  
 E empurrando-a:-Vai-te, peste! Vocês são todas da mesma súcia! E ainda há quem de os homens como culpados das patifarias das mulheres!...  
 -E são! respondeu Sabina. E são! E fazem elas muito bem! Era do que você precisava para não ser bruto!  
 O Barroso, que havia se afastado, voltou rapidamente ao ouvir a nova ameaça, e com tal força arremessou um pé contra a mulher, que a fez ir aos trambolhões de encontro à mesa de jantar.  
 -Bate, danado! bate! que não me hás de tapar a boca!  
 O pequeno, no quarto, acabava de despertar com o barulho e pôs-se a fazer berreiro. A mulher correu logo para junto dele e foi lhe assistindo palmadas nas perninhas tenras, a exclamar:  
 -Tu também, pestezinha? tu também queres entrar no sarilho?! Pois toma! Toma!  
 E o pequeno redobrava a gritaria na proporção das palmadas.  
 -Não mates a criança! rugiu Barroso, puxando a mulher pelo braço e fazendo-a cair por terra. Ela não tem culpa que a acordasses tu com teus berros!  
 -Dou! posso dar! retorquiu Sabina, esganiçando-se. É meu filho! não é seu!  
 -Não é meu, cachorra?!  
 E a pancadaria recomeçou<sup>20</sup>.

<sup>19</sup> Os pedidos de separação conjugal eram frequentemente noticiados na seção de “A pedidos” da *Gazeta de Notícias* e serão analisados nesse capítulo. Em maio de 1876, por exemplo, o periódico apresentou estatísticas que comprovavam que, em Portugal, as mulheres intentavam a maioria das petições de divórcio. Cf.: *Gazeta de Notícias*, 01/05/1876, p.2.

<sup>20</sup> *Ibidem*.

Os trechos acima levantam questões importantes para reflexão. Na cena, a violência se intensifica rapidamente e, ao sugerir que as mulheres pertenciam “todas à mesma súcia”, Barroso estabelece uma oposição entre homens e mulheres, insinuando que elas, por natureza, teriam má índole. O que mais chama a atenção é o momento em que o marido justifica sua agressividade como uma reação às provocações e insinuações da esposa, referindo-se àqueles que atribuem aos homens a culpa pelas “patifarias das mulheres”. Em uma leitura crítica, essa passagem nos leva a questionar: quem, afinal, estava responsabilizando os homens? Havia um debate sobre o comportamento masculino dentro do casamento? Se sim, essas notícias circulavam pelo mesmo jornal que optou por publicar a história de Sabina (esposa violentada)? Como veremos nesse capítulo, essas histórias não eram uma surpresa para os leitores da *Gazeta* e, mesmo que não fosse a intenção dos colaboradores mediar o conflito dos casais, elas surgiam com frequência nas notícias de crimes<sup>21</sup>.

A cena protagonizada por Barroso e Sabina retoma questões discutidas no primeiro capítulo deste trabalho, em que as mulheres são retratadas como um problema. Pelo olhar do narrador, ao agredir a criança e reproduzir a violência que sofria, Sabina é apresentada como uma vilã. Mesmo sendo brutalmente espancada, Azevedo sugere, nas entrelinhas, que ela poderia ser uma adúltera, atenuando o peso da violência que, até então, recaía sobre Barroso. Dessa forma, a mulher é retratada como o problema em dois momentos: ao agredir a criança e ao ser potencialmente infiel. No entanto, sabe-se que, socialmente, era muito mais comum que os homens tivessem relações extraconjugais sem que isso fosse considerado adultério. Passagens como essa reforçam a visão das mulheres como adúlteras, assim como faziam obras como *Madame Bovary* e *O Primo Basílio*.

Dentre os questionamentos que nos permitem pensar sobre o ímpeto de violência cometido por Barroso, é relevante considerar quais possibilidades as mulheres dos oitocentos possuíam de preservar o corpo dentro de seus casamentos. Segundo Patricia Hill Collins, em um relacionamento crivado pela falta de respeito e por violências tanto físicas quanto psicológicas, o controle sobre a sexualidade de mulheres brancas e abastadas, tal como Sabina, era central para a manutenção de poder dos homens brancos. Isso ocorre porque, para manter o status de autoridade dentro da família patriarcal, era necessário possuir herdeiros legítimos, com

---

<sup>21</sup> “Barbaridade”, *Gazeta de Notícias*, 7/01/1880, p.1.; “Tentativa de Assassinato”, *Gazeta de Notícias*, 20/10/1881, p.1.

propósitos de repassar a eles os direitos sobre os bens adquiridos<sup>22</sup>. A criança, fruto do relacionamento do casal, é introduzida pela mãe na narrativa, contribuindo para outra análise da violência materna. Sendo o pequeno o responsável por garantir a manutenção das relações de propriedade adquiridas por Barroso, o herdeiro correspondia a um indivíduo valioso para o pai, como sucessor de seu trabalho. Logo, ao bater no filho, Sabina compreendia, mesmo que de maneira indireta, uma oportunidade de inverter a situação de violência. A criança representava não somente o futuro da autoridade patriarcal e econômica do pai, como também o cerne do controle do corpo de Sabina, com os propósitos de produzir herdeiros legítimos. Ao levantar hipóteses de que o menino poderia ser fruto de um adultério, a briga se iniciava novamente, reforçando os elementos colocados na cena que culpabilizavam Sabina pela violência, amenizando o que Barroso fazia.

Desse modo, Sabina intervia no espaço de autoridade do marido, demonstrando que seu casamento estava longe de parecer satisfatório. Ao esboçar a sua opinião a respeito da relação entre Borges e Philomena, que tanto aborrecia Barroso, Sabina se desvencilhava do padrão de “doçura” e bom “gênio”, considerados centrais para o estabelecimento da ordem do lar. A briga só se encerrou quando, vencidos pelo cansaço, o casal finalmente se deitou. Ela a “chorar” e a maldizer o marido e ele a fazer o mesmo ao lado dela, “resmungando”. Pouco tempo depois, “dormiam profundamente nos braços um do outro”<sup>23</sup>. O desfecho do capítulo permite aos leitores elaborarem reflexões instigantes sobre o casamento. Após o término da discussão, Barroso “balbuciava”, sonhando que vivia com sua esposa como “Deus com os anjos”: “meiguice ali!”. No entanto, também era possível “ver de que maneira a [tratava]”<sup>24</sup>. O narrador deixa evidente seu ponto de vista, classificando os cônjuges como “hipócritas”. Seria o texto uma crítica ao modelo de casamento do século XIX? A violência estaria incorporada ao pacto conjugal, mas, no fundo, os casais seriam felizes? É essencial compreender a mensagem que o autor desejava transmitir com essa cena. Embora Barroso se considerasse feliz no casamento, a felicidade de Sabina parecia irrelevante para ele. Independentemente da intenção desse narrador, concebido por um autor masculino, é possível que as leitoras da época, assim como Sabina, tivessem uma percepção mais apurada sobre o casamento de Philomena. Considerando que homens e mulheres liam o romance de formas distintas no contexto de sua publicação,

---

<sup>22</sup> COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. *Op. Cit.*, p.21

<sup>23</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: XI Qual dos seus maridos será mais infeliz”, *Gazeta de Notícias*, 31/12/1883, p.1

<sup>24</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: XI Qual dos seus maridos será mais infeliz”, *Gazeta de Notícias*, 31/12/1883, p.1

talvez um autor masculino, ao criar um narrador de perspectiva nitidamente masculina, tenha deixado transparecer, ainda que nas entrelinhas, elementos que despertavam reflexões distintas nas mulheres. Assim, a pergunta formulada logo no título do capítulo (“qual dos seus maridos será mais infeliz?”) levava as leitoras a refletirem sobre qual das esposas, Philomena ou Sabina, teria uma vida mais feliz. O próprio texto sugeria a resposta, enfatizando que a forma como os maridos tratavam suas esposas era essencial para a realização delas.

Apesar da reconciliação, o relacionamento entre Barroso e Sabina pode ser entendido pelos leitores como uma crítica aos casamentos até então considerados convencionais. Embora o casamento dos Borges fosse apontado como desgastante para João Touro, a agressão física e a violência sexual da esposa não consistiam em estratégias de convívio utilizadas pelo marido para garantir a paz do lar. Mesmo que estivesse cansado, Borges encontrava a sua alegria no fascínio de ver a esposa feliz e satisfeita. A antítese desse relacionamento é elaborada a partir do casamento entre Sabina e Barroso, no qual o marido encontrava-se satisfeito ao lado da mulher apenas se ela se mantivesse cordial, pacata, fazendo-lhe todas as vontades. Para o marido agressor, a inversão dos papéis domésticos que então acontecia entre Borges e Philomena soava absurda, uma vez que a felicidade do homem estava condicionada ao seu potencial de moldar a esposa e não o contrário. Uma mulher como Philomena parecia representar uma ameaça, um exemplo a não ser seguido por outras esposas, sinalizando que o momento vivido estava permeado por instabilidades e tensões que envolviam a organização dos arranjos matrimoniais.

O trecho abre espaço para múltiplas interpretações, que variam de acordo com o olhar do leitor. Certamente, Aluísio Azevedo escreve tanto para homens quanto para mulheres, e, nas entrelinhas da discussão, questiona o funcionamento do casamento no mundo moderno, bem como a reorganização dessa instituição diante das novas expectativas femininas por maior espaço e autonomia. June Hahner aponta a dificuldade de estudar as mulheres, uma vez que, muitas vezes, elas “vivem em maior intimidade com seus opressores do que entre si mesmas”<sup>25</sup>. Ainda que essa visão as coloque como um grupo homogêneo, a pesquisadora analisou a luta das mulheres por direitos no Brasil em meados do século XIX, oferecendo subsídios para compreendermos melhor com quais perfis femininos Azevedo dialogava. Mulheres pertencentes a uma elite intelectual e com acesso ao lazer, como Philomena e Sabina, tiveram maior contato com debates sobre direitos, incluindo o sufrágio e o divórcio. No início do século

---

<sup>25</sup> HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850-1937)*. São Paulo, Brasiliense, 1981, p.17

XX, o Brasil viu surgir “organizações formais” que defendiam os direitos das mulheres, à medida que a luta sufragista começava a ganhar certa aceitação entre setores da elite, influenciados pelas conquistas femininas na Europa Ocidental e nos Estados Unidos<sup>26</sup>. Como veremos mais adiante, no mesmo período em que Azevedo retratava a luta das esposas por maior participação no casamento e controle sobre seus próprios corpos, a *Gazeta de Notícias* publicava relatos frequentes de mulheres que, por diferentes razões, pleiteavam o divórcio, um direito ainda inexistente na legislação brasileira<sup>27</sup>. Nesse contexto, tanto Sabina quanto Philomena contribuíam para a reflexão sobre a importância do comportamento masculino no casamento, que passava a ser reconhecido como um elemento essencial para a felicidade conjugal e a manutenção dos contratos diante de um cenário no qual a dissolução se tornava cada vez mais possível.

Apesar do texto construir certa conotação negativa sobre Sabina, uma mulher que insinua o adultério e agride o próprio filho, a narrativa nos permite analisar as mulheres por outras possibilidades, que não foram intencionais de seu autor. Em seu relacionamento abusivo, Sabina, vista pelo marido como um indivíduo subordinado à sua esfera de controle, se transforma após ouvir a versão de um casamento como o de Borges e Philomena, no qual a mulher inverteu o padrão de coerção e manipulava o marido para conseguir os próprios desejos. O depoimento de Borges ao amigo, que depois foi repassado por Barroso à esposa, expunha na narrativa a comparação feita entre aqueles dois casamentos, aproximando a esposa violentada de uma outra realidade possível para a sua vida. Uma vida alternativa, na qual o marido também poderia ser mais agradável e atencioso. Ao perceber que Barroso mantinha-se firme e indisposto a ceder às suas vontades, Sabina alertava os leitores sobre outra possibilidade que poderia libertá-la de sua relação desprezível, o adultério. Dessa maneira, a ressonância da liberdade experimentada por Philomena em seu lar despertou a voz que normalmente era silenciada em Sabina, contribuindo para que suas insatisfações com a vida de casada viessem à tona e fossem lançadas ao marido. Apesar de ser agredida em uma sequência desenfreada de pancadarias e gritos, Sabina não cessou com suas queixas, evidenciando que, embora não fosse privilegiada como Philomena, com um marido disposto a tratá-la com maior condescendência, sua voz ainda era capaz de provocar tensões e reflexões no ambiente conjugal.

---

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 26.

<sup>27</sup> Sobre as petições de divórcio pleiteadas por mulheres ver: *Gazeta de Notícias*, 17/03/1880, p.5; “Tentativa de Assassinato”, *Gazeta de Notícias*, 20/10/1881, p.1; *Gazeta de Notícias*, 23/03/1882, p.2

### 3.2. A liberdade de Chiquinha Perdigão

A arte oitocentista, tanto o teatro como a literatura, deu destaque à presença das viúvas como personagens de suas histórias. Além de representadas como jovens e muito bonitas, pesquisas como as da historiadora Daniela Silveira apontam que essas mulheres usufruíam da liberdade conquistada após a morte de seus maridos, permitindo aos escritores explorarem o universo feminino em suas ficções, a partir das singularidades de suas vivências<sup>28</sup>. De acordo com Silveira, Machado de Assis, ao compor sua vasta gama de contos, preocupou-se em retratar as viúvas demonstrando o “quão específicos eram os espaços ocupados por elas”. Dentre as comparações produzidas pelo literato entre as mulheres donzelas, as casadas e as viúvas, propunha-se que, apesar de ser necessário atender a algumas exigências sociais, a exemplo da obrigatoriedade de um novo casamento, as viúvas ainda assim gozavam de “maior liberdade de atuação que as outras personagens femininas”<sup>29</sup>. Conforme Daniela Silveira, não só Machado de Assis, como outros literatos inseriram essas mulheres em suas obras. Martins Pena, por exemplo, escrevera em 1846, *As desgraças de uma criança*<sup>30</sup>, comédia na qual uma de suas personagens, a viúva Rita, passou a ser cortejada logo depois da morte de seu marido pelo sacristão Manuel Igreja. Dez anos depois, José de Alencar escrevera *A Viuvinha*<sup>31</sup>, folhetim publicado, no *Diário do Rio de Janeiro*, no período de agosto de 1856 a janeiro de 1857, que abordava as possibilidades de recriação dessas personagens tão simbólica a partir da jovem e bela Carolina<sup>32</sup>.

Em *Philomena Borges*, logo no primeiro capítulo do romance-folhetim, o leitor é apresentado a uma dessas personagens capazes de tomarem suas próprias decisões tanto no campo dos negócios quanto no que dizia respeito a vida pessoal e amorosa. Após uma descrição detalhada dos atributos de João Touro, homem honesto, com “tino admirável para os negócios” e que possuía “grande aversão às mulheres que não fossem tão puras como ele”, o narrador da obra nos apresenta D. Chiquinha Perdigão, tida como uma das “várias trintonas” que tentaram lançar “a rede” em Borges, mas que foram recusadas em prol da expectativa de que aparecesse alguém mais jovem e pura<sup>33</sup>. Chiquinha Perdigão era uma “mulher de firma comercial”,

<sup>28</sup> SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Contos de Machado de Assis: leituras e leitores do “Jornal das Famílias”*. Op. cit., p.35

<sup>29</sup> *Ibidem*.

<sup>30</sup> *As desgraças de uma criança*. In: MARTINS PENA. *Comédias*. Rio de Janeiro: Ediouro. S/d. Pp. 335-354.

<sup>31</sup> ALENCAR, José de. *A viuvinha; Cinco minutos*. Rio de Janeiro, RJ: Diário do Rio de Janeiro, 1857.

<sup>32</sup> *Ibidem*, pp. 24-26.

<sup>33</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: I Flores de Laranjeira”, *Gazeta de Notícias*, 18/12/1883, p.1



“negociante, muito rica” e “com um bonito nome na praça – *Viúva Perdigão & Cia*”. Borges, no entanto, não desejava outro negócio com ela “além dos de puro interesse pecuniário”, embora, ineficientemente, “o demônio da viúva” empregasse “todos os meios para obrigá-lo a desistir de tal resolução”. Certa vez, chegou a “confessar que o amava”, dizendo que só ele era capaz de fazê-la feliz. “Sem ter uma resposta”, o “bom homem” “pôs-se a suar” “até que fugiu, atônito e espavorido, como se levasse uma fera atrás de si”<sup>34</sup>. É interessante notar que, assim como a descrição de Philomena, a caracterização de Chiquinha Perdigão por Aluísio Azevedo também se vale de adjetivos marcantes, que levantam reflexões sobre a forma como o autor aborda a questão de gênero. Enquanto Chiquinha é retratada como um “demônio” de viúva e Philomena como uma mulher “ambiciosa”<sup>35</sup>, Borges surge como um homem “pacato”<sup>36</sup> e “bondoso”<sup>37</sup>. Dessa maneira, por meio da escolha dos adjetivos atribuídos a homens e mulheres, o autor influenciava a percepção de seus leitores e leitoras.

Mulheres como Chiquinha Perdigão não eram incomuns para os leitores da *Gazeta*. A autonomia e liberdade financeira experimentada pela personagem era frequentemente anunciada na seção comercial do jornal, que noticiava negócios de firmas encabeçados por mulheres, fossem elas separadas ou viúvas. Na edição do dia 9 de janeiro de 1880, por exemplo, o Sr. Almeida Martins publicou na seção de “A pedidos” um comunicado em resposta ao Sr. Dr. Eugenio Rabello, que havia insultado a “qualidade das madeiras” e da higiene do edifício em que funcionava o “ginásio friburguense”. Em sua defesa, alegava zelar pelo patrimônio que não “estava em ruínas”, conforme havia insinuado o doutor e que, apesar de “modesto”, o estabelecimento era “generoso” e “honrado”. No mesmo texto o professor afirma que o sobrado foi construído com pretensões de ser um “colégio” pelo “finado Dr. Marques”, à época administrado pela “sua viúva” a “Exma. Sr. D. Adélia”, responsável por cobrar anualmente “a quantia de dois contos e seiscentos mil réis” pela locação do prédio, não obstante ter o locatário despendido mais de “oito contos de réis” em “obras internas”, “jardins” e “outras benfeitorias”<sup>38</sup>.

Outra viúva recorrente as páginas dos periódicos fluminenses por seus negócios financeiros, atendia pelo nome de “Viúva Canongia & Filho”, que dirigia um “estabelecimento de músicas” e era responsável por vender peças de “repertório de dança”, “peças de concerto e

---

<sup>34</sup> *Ibidem*.

<sup>35</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: XXIII Dissolvem-se as últimas ilusões”, *op.cit.*, p.1.

<sup>36</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: X De volta à Pátria”, *op.cit.*, p.1.

<sup>37</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: I Flores de Laranjeira”, *op.cit.*, p.1

<sup>38</sup> Almeida Martins, “Gymnasio Friburguense”, *Gazeta de Notícias*, 09/01/1880, p.3.

dos mais acreditados autores”, “óperas para piano” e “canto”<sup>39</sup>. Menções a ela se alastravam pelas páginas comerciais dos jornais, oferecendo as grandes “fantasias do concerto” compostas na Europa, que se achavam disponíveis em sua loja. “Acreditados autores” como “Blumental”, “Schubert”, “Strauss”, “Kruyer”, “Lambert”, “Kontscke” e outros compunham o repertório de músicas para “valsa”, “canto” e “piano” disponibilizados pela Viúva Canongia<sup>40</sup>. Além das peças, também era possível encontrar nos periódicos anúncios na casa da viúva, nos quais “águas minerais”<sup>41</sup> de “todas as fontes” e “farinha Nestlé”<sup>42</sup> estavam disponíveis em seu depósito, localizado na prestigiosa “rua do Ouvidor, nº103”.

Também na rua do Ouvidor, anunciava-se concomitante a Canongia, os negócios de outra mulher dona de seus próprios negócios. A “Viúva Filippone”, que atuava na casa de número 93, mantendo um armazém de roupas como “camisas finas” (“francesas, com peito, colarinhos e punhos de linho”), “camisas de meia” (“de algodão, inglesas, todas abertas na frente”), “ceroulas de cretone”, “meias francesas”, “meias inglesas” e “chapéus de sol ingleses”<sup>43</sup>. Ademais, a viúva Filippone também se apresentava na praça como portadora de uma loja de músicas, oferecendo “valsas para piano”<sup>44</sup> e outros artefatos destinados ao ramo. Concomitante a essas figuras, também eram comuns, anúncios sobre a venda da mão-de-obra de viúvas pobres e costureiras<sup>45</sup>, tal como “Mme. Viúva L. Roudiez”, que cortava e alinhavava “vestidos e “quaisquer costuras com brevidade”<sup>46</sup>.

A presença de “senhoras viúvas” bem “afiançadas” que desejavam se empregar em casa de outros senhores viúvos<sup>47</sup>, ou de senhoras também viúvas<sup>48</sup>, também fazia parte do cotidiano da sociedade fluminense. Por meio dos jornais, podemos ver que elas estavam lá oferecendo seus serviços e indicando maior liberdade de escolha e, em boa parte dos casos, maior necessidade financeira. A ausência dos maridos, em geral provedores dos negócios, incitava o reconhecimento legal perante a Corte de que essas mulheres poderiam usufruir do direito de ingressar no mercado de trabalho, dada a urgência de sustento em que muitas se encontravam

<sup>39</sup> “!!Musicas!!”, *Gazeta de Notícias*, 14/05/1881, p.5.

<sup>40</sup> *Gazeta de Notícias*, 11/05/1881, p.6.

<sup>41</sup> *Gazeta de Notícias*, 10/01/1880, p.1.

<sup>42</sup> *Gazeta de Notícias*, 11/01/1880, p.1

<sup>43</sup> “Viúva Filippone”, *Gazeta de Notícias*, 11/01/1880, p.5

<sup>44</sup> *Gazeta de Notícias*, 11/01/1880, p.6.

<sup>45</sup> “Costureira”, *Gazeta de Notícias*, 12/01/1880, p.3

<sup>46</sup> “Costureira”, *Gazeta de Notícias*, 09/01/1880, p.6.

<sup>47</sup> *Gazeta de Notícias*, 11/01/1880, p.7.

<sup>48</sup> O anúncio dizia: “Se houver uma senhora viúva, de bom comportamento, ou casal sem filhos que queira morar em companhia de uma viúva, mediante ajuste; dirija-se a rua Aureliana n. 3, Niterói.” *Gazeta de Notícias*, 09/01/1880, p.5.

ou a manutenção e administração do patrimônio pertencente, de modo a evitar a falência<sup>49</sup>. Segundo Joana Monteleone, no Brasil do século XIX, o ofício de “vendedora ou dona de estabelecimentos” esteve ligado ao cotidiano das mulheres. Geralmente “imigrantes ou viúvas”, essas mulheres “tiveram negócios e os administrariam com relativo sucesso”, chegando a empregar outras mulheres como vendedoras ou costureiras<sup>50</sup>. Sendo assim, para o grupo de letrados do século XIX, mulheres responsáveis por gerir negócios semelhantes aos da personagem criada por Aluísio Azevedo, congregavam o repertório de informações e experiências sociais por eles desfrutadas.

Apesar de possuir uma posição diferente das que ocupavam as donzelas e as casadas, conservando mais vantagens de atuação, as viúvas ainda precisavam cumprir certas regras sociais, de modo a respeitar as conveniências que cercavam no século XIX. Dentre os princípios morais requisitados para as jovens enviuvadas estava a expectativa de que um novo marido fosse encontrado. A senhora Chiquinha Perdigão, além de gerir suas finanças de maneira eficiente, demonstrado pelo reconhecimento de seu sucesso por outros empreendedores do ramo, detinha o poder de escolher o companheiro que melhor atendesse suas demandas. No romance, o aprovado havia sido João Borges que, além de ser um de seus parceiros nos negócios, possuía características morais altamente valorizadas por ela. Na trama, mesmo após recusar a pretendente e se casar com Philomena, Chiquinha continuava a nutrir esperanças de um arranjo, mesmo que informal, com João Touro. No capítulo intitulado “Amor de Philomena”, após principiar certas dificuldades financeiras, Borges escrevera uma carta direcionada a “célebre viúva rica”, convidando-a para o Baile de Máscaras que seria ofertado em sua casa. O burguês também solicitava uma entrevista de urgência, de modo que a esposa não poderia tomar conhecimento da reunião. Apaixonada, Chiquinha respondera à epístola de Borges, alimentando a crença de que aquele encontro tinha por objetivo discutir questões relativas ao coração. A confusão armou-se quando Philomena, na noite do Baile, viu o papel assinado pela viúva cair do cinto do marido e o apanhou para ler:

"Querido barão.

Em data de ontem, recebi a sua amável cartinha e tenho o mais vivo prazer em cumprir com o que ela me determina.

Não sei o que vou ouvir de seus lábios, mas adivinha-me o coração que não será nada de mau.

<sup>49</sup> Segundo Isabela Guimarães, nos casos de separação algumas mulheres procuravam o Juízo Eclesiástico, para se protegerem e aos seus bens, que lhe garantiriam o sustento. Cf.: AMARAL, I.G.R. Resistência feminina no Brasil oitocentista: as Ações de Divórcio e Nulidade de Matrimônio no Bispado de Mariana. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito. Belo Horizonte, 2012, p.204

<sup>50</sup> MONTELEONE, J. DE M.. Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: O trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920). *Revista Estudos Feministas*, v. 27, n. 1, 2019, p.8.

Durante a sexta quadrilha estarei à sua espera no caramanchão, que fica ao fundo da avenida de bambus.

A essa hora ninguém se lembrará de lá ir, e poderemos então conversar à vontade, sem que D. Filomena, venha a suspeitar de nossa entrevista.

Por mais cautela levarei um dominó escuro, que previamente ficará depositado no gabinete das senhoras, e acho que o barão deve também se disfarçar com outro dominó.

Por conseguinte, não se comprometa com pessoa alguma para a sexta quadrilha e, à hora marcada, esteja no ponto, sem falta.

Aquela que o estima e sempre o estimou,

C. Perdigoão<sup>51</sup>.

Colocando o comportamento das mulheres sob suspeita, o narrador apontava para os perigos das mulheres da narrativa mais uma vez. Chiquinha não se importava que Borges fosse casado e marcava com ele um encontro carregado de pretensões amorosas. Como analisado anteriormente, Philomena também fez o mesmo com o imperador, flertando para conseguir benesses, mesmo sendo comprometida. Já Sabina, despertava insegurança no marido, ao ponto de fazê-lo suspeitar de uma possível traição e da paternidade do filho que criava. Esses exemplos se acumulam ao longo da narrativa, contribuindo para a construção de um repertório que apresenta as mulheres como figuras nocivas e de má índole. No entanto, na mesma passagem, é possível observar que Borges recorre às mesmas artimanhas utilizadas pelas figuras femininas analisadas para atrair a atenção da viúva. Ciente do interesse de Chiquinha, finge envolvimento amoroso para conquistá-la e obter vantagens financeiras.

No capítulo, Philomena, crente que “a mulher de firma comercial” finalmente conseguira os seus desígnios de seduzir o amado Borges, tomada por um ciúme descontrolado, “correu ao guarda-roupa”, “sacou um dominó preto, enfiou-o rapidamente no corpo”, vestiu a máscara e, travestida, foi ao encontro de Chiquinha. Ao chegar ao local marcado para o encontro, sentiu “um corpo de mulher” que “procurava unir-se ao dela”, queixando-se de medo. Foi quando a protagonista do folhetim surpreendeu a comerciante, revelando ser ela a pessoa por debaixo da sombra do caramanchão. Impedindo que a mulher falasse, acusava-a de ser uma “traidora”, “miserável” e a expulsou de sua chácara aos “empurrões” pelas portas do fundo, provocando grandioso “estrondo” após bater o portão. O ímpeto de Philomena, entretanto, alavancou a fúria da viúva, que antes de deixar a residência a ameaçara, alegando que um dia haveria de “pagar por tudo isso”<sup>52</sup>.

Enquanto esperava por Borges, Philomena voltou ao caramanchão. O marido, pensando que estava lidando com seus assuntos em relação à viúva, dizia estar à beira da falência e

<sup>51</sup> Aluísio Azevedo, “XII Amor de Philomena”, *Gazeta de Notícias*, 31/12/1883, p.1.

<sup>52</sup> *Ibidem*.

necessitando urgentemente de vinte contos de réis, oferecendo a hipoteca do nº 6 das Laranjeiras como garantia do acordo. “Desfeita em soluços”, a esposa arrancara a máscara e confidenciara o que havia acabado de fazer. Certos de que haveria uma rude resposta comercial por parte dos investidores de Chiquinha, o casal aguardava pelo “abismo” e “ruína” financeira. O poder que a viúva exercia e as ameaças dirigidas a Philomena foram claramente evidenciados no folhetim do dia seguinte. Sem conseguir o apoio necessário para seus negócios, a sorte de Borges “recebeu o primeiro impulso para desandar”. Na tentativa de escapar do abismo em que se encontrava, Borges “vendeu a casa”, “empenhou títulos” e até se lançou ao jogo como “uma tábua de salvação”. Gradualmente, suas propriedades foram desaparecendo e “suas ações em diversas companhias foram se dissolvendo”. Suas apólices e últimos recursos, também se esvaíram<sup>53</sup>.

O fato é que Viúva Perdigão & Cia faziam “uma guerra atroz” contra todas as iniciativas do casal em busca de uma saída para os problemas financeiros. Mostrando aos leitores os perigos de uma mulher vingativa, o narrador descrevia que “para qualquer lado que se voltasse”, o Borges se deparava com “a sanha implacável do inimigo”. A recém inimizade adquirida com uma mulher extremamente poderosa, que fora humilhada pela esposa do homem que amava, tornou-se responsável pelos tempos de miséria e sofrimento daqueles que até então degustavam as experiências proporcionadas pelo dinheiro. Inicialmente apresentada como uma “fera”, quase demoníaca, que perseguia Borges em busca de um novo arranjo, a viúva, na verdade, se dedicava a “destruí-lo”, disposta a “matá-lo” de uma vez por todas. Aliado ao complô da companhia Perdigão, um jornal de “grandes proporções” comerciais, “amigo do governo”, “em cuja fundação Borges arriscara cinquenta contos”, acabava de falir da mesma forma como ruiu o “Banco Mauá”, onde ele possuía em depósito o dobro dessa quantia<sup>54</sup>.

Em *Philomena Borges*, a viúva Perdigão é retratada como uma figura suspeita, caracterizada como uma mulher vingativa e disposta a interferir no casamento alheio. Seu potencial destrutivo, responsável por arruinar a vida de João Borges, reforça desconfianças em relação às mulheres desacompanhadas e perpetua a visão de que as viúvas eram socialmente perigosas. Nos primeiros capítulos, o narrador descreve Borges como um homem trabalhador e bem-sucedido, um “construtor” que “sucedeu ao pai no trabalho” e, em poucos anos, tornou-se “um dos proprietários mais ricos da Corte”<sup>55</sup>. A oposição entre a figura de Borges — um

---

<sup>53</sup> *Ibidem*.

<sup>54</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: XIII Novas Torturas”, *Gazeta de Notícias*, 01/01/1884, p.3

<sup>55</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: I Flores de Laranjeira”, *op.cit*, p.1

marido próspero e respeitável — e a de Chiquinha Perdigão — uma viúva que ameaça sua estabilidade — evidencia uma narrativa que associa a independência feminina à desordem e ao risco moral. Assim, a personagem se insere em um imaginário social no qual viúvas, por não estarem sob a tutela de um homem, eram vistas como figuras ambíguas, capazes de manipular e desestabilizar lares, reforçando discussões levantadas pelo jornal e pelo folhetim, que alertavam sobre os perigos representados pelas mulheres na sociedade.

O folhetim de Aluísio Azevedo ressalta, mesmo que de maneira secundária, a relevância considerada as viúvas, tais como Chiquinha Perdigão, que não eram apenas mulheres em busca de um novo casamento, mas sim empreendedoras, embora essa percepção estivesse além do que pretendia ser o julgamento de seu narrador. Isso nos ajuda a entender como essas personagens ocupavam espaços significativos na sociedade oitocentista, mostrando que elas podiam ser donas de seus próprios negócios e ter uma voz ativa na economia. A presença de personagens femininas fortes e independentes, aliadas às mulheres reais que também gerenciavam seus próprios empreendimentos, enriquece a discussão sobre a liberdade e o papel das mulheres na história, permitindo aos leitores que refletissem sobre as transformações sociais e a ressignificação do espaço feminino sob diferentes perspectivas. Uma vez que as mulheres casadas e solteiras não podiam registrar em seu nome negócios e estabelecimentos, as viúvas apresentavam-se socialmente como uma exceção, visto que “gozavam de certa autonomia, podendo assumir os registros e as responsabilidades na condução de negócios e encabeçando empreendimentos”<sup>56</sup>. Longe de estarem recolhidas ao lar, as mulheres viúvas se fizeram presente no espaço público, a exemplo das negociantes que divulgavam seus produtos disponíveis a venda nas seções comerciais dos jornais. Sendo o número de enviuvadas considerável, no século XIX, em razão das epidemias, ou da própria idade avançada dos homens com quem se casavam<sup>57</sup>, o papel dessas mulheres não pode ser menosprezado. A ênfase no potencial destrutivo das tentativas da viúva Perdigão de acabar de uma vez por todas com as finanças do homem que amava nos oferece respaldo para reconhecer a relevância dessas mulheres no cenário econômico. Sendo assim, *Philomena Borges* congregava um romance que questionava não só o papel das mulheres nas relações conjugais, como a também convidava os

---

<sup>56</sup> MATOS, M. I. S.; TRUZZI, O.; CONCEIÇÃO, C. F.. Mulheres imigrantes: presença e ocultamento (interiores de São Paulo, 1880-1930). *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 35, n. 3, p. e0045, 2018. p.14.

<sup>57</sup> SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Contos de Machado de Assis: leituras e leitores do “Jornal das Famílias”*. *Op. cit.*, p.38

leitores e principalmente as leitoras da *Gazeta de Notícias* para refletirem sobre as possibilidades de atuação feminina no espaço público<sup>58</sup> e comercial.

### 3.3. A concessão de Cecília

Muitas vezes considerados romances subliterários, os folhetins de Aluísio Azevedo foram menosprezados por estudiosos da literatura brasileira. No entanto, pesquisas como a de Ângela Maria Rubel Fanini, nos revelam que, de modo bastante consciente das condições de produção de sua época, o que incluía uma clara visão do seu público leitor, o literato construía, por meio de seus escritos, narrativas híbridas que conciliavam uma “linguagem menos determinada pelos preceitos do bem escrever” com os paradigmas discursivos do realismo e do naturalismo<sup>59</sup>. *Philomena Borges*, apesar de ser apontada por Antonio Candido como uma obra de puro “divertimento”<sup>60</sup>, mobilizou ideias e teorias científicas de sua época, que podem ser percebidas no trato de personagens como Cecília, a empregada doméstica da família Borges.

Em um período de transição do Império para a República, projetos civilizatórios do país apontavam a moral, a honestidade e o bom trabalho como um referencial para a sociedade que se buscava construir. Desse modo, enquanto a honestidade dos homens era associada à dedicação ao trabalho, a das mulheres estava ligada à conduta sexual<sup>61</sup>, considerada pelos reformadores como crucial para a manutenção das famílias e redução dos índices de criminalidade e caos. Segundo Caulfield, juristas da virada do século chegaram a propor a educação da população por meio da adoção de valores morais mais “civilizados”, o que incluía a “valorização da honra sexual feminina como medida para estabelecer a ordem e o progresso”

<sup>58</sup> PEREIRA, Cristiana Schettini. Os senhores da alegria: a presença das mulheres nas Grandes Sociedades carnavalescas cariocas em fins do século XIX.: In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

<sup>59</sup> Segundo Fanini, “além desse termo que desqualifica a obra já desvalorizada quando considerada menor, outros epítetos são usados para depreciar essa produção, tais como: de “caráter industrial,” “mercadológica,” “literatura de massa,” “folhetinesca” etc.” FANINI, Ângela Maria Rubel. *Os romances-folhetins de Aluísio Azevedo: Aventuras Periféricas*, op.cit., pp.2-4.

<sup>60</sup> No prefácio de *Philomena Borges*, Antônio Candido acusou o caráter mercadológico da obra dizendo que “tudo isto nos traz de volta à ideia do início: a leitura de *Philomena Borges* não deve ter outro intuito que o divertimento. Divertimento sem refolhos, de quem deseja passar o tempo. Para isto, o romancista oferece estrada livre, pois é de fato notável a rapidez dos acontecimentos, entrecruzados, quase todos elevados a peripécia e, embora tratados com facilidade jornalística, mostrando que quem os arquitetou sabia escrever. Para o estudioso de literatura, o livro tem outros atrativos, pois é possível averiguar nele, certas componentes recessivas de melodrama e vulgaridade, de bom humor e melancolia, que integram a personalidade literária de Aluísio Azevedo e aparecem, nos seus melhores livros, domadas e devidamente polidas. Isto, porém, seria pano para outra manga.” Cf. CANDIDO, Antonio. “Prefácio”. In: AZEVEDO, A. *Filomena Borges*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1973, p.4.

<sup>61</sup> Sobre a bibliografia que aborda a problematização da sexualidade das mulheres ver: ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas Perdida: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

da nação<sup>62</sup>. Juliana da Conceição Pereira, em pesquisa sobre moralidade no Rio de Janeiro da Primeira República, argumenta como a honra sexual defendida por esses homens de leis compunha um conjunto de normativas que, “‘estabelecidas aparentemente com base na natureza’, sustentavam a manutenção de relações de gênero, raça e classe completamente hierárquicas”<sup>63</sup>. Médicos higienistas, respaldados pelas teorias científicas baseadas no evolucionismo e darwinismo social, determinaram as mulheres como seres biologicamente mais fracos, ao passo em que consideravam os homens mais capacitados para zelar por aquelas então vistas como mais vulneráveis. Tais modelos contribuíram para forjar diferentes maneiras de “se comportar e de sentir” para homens e mulheres<sup>64</sup>.

No romance de Aluísio Azevedo, o leitor da *Gazeta* acompanhou de perto a busca incessante de Philomena pela modernização de seu casamento e de seu lar. Para este último, se mostrava desejosa da substituição da sua criadagem por trabalhadores de origem europeia. “Para a cozinha preferia um chim; para o serviço da copa um inglês, um groom legítimo, e para sua criada grave alguma coisa de francesa ou russa ou espanhola, uma criada, enfim, que não fosse de cor, nem tivesse a menor sombra de portuguesa”<sup>65</sup>. Não encontrando “gente nessas condições”, “resignou-se a tomar” para o serviço da casa Cecília e Roberto, um casal de condições típicas do tradicional brasileiro<sup>66</sup>. Em um relacionamento informal, o casal cumpria os pesados deveres da casa, anteriormente desempenhados por uma vasta gama de empregados que se subdividiam entre as funções de copeiro, cozinheiro, jardineiro e criados particulares de cada um dos senhores da chácara. Caracterizada como “fiel”, “bem-procedida” e “diligente”, a nova “criada” atendia às demandas de “sua ama” com maestria, sendo reconhecida pelo seu empenho e, principalmente, por sua obediência as ordens dos senhores<sup>67</sup>.

Ainda na primeira semana de publicação do folhetim, no capítulo intitulado “Veremos quem Vences!”, os leitores do jornal de Ferreira de Araújo se divertiram com combate entre o casal principal, que se desentendiam acerca do direito de acesso ao leito de Philomena. Disposto a reverter a situação considerada ultrajante na qual se encontrava e com anseios de “penetrar”<sup>68</sup> no quarto de sua mulher, Borges aliciou Cecília para decidir de uma vez por todas o seu

---

<sup>62</sup> *Ibidem*, p.172.

<sup>63</sup> PEREIRA, Juliana da Conceição. *Clubes dançantes e moralidade no Rio de Janeiro da Primeira República*. Dissertação (mestrado) Universidade Federal Fluminense. Instituto de História, 2017.p73;  
PEREIRA, Juliana da Conceição. *Da Cidade Nova aos palcos: uma história social do maxixe, 1870-1930*. Tese de Doutorado, PPGH-UFF. Rio de Janeiro, 2021.

<sup>64</sup> *Ibidem*.

<sup>65</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: III Começam as Provações”, *Gazeta de Notícias*, 22/12/1883, p.1.

<sup>66</sup> *Ibidem*.

<sup>67</sup> *Ibidem*.

<sup>68</sup> Aluísio Azevedo, “Philomena Borges: IV Veremos quem vences”, *Gazeta de Notícias*, 23/12/1883, p.3.



embaraço nupcial. Em sua conversa com a empregada, afirmou ser grato aos serviços prestados por ela, ressaltando que parte de seu contentamento residia no fato de ver Philomena “satisfeitíssima”. Todavia, a “fisionomia da criada iluminou-se” quando o amo alegou que pretendia ajudá-la em “seu casamento”, dizendo-se conhecedor de “suas intenções com o Roberto”. Mostrando que estimava que se casassem, assegurou o “enxoval” como garantia de sua aprovação. Sem saber ao certo as reais intenções do senhor, Cecília encheu-se de alegria e fez um gesto indicando que queria “beijar-lhe a mão”, o que foi recusado pelo amo. Metendo nos “dedos uma nota de vinte mil réis”, Borges oferecia o montante para que a jovem trabalhadora comprasse um vestido novo. Com “os olhos húmidos de comoção”, a criada se deixava levar pela ingenuidade, afirmando que ela e o companheiro estariam eternamente gratos pela suposta generosidade do patrão.

Os objetivos do “bom homem” são denunciados no diálogo seguinte, quando Borges, após os agradecimentos de Cecília, apresentou o que de fato desejava com seus gestos nada altruístas: a necessidade de que a empregada lhe prestasse “um pequeno serviço”: “penetrar”, ainda naquela noite, no quarto de sua amada esposa. “Estupefata”, a criada recuava com a falta de clareza da situação que lhe estava sendo exposta<sup>69</sup>. Afinal, não seria o quarto da ama um espaço aberto ao próprio marido? Enganada pelo patrão, Cecília foi convencida de que adentrar no quarto de sua senhora não lhe custaria o serviço. Nas palavras de Borges, acessar a alcova da esposa “seria o de menos”, já que, perante a lei, não seria “nenhum crime querer um homem entrar no quarto da sua mulher”. Dessa forma, João Borges persuadia Cecília de que o tal feito se tratava na verdade de realizar uma “fantasia” de Philomena, na qual o marido a surpreenderia na alcova sem que fosse esperado. Apesar de preocupada com as possíveis repercussões do pedido, Cecília cedeu à solicitação sob o pretexto de que, em troca da ajuda ao patrão, recebesse um enxoval e até mesmo um “par de brincos à moda”. Feito o acordo, ela se esconderia no quarto da senhora e, “quando esta já estivesse dormindo, abriria cautelosamente o ferrolho”, permitindo a entrada de Borges<sup>70</sup>.

Neste capítulo, a agência de Borges como protagonista masculino volta a se destacar. O elo comum entre Philomena, Chiquinha e Cecília reside na relação que cada uma mantém com o personagem, marcada por manipulação e engano em favor dos interesses dele. Chiquinha, ao aceitar às cegas o convite do amado, demonstrou não considerar a esposa dele; já Cecília evidencia ainda mais sua falta de solidariedade. Em nenhum momento da narrativa há indícios

---

<sup>69</sup> *Ibidem.*

<sup>70</sup> *Ibidem.*

de união entre as personagens femininas, seja por laços de gênero ou de classe. Ao contrário, mesmo insinuando desconhecer que o casamento de Philomena não fora consumado, Cecília prioriza seus próprios interesses diante da patroa, motivada pela compensação simbólica que buscava dentro da lógica das relações de classe.

Ao contrário de Cecília, Roberto desconfiava da “bondade” do patrão. Após pressioná-la sobre os motivos que a fariam ir para a cama mais tarde naquela noite, a companheira, que se recusava a falar, afiançava apenas que “as coisas” entre eles, mudariam “de figura”, não havendo mais “razão de demorar” o “casamento”, pois o amo proferia “o enxoval” e uma “ajuda de custos”<sup>71</sup>. Desconfiado, Roberto alegava que a situação cheirava “à patifaria” e “vendo que a criada não respondia”, questionava:

-Não tencionas desembuchar, criatura?!

-É que se dou com a língua nos dentes, vai tudo por água abaixo!

-Ora, deixa-te de tolices e conta lá o que houve! Bem sabes que entre nós não há segredos!

-E antes houvesse! Mal fiz eu em permitir umas certas coisas antes do casamento!... Se não fosse isso, você com certeza não me trataria desse modo, e já teria me levado à Igreja!

O Roberto sacudiu os ombros.

-É! Fez Cecília, muito queixosa. Até aqui toda a dificuldade era o enxoval; venho dizer-lhe que o patrão se encarrega disso, e você, em lugar de despachar-se por uma vez, ainda me dá muxoxos e põe-se a desconfiar de mim! Tola fui eu em ir atrás de cantigas! Diabo do traste!

-Deixa-te tu de cantigas e vamos ao que interessa!... Despeja p'raí o que houve!

-Não despejo nada! Você não me merece coisa alguma, é um velhaco; enquanto eu me fiz tesa, não lhe faltaram maneiras; agora é isto que se vê!...

E começou a chorar:

-É preciso não possuir um bocado de consciência para enganar desta forma uma pobre rapariga, que nunca teve pecha que lhe botassem.

-Guarda as lamúrias para outra ocasião, filha!

-Pois se é como eu digo!... Ingrato! Se eu não o quisesse tanto, não estava agora aqui me arreliando!

-Deixa-te de asneiras... fez o criado, passando-lhe por condescendência a mão na cabeça. Não te podes queixar- eu também gosto de ti!

-Sim, sim: mas o casamento não ata nem desata! Dizia ela, soluçando.

-Ora! E que teríamos lucrado nós em temos já casado?...

-Que teríamos lucrado! Olha o disparate! Você talvez não lucrasse nada, mas eu?! Penso nisso todos os dias! Até estou mais magra! Lembrar-me só de que você é muito capaz de deixar-me neste estado... dá-me venetas de acabar com a vida!<sup>72</sup>

A inquietação de Cecília diante da possibilidade de perder a virgindade antes do casamento nos convida a refletir sobre os diferentes termos utilizados pelo autor para tratar da honra, considerando as distintas condições sociais e raciais. Sendo Cecília uma mulher pobre e pertencente à classe trabalhadora, é necessário repensar os referenciais disciplinadores que

<sup>71</sup> *Ibidem.*

<sup>72</sup> *Ibidem.*

pesavam sobre seus comportamentos. Embora houvesse normas de conduta distintas para homens e mulheres, nas quais a honestidade feminina estava diretamente vinculada à honra sexual, essas regras dialogavam de maneira particular com as experiências e costumes das mulheres pobres, diferenciando-se significativamente da forma como eram impostas às mulheres da burguesia.

Normas referentes à família burguesa podem ser analisadas no Brasil no estudo das teses defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro ao longo do século XIX. O saber médico buscava captar as diferenças de natureza entre os sexos a partir da forma como homens e mulheres reagiam ao amor e aos sentimentos em geral. Em análises das características anatômicas de ambos os sexos, muitas dessas teses chegavam à constatação de que a mulher seria mais frágil fisicamente que o homem e de que desta fragilidade física, advinham a "delicadeza e a debilidade da constituição moral da mulher". Considerada uma criatura "fraca por natureza", as "principais virtudes femininas" seriam a "sensibilidade, a doçura, a passividade e a submissão". Devendo a mulher ser posta sob a "proteção do homem, empenhando-se em cuidar do lar e dos filhos". Por outro lado, o homem caracterizava-se pelo "vigor físico e pela força moral", uma vez que, dominado por sua virilidade, o sexo masculino "amava menos que a mulher e seu interesse estava mais voltado para o gozo puramente sensual"<sup>73</sup>.

Como aponta Chalhoub, a construção e a difusão de um modelo dominante de relação entre homens e mulheres não se dão exclusivamente por meio da ordem médica. A imprensa, a literatura e o aparato jurídico também atuavam como instrumentos de disseminação de normas sobre amor, sexualidade e vínculos familiares, como os de paternidade e maternidade. Considerando as conotações de classe que atravessam as relações amorosas, é fundamental atentar para as "condições materiais de vida da classe trabalhadora", que permitiam experiências orientadas por "interesses distintos" daqueles presentes nas famílias abastadas. Essa distinção se evidencia nas relações ficcionais criadas por Aluísio Azevedo, como as de Philomena e Borges, ou Cecília e Roberto.

Dentre as questões que provocavam interferências no relacionamento de casais de classes mais baixas, estava o fato das mulheres exercerem atividades remuneradas, que garantiam o próprio sustento, contribuindo, dessa maneira, para que fossem liberadas da dependência econômica masculina. O desempenho das funções de doméstica, costureira,

---

<sup>73</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2012. Pp. 177-179.

parteiras entre outros, permitia uma relação mais simétrica entre ambos os sexos. Tal fator impedia que os homens exercessem maior grau de controle sobre suas parceiras. Uma vez que a maioria das mulheres pobres atuava não somente no espaço privado do lar mas também fora dele, já que necessitavam trabalhar para providenciar o sustento familiar<sup>74</sup>, o labor feminino acabava por constituir-se em um aspecto essencial de suas construções identitárias sociais. Ao contrário das mulheres de elite, essas mulheres tinham maior liberdade de locomoção pelas ruas da cidade, algo que, somado às suas experiências cotidianas, construíam uma conduta de vida mais ativa.

Cecília, descrita na narrativa como uma trabalhadora, que certamente contribuía para o sustento do casal, evidenciava que, apesar de sua relação com Roberto constituir-se em um relacionamento mais simétrico financeiramente, também possuía regras e limites muito bem definidos. De maneira implícita, a narrativa elucida que um dos propósitos da personagem com a venda de sua mão-de-obra era conseguir recursos para que a celebração de seu casamento fosse realizada e a união entre os dois fosse formalizada. Inicialmente, sua preocupação está centrada num princípio moral, dado o sonho de Cecília de se casar com o companheiro com quem já vivia informalmente. No entanto, conforme o diálogo se desenvolvia, a questão da honra da criada mostrou-se próxima dos modelos de comportamento estabelecidos pelos homens de letra que lutaram pela campanha da virgindade feminina.

O questionamento de Roberto sobre o que teriam "lucrado" caso já estivessem casados convida o leitor a refletir sobre as vantagens que as relações informais — ou seja, aquelas não legalizadas pelo casamento — representavam para os homens. Uma crítica semelhante aparece em *O Cortiço*, também de Aluísio Azevedo. Na história a personagem Bertoleza era caracterizada pelo narrador por se tratar de uma “crioula trintona” e ainda “escrava”<sup>75</sup>, que, após anos de trabalho para comprar sua carta de alforria, decide confiar suas economias ao português João Romão. Assim como Cecília, Bertoleza rapidamente aceita o convite do companheiro para viverem juntos. Astuto e interesseiro, João Romão utiliza o dinheiro da parceira para adquirir o terreno onde mais tarde seria construído o cortiço. Depois de anos de dedicação ao empreendimento do amante, Bertoleza é descartada em favor de Zulmira, uma jovem branca e virgem de apenas 17 anos. Dessa forma, Azevedo evidencia, em ambas as narrativas, que enquanto os homens se beneficiavam das relações informais ao contar com

---

<sup>74</sup> PEREIRA, Juliana da Conceição. Clubes dançantes e moralidade no Rio de Janeiro da Primeira República, *op.cit.*, 2017.p.75.

<sup>75</sup> AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. 1ª ed. (1890). São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2016. p.11.

mulheres que atuavam simultaneamente como “criada” e “amante”<sup>76</sup>, para as mulheres, a ausência de um vínculo legal significava vulnerabilidade moral, social e jurídica — sobretudo quando seus companheiros decidiam trocá-las por mulheres mais jovens e socialmente valorizadas.

Cecília, ao reivindicar a formalização do casamento, ressaltava a ideia de que Roberto “talvez não lucrasse nada” com o contrato, enquanto ela teria sua vida acabada se fosse deixada por ele, depois de toda intimidade compartilhada entre eles, no estado de mulher solteira. Arrependida de conceder o sexo antes do casamento, a cena da personagem entrava em confronto com o clímax do folhetim. Enquanto Philomena conquistava todos os seus desejos se recusando a se entregar ao marido, Cecília se humilhava e se conformava em uma dinâmica de poder, na qual o parceiro, mediante a situação amorosa explícita que possuíam, a controlava por meio do sexo. Reconhecendo que não seria considerada uma mulher apta diante dos padrões científicos de esposa honrada do século XIX, para se envolver com outros pretendentes, o casamento era considerado como um resguardo caso ela ficasse sem o parceiro. Em outras palavras, o folhetim convidava as leitoras a assumirem suas responsabilidades nas relações sexuais e escolhas de seus companheiros, demonstrando que o contrato conjugal formal compunha o espaço privilegiado para a prática do ato sexual. Fora desse lugar o sexo seria considerado leviano e doentio<sup>77</sup>.

Segundo Martha Abreu, a noção de “mulher honesta”, figurada pela manutenção da virgindade e do pudor das solteiras, assumia diferentes significados quando imposta às mulheres pobres. Isso porque, dada a necessidade do trabalho, o cuidado com o resguardo de seu corpo deveria ser dobrado, em razão da exposição a que se submetiam. Ao analisar o processo da “parda Lucinda Braga”, ofendida pelo crime de defloração em que o acusado era um homem rico, a pesquisadora analisa que criadas, “de condição humilde e baixa”, que se diziam iludidas pela promessa de casamento, no caso de Lucinda feita por um homem de “elevada posição social”, cediam porque queriam ceder segundo o olhar dos homens de leis da época<sup>78</sup>. Tal premissa indicava que o “estigma de aproveitadora” era carregado pelas mulheres que abrissem inquéritos contra homens de classes superiores, mas também contribuía para compreender a responsabilidade social que era designada às mulheres pobres, visto que estas

---

<sup>76</sup> SILVEIRA, Daniela Magalhães da. O cortiço das mulheres: classe, raça e gênero em *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, e nos jornais contemporâneos (1888-1891). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 15, p. 1–21, 2023.

<sup>77</sup> ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas Perdida: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2. Ed. -Campinas, SP:UNICAMP, 2024. p.101.

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 106.

precisavam ter ciência do lugar que ocupavam, assumindo a responsabilidade pelos abusos que sofriam.

Embora o romance *Philomena Borges* tenha direcionado a reflexão das leitoras quanto aos perigos de arranjos informais entre homens e mulheres, algo muito próximo daquilo que médicos e juristas procuraram educar e intervir em relações amorosas desviantes, que representassem uma ameaça à ordem sexual<sup>79</sup>, torna-se necessário nos atentarmos para aquilo que escapa às possíveis intenções do autor da obra. É possível que o que tenha despertado o interesse do público leitor do folhetim tenha sido justamente a presença de vozes como a de Cecília — uma criada amasiada e trabalhadora —, cuja fala poderia ressoar com a experiência de outras mulheres que, ao lerem o jornal, viam-se representadas em suas rotinas compartilhadas com os companheiros nos afazeres domésticos. Inseridas em um contexto no qual mulheres pobres raramente conseguiam provar que haviam sido enganadas, sendo frequentemente julgadas por não conseguirem comprovar seus “bons antecedentes”<sup>80</sup>, personagens como Cecília ofereciam voz, razão e sensibilidade às mulheres reais que partilhavam dessas vivências, criando uma ponte entre a ficção e a experiência cotidiana. Sua honestidade e caráter são qualidades afirmadas pelo próprio amo. O que de fato se colocava em questão pela criada eram os seus direitos perante a relação que cultivava com Roberto. Dessa forma, nos convém questionar como as leitoras que acompanhavam o periódico lidavam com a razão de seus relacionamentos, bem como com a luta pela manutenção de seus direitos, deveres e acesso aos seus corpos. No romance *Philomena Borges*, a mulher burguesa é retratada, sob a perspectiva da protagonista, como aquela que tem o privilégio de barganhar sua virgindade. Em contraste, as mulheres pobres, trabalhadoras e possivelmente não brancas já não possuem essa possibilidade, pois, segundo o narrador, teriam cedido aos seus instintos e se entregado ao amasiamento antes do casamento formal. Aluísio Azevedo constrói a personagem com certa autonomia, já que ela trabalha, mas, assim como Bertoleza em *O Cortiço*, acaba sendo conduzida pelo que o autor considera ser o instinto racial<sup>81</sup>. Essa representação evidencia como o romance, por meio de um narrador influenciado pelas teorias científicas de sua época, como o naturalismo e o determinismo, reforça a ideia de que a posição social da mulher era justificada por essas concepções. Essas personagens nos ajudam a entender como mulheres de diferentes classes e raças no século XIX questionavam seus interesses dentro de uma relação. Denúncias

---

<sup>79</sup> *Ibidem*, p.107

<sup>80</sup> *Ibidem*, p.126

<sup>81</sup> SILVEIRA, Daniela Magalhães da. O cortiço das mulheres: classe, raça e gênero em *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, e nos jornais contemporâneos (1888-1891), *op. cit.* p. 14.

de mulheres que encontravam outros meios possíveis de enfrentarem os parceiros durante o século XIX, também eram encontradas nas páginas dos jornais, produzindo diálogo com as experiências fictícias construídas por Aluísio Azevedo. Portanto, torna-se essencial investigar quais eram as possibilidades de recusa disponíveis para as mulheres que vivenciavam essa realidade naquele período e como essas escolhas eram interpretadas pelos homens de letras. Assim, analisaremos a seguir, relatos e debates de mulheres reais que se entrelaçaram com o processo de criação do romance, bem como as formas pelas quais lutaram pela conquista de direitos considerados justos.

### **3.4. Mulheres no Século XIX: Novas Possibilidades de Negação e Resistência**

Para compreendermos melhor como as personagens do romance *Philomena Borges* (Sabina, Chiquinha e Cecília) se inseriam em temáticas que evocavam o direito das mulheres sobre seus corpos, torna-se essencial analisar as experiências de mulheres reais registradas em periódicos e revistas ao longo do século XIX. Ao buscar mais informações sobre as principais questões relacionadas às mulheres e suas experiências conjugais, observa-se na *Gazeta de Notícias* um grande número de registros de mulheres casadas que reivindicavam a separação de corpos como forma de garantir seus direitos.

Temas como família, casamento e divórcio foram amplamente divulgados pelo jornal em que circulou o romance *Philomena Borges*. Tal interesse permeava as folhas por meio de colunas sobre crimes, que noticiavam maridos que agrediam suas esposas, casos de homicídio, anúncios sobre o tratamento de moléstias femininas, transformações no comportamento das mulheres entre outros tópicos. Mas o que chama a atenção desde os primeiros anos de vida do periódico é o interesse da *Gazeta* por retratar tema do divórcio e o constante movimento que buscou inserir as mulheres, como principais beneficiadas por esse direito. No segundo semestre de 1875 a *Gazeta de Notícias* destinou parte de suas páginas para a publicação de notícias relativas ao aumento do número de divórcios ligados à crise das relações matrimoniais no Brasil e no Mundo. Em 16 de agosto de 1875, por exemplo, ela comentaria a história de um casal que fora desposado na casa dos 70 anos, mas que, passados 4 anos, resolveram requerer ao divórcio. Já dia 10 de setembro do mesmo ano é publicado um caso de violência doméstica, no qual o marido, insatisfeito com a rotina de “cascudos” praticados pela esposa, resolveu revidar, o que acabou culminando com o requerimento de divórcio por parte da mulher. Pouco tempo depois, em dezembro de 1875, o jornal destacava as consequências da separação ao apresentar aos

leitores o caso de Singer, o inventor da máquina de costura<sup>82</sup>, cuja ex-esposa, após seu falecimento, de quem ele se divorciou em segundas núpcias, exigiu a revisão do testamento por requerer parte da fortuna como direito. Nos anos seguintes, o número de notícias sobre o divórcio só aumentou, demonstrando o interesse da folha pelo tema e pelos debates que circulavam na Europa sobre a secularização dos casamentos. Se na ideia do casamento como uma instituição sagrada, alimentada pela ideia religiosa de um laço que durasse até que a morte separasse os cônjuges, na prática, muitos casais procuravam uma saída do contrato matrimonial.

Os debates que envolviam a questão se estenderam com grande furor até a década de 1880, quando então foi noticiado o projeto de lei do deputado Naquet na França. A primeira menção à causa feita pelo periódico remete ao ano de 1879, na coluna “Cartas Portuguesas”, escrita por Ramalho Ortigão. De forma breve, o escritor português diz que Alfred Naquet seguia com “fins de justiça” percorrendo o interior da França espalhando ideias com “aspirações de liberdade e justiça” ao lutar pelo restabelecimento do divórcio<sup>83</sup>. O deputado Alfred Naquet promoveu, segundo ele, uma tenaz campanha na França em favor do restabelecimento da lei que autorizava o divórcio no país. Sendo o principal fomentador da questão, o deputado republicano foi apoiado pelo representante do legislativo León Renault e pelos dramaturgos Alexandre Dumas Filho e Emilio Augier. O direito ao divórcio datava no país ao ano de 1792, e havia sido abolido no dia 08 de maio de 1816, mediante o contexto do regresso conservador, pós Era Napoleônica. Desde então foi mobilizada uma vasta classe de intelectuais que lutaram para reaver o direito por meio de projetos apresentados na Câmara dos Pares. A escritora e polígrafa Maria Amália Vaz de Carvalho escreveu ao *Jornal do Comércio* em 1880, dizendo que a causa pelo direito era “um combate em que todos [tinham] descido a arena, até as mulheres”, e sendo a pauta de seu folhetim de notícias, a análise dos problemas levantados na obra *A Questão do Divórcio*, de Dumas filho, observa-se que a participação feminina no debate não foi levantada somente no continente europeu<sup>84</sup>.

Já no ano de 1883, poucos meses antes da publicação do romance *Philomena Borges*, o jornal voltaria ao tema em suas páginas. Em novo cenário político na França, a *Gazeta* trazia notícias do encaminhamento do debate sobre o divórcio naquele país. Segundo o noticiário internacional, que atualizava o andamento da “Reforma Jurídica” na França, o projeto de lei apresentado por Naquet acabou encontrando resistência ao chegar no Senado, visto que os

---

<sup>82</sup> Ver as edições de 16 de agosto, 10 de setembro e 28 de dezembro de 1875.

<sup>83</sup> “Cartas Portuguesas”, *Gazeta de Notícias*, 25/11/1879, p.1

<sup>84</sup> “Folhetim do Jornal do Comércio”, *Jornal do Comércio*, 17/03/1880, p.1; “Folhetim do Jornal do Comércio”, *Jornal do Comércio*, 30/03/1880, p.1



membros desta casa pertenciam em sua maioria à oposição. Sofrendo drásticas alterações, feitas pela comissão senatorial, que rejeitou o projeto original quase por inteiro, as novas disposições sobre o requerimento do divórcio ficavam da seguinte forma:

Em primeiro lugar, o divórcio não poderá efetuar-se simplesmente por consentimento mútuo. São necessárias causas determinadas, e, ainda assim, só poderá servir para dissolver os casamentos em que não haja filhos. A comissão pretende ir pouco a pouco, ao que parece.

Principia por admitir o divórcio nas uniões estéreis, talvez no intuito de ir preparando os costumes para uma revolução mais radical na instituição do casamento e da família. Serão causas de divórcio: o abandono, o adultério provado, ou mesmo o comportamento escandaloso de qualquer dos cônjuges, o atentado de um contra a vida, a saúde, a liberdade ou a honra do outro. No fim de três anos de separação judicial de pessoas, o divórcio pode também ter lugar.

Mas há uma disposição interessante, merece não passar despercebida. O cônjuge que der motivo ao divórcio e contra o qual, por conseguinte, ele for pronunciado, não poderá passar as segundas núpcias, senão por morte do outro cônjuge, casamento d'este, ou permissão escrita d'ele para o fazer.

Tal é o projeto a que a comissão senatorial deu preferência. Falta saber se se o senado está resolvido a acompanhar a comissão<sup>85</sup>.

O projeto de lei proposto por Alfred Naquet passou por inúmeras transformações ao longo do processo de votação. A primeira versão, datada de 6 de junho de 1876, considerada de “caráter muito liberal”, foi arquivada em março de 1877. No ano seguinte, em maio de 1878, foi apresentado um segundo projeto de lei, contendo numerosas restrições. Também sido rejeitado esse projeto, em 11 de novembro de 1881, Naquet apresentou uma terceira proposta de lei relativo para o restabelecimento do divórcio, que enfrentou uma nova onda de contrapropostas e alterações até que fosse aprovada a lei em 1884<sup>86</sup>. O texto, adotado pela República francesa em 1884, rejeitava o divórcio por mútuo consentimento. Moderado por essência, a nova lei tratou de limitar ao máximo o alcance de um direito, cuja exigência popular era incontrolável<sup>87</sup>, visto que desde a década de 1860 a demanda pela ruptura do casamento civil aumentava de maneira progressiva na França. Por sua vez, a *Gazeta* acompanhou de perto as articulações em torno do projeto que debatia a rescisão do contrato conjugal. Os colaboradores do jornal brasileiro não mediram esforços para demonstrar ao público leitor, ao longo do século XIX, que a jurisprudência seguiu obstinada a gerar obstáculos aos pedidos de

<sup>85</sup> *Gazeta de Notícias*, 12 de julho de 1883, p.2

<sup>86</sup> RONSIN, Francis. *Les divorciaires: affrontments politiques et conceptions du mariage dans la France du XIXe. Siècle*. Paris: Éditions Aubier, 1992, apud GARZONI, Leric de Castro. *Arena de Combate: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX)*. Tese de Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2012,

<sup>87</sup> *Ibidem*

rutura do vínculo conjugal<sup>88</sup>. Em artigo do dia 20 de março de 1884, criticava-se a permanência do status de dependência entre as partes envolvidas após a adesão ao divórcio, visto que “o cônjuge que der motivo ao divórcio (...), não poderá passar as segundas núpcias, senão por morte do outro cônjuge, casamento d'este, ou permissão escrita d'ele para o fazer”<sup>89</sup>. Desse modo, os acontecimentos da Europa levantavam questionamentos em outros países, revelando que estava em curso transformações no controle jurídico da instituição matrimonial.

Quando noticiada a aprovação da Lei Naquet no Brasil, em setembro de 1884, o jornal de Ferreira de Araújo produziu considerações relevantes no que dizia respeito à necessidade da inserção do casamento na esfera civil. Descrito como “um princípio de moral” que “em nada altera os sentimentos do *ménage* honesto”, o divórcio era posto como um direito que “não se [fazia] para os casais felizes”, mas sim para os que, não podendo “rasgar o contrato que fizeram de comum acordo e por livre vontade”, se “desmoralizavam e se prostituíam”. O direito conquistado, segundo o jornal, era benefício dos que congregaram “uniões impensadas”, “resolvidas em dias sem as duas criaturas terem tempo de se conhecer”, “feitas apenas por especulação onde a sacrificada é a mulher”, produzidas por meio de chantagens “onde o sacrificado é o homem”. Nesse sentido, para os correspondentes do jornal em Paris, o divórcio vinha para “evitar ou o sacrifício ou a prostituição da mulher, a imoralidade do marido, as relações ilícitas, tudo quanto constitui um ataque a dignidade conjugal” e que aumentava descomunalmente em razão do impedimento jurídico de desatar os laços. De acordo com o artigo, poucos dias após a aprovação da legislação, o número de requerimentos em benefício da lei não se tornou exorbitante, como afirmavam os opositores da nova legislação. Por outro lado, os casais que pelos “romances e dramas” andavam a “suspirar pelo divórcio”, com a publicação

---

<sup>88</sup>Próximo a autorização da Lei do Divórcio na França, a *Gazeta* apresentou em março um artigo que indicava a proximidade da conquista do direito na França. Contudo, as resoluções do projeto descritas no periódico não deixaram passar as insatisfações quanto às resoluções apresentadas à comissão senatorial, descritas pelo redator como uma “pastelaria, que não satisfaz os adversários e nem os partidários do divórcio”. De acordo com o artigo, afiguravam na França como requisito para a dissolução do matrimônio quatro casos: “1º A morte de um dos cônjuges; 2º Por ausência declarada; 3º Por condenação de uma pena perpétua, quando o outro não tiver sido cúmplice, nem houver tirado proveito do ato criminoso; 4º Por divórcio legalmente pronunciado.” O divórcio só poderia ser pronunciado se não houvesse filhos na relação e dentro das seguintes situações: 1º “No caso de abandono da parte de um dos cônjuges nos dois primeiros anos de casamento. 2º Por adultério provado, ou comportamento escandaloso durante o mesmo período. 3º No caso de atentado de um cônjuge, contra a vida, a saúde, a liberdade, ou a honra do outro.” Nos dois últimos casos o divórcio não poderia ser pronunciado enquanto não houvesse a tentativa de reconciliação entre os casais, e “no fim de um ano apresentada a petição ao juiz”. Pouco tempo depois, em agosto, o jornal anunciou a publicação da lei que autorizava o divórcio na França. No mesmo artigo eram apresentadas as estimativas que alegavam que mais de 6000 pares de cônjuges viviam separados na França, sendo estimado que a maioria destes fossem aproveitar o benefício da lei “para romper definitivamente o laço matrimonial”. Além disso, o jornal afirmava que os escritórios de advogados já estavam “cheios de documentos e peças necessárias para a instauração de respectivas ações”. Ver: “O divórcio em França”, *Gazeta de Notícias*, 20/03/1884, p.1; “Política do Velho Mundo”, *Gazeta de Notícias*, 24/08/1884, p.1

<sup>89</sup> “O divórcio em França”, *Gazeta de Notícias*, 20/03/1884, p.1

da lei “estalam beijos felizes pelas alcovas conjugais<sup>90</sup>”. Por meio dessa extensa cobertura, a *Gazeta*, em artigo da seção “Correio de França”, via a nova lei como superior aos efeitos negativos apontados pelos opositores, tal como a desintegração da instituição do matrimônio.

No Brasil, enquanto se assistia aos entraves enfrentados pelos legisladores em demarcar o divórcio na tradição da luta por uma república laica<sup>91</sup>, eram noticiadas pela *Gazeta* várias petições de divórcio, em número crescente, intentadas, em sua maioria, por mulheres. De acordo com Francis Ronsin, na França, entre 1840 e 1883, os pedidos de separação aumentaram regularmente em uma média de 7% ao ano e a maioria dos litígios conjugais eram iniciados por mulheres. Por meio dessas informações conseguimos compreender um pouco melhor as transformações pelas quais a família e a sociedade passaram ao longo do século XIX, sendo nítida a influência iluminista no processo de laicização do Estado e o progresso no controle jurídico da instituição matrimonial. A publicação de histórias de casais e suas diferentes formas de lidar com situações conflituosas<sup>92</sup> foi uma estratégia do periódico carioca para expor problemas na estrutura conjugal, carente por reformas. Como veremos a seguir, além de noticiar os debates internacionais que versavam sobre o divórcio, o jornal carioca decidia levar o tema dos contratos e de suas desavenças não só para seu rodapé, como no romance-folhetim *Philomena Borges*, como divulgava processos de separação em curso no Brasil, os quais demonstravam o protagonismo feminino quando o assunto era ruptura das reações conjugais.

A atenção dada pela *Gazeta* ao tema das relações matrimoniais contribui para a compreensão do repertório de situações e histórias que circulavam pelas páginas do jornal e podem ter inspirado jornalistas e literatos a tratarem do assunto em seus escritos. As deficiências presentes nos casamentos, responsáveis por fomentar notícias de violência, adultério e homicídio podem ter inspirado a preocupação dos intelectuais da época, fomentando o debate sobre a dissolução dos contratos matrimoniais. Certamente, o romance que tratava sobre a vida conjugal de Borges e Philomena não deixava de ecoar tais anseios sobre a reorganização do casamento burguês frente às novas demandas do tempo.

---

<sup>90</sup> “Correio de França”, *Gazeta de Notícias*, 05/09/1884, p.1

<sup>91</sup> RONSIN, Francis. *Les divorciaires: affrontments politiques et conceptions du mariage dans la France du XIXe. Siècle*. Paris: Éditions Aubier, 1992, *apud* GARZONI, Leric de Castro. *Arena de Combate: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX)*. Tese de Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2012, p.186.

<sup>92</sup> Sobre a moda oitocentista de representar casais em situações de conflito, seja no teatro ou na literatura, conferir as peças teatrais que também tematizaram o divórcio e eram divulgadas pela *Gazeta de Notícias*: “*Divorçons*”, “Daniel Rochat” e “Odett”. Ver: “Divorciemo-nos”, *Gazeta de Notícias*, 22/09/1881, p.2; “Teatros em Paris”, *Gazeta de Notícias*, 19/12/1881, p.2 e “Teatros em Paris”, *Gazeta de Notícias*, 20/12/1881, p.2; Ronsin, Francis. *Les divorciaires: affrontments politiques et conceptions du mariage dans la France du XIXe. Siècle*. Paris: Éditions Aubier, 1992, p.11.

Repensar as configurações dispostas sobre as relações matrimoniais no Brasil mostrou-se um exercício constante da *Gazeta de Notícias* desde sua fundação. Ao publicar em suas colunas as discussões que pautavam sobre o casamento civil, casos de violência envolvendo maridos e esposas, o papel das mulheres na esfera pública e os debates políticos em torno da adesão da lei do Divórcio, a *Gazeta*, composta por um time de intelectuais essencialmente masculino, permitia que o público enxergasse suas diferenças ideológicas quanto aos temas que estavam em disputa<sup>93</sup>. Nos telegramas que chegavam da Europa e eram escolhidos para serem publicados no jornal era possível perceber o quanto o tema do divórcio estava na ordem do dia dos interesses de jornalistas e escritores brasileiros, visto que os projetos de Alfred Naquet, apelidado pelos redatores da *Gazeta* como o “evangelizador do divórcio”<sup>94</sup>, foram amplamente comentados e abordados pela folha.

Críticos dos aparatos religiosos que mediavam os conflitos conjugais, os jornalistas do periódico não economizaram esforços para demonstrar as falhas do sistema jurídico responsável por atribuir à Igreja Católica a responsabilidade sobre as uniões conjugais. Nesse cenário, a oposição religiosa ao divórcio foi analisada e seus argumentos foram debatidos pela folha, por vezes com muita ironia. Em março de 1881 o político conservador, considerado “ministro dos cultos”, o Sr. Gazot, justificou a recusa ao divórcio como uma luta contra o “atentado a constituição familiar”, vista como “a *pedra angular da sociedade*”. Os redatores não tardaram em recorrer à sátira para alegar que, seguindo esse raciocínio, “Estados Unidos”, “Alemanha”, “Inglaterra”, “Bélgica”, “Holanda” e outros países que, “tendo consignado o divórcio na sua legislação”, não teriam então a tal “*pedra angular*”. Apelidados de “inimigos da república”, os opositores da lei foram acusados pelo jornal de “explorar a credulidade dos bons camponeses, em especial o elemento feminino”, fazendo com que acreditassem que, com a aprovação do divórcio, “os maridos iam ter a faculdade de despedir as mulheres, como quem despede um criado”<sup>95</sup>. Nesse processo, as mulheres foram inseridas na discussão sobre a institucionalização do divórcio não só por meio de discursos moralistas, que buscavam situá-las como a base da instituição familiar, mas também por meio da análise de dados e estatísticas que apontavam a necessidade da conquista do divórcio para que se fosse alcançada a liberdade dentro de casamentos tidos como opressores e violentos.

---

<sup>93</sup> BRITO, Maria Luzia Alves. *As mulheres da Semana: construção de personagens femininas na crônica machadiana*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017, p.15

<sup>94</sup> “A Festa de Victor Hugo”, *Gazeta de Notícias*, 03/04/1881, p.1

<sup>95</sup> “Correio de França”, *Gazeta de Notícias*, 08/03/1881, p.1

Enquanto no contexto internacional vários países enfrentavam as questões do casamento civil e do divórcio, no Brasil, os intelectuais e a grande imprensa usufruíam da popularidade conquistada pela polêmica lei Naquet, para refletir sobre a secularização do matrimônio no país. Ao mesmo tempo em que a redação do jornal de Ferreira de Araújo explorava os desdobramentos sobre a temática e seus entraves no congresso, apareciam nas folhas mulheres que, assim como as personagens literárias de Aluísio Azevedo, analisadas por essa pesquisa, faziam ecoar nos jornais suas ações no mundo público, por intermédio dos escritores. Dentre essas informações, intercalavam-se notícias sobre as crises do sistema conjugal com a publicação de petições de divórcio, intentadas em sua maioria por mulheres brasileiras. Vale ressaltar que o divórcio no Brasil só foi permitido legalmente em 1977. No século XIX, divórcio referia-se à separação legal de corpos e esta era permitida durante o primeiro ano de casamento, em casos que os esposos resolvessem seguir a carreira religiosa, ou se ocorresse “fornicação espiritual”, ou ainda em caso de sevícias graves e de adultério cometido por apenas um dos nubentes<sup>96</sup>.

Os processos, quando postos em diálogo com o repertório de informações que circulavam sobre a temática, compunham um movimento interessante, que denunciava a necessidade de organizar as famílias brasileiras, atribuindo ao Estado a responsabilidade de legitimar o casamento e de propor direitos e deveres tanto para as uniões quanto para as quebras de contrato. Pelas entrelinhas, também era possível observar o quanto as mulheres que surgiam nessas seções, congregavam as mesmas insatisfações que, as personagens de Aluísio Azevedo, tinham com os seus parceiros. Em maio de 1876, por exemplo, a *Gazeta* decide trazer ao seu leitor uma espécie de panorama dessa questão, publicando alguns dados estatísticos sobre pedidos de ações de divórcio em Portugal, desde que tinha entrado em vigor o Código Civil naquele país. Segundo a notícia:

Desde que está em vigor em Portugal o código civil tem-se proposto as seguintes ações de divórcio: no ano de 1868, 10,9 intentadas pelas mulheres e 1 pelo marido; em 1869, 21,17 por mulheres e 4 pelo marido; em 1870, 25,19 intentadas pelas mulheres e 6 pelos maridos; 1871, 20,14 pelas mulheres e 6 pelos maridos; 1872, 30,27 intentadas pelas mulheres e 3 pelos maridos; 1873, 33,21 intentadas pelas mulheres e 12 pelos maridos; 1874, 25,16 intentadas pelas mulheres e 9 pelos maridos; 1875, 18,15 intentadas pelas mulheres e 3 pelos maridos; e no presente ano, até 5 de abril, 5,3 intentadas por mulheres e 2 pelos maridos; total de 187, ou seja 141 pelas mulheres contra 46 pelos maridos, na proporção elevada de 36 por mulheres para 1 homem<sup>97</sup>.

<sup>96</sup> MATTOSO, Kátia de Queirós. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988. pp. 44-45.

<sup>97</sup> *Gazeta de Notícias*, 01/05/1876, p.2.

A notícia revela que, desde o final da década de 1860, os pedidos de divórcio em Portugal beneficiavam mais as mulheres do que os homens, atingindo seu auge em 1873. Quando cruzamos os dados da pesquisa portuguesa, com os relatos que levavam as mulheres a recorrerem a separação, tornava-se comum para os leitores relatos de vítimas da brutalidade de seus maridos, que buscavam a separação como forma de proteção. Ao destacar o aumento significativo de pedidos de divórcio, predominantemente requeridos por mulheres, o jornal alerta o público nacional de que o desejo feminino de romper o matrimônio evidencia que, na maioria dos casos, o casamento era mais prejudicial para elas.

Uma das primeiras referências encontradas sobre a ação das mulheres em situações conjugais adversas aparece na seção de “Publicações a Pedido” da *Gazeta de Notícias*, no dia 25 de dezembro de 1877. A autoria do anúncio, assinada como “as roscas dependuradas”, deixa dúvidas quanto ao gênero do escrito. Contudo, numa leitura a contrapelo, é possível perceber que estava em curso um processo de divórcio, conhecido publicamente, no qual o esposo, denunciado como um “*desgraçado*”, estaria usufruindo de sua posição para “iludir a opinião pública” em seu favor durante o pleito de separação:

Há homens que andam em completo *divórcio* com a vergonha, ostentam até como um padrão de glória, as imoralidades que praticam no próprio lar e perante as *filhas de menor idade*. Aliciam parentes *bêbados para* jurar contra sua mulher, caluniando e arrastando pela lama caracteres virtuosos, que só poderiam ser acusados de haver resistido aos conselhos perversos do marido, que queria mercadejar com a sua própria honra. O público brevemente terá notícias dos horrores que se passam no *antro* da rua do Uruguay, no Andarahy, e pasmará diante da *hipocrisia do desgraçado*, que n’esta sociedade em que vivemos tem sabido iludir a opinião pública. A máscara há de cair, e as chagas que se escondiam através dela aparecerão em toda a sua hediondez<sup>98</sup>.

As acusações feitas sobre o marido “perverso” e imoral tornaram a se repetir no dia 19 de dezembro de 1878. Desta vez, é possível perceber a iniciativa de uma mulher que decide abandonar seu marido. O texto é escrito, ao que tudo indica, para criticar e desmascarar um “hipócrita” não identificado. O que se sabe é que essa figura masculina, alvo do artigo pago, é definida por meio de suas imoralidades e acusada de representar um “perfeito antro de infâmias”, com “coração corrompido e de fera”, “miserável até a sociedade e no centro da família”<sup>99</sup>. Chamado de filho maldito, já que mandou proceder contra a própria mãe o “exame de sanidade para acautelar míseros vinténs”, de mau pai, porque negou aos filhos o ensino, já que eram todos “analfabetos” e, por fim, de um “mau marido”, já que:

<sup>98</sup> “Divoróvio”, *Gazeta de Notícias*, 25/12/1877, p.3. É provável que a grafia do título do anúncio tenha sido publicada com erro de tipografia. Segue na nota de rodapé, o registro conforme publicado.

<sup>99</sup> “Um hipócrita desmascarado”, *Gazeta de Notícias*, 19/12/1878, p.3.

Amaldiçoado também pela mulher que o abandonou, cansada de sofrer toa a sorte de mártires, inclusive a humilhação, em seu próprio lar, de se ver dirigida, e seus filhos pelas escravas, amasias do perverso, a quem se dava até a autoridade de insultá-la! Ofendida assim em seus brios, deixou-o, e creia o maldito, para nunca mais voltar tentando a ação de divórcio perpétuo, e a de elementos que chegaram ao seu fim<sup>100</sup>.

Na escrita, é nítida a denúncia veemente de um marido “perverso”. Os adjetivos utilizados para caracterizá-lo, aliados a uma descrição criteriosa dos relacionamentos conturbados que constituiu enquanto filho, marido e pai, levantam indícios de que o anunciante poderia ser a própria esposa em razão da enumeração circunstanciada de eventos referentes a vida conjugal e familiar. Outro ponto que pode indicar a possibilidade de o anúncio ter sido escrito pela mulher é o objetivo da publicação, que busca fazer justiça a uma mulher que se encontra em desvantagem durante o processo de pleito de divórcio, devido as calúnias de um marido que tentou “mercadejar com a sua própria honra”. No segundo apelo anunciado, informa-se que dentre os “horrores” que foram alegados sobre a esposa na “contrariedade ao libelo de divórcio”, o marido afirmou que ela “se oferecia aos amigos e até *aos negros da cozinha*”. Tal informação explicita o argumento de que o esposo teria tentado comercializar a “honra” de sua mulher e, durante o julgamento, criando uma narrativa caluniosa sobre a conduta moral da vítima, visto que ela teria “resistido aos conselhos perversos do marido”<sup>101</sup>. Essa notícia nos leva a refletir sobre o peso imposto à honra feminina, especialmente quando os narradores buscavam desmerecê-las. O marido hipócrita tentava reverter a opinião pública a seu favor, ao acusar a esposa de se oferecer aos homens, assim como Aluísio Azevedo retratava suas personagens femininas. Philomena se insinuava ao imperador mesmo sendo casada; Sabina supostamente traía o marido e o fazia criar um filho bastardo; Chiquinha, apesar de sua riqueza, aceitava o convite de um homem também comprometido. Essas situações, recorrentes tanto na literatura quanto nos periódicos, evidenciam como o comportamento feminino era constantemente debatido, com o objetivo de disciplinar não apenas a moralidade, mas também a conduta sexual.

Dois meses após este anúncio, encontramos nas folhas mais uma mulher desejosa de divorciar-se de seu marido. Em artigo intitulado “Segurança Pública” e assinado por “Moralidade”, o texto busca atrair a atenção do “chefe de polícia”, o senhor Tito de Mattos, para o “desacato brutal que ameaça uma pobre e infeliz senhora”. O artigo diz ter o intuito de “prevenir cenas que tanto envergonham a decência e pedem corretivo eficaz à parte criminoso

---

<sup>100</sup> *Ibidem*.

<sup>101</sup> *Ibidem*.

que envolvem”. No texto, fala-se de uma “infeliz senhora” que se exila da Corte, em “lugar bem distante dos botes do malvado” que por uma “*excrecência ignóbil*, chama-se marido”. Na defesa da mulher, prossegue dizendo que, “tomada de justo receio de novos atentados contra sua vida e seu pudor”, a mulher decidira “mover ação de divórcio contra o algoz que a persegue”. Também é solicitado à polícia “que preserve os dias dessa infeliz senhora, já que não foi possível preservar-lhe a honra dos apuros em que a colocou e continua a colocar”. Ao reclamar a proteção da “desditosa senhora” ao chefe de polícia, ciente da sua responsabilidade para com “a previsão de quem zela os bons costumes e de quem sabe prevenir a prática dos crimes torpes”, o escritor do artigo, assim como no anúncio anterior, deixa claro que casos de violência doméstica, como esses, seriam assuntos de “Segurança Pública” e deviam ser tratados como de responsabilidade civil. Outro indício interessante apresentado no artigo é que o crime cometido contra o “pudor”<sup>102</sup> da senhora, sugeria uma denúncia de crime sexual praticado pelo cônjuge, em tempos em que se achava que o marido teria todos os direitos sobre o controle do corpo feminino.

Novamente as publicações sobre pedidos de divórcio feitos por mulheres revelam um aspecto comum: a relação entre a separação e a honra feminina. Segundo Sueann Caulfield, em *Em defesa da honra*<sup>103</sup>, a moralização da honestidade sexual das mulheres estava diretamente ligada à manutenção das relações familiares. Assim, havia um esforço para preservar a moral pública e os valores familiares, vinculados a uma honra concebida como nacional. No final do século XIX, engenheiros, políticos, médicos sanitaristas e autoridades policiais, conforme aponta a autora, concordavam com os juristas ao assumir a responsabilidade de proteger a honestidade feminina por meio da defesa das famílias. Nesse contexto, as autoridades atuavam para impedir que as chamadas “classes perigosas” se misturassem com as famílias “honestas”, em um projeto de “higienização” e “moralização” das cidades. Sob essa perspectiva, as tentativas de controle sobre o corpo feminino podem ser interpretadas como um mecanismo externo de controle social, contra o qual as mulheres lutavam para resguardar sua reputação e seus direitos. Martha Abreu analisou casos de mulheres vítimas de violência que, assim como a “infeliz senhora” que protestava contra as agressões do marido “malvado”<sup>104</sup>, recorriam à justiça para denunciar crimes de defloração, buscando comprovar sua honra e dignidade<sup>105</sup>.

<sup>102</sup> Moralidade, “Segurança Pública”, *Gazeta de Notícias*, 15/01/1879, p.2.

<sup>103</sup> CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*, op. cit., pp.109-110.

<sup>104</sup> Moralidade, “Segurança Pública”, *Gazeta de Notícias*, 15/01/1879, p.2.

<sup>105</sup> ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*, op. cit., p. 72



Dessa forma, assim como a sexualidade e a reprodução eram temas de interesse político, a violência sexual quando ocorrida dentro dos casamentos, evidenciava a necessidade de intervenção no que tange aos direitos dos maridos no Brasil, legitimando as ações de divórcio movidas por mulheres que sofriam abusos de seus maridos.

Pensando a partir das situações cotidianas dos casamentos no Brasil, e em casos de tensão e conflito, chama atenção uma notícia publicada na primeira página da *Gazeta de Notícias* no dia 7 de janeiro de 1880. Nela, encontramos a denúncia feita originalmente pelo jornal *Sapucaense* de um “ato de verdadeira barbaridade”. A notícia trata de um episódio em que um marido castiga a esposa pelos mesmos métodos e ferramentas aplicados contra escravizados:

Francisco Batista de Oliveira, morador na freguesia de S. José do Rio Preto, deste termo, acaba de cometer um desses atos bárbaros, que a própria pena repugna descrever.

Achando-se este individuo em casa, em plena harmonia com sua mulher, no dia 13 de dezembro passado, aconteceu magoar-se de repente com esta, ao que parece, por questões de ciúmes com uma escrava que possuem, e trocaram palavras inconvenientes que deram em resultado tornar-se Oliveira tão furioso que agarrou sua mulher e a referida escrava, amarrou-as no engenho, começando em seguida com um chicote a vergalhar-as rigorosamente!

Acontecendo, porém, durante este bárbaro castigo, quebrar-se a argola que prendia o chicote, o famigerado Oliveira mandou por um seu filho menor buscar uma palmatória, com a qual, apesar das súplicas de algumas senhoras que haviam acudido aos gritos das vítimas, começou a dar palmatoadas por toda a parte do corpo destas.

Chegando felizmente nessa ocasião, o inspetor de quartelão, José Leopoldo Iborahy, deu voz de prisão a Oliveira, o qual resistiu a ela por meio de ameaças e impropérios, declarando que a sua intenção era fazer arrastar as pacientes amarradas a cauda de um animal, que para isso já se achava preso.

Que monstro! Tem de humano só a forma<sup>106</sup>.

O crime é descrito na reportagem de forma a chocar os leitores. Castigar a esposa tal qual castiga suas escravizadas talvez fosse um dos elementos que mais produzissem o horror nos leitores da *Gazeta*. O caso repercutiu em vários periódicos da década de 1880, sendo a *Gazeta*, *O Conservador*<sup>107</sup> e *O Cearense*<sup>108</sup> os jornais responsáveis por divulgar o ato de selvageria e truculência de um marido que tratou a sua esposa branca como se escrava fosse, ao conceder a ela o mesmo tipo de castigo destinado aos seus escravizados. Os impressos referem-se a reportagem publicada pelo *Sapucaense*, mas aproveitam a chamada da narrativa para expressarem a indignação. A *Gazeta* adiantou aos leitores que as próximas linhas prenunciavam “um ato de verdadeira barbaridade” e publicou logo na primeira página a história que prometia

<sup>106</sup> “Barbaridade”, *Gazeta de Notícias*, 7/01/1880, p.1

<sup>107</sup> “Barbaridade”, *O Conservador*, 20/01/1880, p.2

<sup>108</sup> “Que Verdugo!”, *O Cearense*, 11/01/1880, p.3

escandalizar. Pouco tempo depois *O Cearense* publicou a notícia sob o apelo “Que Verdugo!” chamando a atenção para o homem responsável pela violência corpórea brutal cometida contra a própria mulher. *O Conservador* aproveitou-se da chamada produzida pela *Gazeta* e reproduziu a mesma descrição do jornal de Ferreira de Araújo.

O fato de a esposa ser tratada tal como uma escravizada, soava aviltante. Em tempos nos quais os direitos dos maridos eram questionados no casamento, o ato de barbaridade certamente atraía a atenção daqueles que liam a notícia. Em agosto de 1877 foi anunciado na *Gazeta de Notícias*, na seção de “Livros Baratos”, uma obra chamada *Deve um homem casado bater em sua mulher?* Mesmo não encontrando o livro em versão digitalizada, é relevante saber que, já nos anos 1870, o debate sobre os direitos do marido sobre a esposa circulava no Brasil<sup>109</sup>. É provável que a *Gazeta* tenha aproveitado a repercussão do caso para dialogar com a pauta com que vinha trabalhando desde sua fundação, o divórcio, que mesmo sem fazer parte dos propósitos dos editores, evidenciava mulheres reais enfrentando situações de impasse em seus casamentos nos permitindo pensar sobre a experiência histórica que inspirou Azevedo. Ao enfatizar os direitos do marido sobre o corpo da esposa sob a perspectiva da violência, a narrativa fortalecia o argumento de que era necessário repensar a regulamentação dos contratos matrimoniais, de modo a estabelecer, por meio da legislação estatal, os limites do que seria permitido ou negado na esfera privada.

No mesmo ano, no dia 17 de março de 1880, Rosalinda do Val de Azevedo propôs, em primeira pessoa, uma ação de perpétuo divórcio a seu marido, “o capitão de fragata” Antônio Mariano de Azevedo. A senhora foi a público prevenir a população de “que nenhum negócio se [fizesse]” com o marido “até final decisão do dito pleito”, pois ela havia tido conhecimento de que o esposo estava “promovendo a venda da herança” cabida à anunciante por partilha, “pelo falecimento de sua mãe D. Felicidade Perpétua Pires do Val”. Além disso, Rosalinda reivindicava “usar dos seus direitos contra quem, a despeito deste aviso, celebrar qualquer contrato” em seu prejuízo “com o referido marido”<sup>110</sup>.

A necessidade de usufruir dos direitos sobre a herança conquistada após o falecimento de sua mãe nos leva a questionar o divórcio como solução para a independência financeira das mulheres. Sendo a maioria dos casamentos contraídos em um sistema de comunhão de bens, era comum que o marido fosse o administrador dos patrimônios trazidos pela esposa à relação e conquistados durante o casamento. Em Diamantina, por exemplo, Luiza, uma mulher de 20

<sup>109</sup> “Livros Baratos”, *Gazeta de Notícias*, 23/08/1877, p.4.

<sup>110</sup> *Gazeta de Notícias*, 17/03/1880, p.5

anos, moveu um pedido formal de divórcio em 1882, após quatro anos de casada, alegando adultério, abandono do lar e um casamento sem afeição. No processo consta que o marido pôs toda a herança a perder, esbanjando-a com mulheres e embriagando-se pelas ruas, sendo necessário que o irmão de Luiza ajudasse com o sustento do lar<sup>111</sup>. O caso de Rosalinda, não muito tempo antes do de Luiza, demonstra publicamente a insatisfação da anunciante com a vida de casada. Sabendo das dificuldades encontradas por uma mulher divorciada sem bens que lhe ajudassem com os custos de sobrevivência, a proponente entra com o pedido de divórcio perpétuo, optando por anunciar a ilegalidade do comércio de sua herança nos jornais, na esperança de que se aceito o pleito, estaria garantido o seu sustento. A pesquisa sobre o caso de Luiza nos auxilia a compreender Rosalinda a partir do pouco que se revela sobre ela, visto que a vítima, além de interpelar por justiça diante as extravagâncias do seu marido, busca assegurar a sua sobrevivência por meio da segurança financeira.

As temáticas que abordavam os casos de mulheres reais, vítimas da violência de seus maridos, continuavam a ser noticiados e amarrados as causas dos pedidos de separação, como alternativas possíveis para que essas figuras se desvencilhassem de seus agressores. No dia 20 de outubro de 1881, foi divulgado um crime no qual o espanhol Eduardo del Pino e Fernandez baleou e feriu gravemente sua esposa, Maria Catharina. A reportagem afirma que “o casal vivia em completa discórdia”, o que fez com que a mulher “propusesse ação de divórcio perante o juízo eclesiástico”, que “nomeou a João Baptista Giorelli” como seu “depositário”. Também é informado que a mulher havia deixado a casa de seu marido há 15 dias, tendo ela procurado abrigo no hotel de seu depositário, permanecendo nele “apesar das ameaças constantes de seu marido, que dizia não a querer naquele lugar”. No dia 19 de outubro, o marido tomou um cocheiro rumo ao hotel de Giorelli e não o encontrando, “foi ao aposento onde se achava Maria Catharina”, que “estava tranquilamente entretida em costurar”. Contudo, ao “avistar seu marido, ficou tão aterrada com a sua presença, que começou a gritar por socorro, procurando fugir”. Nesta ocasião, o marido que se encontrava “armado com um revólver carregado”, “disparou sobre sua mulher” seis tiros, sendo que um a feriu “gravemente no lado direito das costas”<sup>112</sup>.

No ano seguinte ao crime, a *Gazeta* divulgou o julgamento de Eduardo del Pino, após a tentativa de assassinato contra sua esposa. O interrogado disse que “tendo-se casado com D. Maria Catharina, tomou por padrinho a Giorelli”, o qual “por diversas vezes o aconselhou a

---

<sup>111</sup> SANTOS, Dayse Lúcida Silva. *Entre a norma e o desejo: tensões na vida conjugal diamantinense no processo de mudança social de 1863 a 1933*. Dissertação (Mestrado) -FAFICH, UFMG. Belo Horizonte, 2003.

<sup>112</sup> “Tentativa de Assassinato”, *Gazeta de Notícias*, 20/10/1881, p.1.

separar-se de sua mulher e de dividir os bens”. O marido também alegou que “encontrou” sua esposa “com pessoas estranhas no brinquedo de bisnagas e D. Carmelita Giorelli” e por esse motivo cortou relações com o padrinho. Durante o processo de divórcio, considerou “inconveniente” que “sua mulher fosse para um hotel”, e tentou “impedir o divórcio” e escrever a “Giorelli para deixar que sua mulher saísse dali”. No dia do crime, Eduardo del Pino “foi a comarca eclesiástica” e insatisfeito com a decisão do sacerdote, resolveu ir até o hotel, resguardado por um revólver, para caso “Giorelli o pudesse espancar”. Ao encontrar sua mulher “concertando roupas do hotel, serviço este que não lhe agradou”, o marido que já se encontrava “com a cabeça perturbada”, atirou na esposa, que se assustou com a sua visita<sup>113</sup>.

O caso de D. Maria Catharina representa outro processo de divórcio, no qual o marido se recusa a acatar o pedido de separação, por não concordar com a partilha dos bens. O mais provável é que a nomeação do padrinho como depositário, pelo tribunal eclesiástico, tenha enfurecido o esposo que perdeu o controle sobre as propriedades da mulher, a qual aparentemente era dona do hotel “Leão de Ouro”<sup>114</sup>. Na reportagem do crime, a *Gazeta* informa que Eduardo del Pino possuía “37 anos de idade” e era “um homem bastante robusto”, já sua mulher era “idosa e achava-se muito enfraquecida por estar enferma”<sup>115</sup>. Comparando os dados da reportagem com o processo de julgamento, é possível que os ciúmes do réu para com a esposa, caracterizada por frequentar ambientes com “pessoas estranhas”, tenha provocado o ímpeto de violência cometido. No entanto, a agressividade do cônjuge torna-se fator inegável nesta relação, sendo possivelmente um dos fatores que levaram D. Maria Catharina, a entrar com o processo de divórcio perpétuo.

Assim como Rosalinda e D. Maria Catharina, outras mulheres foram à público clamar pelo direito de se verem livres daqueles que lhes representavam uma ameaça. Dona Henriqueta Augusta de Brito<sup>116</sup>, mesmo sem saber escrever, percebeu que estava sendo ludibriada por seu marido, Francisco José de Oliveira Brito, após mover uma ação de divórcio contra ele. Com a ajuda de Antônio Carvalho de Oliveira Guimarães, a anunciante previne ao público “que não serão admitidas dívidas que o mesmo seu marido tenha contraído ou venha a contrair em prejuízo da anunciante”, pois ela “não convive já há muito tempo” com ele. O mesmo anúncio torna a se repetir nos dias 03 e 07 de setembro do mesmo ano, ampliando a divulgação da ilegalidade de vendas e compras em seu nome, com o intuito de impedir que a alegação da

<sup>113</sup> *Gazeta de Notícias*, 23/03/1882, p.2

<sup>114</sup> *Gazeta de Notícias*, 23/03/1882, p.2

<sup>115</sup> “Tentativa de Assassinato”, *Op.cit.*, p.1.

<sup>116</sup> “Ao Público”, *Gazeta de Notícias*, 30/08/1882, p.2.

“ignorância” pública seja utilizada contra a anunciante. Nota-se que, tanto no caso de Rosalinda como no de Dona Henriqueta, fica nítida a tentativa dos maridos de conseguirem vantagens financeiras sobre o nome das esposas. O processo de divórcio, mesmo que demorasse para ser concretizado, representaria para os parceiros uma corrida contra o tempo, na qual estariam em risco as vantagens financeiras obtidas pela união conjugal.

Em uma situação semelhante as de Rosalinda e Dona Henriqueta, encontrava-se D. Luiza Gomes Villarello, a qual recorreu a *Gazeta* em junho de 1883 para anunciar a sua separação e o risco de perder os seus bens. A solicitante apelou para que não fossem feitas transações “com Pedro Alvares Villarello sobre bens móveis e escravos do casal”, visto que ele e sua mulher haviam “iniciado o processo de divórcio”<sup>117</sup>. Por intermédio dos procuradores José Pereira Carneiro e João José da Silva, a anunciante tentou proteger o que lhe restava de sua relação com Pedro Villarello, seu patrimônio material, a fim de garantir a estabilidade necessária após o processo de separação. No mês de outubro do mesmo ano, foi a vez da Sr.<sup>a</sup> D. Cândida Eugenia Torres Homem Gralha tentar interromper os malfeitos de seu marido por meio da publicação de anúncios no jornal. Desta vez, o procurador Paulo Joaquim Ferreira Torres, assinava a publicação escrita em primeira pessoa na qual a esposa acusava ter chegado a seu conhecimento que o “Sr. Leiloeiro Enéias Pontes, achava-se autorizado a vender os prédios da rua da Quitanda n.º 69,71 e 73, pertencentes ao casal do Sr. João Carlos Leopoldo Garcez Gralha”. Além da sujeição dos patrimônios a partilha de separação por pleito de divórcio, os prédios estavam “sujeitos a um contrato de venda a retro com o Sr. Francisco José da Fonseca Braga”<sup>118</sup>. Neste caso, a mulher aparentava ser um pouco mais instruída que as outras proponentes, pois para evitar os danos contraídos pela comercialização de seus bens pelo marido, estabeleceu um contrato prévio de venda a retro sobre suas propriedades. Dessa forma, mesmo não tendo efetivado a venda de seus imóveis com Francisco José da Fonseca Braga, era divulgada a população o acordo feito e o nome do beneficiário. Caso o divórcio fosse efetivado, a venda também representaria vantagens para D. Cândida, visto que ela poderia reaver os imóveis com o vendedor, se assim desejasse.

Os casos costumeiros de mulheres que reivindicavam as partilhas de bens, remetem a estudos que comprovam que as famílias das esposas contribuíam com riquezas mais significativas do que as famílias dos maridos para a consolidação do novo casal<sup>119</sup>. Geralmente

<sup>117</sup> “Avisos”, *Gazeta de Notícias*, 17/06/1883, p.5.

<sup>118</sup> “Declaração ao Público”, *Gazeta de Notícias*, 20/10/1883, p.2.

<sup>119</sup> NAZZARI, Muriel. O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 77-82.

as riquezas matrimoniais a serem divididas no processo de separação de bens, advinham de heranças pertencentes as mulheres antes de se casarem, oriundas da linhagem paterna, ou de matrimônios anteriores, em casos de viuvez<sup>120</sup>. A ameaça aos bens da mulher, conhecidas judicialmente como casos de dilapidação de patrimônios, contemplavam razões sólidas para se mover processos de divórcio contra seus maridos, visto que em um período próximo, o Código Civil francês<sup>121</sup> estipulava ser dever do marido proteger a mulher e evitar que ela padecesse no abandono e na miséria. As menções feitas pelo jornal a Rosalinda, Henriqueta, Luíza e Cândida, nos levam a compreender como essas mulheres reais, que lutaram contra as infrações de seus parceiros, driblaram o burocrático sistema de separação conjugal brasileiro. Esses processos, anunciados pela *Gazeta* nas “Publicações a Pedido”, contribuem para a compreensão dos dados que comprovam que a maior parte dos pedidos de Divórcio Perpétuo, eram intentados por mulheres e não homens. Mesmo com as dificuldades contraídas após a separação, para as mulheres, o controle de suas finanças representava maior liberdade de circulação e de domínio de suas propriedades, logo seria mais vantajoso para elas o status de separadas, do que a vida que levavam em casamentos cujos maridos não cumpriam com suas funções provedoras. Por outro lado, para os maridos, mesmo que insatisfeitos com a relação, a separação representaria a perda sobre status de administrador dos bens conjugais e sobre os proveitos obtidos pelo título de patriarca, visto que não seria mais possível usufruir da posição social de suas mulheres, e nem de seus nomes, para contrair dívidas, ou fazer quaisquer tipos de transação econômica.

As experiências conjugais retratadas nas páginas da *Gazeta de Notícias* desde sua fundação contribuíram para ampliar o repertório de questões sobre o universo feminino, servindo de base para que os homens de letras da época construíssem suas narrativas e representassem as suas personagens. As temáticas abordadas no folhetim e analisadas neste capítulo — como a representação da violência conjugal, o acesso ao corpo feminino e a preocupação do narrador em orientar as expectativas dos leitores — partiam da ideia de que as mulheres eram figuras perigosas, capazes de ameaçar o casamento e a família por meio do adultério. Essas questões, contudo, mobilizadas pela ficção literária, também apareceram em outras seções do jornal, que noticiavam sobre mulheres viúvas e independentes, como Chiquinha Perdigão, além de mulheres que eram acusadas pelos maridos em processo de separação, de serem adúlteras e até mesmo desonradas. Os pedidos de separação legal, no

<sup>120</sup> SOARES, Ubirathan Rogerio. Os processos de divórcio perpétuo nos séculos XVIII e XIX: entre o sistema de alianças e o regime da sexualidade. 2006. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. p.129

<sup>121</sup>COURBIN, Alain. A virilidade reconsiderada sob o prisma do naturalismo. In: Idem (dir.). O triunfo da virilidade: o século XIX. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 29.

entanto, surgiam quando as estratégias de negociação entre esposa e marido no casamento se tornavam inviáveis, representando novas possibilidades de recreação encontradas por elas, para romperem com as situações de desconforto conjugal.

Em *Philomena Borges*, a protagonista demonstrou sua habilidade de negociar com o parceiro e reconhecer, com astúcia, estratégias que a ajudariam a concretizar seus sonhos de menina e a viver um casamento feliz e aventureiro. Borges, o marido, apesar de receber conselhos de Barroso sobre a necessidade de pôr a mulher "a teu jeito", evitou o conflito atendendo às demandas de Philomena para manter a relação pacífica. A negociação entre Borges e Philomena apresentava aos leitores da *Gazeta* alternativas para evitar os frequentes casos de maridos violentos, como Barroso, cujas atitudes levavam as mulheres a pedirem separação.

*Philomena Borges* foi gestada em meio a uma acalorada discussão sobre a condição da mulher enquanto indivíduo, seus direitos e seu importante papel no seio familiar. Seu escritor, ao problematizar a participação das mulheres nas relações conjugais, alertava os leitores para as transformações que incorriam a virada do século XIX para o século XX. Embora as regras estabelecidas socialmente buscassem demarcar a posição das mulheres às “margens”<sup>122</sup> de uma realidade forjada pela lógica masculina, o folhetim destacou, mesmo que sem ter a intenção, como ações de personagens como Philomena, Sabina, Chiquinha e Cecília representavam caminhos possíveis de recusa para que reagissem contra a suposta ordem de dominação a que estavam submetidas.

---

<sup>122</sup> DAVIS, Natalie Zemon; FEIST, Hildegard. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Orna Messer Levin, após o prestígio conquistado com a publicação de *O Mulato* (1881), Aluísio Azevedo, entre 1883 e 1886, dedicou-se à produção de um grande volume de romances-folhetins para atender ao público leitor dos jornais, muitos deles encomendados e seguindo as convenções do romantismo. Seu “modo romântico” manteve o apreço pela “intriga, pelas aventuras sucessivas e pelo suspense”<sup>123</sup>, características que, segundo Valentim Magalhães, estavam ligadas ao fato de que Azevedo “talvez fosse o único escritor” no Brasil, a “ganhar o pão exclusivamente a custa da sua pena”<sup>124</sup>. Suas necessidades financeiras, até certo ponto, o levaram a corresponder às expectativas do público, dificultando um rompimento imediato com o modelo romântico. No entanto, sua consciência sobre o desgaste desse modelo abriu espaço para a paródia de procedimentos considerados já superados<sup>125</sup>. No mesmo período em que escrevia e publicava *Philomena Borges*, Azevedo também trabalhava no folhetim que daria origem ao livro *Casa de Pensão* (1884), muito bem recebido pela crítica, ao contrário do folhetim publicado na *Gazeta*. Para Messer, *Philomena Borges* constitui um misto de sátira política ao Império e paródia das narrativas literárias, caracterizando-se pelo escárnio burlesco e pelo ridículo da farsa. A crítica ao regime imperial e a desconstrução do gênero romântico por meio da paródia também foram analisadas por Lamônica e Fanini, que identificaram na obra um ataque à figura do imperador e o uso das aventuras rocambolescas de Philomena como elementos centrais da trama para criticar o atraso da escrita romântica. No entanto, a análise desenvolvida neste estudo revelou, sobretudo, aspectos relevantes sobre a representação das personagens femininas na obra de Aluísio Azevedo.

O estudo do folhetim, em conjunto com o estudo do jornal em que foi divulgado, revelou indícios de que, antes mesmo da concepção do romance, a temática do comportamento feminino já despertava grande interesse entre homens e mulheres no século XIX. Obras como *Madame Bovary*, *O Primo Basílio* e *Confissões de uma Viúva Moça* demonstram que as narrativas sobre mulheres casadas, escritas em um período próximo ao de *Philomena Borges*, provocaram debates acalorados, sendo frequentemente vistas como influências potencialmente nocivas para a conduta das jovens. Essas discussões se intensificavam à medida que os intelectuais da época

---

<sup>123</sup> AZEVEDO, Aluísio. *Aluísio Azevedo: ficção completa em dois volumes*. (Org. Orna Messer Levin), *op. cit.*, p. 29.

<sup>124</sup> MAGALHÃES, Valentim. *A literatura brasileira 1870-1895*. Lisboa: Livraria A. M. Pereira, 1896, p.24.

<sup>125</sup> AZEVEDO, Aluísio. *Aluísio Azevedo: ficção completa em dois volumes*. (Org. Orna Messer Levin), *op. cit.*, p. 29

buscavam argumentos para defender a nova escola literária emergente — o realismo — ou até mesmo para propor soluções que minimizassem os impactos dessas obras na sociedade. O cruzamento de pesquisas sobre as polêmicas em torno da recepção dessas narrativas revelou que, quanto mais se impunha a censura às mulheres, com a criação de seções de leitura exclusivas “para homens”<sup>126</sup>, maior se tornava o interesse e a busca por textos considerados proibidos para o público feminino. Nesse contexto de narrativas amplamente discutidas, a *Gazeta de Notícias*, em parceria com Aluísio Azevedo e outros colaboradores do periódico, desenvolveu um enorme estardalhaço em torno de *Philomena Borges*, que, antes mesmo de ser publicado como romance, já se inseria no debate sobre a preocupação com o comportamento feminino, produzindo alertas sobre a próxima aposta de Ferreira de Araújo para os rodapés.

A análise do conteúdo do romance evidenciou a perspectiva do narrador, que, inserido nos debates de sua época, não apenas questionava a política imperial, mas também criticava os casamentos baseados em interesse e a decadência do gênero romântico. Essa decadência tornava-se mais perceptível à medida que a protagonista, ao vivenciar a realização de seus desejos, confrontava-se com a dura realidade da vida e se desiludia. Sobretudo, conforme abordado nesta pesquisa, o romance revela as leitoras estratégias de renegociação das mulheres dentro do casamento, bem como os mecanismos que elas encontravam para participar de forma mais ativa na vida conjugal. Paralelamente a essa leitura, cruzavam-se informações veiculadas pela *Gazeta* no mesmo período em que o folhetim era publicado, as quais também questionavam o papel das mulheres no casamento e suas formas de intervenção quando as relações deixavam de ser convenientes ou interessantes para elas.

O narrador da obra descreve as personagens femininas de modo a instigar desconfiança quanto aos seus pressupostos morais. Por exemplo, Philomena e Chiquinha mantêm relações com homens comprometidos em troca de favores: enquanto a primeira busca ascender na carreira política, a segunda anseia conquistar o amor do homem com quem sonha se casar. Ao retratar casamentos violentos e disputas pelo controle da honra feminina — como nos casos de Sabina e Cecília — o autor dialoga com experiências de mulheres reais, frequentemente apresentadas nas páginas por meio da intermediação de homens de letra, que buscavam assegurar seus direitos, seja por meio de pedidos formais de separação, garantindo sua segurança, ou pela proteção de seus bens e sustento. Em síntese, o autor crítico e naturalista evidência, por meio das diversas experiências matrimoniais com que teve contato, como os

---

<sup>126</sup> MULLER, Andréa Correa Paraiso. *De romance imoral a obra-prima: trajetórias de Madame Bovary*. *Op.cit.*, p.207

arranjos do século XIX passavam por transformações intimamente conectadas às mudanças observadas no comportamento feminino e a luta pelos interesses da mulher.

Este trabalho analisou a forma como o romance-folhetim *Philomena Borges* foi concebido na segunda metade do século XIX, em um contexto marcado por debates recorrentes na imprensa sobre as inquietações de um grupo de escritores masculinos a respeito dos supostos perigos representados pelas mulheres. Observa-se que a imprensa carioca desempenhou um papel fundamental na disseminação de ideias que retratavam figuras femininas imponentes e dispostas a desestabilizar os lares. Embora as mulheres tenham sido representadas sob uma ótica que enfatizava riscos e ameaças aos homens e às famílias, essa mesma representação também permitiu que viessem à tona vozes femininas que, a partir de experiências diversas, evidenciavam suas atuações no universo conjugal.

## FONTES

### A. Periódicos

*Brazil*;  
*Correio Brasiliense*;  
*Diário do Rio de Janeiro*;  
*Gazeta de Notícias*;  
*Jornal da Noite*;  
*Jornal das Famílias*;  
*Jornal do Comércio*;  
*O Mequetrefe*;  
*O Sexo Feminino*;  
*Pacotilha*.

### B. Obras Literárias

ASSIS, Machado de. “Teoria do Medalhão”. In: *Obra completa em quatro volumes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.

ASSIS, Machado. *Helena*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1876

AZEVEDO, A. *Filomena Borges*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1973.

AZEVEDO, Aluísio. *A Condessa Vêper*. Rio de Janeiro: Garnier, 1902.

AZEVEDO, Aluísio. *A Mortalha de Alzira*. Rio de Janeiro: Fauchon & Cie, 1893.

AZEVEDO, Aluísio. *Girandola de amores (Mistério da Tijuca)*. Rio de Janeiro: Garnier, 1900.

AZEVEDO, Aluísio. *Philomena Borges*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1943.

CHAGAS, Pinheiro. *A Morgadinha de Val-Flor*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria de Cruz Coutinho — Editor, 1870.

FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary*. Costumes de província. Tradução, apresentação e notas Fúlvia Moretto. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas*. Vol. VII, Lisboa: Liv. Clássica Editora, 1933.

QUEIRÓS, Eça de. *O Primo Basílio: orientação pedagógica e notas de leitura* Douglas Tufano. 3ª ed. — São Paulo: Moderna, 2015.

## BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Isabela Guimarães R. do. Resistência feminina no Brasil oitocentista: as Ações de Divórcio e Nulidade de Matrimônio no Bispado de Mariana. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito. Belo Horizonte, 2012.

ARAUJO, Rodrigo C. S. de. *Caminhos na produção da notícia: a imprensa diária no Rio de Janeiro (1875-1891)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

BADARÓ, Francisco Coelho Duarte. *Fantina: cenas da escravidão*. Posfácio e anotações de Sidney Chalhoub. São Paulo: Chão Editora, 2019; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Literatura e experiência: cenas de escravidão. *Afro-Ásia*, n. 65, pp. 749-756, 2022. DOI: <https://doi.org/10.9771/aa.v0i65.48554>.

BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BENTO, Elias Ferreira. *O imperador em folhetins: a monarquia brasileira e D. Pedro II nos rodapés da Gazeta de Notícias (1879-1882)*. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Uberlândia, MG, 2021. DOI: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.5518>.

BITTENCOURT, Andrea. “*Farpas*” sobre a mulher burguesa e outras mulheres em “*Episódios da vida doméstica e romântica*”, de Eça de Queirós. Dissertação (Mestrado em Letras) - Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná Curitiba, 2020.

BRITO, Maria Luzia Alves. *As mulheres da Semana: construção de personagens femininas na crônica machadiana*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. DOI: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2017.467>.

CAMPOS, Heitor Moreira. Cidadania por um fio: o caso Castro Malta (1884-1885) das páginas de jornais para a sala de aula. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1981.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 e SLENES, R. *Na senzala uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata. *Reflexões e práticas de transformação feminina*. São Paulo: SOF, 2015.

COURBIN, Alain. A virilidade reconsiderada sob o prisma do naturalismo. In: Idem (dir.). *O triunfo da virilidade: o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2013.

DAVIS, Natalie Zemon; FEIST, Hildegard. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX - dicionário ilustrado*. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2023.

ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2. Ed. -Campinas, SP: UNICAMP, 2024.

FACCHINI NETO, Eugênio. Code civil francês: gênese e difusão de um modelo. *Revista de Informação Legislativa*. A. 50, n. 198 abr./jun., 2013.

FANINI, A. M. R. Aluísio Azevedo: uma sátira ao romance-folhetinesco e ao Romantismo sob a ótica bakhtiniana. In: *IV Encontro em análise do discurso: fundamentos epistemológicos e abordagens metodológicas*. Araraquara: Unesp, 2013.

FANINI, A. M. R. *Os romances-folhetins de Aluísio Azevedo: Aventuras periféricas*. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

FAUSTO, B. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FORTE, Luís Roberto Salinas. *Rousseau: da teoria à prática*. São Paulo. Ed. Ática, 1976.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade do saber*. Trad. Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 16ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Paz e Terra, 2023.

FRANCHETTI, Paulo. O Primo Basílio e a Batalha do Realismo no Brasil. *Convergência Lusíada*, [S. l.], v. 19, n. 21, p. 253–279, 2005.

GARZONI, Leric de Castro. *Arena de Combate: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX)*. Tese de Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2012. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2012.866966>.

GRAHAM, Sandra L. *Caetana diz não: histórias de mulheres na sociedade escravista brasileira: Cia das Letras*, 2005.

HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850-1937)*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

JÚNIOR, Araripe. O romance no Brasil; invasão do naturalismo. *Novidades*. 1888.

LAMONICA, Lucas de Castro. *Filomena Borges: romance, imprensa e política*. Dissertação (Mestrado Em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas. Campinas- SP, 2015. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2015.946467>

LIMA, Françoise Jocelyne Vanhulle. *A Morgadinha de Valflor: a esperança de um sonho*. Para uma leitura comparativa do drama de Pinheiro Chagas. Dissertação (Mestrado em Literatura). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, 2006.

LOURENÇO FILHO, M. B. *A pedagogia de Rui Barbosa*. São Paulo: Melhoramentos, 1954.

LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

MACEDO apud ABREU, Márcia. Da maneira correta de ler: leituras das belas letras no Brasil colonial. In: \_\_. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo de. *Vida e Obra de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

MAGALHÃES, Valentim. *A literatura brasileira (1870-1895)*. Lisboa: Livraria de Antônio Maria Pereira, 1896.

MAROTIN, François. Le petit journal et la femme en 1865. In.: ROGER, Bellet. *La femme au xixe siècle*. Presses universitaires de Lyon: Lyon, France. DOI: <https://doi.org/10.4000/books.pul.393>.

MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa em tempos de império*. In: MARTINS, Ana Luiza;

MARTINS PENA. As desgraças de uma criança. In: MARTINS PENA. *Comédias*. Rio de Janeiro: Ediouro. S/d. Pp. 335-354.

MATOS, M. I. S.; TRUZZI, O.; CONCEIÇÃO, C. F.. Mulheres imigrantes: presença e ocultamento (interiores de São Paulo, 1880-1930). *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 35, n. 3, p. e0045, 2018. DOI: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0045>.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988.

MEGID, Daniele Maria. *À roda de Brás Cubas: literatura, ciência e personagens femininas em Machado de Assis*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2012.

MÉRIAN, Jean-Yves. *Aluísio Azevedo vida e obra (1857-1913)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.



MÓNICA, Maria Filomena. Introdução. In: QUEIROZ, Eça de; ORTIGÃO, Ramalho. *As farpas*: crónica mensal da política, das letras e dos costumes. 4. ed. Parede: Principia, 2013.

MONTEIRO, Ana Luiza Lopes. Cultura da honra no século XIX: Os médicos e as leis em um processo-crime de defloração em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. In: Subtil, J.; Azeredo Atallah, C. C.; Mota, M. S. *Criminalidades, Direito e Justiça no Mundo Ibérico*. Buenos Aires, 2023.

MONTEIRO, Vanessa Cristina. *A querela anticlerical no palco e na imprensa*: Os Lazaristas. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas: SP, 2006.

MONTELEONE, J. DE M.. Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: O trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920). *Revista Estudos Feministas*, v. 27, n. 1, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n148913>

MORIN, Tania Machado. “O ativismo das mulheres no espaço público”. *Práticas e representações das mulheres na revolução francesa – 1789-1795*. Dissertação de mestrado (USP). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

MULLER, Andréa Correa Paraiso. De romance imoral a obra-prima: trajetórias de Madame Bovary. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. 2012.

NADAF, Yasmin Jamin. *Rodapé das Miscelâneas*: o folhetim nos jornais de Mato Grosso (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Letras, 2002, pp. 396-402.

NASCIMENTO, José Leonardo do. O primo Basílio na cena teatral brasileira. *Pro-Posições: Universidade Estadual de Campinas*, Campinas-SP , v.17, n.3, dez.2006.

NASCIMENTO, José Leonardo do. O primo Basílio na imprensa brasileira do século XIX: estética e história. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

NAZZARI, Muriel. O desaparecimento do dote: mulheres, família e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NEDER, G.; CERQUEIRA FILHO, G.. Os filhos da lei. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 45, p. 113–125, fev. 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092001000100006>.

NOGUEIRA, Luciana Persice. (Org.). Literaturas Francófonas II: debates interdisciplinares e comparatistas. 1ed.Rio de Janeiro: *Dialogarts*, 2018, v. 1, p. 230-245.

OLIVEIRA, Sabrina Baltor de. O espaço do folhetim na imprensa e na literatura: maldição ou um lugar aos solos casos exemplares de Théophile Gautier e Aluísio Azevedo. In: *Nogueira, Luciana Persice. (Org.). Literaturas Francófonas II: debates interdisciplinares e comparatistas*. 1ed.Rio de Janeiro: Dialogarts, 2018, v. 1, p. 230-245.

OUTERINHO, Maria de Fátima. A mulher: educação e leituras francesas na crônica de Ramalho Ortigão. *Intercâmbio*, 148-161, 1992.

PATEMAN, Carole. *O contrato Sexual*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PEREIRA, Cristiana Schettini. Os senhores da alegria: a presença das mulheres nas Grandes Sociedades carnavalescas cariocas em fins do século XIX.: In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

PEREIRA, Juliana da Conceição. *Clubes dançantes e moralidade no Rio de Janeiro da Primeira República*. Dissertação (mestrado) Universidade Federal Fluminense. Instituto de História, 2017.

PEREIRA, Juliana da Conceição. *Da Cidade Nova aos palcos: uma história social do maxixe, 1870-1930*. Tese de Doutorado, PPGH-UFF. Rio de Janeiro, 2021.

PORTO, Ana Gomes. “Pedaços de carne crua e ensanguentada”: uma análise de *Casa de Pensão e Mistério da Tijuca de Aluísio Azevedo*. *Remate de Males*, Campinas, SP, v. 29, n. 2, p. 217–229, 2010. DOI: <https://doi.org/10.20396/remate.v29i2.8636275>

PORTO, Ana Gomes. *Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil (1870-1920)*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 2009. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2009.436292>.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: política e humor nas crônicas de Machado de Assis*. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2016.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Barricadas em rodapés de jornais: revolta popular e cidadania política na Gazeta de Notícias (1880)*. Revista de História (São Paulo), n. 179, pp. 1-33, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.150983>.

RAMOS, A. F. C.. Rebelião escrava e a Hidra revolucionária em páginas de jornais: o Reino Encantado, de Araripe Júnior (1878). *ALMANACK*, v. 37, p. 1-40, 2024, p.1. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-463337ea02223>

RAMOS, Ana Flávia Cernic. Philomena Borges: uma leitora de folhetins sob o olhar de Aluísio Azevedo. In: *XIX SEMANA DE HISTÓRIA DA UNESP HISTÓRIA, LEITURA E CULTURA MIDLÁTICA*, 2014. Franca. Anais.

RIBEIRO, Lavina Madeira. *A institucionalização do jornalismo no Brasil: 1808-1964*. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, 1998.

RIBEIRO, Luís Filipe. “O Sexo e o Poder No Império: ‘Philomena Borges.’” *Luso-Brazilian Review*, vol. 30, nº. 1, 1993.

RODELLA, Giane Taeko Mori. *A representação feminina na obra de Aluísio Azevedo e Júlia Lopez de Almeida- O ethos dos autores pelos enunciadores*. Dissertação (Mestrado). Departamento de Semiótica e Linguística Geral. USP-SP, 2010. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.8.2010.tde-08102010-122126>

ROUSSEAU, J.–J. *Emílio ou da educação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SANTOS, Dayse Lúcida Silva. *Entre a norma e o desejo: tensões na vida conjugal diamantinense no processo de mudança social de 1863 a 1933*. Dissertação (Mestrado) - FAFICH, UFMG. Belo Horizonte, 2003.

SANTOS, Lucinéia Alves dos. *Motta Coqueiro, a fera de Macabu: literatura e imprensa na obra de José do Patrocínio*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos e Linguagens, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, 2011. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2011.785469>

SCHWARZ, Roberto. *A sereia e o desconfiado – ensaios críticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SEREZA, H. C.. Aluísio Azevedo e o pacto de leitura do romance naturalista. In: Andréa Sirihal Werkema; Marcus Vinicius Nogueira Soares; Nabil Araújo. (Org.). *Variações sobre o romance*. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2016.

SILVA, J. P. “*Desta para a melhor*”: a presença das viúvas machadianas no *Jornal das Famílias*. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Sistema de casamento no Brasil colonial. São Paulo: T.A. Queiroz: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1984.

SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Contos de Machado de Assis: leituras e leitores do “Jornal das Famílias”*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas-SP, 2005. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2005.329380>.

SILVEIRA, Daniela Magalhães da. O cortiço das mulheres: classe, raça e gênero em O Cortiço, de Aluísio Azevedo, e nos jornais contemporâneos (1888-1891). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 15, p. 1–21, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2023.e94453>.

SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

SOARES, Ana Luísa Silva. *O papel da mulher ao longo da história: influências no conceito de família bem como nas relações de parentesco*. 2021. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

SOARES, Ubirathan Rogerio. *Os processos de divórcio perpétuo nos séculos XVIII e XIX: entre o sistema de alianças e o regime da sexualidade*. 2007. 313 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O Naturalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

THÉRENTY, Marie-Ève; CATHARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira. O Longo e o Cotidiano Sobre a Dilatação Midiática dos Romances nos Séculos XIX e XX. *Revista Interfaces*, v. 22, n. 1, p. 117-136, 2015.

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*. Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, W. *Appeal of one Half the human race, Womaen Against the pretensions of the Other Half, Men o retais them in political and thence in civil and domestic slavery*. Nova York, Source Book Press, 1970.

ZAN, João Carlos. *Ramalho Ortigão e o Brasil*. 2009. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.